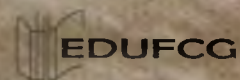


Parte do estudo de Doutorado (2007- 2012) realizado nas Universidades do Minho em Portugal e Universidade Federal da Bahia no Brasil. Trata-se de um trabalho de investigação realizado em feiras localizadas dos dois lados do atlântico, no noroeste de Portugal, região do Minho e no Nordeste do Brasil.

Com metodologia que privilegiou os relatos da História Oral, foi investigado os impactos causados pela Globalização nas feiras contemporâneas, a saber: Desemprego, trabalho informal, "nova" informalidade, migração e imigração; diversidade cultural, hibridação identitária, implantação de novos lugares de consumo, adaptação à nova lógica de mercado frente aos blocos econômicos, abertura de mercado aos produtos importados, com destaque para os produtos chineses.

O Global e o local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007)



Giovanna de Aquino Fonseca



Giovanna de Aquino Fonseca é graduada em História UEPB (1999), especialista em Teoria e Metodologia do Ensino em História (UEPB), mestre em Ciências da Sociedade UEPB (2005) e doutora em História Contemporânea pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal, em regime de co-tutela com o PPGH- História Social da UFBA (2012).

Professora de História efetiva das Prefeituras Municipais de Campina Grande-PB e de Poçinhos-PB, professora do Ensino Superior na Unifavip Devry em Caruaru-PE.

É Integrante dos grupos de pesquisa: História da Cultura do Mundo luso-brasileiro (UFBA) e Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, Universidade de Coimbra.

Atualmente exerce o cargo de Diretora de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, vinculado a SECULT- Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Campina Grande-PB. É autora dos livros *Feira Livre: Memória viva da cultura do povo campinense, ao final do século XX?* (2004) e *Múltiplos Discursos sobre a Feira central de Campina Grande*. Campina Grande (2006).



**O Global e o local nas feiras
contemporâneas:
um estudo dos impactos gerados pela globalização
em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007)**

Giovanna de Aquino Fonseca



Giovanna de Aquino Fonseca

O Global e o local nas feiras contemporâneas:

um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007)

Campina Grande -PB



2014

Fonseca, G. O. G. (2014). O Global e o local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil (1986-2007). Campina Grande: EDUFPG.

A663g Fonseca, Giovanna de Aquino.
O global e o local nas feiras contemporâneas: um estudo dos impactos gerados pela globalização em feiras de Portugal e do Brasil/ Giovanna de Aquino Fonseca. - Campina Grande: EDUFCG, 2014.
460 p.

ISBN: 978-85-8001-130-2

1. Feiras Contemporâneas. 2. Brasil. 3. Portugal. I. Título.

CDU 339.174(81+469)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr José Edílson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG
Jéssica Louise Rocha Cavalcante
Editoreção Eletrônica/ Capa

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Leonardo Cavalcanti de Araújo (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

Dedico esta obra a todas as pessoas que são indispensáveis na minha vida, minha família. Em especial, aos meus pais, Antonio e Nilza, irmã e alma gêmea, além de comadre Juliana, cunhado Gleb, sobrinhos e afilhados Andrei e Alina. Dedico também a Jair, que durante a produção deste trabalho esteve sempre do meu lado, me acompanhando e apoiando nas tantas idas e vindas as feiras, aos arquivos, aos eventos científicos, fosse no inverno, ou no verão, de um lado ou do outro do Atlântico.

PREFÁCIO

Cruzando vários domínios do saber, como os da história, da sociologia, da filosofia, da antropologia, o livro da Doutora Giovanna de Aquino Fonseca representa um contributo importante para a compreensão e a interpretação do fenómeno da globalização a partir de um estudo das feiras em Portugal e no Brasil, que abrange o período de 1986 a 2007.

Fruto de uma investigação de doutoramento, este livro propõe uma leitura original e prospetiva do fenómeno da globalização a partir de um estudo centrado nas estratégias de adaptação e de resistência dos indivíduos nas feiras. A sua autora mostra que a globalização não rima com a uniformização dos modos de produzir ou de consumir, com a homogeneização cultural ou com a anulação das idiossincrasias. Deste ponto de vista, o presente livro debruça-se sobre a questão da sobrevivência da cultura popular no contexto de uma economia mundializada. Por outras palavras, pretende apreender a dialéctica (no sentido da inevitável coexistência de processos antagónicos) entre o passado e presente, a tradição e a modernidade, o global e o local. Toda a cultura se encontra permanentemente submetida a processos de destruição e de reconstrução. As identidades locais não desaparecem, tornam-se antes «híbridas» ou múltiplas». As identidades, por consolidadas que sejam, nunca são plenamente unificadas, seguras e coerentes, são antes deslocadas e descentradas. As feiras são precisamente vistas como «loci de pluralidade identitária».

A autora deste livro mostra precisamente que o novo nunca existe de forma radical. É sempre uma reinterpretação do velho. Aquilo a que o filósofo alemão Ernst Bloch chamou de «dissimultaneidade», ou a que a autora chama de «descontinuidade», traduz a sobrevivência de elementos arcaicos num mundo orientado para o progresso. Pois,

para além dos aspectos mutáveis da vida, permanece um fundo a que os sociólogos deram nomes diferentes: a ação tradicional ou afectiva em Weber, a comunidade em Tönnies, a solidariedade em Durkheim, a harmonia em Comte, o núcleo arcaico em Edgar Morin, o parentesco em Lévi-Strauss. Elementos esses que não funcionam sem o seu oposto: os conflitos, os desencontros. Daí que a autora utilize a oportuna expressão de «polissémicas sociabilidades».

As feiras são lugares de tensões e de conflitos, mas também de comunicação e de sociabilidade. Deste ponto de vista, promovem aquilo que já está cá, segundo a expressão de Heidegger: a comunidade. O carácter prospectivo deste livro reside no facto de que nos propõe um método (de meta-hodos, a via a seguir, passar do caminho prosseguido ao caminho a seguir) para uma melhor compreensão daquilo que a sua autora chama de contemporaneidade: a junção das novas tecnologias com os arcaísmos. Por outras palavras, a passagem da grande História, virada para o progresso, para as pequenas histórias de vida, tributárias da vida em comunidade. Este livro é um caminhar que abre novas perspectivas: a compreensão da socialidade a partir de uma partilha de sentimentos e de emoções. Pois, a cultura dos sentimentos está na base de toda a cultura. Aquilo a que a Doutora Giovanna de Aquino Fonseca denominou de património imaterial, à semelhança das feiras livres brasileiras, ou ainda do fado português e da gastronomia francesa, é a perfeita expressão dessa cultura dos sentimentos.

Jean-Martin Rabot

Professor de Sociologia na Universidade do Minho (Braga, Portugal)

SUMÁRIO

Apresentação	11
Capítulo 1. A dinâmica do trabalho nas feiras	55
1.1 O trabalho informal nos dois lados do Atlântico: Contexto histórico e geográfico	69
1.2 As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais.....	80
1.3 O trabalho nas feiras “livres”: a questão do amparo social	110
1.4 Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes	129
Capítulo 2. Outros hábitos e lugares de consumo	151
2.1 Equipamentos comerciais dos dois lados do atlântico	152
2.2 Supermercados e hipermercados no Brasil	154
2.3 Supermercados e hipermercados em Portugal	165
2.4 Termo feira empregado em situações diversas	176
2.5 Outros espaços de consumo: centros comerciais e shopping center	180
2.6 Comércio (dês) territorializado: o comércio eletrônico da Net	194
2.7 Representações da concorrência por feirantes e fregueses	202
2.8 Ainda sobre a concorrência em Portugal: chineses e ciganos	217
2.9 Ainda sobre a concorrência no Brasil: os shoppings populares	222
Capítulo 3. Práticas culturais e identitárias	231
3.1 Trajetórias históricas de formação de identidades	232
3.2 Interpretações da constituição da identidade brasileira e nordestina	237
3.3 Interpretações da identidade nacional lusa e minhota	249
3.4 Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses	268
3.5 Papéis sociais por gênero dos sujeitos	286
3.6 Identidades híbridas de feirantes e fregueses	319
Considerações Finais	331
Fontes de pesquisa e referenciais bibliográficos	335

APRESENTAÇÃO

Os sons, os cheiros, as cores e os sabores

Muitos nos perguntam o porquê de falar sobre feira. Por que não falar sobre nobreza ou arte? Por que não falar sobre moda ou política? Não sabem eles dos passeios que fazíamos quando menina, ao acompanhar nossa avó por todos aqueles lugares da feira onde íamos. Literalmente era uma ‘viagem’. É verdade que não entendíamos as falas e muito menos de carestia, como diziam os feirantes e fregueses. Mas foi a partir daquelas experiências que despertamos, quando estudante de história, para este estudo.

Qualquer outro tema seria igualmente importante, mas nenhum tão saboroso quanto este. Por isso nos realizamos e estimulamos ao ver todas essas pessoas — comuns ou importantes — envolvidas por frutas e balaios, com suas artimanhas e astúcias, no microcosmo das feiras pelo mundo. Daí esta temática constituir nosso objeto de pesquisa desde o curso de Especialização¹, quando investigamos os valores simbólicos que feirantes e fregueses têm em relação à feira central de Campina Grande - PB.

No entanto, percebemos, com o referido trabalho, que os discursos dos sujeitos sobre a mencionada feira eram múltiplos e mereciam ser investigados, dada a pluralidade evidenciada. Partimos então para o curso de Mestrado², onde constatamos que os discursos se apresentam de maneira diferenciada devido não só às identidades

1 - Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que teve como produto final o trabalho monográfico intitulado “Feira Livre Memória ‘Viva’ da Cultura do Povo Campinense ao final do século XX”, publicado em 2004.

2 - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que teve como produto final o trabalho dissertativo intitulado “Múltiplos Discursos sobre a Feira Central de Campina Grande-PB”, publicado em 2006.

plurais que os sujeitos possuem na contemporaneidade, mas também ao contexto social, cultural e econômico dos mesmos. Uns e outros interferem de forma decisiva em suas opiniões, levando-os a construir concepções diferenciadas sobre a feira. Como os lugares são múltiplos, as produções e os discursos também o são, assim como as concepções acerca de determinadas questões acabam por gerar “crises de identidade”.

Uma outra questão que passou a nos inquietar e que detectamos nas falas dos sujeitos ouvidos era o fato de a feira de Campina Grande - PB continuar existindo, mesmo com o advento da modernidade e todo seu apelo à mudança, consubstanciado com a inserção, na cidade, dos novos equipamentos comerciais — supermercados, hipermercados, *shopping Centers*, *outlets* e portais de consumo — e suas novas formas de negócios. Apesar de todas essas transformações, percebemos que a feira ainda se constitui como um depositário de valores, expressões, tradições, transformações, que ressignificam a todo instante as visões e a memória dos que a frequentam como lugar de compra e de venda de mercadorias.

Por essa razão, despertamos para o interesse de continuar a investigar não só a feira de Campina Grande - PB, mas também as feiras enquanto fenômeno inserido no contexto da globalização, pois percebemos nelas todas as estratégias de continuidade e de adaptação que o homem cria frente aos impactos gerados pelo mundo globalizado da contemporaneidade. Para entendermos melhor tais táticas e estratégias, elegemos como *loci* de investigação as feiras das urbes minhotas portuguesas e nordestinas brasileiras, com as particularidades que as aproximam e distanciam, o que nos permite perceber, de modo comparativo, os impactos da globalização nas feiras desses dois universos.

Um fato interessante a ser lembrado é que nos dois países, Brasil e Portugal, a feira é considerada espaço de “pobre e de sujeira”, o

qual, desde a sua formação, sempre foi visto como “(..) lugar de marginais, de prostitutas, de jogadores, saltimbancos, ladrões e mendigos”³. Entretanto, contrariando essa concepção preconceituosa, nos dois lados do Atlântico, desde os primórdios, foi montada uma estrutura administrativa no entorno das feiras como forma de controle e lucro por parte do Estado, o que evidencia a importância que tais instituições sempre tiveram. Fato que se repete na atualidade com as reformas urbanísticas dirigidas pelo Estado para a continuidade das feiras, bem como as estratégias de mudança e sobrevivência dos feirantes nos universos das feiras em análise, mesmo diante dos impactos gerados pelas aldeias globais.

É bom que se diga: na atualidade as feiras vêm sendo objeto de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Antropólogos, historiadores, cientistas sociais, linguistas têm se dedicado à análise do fenômeno das feiras como espaços de sociabilidade e, sobretudo, como espaços onde se desenvolvem relações comerciais e econômicas⁴.

3 - Justino, D. (1989). *A Formação do Espaço Econômico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Vol. 1. Vega. Lisboa, p. 275.

4 - Em Portugal, os estudos sobre as feiras ficaram a dever, em grande medida, aos trabalhos que Virgínia Rau dedicou a este tema. Ver: Rau, V. (1981). *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo*. Editorial Presença. Lisboa. A partir de então, a historiografia portuguesa, mais interessada na expansão e na colonização do Império, focalizou as trocas comerciais transatlânticas, relegando a segundo plano o comércio interno de caráter regional e local. Neste sentido, a pouca produção portuguesa que versa sobre as feiras prosseguiu valorizando os aspetos jurídico-comerciais e econômicos, a exemplo das seguintes obras: Borges, J. F. (1835). *Das fontes, especialidade, e excelência da administração comercial segundo o código comercial portuguez*. Typ. Commercial Portuense. Porto; Serrão, J. V. (2000). *História de Portugal*. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa; Amzalak, M. B. (1921). *As feiras em Portugal. Notas históricas*. Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Lisboa. Também é possível encontrar análises em que as feiras, ainda medievais, são vistas como lugares comerciais dinâmicos, responsáveis pela centralização dos povoados diante do exercício das trocas internas e externas e pela promoção do desenvolvimento demográfico das regiões: Coelho, M. H. da C. (1994). Bragança Medieval em tempos de feira e festa. *Brigantia-Revista de Cultura*; XIV, 3/4: 3-14; Capela, J. V. (1989). Câmaras de senhorio particular, em que a indigitação e nomeação dos cargos pertence a uma qualquer donatário particular. *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração do Município nos fins do Antigo Regime, separata de Barcelos*

Já no caso específico do Brasil, os estudos sobre feiras, em grande medida trabalhos de conclusão de cursos de Mestrado e Doutorado na área das Ciências Humanas, versam sobre as temáticas relacionadas com o âmbito econômico e de desenvolvimento das cidades. Há também pesquisa sobre os feirantes, os usos e costumes nas feiras⁵.

Revista, III, 1: 90. Já em relação às feiras modernas e contemporâneas, poucos estudos foram desenvolvidos. Pedro Lains, por exemplo, cita as feiras portuguesas como parte integrante da economia nacional. Nos estudos de sua autoria, é o comércio externo entre 1851-1913 que merece destaque, no âmbito de uma política desenvolvimentista a partir do investimento na economia externa, sendo as feiras apenas mencionadas como um elemento interno da economia local. Lains, P. (1995). *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento econômico e comércio externo 1851-1913*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa. Especificamente sobre feiras contemporâneas encontramos apenas um trabalho monográfico que descreve a feira de Barcelos, apresentando suas características gerais: Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). *A Feira de Barcelos*. Universidade de Coimbra. Coimbra ("Os primórdios da feira").

5 - Chaves, G. (1999). *Feira de São Cristóvão*. Coleção Cantos do Rio. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / Rio Arte e Relume Dumará. Rio de Janeiro; Garcia, M. F. (1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu nacional, Rio de Janeiro; Galvão, P. F. M. (1994). *A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa; Loreto, V. M. (2002). *A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para os nordestinos*. 25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. CD-ROM; Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa; Quirino, E. G. (2003). *A feira central: um espaço em ebulição. IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020; Vedana, V. (2004). "Fazer a feira": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Eatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ferretti, S. F. (org.). (2000). *Reeducando o Olhar: Estudos sobre feiras e mercados*. UFMA-PROIN-CS. São Luís; Pazera Jr., E. (2003). *A feira de Itabaiana - PB: permanência e mudança*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo. Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador. Barros, E. da S. (2008). *Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador; Vieira, S. (1980). *Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza; Mott,

Como em Portugal, também no Brasil muitas cidades surgiram a partir dos povoados onde se realizavam as feiras. O fato é que nenhum desses estudos investiga os legados deixados pelos portugueses durante o período colonial, nem tampouco evidencia os aspectos de mutações culturais relacionando-os com a contemporaneidade. Por outro lado, muitas das investigações, tanto em Portugal quanto no Brasil, dizem respeito especificamente à relação das feiras com as cidades ou vilas onde elas se realizam, sem fazer uma relação entre as feiras e a região envolvente, ou comparando países e continentes.

Nosso objetivo central foi o de diagnosticar a representatividade econômica, social e cultural das feiras nas cidades. Para tanto, se fez necessário investigar as representações⁶ das feiras nos lugares e para os sujeitos enquanto espaços de sociabilidade, de sobrevivência, de informalidade, de tradição⁷ e de memória coletiva⁸. Observamos também a representatividade das feiras como patrimônio imaterial cultural de cada lugar investigado. E, por fim, procuramos identificar, nas feiras, os impactos da globalização, a saber, desemprego, informalidade, migração e imigração, diversidade cultural, implantação das grandes superfícies, supermercados e hipermercados, reordenamento do

L. (1975). *A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, Campinas; Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade...* Monografia de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

6 - O termo “representação” é aqui utilizado de acordo com a concepção de Roger Chartier: “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler. Chartier, R. (1990). *A História Cultural. Entre práticas e representações*. DIFEL. Lisboa, p. 16. O campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida”. Le Goff, J. (1994). *O imaginário Medieval*. Estampa. Lisboa, p. 11.

7 - Hobsbawm, E. (1984). *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra. São Paulo, pp. 9-23; 271-316 (“Introdução: a invenção das tradições”; “A produção em massa de tradições: 1870-1914”).

8 - Ver as ideias de memória coletiva e memória histórica presentes em Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Edições Vértice. São Paulo, pp. 53-54. Sobre memória como função social, ver Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. Cia de Letras. São Paulo, pp. 81-84.

espaço público, adaptação à nova lógica de mercado frente aos blocos econômicos.

Convém esclarecer que embora saibamos que nosso trabalho condiz com a noção de pós-modernidade, preferimos utilizar o termo contemporaneidade, pois o termo pós-modernidade, como sabemos, não é objeto de consenso e remete para significados múltiplos e, às vezes, contraditórios consoante os autores, como nos recorda Rabot:

Aquilo que costumamos chamar de pós-modernidade está caracterizado pela pluralidade. Com efeito, a noção de pós-modernidade desautoriza aquilo que Maffesoli chamou de “perfeição do uno” ou Durand de “monismo totalitário”, ou seja, os próprios símbolos da modernidade e o seu princípio de ação, a racionalidade instrumental, enquanto motor de um progresso ilimitado. Lyotard define a pós-modernidade como o fim dos grandes discursos de referência, as metas narrativas, à semelhança do marxismo clássico. (...) Vattimo associa a pós-modernidade à dissolução da “ideia da história entendida como discurso unitário. Ou seja, a decadência da ideia de progresso e de superação crítica própria da modernidade (...). Maffesoli concebe a pós-modernidade em consonância com o ressurgimento dos aspectos míticos e arcaicos da vida (no sentido em que mitificamos pessoas e situações) e a redescoberta da dimensão imperecível da condição humana que é a estética (...). Jeffrey concebe a pós-modernidade como uma mestiçagem de estilos, uma mistura de materiais e formas, enquanto que Fullat vê nela o estiolamento de toda a forma de absoluto (...). É necessário ainda referir que a noção de pós-modernidade é concebida por alguns como um elixir conceptual que permite abranger a diversidade das manifestações do social em ato num vocábulo nebuloso. Assim, para Jameson, os discursos pós-modernistas, tanto no âmbito da arquitetura como no das ciências sociais, são representativos “deste retorno imprevisível da narração como narração do fim das narrações”. Em suma, tratar-se-ia de um novo discurso ideológico que não se reconhece enquanto tal, para melhor servir os desígnios do capitalismo tardio e da lógica do mercado que lhe é inerente. (...) Os críticos da noção de pós-modernidade utilizaram conceitos que traduzem uma nítida vontade de conservação das

aquisições da modernidade num mundo, no entanto, marcado por profundas mudanças. Assim falou-se em modernidade tardia (Giddens), em sobre-modernidade (Augé, Balandier), em hiper-modernidade (Lipovetsky), em ultra-modernidade (F. Lenoir)⁹.

Consequentemente, vemos que a noção de pós-modernidade é filosófica e sociologicamente marcada, e que não serve para dar plenamente conta do contexto das feiras, no sentido em que as analisamos. A noção de pós-modernidade traduz para alguns uma rotura radical com a modernidade, sendo entendida como contestação da noção de progresso e retorno as formas pré-modernas de existência, enquanto que para outros representa uma forma de continuidade ou mesmo de exacerbação da modernidade que se esqueceu dos seus princípios e desígnios constitutivos. Entendemos que a feira atual, além de ter elementos de retorno ao arcaísmo, colabora com a idéia de continuidade. As feiras estão em eterna continuação e por esta razão nunca desapareceram. São as pequenas histórias dos seus depoentes traduzidas em experiências de gerações antepassadas que compõem no cotidiano suas narrativas. Portanto, acreditamos ser a permanência de certo arcaísmo inserido e adaptado na sociedade moderna.

Para responder às indagações referidas anteriormente, delimitamos a pesquisa entre os anos de 1986 e 2007, por entendermos ser este o período em que ocorreu a propagação e consolidação do ideário e práticas da globalização contemporânea. A partir de 1970, um novo processo de reorganização das forças produtivas econômicas em dimensão internacional ganhou intensidade. Essa nova organização do capitalismo foi apoiada em práticas políticas e econômicas, envolvendo setores públicos, empresas particulares, universidades e organizações não governamentais (ONGs). Este processo, ainda em curso, tem provocado grandes contrastes, marcados pela inclusão e exclusão.

9 - Rabot, J. M (2009). O que é a pós-modernidade? Em: Coelho, M. Z. (Org.), *Não pouses no semear. Trinta anos de comunicação*, Aníbal Alves. Coimbra, pp. 79-82.

De um lado temos a realidade dos consumidores que frequentam *shopping centers* comem em restaurantes, usam grifes, têm computadores. De outro lado, milhões de pessoas sofrem com a miséria e inúmeros problemas. A globalização pode ser observada em diferentes aspectos na economia (crescimento do comércio mundial, produção mundializada, criação de blocos econômicos e desemprego), na comunicação (as notícias difundem-se quase instantaneamente e os meios de transporte são mais rápidos), na sociedade (diferenças sociais), e na cultura (intercâmbio de costumes e tradições, “crise” de identidade).

Na década de 1980, observa-se mais plenamente a influência neoliberal na Inglaterra. Nos países do chamado terceiro mundo têm lugar processos de redemocratização, a exemplo do que ocorreu no Brasil. Em 1989 deu-se o chamado Consenso de Washington, onde os países mais ricos, denominados G7, impuseram aos países em desenvolvimento o neoliberalismo e a globalização. Foi nesse momento que teve “fim” o sonho socialista, com a queda do muro de Berlim.

Nesse mesmo período, em 01 de janeiro de 1986, Portugal ingressou na comunidade europeia. De início, isto representou não só uma efetiva abertura econômica mas também o aumento na confiança da população. Conquanto o Estado pouco ou quase nada se reformou e as clientelas do costume continuaram a engordar, avançou-se bastante em termos da concretização de direitos sociais (infra-estrutura, novas estradas, habitação, saúde, educação). Nos finais dos anos oitenta era visível, em Portugal, o crescimento econômico, que atingiu valores surpreendentes, impulsionado pelas obras públicas e o aumento de consumo interno. Apesar disto, o país se viu prejudicado diante de sua adesão à CEE, no que concerne ao seu sector exportador. As cotas de mercado de produtos portugueses caíram abruptamente nos seus mercados tradicionais — a Inglaterra, a Alemanha e a França — como resultado da ação da política econômica conduzida pelos iberistas, pois as empresas espanholas tiveram uma entrada facilitada em

sectores estratégicos de Portugal, o que contribuiu para o colapso das exportações nacionais portuguesas¹⁰.

Esse fator de desequilíbrio econômico só apresenta alguma alteração com a criação, em 1992, da UE¹¹, remanescente da CEE. Sob uma nova estratégia de proteção à economia europeia, surge a moeda única, uma política externa comum, e a longo prazo a união

10 - Conselho Econômico e Social. Mesa redonda. (2002). *A Competitividade da Economia Portuguesa*. Lisboa, pp. 20-22. Acedido em 10 de Outubro de 2010, em: www.ces.pt/file/doc/159.

11 - Vale ressaltar que a conhecida UE teve sua origem em movimentos de "unidade" política territorial, de políticas econômicas de defesa que surgiram no velho continente na década de 1940 – precisamente em 1949, com o NATO, que contava com Portugal entre seus países fundadores. A manutenção das Colônias exigia um reforço das alianças militares com as grandes potências mundiais do mundo ocidental. OEEC/OCDE. Em 1948, os países europeus que aceitaram a ajuda americana após a guerra criam a OEEC, com o objetivo de coordenar a aplicação deste auxílio. Entre os países que participaram da organização, estavam Portugal, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália, Alemanha Federal, Reino Unido, Áustria, Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia, Grécia, Turquia, Irlanda e, mais tarde, a Espanha (1959). Ainda na década de 1950, os países que não haviam estado na criação da CEE fundaram a EFTA, que contava com Portugal, Reino Unido, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Áustria e, mais tarde, Finlândia e Islândia. Oficialmente, em 1957 foi criada a CEE por seis países. Foi o culminar da cooperação econômica que haviam desenvolvido após a guerra. O seu sucesso levou à adesão posterior de outros países, como a Grã-Bretanha. Portugal seguiu de perto esta organização, reforçando no princípio dos anos 70 as suas ligações econômicas. A adesão de Portugal estava posta de parte, devido ao fato do seu regime político ser uma ditadura. Ver: Castro, A. (1991). *Estudos de História contemporânea portuguesa*. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte. Lisboa ("A Historiografia da história Econômica portuguesa nos últimos dez a doze anos"); Serrão, J. V. (2000). *História de Portugal*. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa; Mattoso, J. (1995). *História de Portugal - Portugal em Transe - Vol. VIII (1974 - 1985)* Editorial Estampa. Lisboa; Oliveira Marques. (2006). *Breve História de Portugal*. Editorial Presença. Lisboa; Oliveira Marques e Serrão, J. (1991). *Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal*. Volume XI. Editorial Presença. Lisboa; Oliveira Marques. (1993). *História de Portugal Contemporâneo Nº 56 Economia e sociedade*. Editora Universidade aberta. Lisboa; Merêa, P. (2006). *Estudos da História de Portugal*. I.N.- C.M. Lisboa; Tengarrinha, J. (1984). *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Editorial Caminho. Lisboa; Mata, E. e Valério, N. (1994). *História Econômica de Portugal uma perspectiva global*. Editorial Presença. Lisboa; Amado, J. M. M. (1993). *História Econômica e Social dos Séculos XV a XX*. F. C. Gulbenkian. Lisboa; Pinto, A. C. (coord.). (2000). *Portugal Contemporâneo*. SEQUITUR. Madrid, pp. 1-38 ("Portugal no século XX").

política (federação de estados). Portugal acompanha todo o processo, adere ao Euro que, em 2002, substituiu a moeda nacional, o escudo. Este fato por si só implicou a curto prazo uma revolução na economia portuguesa¹².

Enquanto Portugal passava pelo processo de adesão ao mercado europeu em 1986, o Brasil, nesse mesmo ano, saía de uma ditadura militar instituída em 1964, marcada por inúmeras arbitrariedades contra os direitos humanos em nome da 'segurança nacional'. Este acontecimento torna-se importante não só do ponto de vista da opressão que foi promovida, mas também por revelar o modo como o grupo vencedor, elitista e alinhado com o capital externo, entendeu como o país deveria ser administrado, notadamente sob um novo modelo econômico que superasse o nacional desenvolvimentismo e as políticas populistas. Buscando atingir esse objetivo, no plano econômico, houve uma maior abertura ao capital externo, incentivada por uma série de medidas como controle da inflação por meio do arrocho salarial e diminuição dos gastos do Estado, incentivo às exportações e atração de investimentos externos via empréstimo do FMI e EUA, o que resultou na instalação de várias empresas multinacionais no país. Foi nessas condições que se deu o crescimento econômico brasileiro conhecido como "milagre econômico". Tal crescimento propiciaria um momento de euforia, do qual só se beneficiaram a burguesia e as empresas estrangeiras ou associadas ao capital estrangeiro, e uma nova classe média ascendente. Isto era visível na propaganda política militar, que exaltava o crescimento do país através de slogans como "Ninguém segura este país" ou "Pra frente Brasil"¹³.

12 - O alargamento da União Europeia (UE) fez disparar em Portugal a concorrência interna, agravada com o impacto da globalização. As consequências deste processo, a partir de 2002, tornaram-se visíveis: estagnação econômica, encerramento de muitas empresas, aumento do desemprego etc. O desempenho econômico de Portugal tornou-se decepcionante, e a crise não tardou a instalar-se.

13 - Schmidt, M. F. (1997) *Nova História Crítica do Brasil – 500 anos de História mal contada*. Editora Nova Geração. São Paulo.

Se por um lado o “milagre econômico” modernizou o país, por outro também levou ao empobrecimento do povo brasileiro, tendo em vista a grande concentração de renda. O resultado foi que, em 1973, o modelo político e econômico já estava esgotado pela diminuição dos lucros em alguns sectores, pela retração dos investimentos e por uma inflação que repercutia diretamente no custo de vida. Com o crescimento econômico em queda, os empresários passaram a criticar o modelo brasileiro, pois incomodava o tamanho do Estado na área econômica¹⁴. Foi diante desse quadro de fracasso que, em 1974, assumiu o governo o general Ernesto Geisel, defendendo o projeto de “distensão lenta, gradual e segura”, para se chegar eventualmente a uma abertura política. Entretanto, sua gestão foi marcada por ambiguidades e chegou ao fim, em 1978, com a sociedade civil organizando greves e protestos generalizados¹⁵.

Assumiu então a presidência do país o último general, João Figueiredo, cujo governo, em 1979, após uma ampla campanha pública, decretou a amnistia. Criaram-se novos partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e o PT. Em 1980, foi aprovada a emenda que restabeleceu as eleições diretas para os governadores estaduais, as quais ocorreriam em 1982¹⁶.

Em face do fraco desempenho econômico do Brasil, passou-se a identificar o período que compreende os anos 80 e o início dos anos 90 como a “década perdida”. Nesse período, os países de terceiro mundo viviam uma diminuição no seu ritmo de desenvolvimento econômico e social que se somava a anos de estagnação e recessão, fruto de ajustes econômicos que visavam atender os credores internacionais. No caso

14 - Alves, H. M. (1984). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª Edição. Vozes. Petrópolis, p. 146.

15 - Oliveira, M. J. de (2007). *A política Geral do Regime Militar para a construção de suas políticas econômicas (1964-1985)*. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, São Paulo, pp. 239-240.

16 - Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, pp. 510-515.

brasileiro, enquanto nos períodos que antecederam essa década o crescimento industrial chegou a taxas anuais médias superiores a 9%, no período 1981-1992 o PIB global cresceu apenas 1,3% ao ano, em média, e a população cresceu em torno de 1,93%¹⁷. Segundo Argemiro Brum, “duas razões estão na raiz da crise brasileira dos anos de 1980 e começo dos 90: esgotamento do projeto de desenvolvimento implantado no país a partir da década de 1930 e a falta de um novo projeto nacional”¹⁸.

Em resumo, no marco cronológico inicial da nossa pesquisa, tiveram lugar acontecimentos históricos que mais tarde estiveram associados ao processo de globalização. Na Europa, Portugal aderiu à CEE. Na América Latina, o Brasil vivia o fim do período ditatorial e a redemocratização política. Ambos os processos contribuíram para a abertura econômica de mercado, a liberalização do comércio e a implantação da política neoliberal influenciada pela ideologia globalizadora capitalista de mercados, diante da crise dos Estados, cujas funções estavam em processo de redefinição. Na formulação de Marc Nouschi, “esse processo de redemocratização total das economias aprofunda a interdependência entre países e regiões do planeta, abrindo caminho para o que se começa a chamar de sociedade global¹⁹ (...) ou aldeia global”²⁰.

17 - Como vemos anualmente, o crescimento industrial ficou estagnado, ou seja, foi zero. O que afeta as outras atividades, com reflexos negativos também no nível de emprego e dos salários. Ver concepção de Furtado, C. (1981). *O Brasil “pós-milagre”*. 3ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 152.

18 - Sobre taxas de crescimento anual, ver: Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 18ª Edição. Vozes. Petrópolis, pp. 439-440 (“Globalização e Regionalização”).

19 - *Ibidem*, p.444.

20 - Sobre o termo “aldeia global” ver Nouschi, M. (1997). *Breve atlas histórico o século XX*. Instituto Piaget. Lisboa; Ianni, O. (2007). *Teorias da globalização*. 14ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro; Santos, B. de S. (org.). (2005). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª Edição. Cortez. São Paulo; Costa, E. (2008). *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. Expressão Popular. São Paulo; Hobsbawm, E. (2008). *A Era Dos Extremos, O Breve Século XX*. Companhia das letras. Castells, M. (1999). *A sociedade em Rede*. Paz e Terra. São Paulo; Geertz,

As feiras escolhidas

Elegemos para estudo as feiras nordestinas brasileiras mais significativas no tocante aos valores históricos, sociais, culturais e econômicos: as feiras livres de Campina Grande-PB, de Caruaru-PE e a feira de São Joaquim, localizada na primeira capital brasileira, Salvador-BA. Em Portugal, foram escolhidas as feiras do Noroeste minhotas: Ponte de Lima, de Barcelos e Vila do Conde. Todas, desde sua origem até o momento atual, mantêm forte relação — econômica, social e cultural — com a cidade que as acolhe. De acordo com Braudel “(...) as verdadeiras feiras são aquelas para as quais a cidade inteira abre as portas”²¹.

As feiras do Nordeste brasileiro

A relação entre as feiras do Brasil e de Portugal se dá desde a colonização. As feiras nordestinas brasileiras foram introduzidas pelo colonizador português, uma vez que os indígenas brasileiros não produziam excedentes que justificassem transações comerciais, tendo sido documentada apenas a “troca silenciosa” entre grupos de Tupinambás e Tupiniquins. Desta forma, no Brasil, as feiras e mercados seguiram em parte o modelo lusitano, funcionando a partir dos povoados, posteriormente vilas, e nos centros das cidades, geralmente em torno de uma edificação de mercado.

Segundo Luiz Mott, o desenvolvimento das feiras na região nordeste do Brasil deveu-se a fatores como a estrutura econômica regional; a densidade demográfica; os meios de comunicação (se davam

C. (2000). *O saber local*. Vozes. Rio de Janeiro; Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. UNESP. São Paulo.

21 - Ver Braudel, F. (1979). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. O jogo das trocas*. Tomo 2. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema. Lisboa, p. 65.

por meio do lombo dos animais que transportavam as mercadorias entre um lugar e outro); e por fim a composição étnica. Foi na região nordeste que se concentrou a população negra, em virtude das atividades agrícolas desenvolvidas pelos portugueses na concretização da colonização. As feiras eram praticadas tanto em Portugal como na costa ocidental africana. Mott observa que "(...) as vendedoras negras da Bahia repetiam o mesmo esquema dos 'marches noturnos' das aldeias Yoruba de Daome."²²

Na sua origem, grande parte das feiras livres existentes no Nordeste brasileiro deveu-se ao intenso comércio de gado durante os séculos XVIII e XIX. Inúmeras atividades contribuíram para a formação da economia nordestina. Porém, aquela que talvez tenha deixado mais marcas no território e que se constitui numa das atividades econômicas que mais colaboraram para a ocupação do território regional é a pecuária. A atividade de criação assumiu um papel importante num país como o Brasil, particularmente no Nordeste, já que, contando com escassos e deficientes meios de transporte, tinha no gado uma mercadoria que se transportava por si mesma²³.

Um aspecto que chama a atenção na atividade pecuária no interior do Nordeste diz respeito ao sistema de transporte do gado. Manuel Corrêa de Andrade observa que o gado, para chegar ao mercado consumidor, fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas para a condução desses animais. Costumavam locomover-se com um homem caminhando à frente da boiada, cantando o "aboio sertanejo", enquanto os demais acompanhavam as reses, tangendo-as e vigiando-as para que não se dispersassem. Percorriam de 4 a 6 léguas por dia, se havia água com facilidade no caminho,

22 - Mott, L. (no prelo). As feiras no Brasil, bibliografia comentada. *Revista de Etnografia*, mimeo: p. 14.

23 - Souza, E. C. (1975). Feira de gado. Em: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Tipos e aspetos do Brasil*. 10ª Edição, revista e atualizada. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Rio de Janeiro.

mas estendiam a jornada a até 15 ou 20 léguas, emendando dias e noites, nas áreas onde não havia água. Devido aos longos percursos, a atividade pecuária criou inúmeras áreas onde as tropas paravam para descansar e para que o gado pudesse recuperar o peso. Foi nessas áreas que surgiram as primeiras povoações e vilas onde “(...) fixaram-se povoadores que fizeram uma pequena agricultura visando a abastecer os ‘tangerinos’, e implantaram uma atividade comercial primitiva que atendia às necessidades mais elementares”²⁴. As primeiras estradas coincidiram com os “caminhos do gado”. Aglomerações também se estabeleceram ao longo dos cursos fluviais, nos lugares em que estes ofereciam passagem às tropas, e à beira do caminho, nos locais onde as boiadas paravam para descansar.

Um elemento que caracterizava as inúmeras fazendas espalhadas pelo interior era a sua autossuficiência, ou seja, em seu interior era produzido aquilo que era necessário para o funcionamento da propriedade, tais como alimentos (feijão, farinha, milho, carne e peixe salgados, queijos, rapadura e aguardente de cana); tecidos e redes feitos com algodão nativo; louça, tijolos e telhas de barro; ferramentas e algumas armas; objetos de uso diário feitos de couro etc.²⁵. Com essa autossuficiência das fazendas de criação, não havia um comércio estabelecido. A maior parte das transações comerciais consistia na troca de produtos, que valiam como dinheiro, como era o caso da farinha e do algodão. Alguns locais tinham uma posição privilegiada nos caminhos, permitindo o estabelecimento de moradores que acolhiam os condutores das boiadas. Nesses locais, os moradores lhes ofereciam “(...) pousadas, produtos de suas lavouras e criações domésticas e os ofícios necessários ao trato com os animais – como

24 - Andrade, M. C. de (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. SUDENE. Recife, p. 44.

25 - Monteiro, D (2002). *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. UFRN. Natal, p. 104.

ferrar e selar os cavalos”²⁶.

Surge então, nesse cenário inicialmente agrário, um fluxo gerado pelas tropas de gado no interior nordestino, que dará origem à formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os pequenos agricultores com suas produções, a fim de as trocarem por outros produtos. Além dos produtos de origem agrícola, os agricultores também eram prestadores de serviços, o que terminou por estabelecer, em cada um desses locais, uma praça de mercado. É das praças comerciais formadas a partir do comércio do gado que surgem as feiras livres, as quais foram um importante elemento para o desenvolvimento das cidades. Duas entre as cidades brasileiras escolhidas para serem investigadas aqui — Campina Grande e Caruaru — surgiram a partir desse processo, favorecido por sua localização geográfica e sua importância mercantil como feiras de gado e de farinha. Salvador se caracteriza por uma formação diferenciada, dada a sua importância enquanto sede do governo português.

Campina Grande está situada numa região propícia à cultura de mandioca, milho e outros cereais. Localiza-se nas bordas orientais do Planalto da Borborema, constituindo um entreposto comercial para aqueles que atravessavam o rio São Francisco pelo interior, e para aqueles que iam do litoral para o interior e do Sertão para a costa. Tornou-se pouso obrigatório dos boiadeiros e tropeiros. No século XVII edificaram-se as primeiras casas de taipa e em breve surgiu a primeira rua, denominada rua das Barrocas. Em 1826 Campina Grande crescia em direção ao Sertão. A cada dia que se passava afirmava-se como cidade-mercado, com influência em todo o interior nordestino, ao mesmo tempo que se tornava porta oriental do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. No início do século XIX a feira de gado tornou-se a mais importante do interior nordestino²⁷.

26 - Ibidem, p. 105.

27 - Almeida, E. de (1964). *História de Campina Grande*. Livraria Pedrosa. Campina Grande, p. 89.

Já a feira de cereais encontrava concorrência das de Areia (que atraía os tropeiros do Seridó e Curimataú), Icó (no Ceará, que desviava a parte dos tropeiros do Sertão Paraibano), Limoeiro e Timabauba de Mocós (em Pernambuco). Em 1907, com o advento da estrada de ferro, Campina Grande ganha novo impulso e supera as feiras concorrentes, ampliando suas atividades comerciais para todo o interior nordestino. Em 1936, a feira de algodão em Campina Grande era a terceira praça do mundo. Como nota Jair Araújo, “nesse momento o estado da Paraíba atendeu às necessidades do mercado britânico através da cidade de Campina Grande enquanto polarizadora deste comércio, ficando conhecida desde então como a ‘Liverpool do Brasil’, pois se tornou a maior produtora de algodão do Brasil²⁸.

Na década de 1950, a feira passou a representar, no interior nordestino, a feira das feiras, principal fonte de abastecimento das outras²⁹, mas também um lugar de passeio, de encontros e desencontros. Nela tinha lugar um intenso intercâmbio de ideias, e era um ponto de difusão das notícias. Em consequência disto, foram abertas vias para facilitar a comunicação entre a feira de Campina Grande e as demais da região Nordeste, assim como procedeu-se à urbanização em torno da feira.

Todavia, com a implantação de novos serviços, a feira perdeu espaço frente a outras vocações que a cidade de Campina Grande passou a ter, entre as quais se destacam serviços do sector educacional e industrial. Mesmo assim, até a década de 1960, a cidade campinense era conhecida regionalmente e nacionalmente como uma urbe vocacionada para a atividade comercial³⁰, embora a feira já não fosse

28 - Araújo, J. B. de (2006). *O Algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de História*. Agenda. Campina Grande, p. 29.

29 - Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular do folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa, p. 56.

30 - Andrade, M. O. de A. (1994). A feira de Campina, tradição e identidade: uma visão antropológica. *Caderno de Ciências Sociais* 34: 26.

mais o principal centro dessa atividade. Resta-lhe, porém, um papel simbólico, que permite celebrar a atividade comercial através dela.

A feira de Campina Grande localiza-se na mesma área há cerca de 70 anos. Ocupa uma área de aproximadamente 75.000 metros quadrados no centro da cidade, distribuída por nove ruas e um espaço edificado. O mercado central conta com 4.400 pontos comerciais³¹ e funciona todos os dias da semana, exceto aos domingos, dia reservado para as atividades de outra feira, no bairro da Prata. Na feira central de Campina Grande é comercializada uma variedade de mercadorias, a saber: frutas, verduras, ervas, hortaliças, cereais, laticínios, carnes, aves (vivas e abatidas), calçados, roupas, acessórios para pecuária, alimentação pronta, dentre outras, além de serviços. Em seu entorno dezenas de supermercados foram instalados, bem como restaurantes, panificadoras, centros comerciais, elementos da modernidade que concorrem com os serviços anteriormente presentes na feira.

A feira de Campina Grande apesar de já ter sido tratada em outros estudos³², sua escolha como um dos focos desta investigação

31 - Dados fornecidos pela SEPLAN- Secretaria Municipal de Planejamento a autora em 25 de Janeiro de 2009

32 - Alguns desses trabalhos mencionados: Silva, V. P. da (2005). *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande - PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande; Almeida, E. (1978). *História de Campina Grande*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa; Câmara, E. (1998). *Datas Campinenses*. RG Editora e Gráfica. Campina Grande; Câmara, E. (1999). *Os Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)*. Edições Caravela. Campina Grande; Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa; Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. *IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020, onde a autora traz uma reflexão acerca das relações primárias e secundárias que se estabelecem no interior da feira de Campina Grande; Costa, A. A. da (2003). *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. A obra iconográfica com imagens da feira na década de 1970 de Coura, R. (2008). *A feira de Campina Grande*. EDUFPB. João Pessoa. Nascimento Sousa, F. G. R. B. de.

justifica-se por tudo que foi mencionado acima, bem como pelo fato de a mesma, assim como as demais feiras do Nordeste aqui estudadas, estar passando por um projeto de requalificação. Paralelamente, esta feira está sendo avaliada pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para ser classificada como Patrimônio Imaterial do Brasil, como já acontece com a feira de Caruaru-PE. Tais intervenções, iniciativa da gestão pública e sob a chancela da sociedade civil, são vistas no presente trabalho como estratégias de adaptação e de continuidade para que as feiras continuem existindo, mesmo com o surgimento dos novos hábitos de consumo.³³

Assim como a feira de Campina Grande, a de Caruaru-PE constituiu fator central na formação e desenvolvimento da cidade. Localizada no Agreste Pernambucano, no caminho que transportava gado entre o sertão e a zona canavieira do litoral — também chamada de ‘Zona da Mata’ em referência ao espaço antes preenchido pela então exuberante Mata Atlântica — a cidade de Caruaru tem sua origem no século XVIII, em uma fazenda chamada Caruru que dava pouso aos tangedores, tropeiros, viajantes e mascates, com um rio próximo para dar de beber aos bois, o rio Ipojuca. Tal aglomeração permitiu o surgimento de pequeno comércio de itens e serviços ligados à lida com o gado, com o resultando, com o passar do tempo, na feira. Esta, contudo, só se configurou plenamente quando José Rodrigues da Cruz, proprietário da fazenda, construiu, em 1781, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição³⁴. Foi no seu adro que uma pequena feira se formou para dar sustentação às novas funções que a Fazenda Caruru vinha adquirindo e que, então, com a construção

(2001). *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920- 1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp, Campinas.

33 - Nos referimos aos hipermercados, aos shoppings centers.

34 - Ver, a respeito das origens da feira e da cidade de Caruaru: Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade*. Monografia de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 23.

da capela, se ampliavam. De ponto de apoio a boiadeiros e viajantes, a fazenda passou a ser também o lugar para onde os habitantes da região do vale do rio Ipojuca acorriam para realizar suas obrigações religiosas, casar, batizar filhos e entregar a Deus o corpo de seus entes queridos depois da morte³⁵. No século XIX, a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a pequena feira de frutas e verduras, artigos de couro, alimentos e bugigangas diversas, expandiu-se e ocupou a primeira rua do povoado que ajudou a formar. Na medida em que o povoado se dinamizava e crescia, o espaço foi também apropriado pela feira que, por sua vez, e beneficiou de suas dimensões generosas. Nesses dias de comércio ao ar livre, Caruaru não era apenas uma passagem e um ponto de apoio, mas um lugar de convergência das gentes, dos produtos e das artes de um território que, dia a dia, ficava maior.

Ao longo dos séculos XIX e XX, com sua acessibilidade reforçada pela estrada de ferro da Rede Ferroviária do Norte e, mais tarde, pelas rodovias estaduais e federais que a conectaram com várias outras localidades e estados do Nordeste, Caruaru se tornou o polo comercial mais importante da região. No século XXI, esse polo manteve sua importância, atraindo produtos de outras regiões do país e até de outras partes do mundo, de tal maneira que a cidade e a feira ainda se confundem na contemporaneidade: uma é inconcebível sem a outra.

A feira de Caruaru continua sendo importante oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de elevada atração e ocasionou o seu crescimento desmedido. Com o tempo, cresceram também as pressões para que fosse transferida, já que a área central de Caruaru ficava intransitável nos dias em que ocorria.

35 - Ver Ferreira, J. E. (2001). *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano – uma abordagem antropológica da história de Caruaru*. Ideia. João Pessoa.

Instalada durante mais de dois séculos no centro da cidade, a feira foi transferida, em 17 de Maio de 1992, para o Parque 18 de Maio, área que conta com mais de 40.000m² e agrega mais de 10.000 barracas e bancos oferecendo os mais variados produtos. Hoje continua aí localizada. Atualmente, a feira de Caruaru encontra-se desdobrada em, pelo menos, três outras: a Feira do Gado, há dez anos considerada a maior do Brasil e que está localizada no bairro do Cajá, próximo ao aeroporto; a Feira do Artesanato, primeiro sector a ser separado e instalado no Parque 18 de Maio; e a chamada “Feira Livre”, também localizada no parque e que contém todos os demais sectores, os quais, por sua vez, também são denominados de “feiras”.

Na Feira Livre encontram-se as tradicionais áreas de venda de frutas e verduras; de raízes e ervas medicinais; de calçados e artigos de couro; de ferragens e artigos de flandres; de fumo; de bolos, gomas e doces; e de confecções populares ou “feira de roupas”. A esses sectores de procedência mais antiga juntaram-se as chamadas “feiras” de flores e plantas ornamentais; de artigos de cama, mesa e banho; e, apenas aos sábados, a chamada “feira do Troca-Troca”, onde, por meio de escambo, objetos usados são trocados por outras mercadorias. A Feira do Artesanato e a Feira Livre (com exceção desse último sector) funcionam de segunda a sábado. A Feira do Gado ocorre apenas às terças-feiras, iniciando-se sua instalação na noite anterior.

É relevante destacar que, por ocasião da transferência da feira de Caruaru das ruas centrais para o antigo Campo de Monta, introduziram-se duas novidades importantes: o surgimento da feira de artigos importados – também chamada de “feira do Paraguai” – que se instalou numa área do parque próxima ao estacionamento, e a agregação da feira da Sulanca. Ambas funcionam às terças-feiras. A feira da Sulanca reúne pessoas e micro empresas, de perfil caseiro ou familiar, que produzem, de modo semi-industrial, artigos diversos de vestuário para consumo popular. A atividade, começou com costureiras da região aproveitando

sobras de tecidos sintéticos de fábricas paulistas, daí o termo sulanca, competindo com as mercadorias originadas da região sul. Apresentou crescente desenvolvimento a partir dos anos 1980, gerando um polo de confecções que envolve, atualmente, os municípios de Caruaru-PE, Toritama-PE e Santa Cruz do Capibaribe-PE. As produções desse polo, que fornece material no atacado para São Paulo e outros estados, são vendidas em casas comerciais e shoppings da região e também, de modo informal, nas feiras da Sulanca que ocorrem semanalmente nos municípios citados. Apenas em Caruaru, essa feira movimentou, em 2004, R\$ 22 milhões por semana e conta, aproximadamente, com cerca de 22 mil feirantes, entre cadastrados e “invasores”. Hoje, constitui uma das âncoras de sustentação econômica da feira de Caruaru, na medida em que concorre com os estabelecimentos que vendem produtos industrializados do gênero. Nas terças-feiras, o fluxo de pessoas no Parque 18 de Maio aumenta consideravelmente, com comerciantes e revendedores vindos de várias localidades do estado, do Nordeste e de outras regiões do país para comprar na Sulanca. O movimento é tal que, nesses dias, a área do parque não é suficiente para abarcar esse comércio. Várias ruas no seu entorno são tomadas por feirantes, fazendo retornar os antigos conflitos com a circulação de automóveis no centro da cidade.

A chamada feira do Paraguai, por sua vez, ocorre nos mesmos dias da Sulanca, em local contíguo a esta, aproveitando o seu movimento e a presença de compradores de outras localidades e estados. De modo geral, os produtos, que vão de aparelhos eletrônicos e objetos de decoração a bijuterias e perfumes, vêm do Paraguai e de São Paulo e são revendidos aos feirantes por intermediários. Segundo informações constantes do dossiê de registro da Feira de Caruaru, a maioria dos itens comercializados é falsificada, embora esse traço esteja diminuindo em função da maior fiscalização e até tributação dos produtos.

Atualmente, portanto, a feira de Caruaru faz parte de um conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela própria possui sectores ou “feiras” que têm densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantém inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo, como se diz lá, “de tudo o que há no mundo” e sendo um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga. Todos esses valores foram reconhecidos no título de Patrimônio Imaterial do Brasil que a feira de Caruaru recebeu, em pedido encaminhado ao Presidente do Iphan, no dia 24 de Fevereiro de 2006³⁶.

As características múltiplas da feira quanto à sua origem e às adaptações que sofreu, os elementos de permanência e mudança no que respeita às mercadorias e formas de pagamento — que incluem desde a caderneta do fiado aos cartões de crédito e cheques pré-datados — ilustram nossa tese de que a sobrevivência das feiras na contemporaneidade deve-se a uma relação dialética entre transformação / adaptação e permanência, estratégias de resistência dos sujeitos no contexto da globalização.

Outra feira nordestina brasileira que elegemos para este estudo é a de São Joaquim, localizada em Salvador-BA. As feiras de Salvador surgiram como feiras urbanas seguindo o modelo português, mas atreladas à zona portuária como lugar de abastecimento. Até meados do século XIX, era intenso o comércio em volta do cais e nas pequenas ruas em seu entorno, região do atual porto soteropolitano. A cidade

36 - O título teve como proponente a Prefeitura Municipal de Caruaru, e foi endossado pela Superintendência da Regional do Iphan em Pernambuco e por várias instituições locais.

baixa era a zona mais povoada de Salvador, com seus espaços bem definidos. Nos sobrados, os grandes comerciantes habitavam o primeiro andar, no segundo ficavam os escravos, sendo o térreo geralmente o lugar do comércio.

O surgimento das primeiras feiras de Salvador deu-se na ambiência das trocas comerciais que se estabeleciam no porto, local de grande diversidade e concentração de atividades. Diferentemente da feira de Campina Grande, que teve seu crescimento comercial devido à chegada do trem, as feiras livres de Salvador surgem no cais e têm nos saveiros os principais meios de transporte, instrumento facilitador para o comércio alimentício. Os saveiros que aportavam em ancoradouros da capital baiana tinham origem em toda região sul do Recôncavo, como Camamu, Caiuru e Boipeba³⁷. Até finais do século XIX, um elemento social relevante no universo urbano eram os “escravos de ganho”, cujo principal lugar de trabalho eram as feiras. Ali comercializavam frutas, verduras, peixes, artesanato, mingaus e refeições. Quando libertos também encontravam nas feiras o ambiente de acolhida.

A feira de São Joaquim data de 1964, ano do golpe militar no Brasil. Curiosamente, teve sua origem marcada por um episódio que contribuiu para a mudança do destino de muitos que dela viviam — um incêndio ocorrido em 05 de setembro de 1964, que fez com que a feira de Água de Meninos fosse destruída e seus feirantes remanejados para a enseada de São Joaquim, local onde permanece atualmente³⁸. A feira de Água de Meninos já era remanescente de outra, a feira do

37 - Schwartz, S. B. (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia das Letras. São Paulo, p. 89

38 - Mais detalhes sobre a origem duvidosa do incêndio de Água de Meninos, que marcou a vida dos sujeitos que viviam e conviviam na feira, serão tratados no capítulo em que discutiremos sobre os interesses conflitantes relativos à permanência e continuidade das feiras, associados aos impactos da modernização nas urbes brasileiras e portuguesas.

Sete. Em Água de Meninos já existia uma feira móvel desde o século XVII. Era palco para vários personagens que exerciam suas atividades num contexto socioeconômico, racial e cultural próprio. Homens, mulheres e crianças criavam e recriavam suas histórias quotidianas, resistindo ao progresso, à urbanização e à modernização. A socióloga Eliete da Silva Barros, em sua dissertação de mestrado sobre as crianças na feira de São Joaquim³⁹, examina sua trajetória histórica. A autora relata que a Feira de São Joaquim inicia sua trajetória com a Feira do Sete, nome originado da sua posição geográfica no porto, já que ficava instalada no areal que ia da Jequitaia até o sétimo galpão da Companhia da Docas da Bahia. Esta última, datada dos anos 20 do século passado, era uma feira móvel com produtos que vinham do Recôncavo Baiano em saveiros (frutas, farinha, rapadura, cerâmica e artesanato). Mesmo contrariando os poderes públicos e já como mostra de resistência, os feirantes se fixaram naquele local, originando a feira de Água de Meninos em 1932.

No início dos anos 50 do século XX, a capital Baiana retomava sua vitalidade comercial principalmente devido à exploração de petróleo⁴⁰, aglutinando inúmeros imigrantes que fugiam do chamado “polígono das secas” para se aventurarem em Salvador. Centenas de nordestinos, sergipanos, alagoanos, paraibanos e outros fixaram residência soteropolitana, e tiveram acolhida no mercado informal da feira de Água de Meninos. Após o episódio que destruiu a feira em 1964, os feirantes, como já foi dito, foram relocados na enseada de São Joaquim.

Atualmente, a feira de São Joaquim ocupa uma área de 34.000m², em terreno cedido pela União, entre os bairros do Comércio e da

39 - Barros, E. da S. (2008). Criança na Feira de São Joaquim cit..., p.28. Apud: Mello, Maria A., Moura, Jorge e Lobo, Ana. (1992, Dezembro) Feira livre: um mercado afro-brasileiro. Em: Veracidade. Revista do Centro de Planejamento Municipal, n. 4, p.27. Salvador.

40 - Ver Paim, M. R. da S. (2009). *Do sete a São Joaquim*, p. 43.

Calçada, tendo seu entorno marcado pela Baía de Todos os Santos, o Terminal de ferryboat, a Escola Pública Oscar Cordeiro, a Instituição Casa dos Órfãos de São Joaquim e diversos supermercados, a exemplo da Cesta do Povo. Funciona de domingo a domingo, das 05 da manhã às 18:00 h. Aos domingos as atividades são encerradas às 13:00 h. Do ponto de vista espacial, a feira está dividida em 10 quadras e em torno de 60 ruas⁴¹. Conta com aproximadamente 7.500 feirantes, dos quais cerca de 3.500 estão associados num sindicato. As atividades comerciais são múltiplas. Compreendem desde a venda a varejo realizada pelos barraqueiros e ambulantes, passando pela venda a atacado para revenda (que tem nos armazéns local de distribuição), até sectores de serviço representados por profissionais como sapateiros, costureiras, alfaiates, cabeleireiros, manicura, pedicure, conserto de eletro eletrônicos, postos de difusão para jogos de azar (jogos de bicho, loterias, jogos eletrônicos em vídeo games) e restaurantes, entre outros. A gama de mercadorias comercializadas inclui folhagens, frutas e verduras, cereais, aves vivas e abatidas, carne, peixe, refeições prontas, produtos para a culinária baiana como a massa pronta do acarajé, artesanato, artigos religiosos, utensílios domésticos, CD's e DVD's.

A feira de São Joaquim tem uma particularidade que deve ser destacada, em relação às demais feiras estudadas, no Brasil ou em Portugal, qual seja, o fato de ser administrada não pelo poder público municipal diretamente, mas sim em gestão compartilhada e administrada em conjunto pelo sindicato, pela associação dos feirantes e pelo administrador municipal. Esta última figura passou a existir em 2004, criada na gestão do prefeito João Henrique Carneiro. Tal configuração de gestão, ao tempo em que se apresenta como uma forma democrática, também origina inúmeros conflitos internos

41 - Dados informados entrevista com o Sr. Joel Anunciação, feirante em São Joaquim e Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 13 de Junho de 2009.

relativos às competências de cada entidade.

Outro aspecto que consideramos importante destacar quanto à feira baiana diz respeito às estratégias de permanência. São elas que permitem que a mesma continue existindo diante da concorrência dos equipamentos comerciais como os supermercados, inclusive no seu entorno. Nos referimos à iniciativa do poder público municipal, com a chancela de órgãos estaduais e federais — a exemplo dos Ministérios da Cultura, Turismo e Planejamento —, no que diz respeito ao projeto de requalificação do sítio, com elementos de adaptação e de permanência, elaborado por esses órgãos com o apoio da sociedade civil.

Visando a requalificação, o Governo do Estado, por intermédio do IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural, realizou reuniões periódicas denominadas de “marcos teóricos”, dividindo as discussões em três grupos de temáticas diferenciadas. O primeiro grupo, dedicado à gestão, teve como objetivo discutir as diretrizes administrativas com o modelo de gestão compartilhada através da formação de Comitê gestor. O segundo grupo tratou de infraestrutura e meio ambiente, temas considerados em conjunto com vistas à elaboração de projeto arquitetônico. O terceiro grupo, denominado sociocultural, cuidou dos elementos correspondentes à manutenção dos valores culturais, valorizando o espaço a partir dos saberes, ofícios, modos de fazer e expressões tradicionais que se encontram na feira, buscando, portanto, mesmo diante da requalificação, as condições de permanência. Esses saberes estão relacionados à medicina popular e ao conhecimento dos usos de ervas e plantas; a ofícios relativos à confecção de utensílios e objetos de folha-de-flandres, de couro, de barro, de pano tecido à mão, de palha, de vime; modos artesanais de fazer farinha, gomas, doces, acarajé, caruru, abará, bolos e outras comidas da culinária baiana; ao beneficiamento de produtos como o fumo de rolo; a criações e expressões artísticas populares como o artesanato figurativo de barro,

o cordel, as rodas de capoeira, a poesia, a música. Esses e outros aspectos da feira de São Joaquim foram pesquisados numa série de trabalhos acadêmicos⁴².

As Feiras do Noroeste português

Desde os primórdios da nacionalidade que os monarcas portugueses, junto com a concessão das cartas de foral para a criação dos Concelhos, iam concedendo também cartas para funcionamento das feiras, assim promovendo o desenvolvimento demográfico, social e comercial desses lugares.

As feiras no Noroeste de Portugal existem desde o período Medieval. Inicialmente, seu objetivo era alimentar a população local, com a produção comercializada a varejo nos conhecidos mercados. Naquela época, as feiras já constituíam espaços de sociabilidade, visto que era nelas que aconteciam reuniões mensais de mercadores de várias regiões. No período, a navegação pelo mar mediterrâneo era restrita ao domínio de muçulmanos no norte da África e parte da Península Ibérica. O comércio terrestre partia dos portos italianos, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. Muitas

42 - Contamos com a colaboração dos seguintes trabalhos: BARROS, Eliete da Silva. *Criança na Feira de São Joaquim...*, estudo que em muito contribuiu para percebermos as configurações das relações de trabalho que têm em São Joaquim seu cenário; PAIM, Márcia Regina da Silva. *Do sete a São Joaquim* cit..., que, para além de se tratar de um estudo de gênero, apresenta-se como um trabalho que versa sobre o quotidiano de São Joaquim representado pelos seus principais personagens, os feirantes. Além dessa contribuição, a autora faz uma retrospectiva histórica sobre a feira atual, como sendo remanescente da feira do Sete e de Água de Meninos. Um outro trabalho que deu subsídio para entendermos o universo cartográfico de São Joaquim foi Lima, L. B. (2002). *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Conclusão de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Nele, o autor nos inquietou com sua proposta de trazer uma reflexão acerca da dimensão territorial dos vetores econômicos, políticos e culturais presentes na feira.

formas de comércio varejistas foram sendo aperfeiçoadas, a exemplo das quitandas, do tabuleiro na rua, e das técnicas de venda e de convencimento presentes nas falas dos protagonistas desse comércio milenar, os feirantes.

As feiras portuguesas “sobreviveram” na época moderna e na contemporaneidade, continuando a se configurar como espaços onde se estabelecem relações comerciais e sociais. São atualmente *loci* de pluralidade identitária, onde se verifica a presença de etnias diversas, a exemplo dos ciganos e de imigrantes oriundos de países próximos como a Espanha e a Itália. Destaca-se, sobretudo, a presença de chineses e de indivíduos oriundos de outros povos orientais que, diante da abertura de mercado vivenciada em Portugal, transitam livremente comercializando seus produtos nas feiras. Tais identidades plurais são efeito de processos históricos como a globalização, que não provocam necessariamente ruturas radicais nas identidades daqueles que frequentam esses ambientes sociais, uma vez que as identidades são múltiplas e não estáticas, como sugerem certos estereótipos.

Para a escolha das feiras a serem estudadas na região do Minho, Noroeste de Portugal, foram tidos em conta dois critérios: antiguidade e permanência. Ao analisarmos a distribuição das feiras em território português, ao longo dos meses do ano, percebemos uma concentração delas nessa região, o equivalente a quase uma feira diária em diferentes sítios. Lá realizam-se, entre outras, a feira de Ponte de Lima (quinzenalmente às segundas-feiras), a de Mondim de Basto (nas primeiras segundas-feiras do mês), a feira semanal no parque de Exposições em Braga e no entorno do mercado (às terças-feiras), as de Vila Nova de Famalicão, Fafe e Barroselas (semanalmente às quartas-feiras), a de Barcelos (às quintas-feiras), as de Viana do Castelo, Vila do Conde, Guimarães e Vila Real (às sextas-feiras) e de Caminha em Celorico de Basto, Musão Frio e São Gonçalo de Amarante (aos

sábados)⁴³. Já o quinhentista Frei Bartolomeu dos Mártires notava que “(...) não só Viana, mas toda terra de Entre Douro e Minho é uma feira contínua de comprar e de vender e embarcar e mercadejar (...)”⁴⁴. Fato similar é observado em relação à Europa por Braudel, o qual comenta que “ (...) o calendário destas reuniões sucessivas mostra que elas aceitam dependências recíprocas, que os mercadores passam de uma feira para outra com seus carros e mercadorias”⁴⁵.

Nosso estudo versa sobre algumas das feiras desta região que se fazem presentes desde a época feudal, e que se mantêm mesmo diante da concorrência dos centros comerciais instalados nas cidades, trazendo novos hábitos de consumo. Como ocorre no Brasil, as feiras mantêm-se com base em estratégias de adaptação e de mudança, que fazem com que resistam.

A feira de Ponte de Lima, localizada na região norte de Portugal, constituiu ao longo dos séculos um polo dinamizador da atividade econômica regional, uma vez que concentrava pessoas de várias localidades do distrito de Viana do Castelo, bem como de toda a província do Minho e da região da Ribeira Lima. É a mais antiga do território português⁴⁶, datada de 1125, mencionada no foral concedido

43 - Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho. *Calendário das feiras*. Acedido em 25 de Novembro de 2010, em: http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page1387.html.

44 - Oliveira, A. (1997). Braga e o Arcebispado no tempo de D. FR. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582). *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. Série II, vol. 14:283.

45 - Braudel, F. (1995). *Civilização Material e Capitalismo: séculos XV a XVIII. Os instrumentos da troca*. 1º Vol. Tradução de Telma Costa. Martins Fontes. São Paulo, p. 73 (“Feiras grandes mercadores, evolução das feiras, feiras e circuitos”).

46 - Afirmação presente em Rau, V. (1981). *Feiras medievais portuguesas...*, p. 63.

pela primeira rainha de Portugal, D. Teresa⁴⁷ (1080-1130).

As feiras portuguesas, desde a sua origem, foram consideradas como encontros periódicos, realizados uma vez por semana, quinzenalmente, mensalmente ou uma vez por ano. Quando anuais, como as feiras francas, duravam e ainda duram uma semana inteira. Na sua origem, conforme foi dito, serviam como suporte para suprir as necessidades das explorações econômicas da zona rural, que tinham como principais produtos trigo, centeio, aveia e cevada, no inverno; e milho, uva para o fabrico de vinho, legumes, feijão, favas, ervilhas, lentilhas, maçãs, peras, ameixas, figos, pêssegos, nozes, avelã, linho e tecidos para o vestuário, no verão. Atualmente, ainda se conservam não só algumas barracas para a comercialização de tecidos e manufaturas de armarinhos, mas também o comércio do gado vivo (no passado com maior relevância)⁴⁸.

A feira de Ponte de Lima constituiu-se e ainda se mantém como um espaço de troca de informações e de sociabilidades. Como nota José Aníbal Gomes, “era nas feiras que se obtinham notícias do que se passava pelo mundo, do resultado das colheitas das regiões circunvizinhas, se trocava ideias, contavam histórias, lendas...”⁴⁹. Assim como as demais feiras, a de Ponte de Lima vai além de um simples local de compra e venda de mercadorias. As feiras são lugares privilegiados onde se desenvolve uma série de relações sociais, são

47 - Filha do rei D. Afonso VI de Castela e Leão, tornou-se a primeira rainha de Portugal. Casou-se com Henrique de Borgonha, e, por ocasião da morte do marido, administrou o Condado Portucale por uma década. Este condado fizera parte de seu dote de casamento, e compreendia os cobiçados territórios ao sul do Minho. A partir de 1096, estende-ria-se entre o Minho e o Tejo. Sobre a biografia da rainha ver: Cassotti, M. (2008). *D. Teresa - A Primeira Rainha de Portugal*. Ed. Esfera dos Livros. Lisboa.

48 - “As origens de Ponte de Lima”, Limiana, Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia limiana de Ponte de Lima, n.37. Jornal Semanário Cardeal Saraiva. (1980, 11 de Abril). Folhetins publicados entre 1969 e 1991, pp. 10-11.

49 - Gomes, J. A. M. (2002). D. Teresa e a Vila de Ponte. Alguns subsídios bibliográficos e históricos. Separata da revista “O anunciador das feiras Novas”, XIX: 9.

ponto de encontro tradicional de amigos ou de simples conhecidos, lócus escolhido para os mais variados atos da vida social, mantendo assim um sentido de permanência e de identidade. Isto é ilustrado por trecho do depoimento da freguesa entrevistada, Sra. Carmem Santos⁵⁰: “É o local onde há muita coisa para comprar e para conviver, é uma distração, há pessoas que tiram a segunda para se juntar, passear depois do final de semana”. Também o Sr. Américo Macedo⁵¹, feirante há 20 anos do ramo de peixes, quando indagado a respeito do que mais lhe atraía na feira, afirmou: “O trabalho em si, por onde ganhamos a nossa vida, lidar com os clientes, os passatempos com os nossos vizinhos, nossos colegas, fazer amizades e inimizades também”. E a propósito das alegrias e tristezas lá vivenciadas: “Triste: quando sabemos que algum familiar faleceu; alegre: a convivência com os nossos vizinhos de barracas, e quando não se vende não fazemos farra, mas nos divertimos uns com os outros”.

Assim, a feira de Ponte Lima ainda é, no presente, um lugar de sociabilidades e de diversão, sobretudo para aqueles que a frequentaram no passado e rememoram suas experiências, quando a revisitam. É o caso da freguesa há mais de trinta anos Maria do Céu⁵², que diz: “Para mim que desde pequeninha vim e gosto de vir [...] a feira de Ponte de Lima é uma feira popular, as pessoas quando vêm aqui vêm porque gostam da feira, é tradicional e tem de tudo um bocadinho, é uma feira importante para nós da região...”.

Ainda hoje a feira de Ponte de Lima é considerada como uma das mais concorridas no norte de Portugal, tendo oitocentos feirantes cadastrados, com a câmara arrecadando, vinte cinco mil euros

50 - Entrevista com Sra. Carmem Santos, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

51 - Entrevista com Sr. Américo Macedo, feirante, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

52 - Entrevista com Sra. Maria do Céu, freguesa, em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

por feira⁵³. É também concorrida dada a diversidade de produtos comercializados, o artesanato, apresentações musicais e danças típicas da região.

Apesar da evolução tecnológica, ainda se mantêm hábitos do passado como “marralhar” ou “regatear” os preços dos produtos, a venda de alguns produtos típicos da região como tamancos em madeira para as lavradeiras que residem nas aldeias, as sardinhas, o bacalhau, adereços para animais, cestarias, a travessa de barro, a caneca, o artesanato em geral. Como nos diz o fiscal Martins: “(...) É muito importante, ainda faz escoamento dos artigos dos lavradores do concelho, ainda se vê milho, centeio, linha, ovos, recebe pessoas de cinquenta freguesias, fora outros concelhos. A feira de Ponte de Lima é a segunda maior do país, Barcelos é a principal”⁵⁴. Na mesma direção, diz a freguesa Maria do Ceú, citada anteriormente: “É mais cômodo, e eu gosto sempre de comprar aqui porque são coisas que as pessoas trazem de casa, são produtos mais naturais (...) tem diversas roupas, não são roupas de marca, mas são mais confortáveis, dá para o nosso dia-a-dia.”

Em relação ao hábito de “marralhar” ou “regatear”, o qual também constitui um importante atrativo, sobretudo se comparado aos supermercados, a mesma freguesa continua: “(...) gosto de vir aqui por causa disso, pela amizade, pelo jeito como as pessoas acolhem diferente dos supermercados, e se quiser fazer desconto, as pessoas dão enquanto nos supermercados é o que está lá mesmo”⁵⁵.

Mesmo representando um espaço de grande importância para a economia local, para a manutenção do tradicional e como lugar

53 - Informação adquirida na entrevista com fiscal municipal há mais de 30 anos, Sr. Antônio Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

54 - Idem.

55 - Entrevista com a Sra Maria do Ceú, freguesa, em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

de sociabilidade, a Feira de Ponte de Lima tem sofrido ameaças constantes da concorrência. Os hipermercados, lojas e centros comerciais, espalhados por todo o concelho e vizinhança, condicionam as formas tradicionais de comercializar. Em Portugal e nos demais países capitalistas, no século XX, “inúmeras foram às transformações que ocorreram na produção, na distribuição, na troca, no consumo e nas relações sociais”⁵⁶. A dinâmica social e espacial deste período é caracterizada pelo novo formato de vida urbana, no qual transformações no comércio têm papel de destaque. Novas formas de consumo foram implantadas, sobretudo nos novos lugares de comércio — supermercados, *shopping centers*, hipermercados, franquias e as lojas de conveniência. Os supermercados⁵⁷ constituem superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem, num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos.

Para alguns, a feira representa como que uma espécie de shopping. No dizer da freguesa, Sra. Piedade⁵⁸, proporciona “preços, compará-los e mais variedade; nas lojas antigamente tinha mais coisas, são coisas específicas, na feira não; tem de tudo um pouco, é quase um shopping, costume dizer que é o shopping dos pobres.” Contrariando esta opinião, boa parte dos fregueses e feirantes se reporta à diminuição do movimento da feira em consequência da chegada das

56 - Silva, C. H. C. (2000). *24 Horas de Comércio na Cidade de São Paulo: Estudo sobre os Supermercados e as Lojas de Conveniência*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, p. 56.

57 - Pintaudi, S.M. (1981). Os supermercados na grande São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejistas de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação de Mestrado em Geografia. USP, São Paulo, pp. 37-54.

58 - Entrevista com a Sra. Piedade, freguesa em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

grandes superfícies. O feirante Sr. Manoel Ferreira⁵⁹, quando indagado sobre as diferenças entre a feira de hoje e a de vinte anos atrás, diz: “As grandes superfícies vieram tirar às feiras, as pessoas se afastaram e a tendência é se acabar. Está difícil. Antes se ganhava dinheiro, hoje gasta-se”. Vão na mesma direção os depoimentos da também feirante Sra. Maria José⁶⁰: “está baixo o negócio, falta de dinheiro e muitos hipermercado, baixa o nosso negócio”; e da freguesa já citada anteriormente, Maria do Céu⁶¹: “hoje há mais supermercados (cita o nome de dois), as pessoas vêm à feira, mas os supermercados tiraram muito as pessoas das feiras, porque antes (elas) vinham mais”. O também já citado fiscal Sr. Antônio Martins faz a mesma observação: “Concorrência, tendência a acabar. O comerciante local está a acabar por causa dos hipermercados e produtos chineses”⁶². Outra diferença apontada, em relação ao passado da feira, diz respeito aos novos atores chineses e ciganos⁶³: “Ir à feira é competir com as grandes superfícies (...) vemos agora um grupo de pessoas que passou a dominar o espaço das feiras: os ciganos (...) temos uma pequena amostra do que é a feira de hoje: vendem-se sapatos, roupas interiores, camisolas e a *t’shirt* da moda”, diz o fiscal Antônio Martins. E continua: “(...) tivemos ouro e prata e hoje não tem mais, hoje temos artigos modernos: chineses e ciganos vendem”.⁶⁴ Os pequenos mercados especializados de rua — açougues, confeitarias, etc. — também sofrem e fecham as portas, assim como os pequenos supermercados situados em bairros.

59 - Entrevista com o Sr. Manuel Ferreira, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

60 - Entrevista com a Sra. Maria José, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

61 - Entrevista com a Sra. Maria do Céu, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

62 - Informação dada em entrevista concedida à autora pelo fiscal municipal Sr. Antônio Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

63 - Fato também observado por Campelo, Á. (2006). *Património imaterial de Ponte de Lima*. Câmara Municipal. Ponte de Lima.

64 - Ibidem.

Além da feira de Ponte de Lima, elegemos para estudo a de Barcelos, no distrito de Braga. Como as feiras nordestinas brasileiras, esta localiza-se num ponto privilegiado de circulação na região do Minho. O concelho de Barcelos faz fronteira com mais sete concelhos (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Verde, Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Esposende) e com dois distritos (Viana do Castelo e Porto)⁶⁵. As freguesias mais distantes encontram-se entre 10 e 18 km, o que implica ótimas condições de acessibilidade ao centro do concelho. A cidade apresenta-se como um nó viário, já que nela afluem nove estradas nacionais, possibilitando trocas comerciais entre o mar e as planícies. Feiras semanais ou quinzenais têm lugar em todos os concelhos em volta de Barcelos (feiras de Ponte de Lima, Vila Nova de Famalicão, Braga, Esposende, etc.). Os feirantes são itinerantes, como em toda região norte de Portugal. Muitos foram encontrados por nós, nas pesquisas de campo, em mais de uma feira.

A feira de Barcelos teve sua origem ainda no medievo. Há registros dela do ano de 1412⁶⁶, data em que o rei D. João I, a pedido de D. Afonso, seu filho e conde de Barcelos, concedeu a esta vila uma feira por ano, com duração de 15 dias, a realizar-se na primeira quinzena de agosto no antigo campo de Salvador. A feira coincidia com a festa litúrgica do Salvador, patrono do local, em 06 de agosto.

Atualmente realiza-se todas as semanas, às quintas-feiras, no Campo da República. Ocupa uma área de aproximadamente 25.000m², distribuída em vários sectores, de acordo com as atividades desenvolvidas: panificação, flores, produtos hortícolas, sementes, frutas, ervas, folhagens, artesanato (loiça regional e cerâmicas, utilitárias e para decoração), alumínio, tecidos, malhas calçados, roupas prontas, miudezas, mobílias, ferreiros, ourives, alfaiates.

65 - Ver Simão, cit..., p.32.

66 - Ver Rau, V. (1981). *Feiras medievais portuguesas cit...*, p. 139.

Produtos artesanais, em barro, figurado, decorativo ou utilitário, são os mais conhecidos e procurados na feira de Barcelos. Um exemplo é o galo de Barcelos, figura associada à cidade, mas sobretudo símbolo do Estado Português, conhecido mundialmente. Mas a feira reúne pouco menos de quinhentos agricultores, originários do concelho e do distrito de Braga como um todo. Entre os produtos hortícolas comercializados, encontram-se hortaliças, frutas da época e aves.

A administração da feira é da responsabilidade do poder público municipal, sendo a Câmara municipal responsável por ela. Oferece aos feirantes lugares determinados, sanitário público e segurança, deles recolhendo taxas anuais que vão de 600 a 1.000 euros, a depender do local e da atividade.

A feira de Barcelos conta com visitantes e comerciantes das 89 freguesias do concelho, que fazem do dia da feira um evento semanal. O ritual inicia-se desde a noite anterior, com a montagem da feira na madrugada. Os caminhões de mercadorias chegam antes das seis da manhã para abastecer os lugares montados pelos feirantes, os chamados arraias, e por volta das oito horas da manhã inicia-se a venda das mercadorias. As atividades encerram-se às 17:00h.

De acordo com os entrevistados, na feira de Barcelos encontram-se todos os artigos que já se vendiam 20 ou 30 anos atrás. No entanto, diante da modernização, os artigos foram se adaptando às necessidades do mercado. Desta feita, os artigos de carpintaria, por exemplo, evoluíram para as mobílias prontas; em vez de tecidos e retalhos, passou-se a comprar roupas prontas. Estas são, a nosso ver, algumas estratégias que a feira encontra para continuar existindo, adaptando-se às novas demandas do mercado, mas não perdendo os aspectos essenciais peculiares desse universo mercantil e cultural. Nos referimos aos modos de agir, de falar, de conquistar os fregueses, à persuasão, à barganha e à diversidade de produtos ofertados. Nesse sentido, a feira de Barcelos se constitui num grande centro comercial,

que absorve os produtores, os vendedores e mesmo os desempregados, que lá tornam-se recém-empregados informais.

Um fator que chama atenção é a rivalidade existente entre os comerciantes locais e os feirantes. Os primeiros argumentam que a concorrência da feira é desleal para o comércio local, que paga impostos e é legalizado, enquanto os feirantes são isentos de qualquer imposto, pagando apenas as taxas que lhes são cobradas pela câmara municipal para utilização do espaço. Por sua vez, os feirantes queixam-se dos comerciantes fixos porque, segundo eles, estes dispõem de toda infraestrutura de que os clientes precisam.

A terceira feira portuguesa investigada é a de Vila do Conde, cidade sede do Concelho com trinta e três freguesias e pertencente ao Distrito do Porto. Faz fronteira com o município de Póvoa de Varzim, cidade litorânea com atividades comerciais marítimas.

Segundo o livro de atas de Vereação, a feira de Vila do Conde também tem sua origem no período medieval, nomeadamente em 1466. Seu local inicial foi a Praça Velha, Paços do concelho, atual Praça Antero de Quental. Já naquela época observa-se a inter-relação entre o desenvolvimento da cidade e a realização da feira semanal, em função das receitas arrecadadas aos cofres públicos. Em finais do século XV, há um aumento significativo dos mercados fixos locais, a expansão de regulamentos régios municipais e da fiscalização dos atos de compra e venda das mercadorias, por parte do poder público, além de aumento nos valores tributários⁶⁷. Em que pese o declínio das atividades comerciais internas em Portugal, a partir do século XVI, em função da ênfase na empresa marítima ultramarina europeia, o

67 - Material de divulgação de evento realizado em Vila do Conde, promovido pela Câmara Municipal, que teve como tema "Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Ver: Garrido, L. (Coord.). (2005). *Actas do 3º Encontro de História. Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea*. Terra e Terra, N. 31. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde.

Concelho de Vila do Conde ainda institui, em 1704, a Feira Franca de Santo Amaro⁶⁸, por autorização do Poder Régio.

Outro elemento que ilustra a importância e representatividade que as feiras de Vila do Conde tinham junto à comunidade é a regularização dos dias de feira. A partir de 10 de Agosto de 1934, as feiras passaram a realizar-se semanalmente, às sextas-feiras. Além disto, diferentemente de muitas sedes de concelhos em Portugal em que não existem feiras francas ou em que estas ocorrem apenas uma vez no ano, em Vila do Conde feiras francas são realizadas semestralmente, a primeira em 20 de janeiro (Feira dos 20, Feira dos Namorados ou Feira de São Sebastião)⁶⁹ e a segunda em 03 de agosto (Feira de Santo Amaro)⁷⁰.

O fato acima, assim como a resistência da feira mesmo face à concorrência de novos lugares de consumo e da presença de comerciantes chineses — naquele sítio se concentra o maior polo fabril e de comércio em varejo de mercadorias chinesas⁷¹ —, são as principais razões pelas quais a feira de Vila do Conde foi escolhida para estudo. A atuação de chineses na região é enfocada por muitos entrevistados e será explorada adiante, neste trabalho. A título de ilustração, mencionamos aqui o depoimento da feirante Maria de Lurdes que, quando indagada sobre as diferenças entre a feira de hoje

68 - Fato que será melhor abordado no item que se refere às Feiras Francas, desenvolvido no capítulo 1 deste trabalho em tópico intitulado "Feira e suas derivações conceituais, resultado de valores culturais".

69 - Ver Feiras Francas e Feira dos Namorados em: Neves, J. P. (1991). *Vila do Conde*. Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, pp. 65-70 ("Mercados e Feiras Francas).

70 - Feira dos 20 e feira de Santo Amaro. (1984, 19 de Janeiro) *Jornal Informação Vila-condense*, ano VII, n. 286.

71 - Vila do Conde é considerada atualmente como a cidade que detém o maior polo chinês presente em Portugal, não somente na região Norte, mas em toda região continental. Haja vista que nesse sítio se aglomeram cerca de 300 unidades de comércio grossista e varejistas de artigos chineses. Essa temática será melhor explorada no capítulo 2, intitulado "Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras", em seu item 2.8, pp 217-222. "Mais concorrência para as feiras em Portugal: Chineses e Ciganos deste".

e as de vinte anos atrás, diz: “ (...) antes tinha menos feirantes, e vendia-se mais um bocadito⁷², (...) vejo a concorrência não só na feira, mas também das lojas, hipermercados, e também esses chineses que hoje tem para todo o lado”.

Apesar da concorrência dos equipamentos comerciais urbanos instalados no Concelho e em seu entorno, sobretudo a partir de 1986, em Vila do Conde a Câmara Municipal tem tido elevado crescimento nos valores arrecadados aos cofres municipais, dado o crescimento no número de feirantes ⁷³. A arrecadação passou de 28.987 euros, em 1986, para 305.014 euros, em 2007⁷⁴. A dependência financeira dos próprios feirantes, e também das Câmaras Municipais em relação à feira, é referida no depoimento da feirante Ana Bela: “Todas as feiras são importantes. Porque se acabar as feiras que é que vai ser de nós? [pergunta]. E de muitas Câmaras, porque muitas Câmaras vivem com as feiras”⁷⁵.

Atualmente, a feira semanal de Vila do Conde conta com 389 feirantes⁷⁶, distribuídos na área central da cidade, praça de São João, no entorno do Mercado Municipal. A gama de mercadorias comercializadas inclui gêneros alimentícios (produtos hortícolas, de panificação, chumaçaria, charcutaria, frutaria), floricultura, utensílios

72 - Entrevista com Sra. Maria de Lourdes, feirante na feira de Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007. A entrevistada se refere ao aumento do número de vendedores na feira de Vila do Conde, o que nos faz refletir a respeito. Por um lado, percebemos a importância da Feira para a comunidade. Por outro, um retrato do crescimento de profissionais no mercado informal, tema que receberá tratamento no capítulo 1, intitulado “A dinâmica do trabalho nas feiras”, em seu item 1.2 As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp. 80-109.

73 - Nos referimos ao período de nosso estudo: 1986-2007.

74 - Informação concedida por meio do ofício n. 106/11, de 05/01/2011, da Diretoria do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Vila do Conde.

75 - Entrevista com Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, mas também é feirante em Barcelos e Ponte de Lima, em 21 de Dezembro de 2007.

76 - Documento supracitado. Ofício n. 106/1, p. 2.

domésticos, louças, plásticos, calçados, produtos de vestuário, têxteis, miudezas, ferragens, móveis, tapeçaria, artesanato, cestos, ourivesaria, animais domésticos (aves), produtos importados, artigos musicais (cassetes, DVD's, Cd's), artigos de desporto, entre outros⁷⁷.

Para além das feiras semanal e francas, o Concelho de Vila do Conde sedia outras atividades comerciais e/ou culturais, eventos que também são chamados de feiras⁷⁸: a Feira da Lameira (às quartas-feiras na Freguesia de Mosteiró); a Feira de Velharias e Antiguidades (no terceiro domingo de cada mês, também na Praça São João); a Feira das Atividades Agrícolas, evento conhecido como Portugal Rural, realizado todos os anos no início do mês em setembro, que tem o propósito de proporcionar aproximação entre o mundo rural e o urbano⁷⁹; a Feira da Gastronomia (realizada na terceira semana de agosto); e a Feira Nacional de Artesanato (realizada anualmente na última semana de julho e primeira de agosto, também na sede do Concelho)⁸⁰.

Os elementos sucintamente apresentados ilustram como a feira de Vila do Conde também continua a representar um espaço de convívio e lazer, bem como de sustento econômico para muitos atores sociais que convivem em seus cenários. Como já foi afirmado anteriormente, nosso objetivo nesta tese é compreender as estratégias

77 - Sobre as mercadorias negociadas na Feira de Vila do Conde, destacando sobretudo as mudanças nos tipos de produtos como estratégias de adaptação e resistência frente ao global, diante da substituição de mercadorias.

78 - As feiras na contemporaneidade são utilizadas pelo marketing como recurso de atração para determinados eventos, no tocante às características que lhe são peculiares: exposição e variedade de produtos, e também preços baixos. Nesse sentido, muitas entidades, públicas ou privadas, fazem uso de seu termo. Sobre esse aspeto, faremos breves comentários no capítulo 2, em seu item "Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras, tópico: Termo feira empregado em situações diversas do presente trabalho".

79 - As Feiras tradicionais, em sua origem, tiveram essa característica de promover o intercâmbio entre o mundo Rural e Urbano, o campo e a cidade.

80 - Ver informações sobre Feiras no portal da Câmara Municipal de Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde: Acedido em 10 de Dezembro de 2010, em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30323

utilizadas pelos feirantes e pela instituição em si, para que essa atividade comercial medieval ainda se mantenha na atualidade

Pelos meandros da metodologia

Um conjunto de procedimentos que tem lugar central neste estudo são os relativos à chamada História Oral. Conquanto esta metodologia implique em problemas particulares, explorados em extensa bibliografia⁸¹, vimos nela a possibilidade de, através da observação e da interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, podermos ter acesso a informações e criar as condições necessárias para a compreensão do nosso objeto. Esta forma de investigação, como é bem sabido, implica um trabalho de campo, em que ocorre um contato direto entre o pesquisador e as pessoas entrevistadas, evocando-se situações, locais, eventos⁸² e episódios⁸³ do presente

81 - Hall, M. (1992). *O direito à memória*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, p. 157-160 ("História Oral: os riscos da inocência"); Meihy, J. C. S. B. (2002). *Manual de História Oral*. 4ª Edição. Edições Loyola. São Paulo; Meihy, J. C. S. B. (org.). (1996). *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. Xamã. São Paulo; Alcazar I G. J.D. (setembro 1992-agosto 1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/6; Thompson, P. (1998). *A voz do passado: história oral*. 2ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro; Ferreira, M. de M. e Amado, J. (1996). *Usos e abusos da História Oral*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; Montenegro, A. T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Contexto. São Paulo; De Certeau, M. (2008). *A escrita da história*. 2ª edição. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, pp. 211-242 ("Os sistemas de sentido: o escrito e o oral"); Portelli, A. (1990). O que faz a história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9 nº19: pp. 219-243.

82 - Concepção de evento, adotada do historiador francês Paul Marie Veyne, como relacionada aos acontecimentos não apenas econômicos, mas sobretudo políticos e sociais, vislumbrando uma reflexão mais próxima da História como um todo, da História Geral. Os eventos relacionados, portanto, ao contexto no qual estão inseridos. Ver: Veyne, P. M. (1995). *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Editora da Universidade de Brasília. Brasília.

83 - Percebemos os episódios a partir de uma análise de "descrição densa", influenciados por Clifford Geertz. Vemos a cultura relacionada a uma teia de significados e não de maneira isolada. Assim são também os episódios. Ver: Geertz,

e do passado. Ela possibilita a criação de fontes para o estudo de indivíduos e grupos pertencentes a setores sobre cuja vida, muitas vezes, a documentação cartorial nada diz. O registro dos depoimentos e diálogos é como que um prolongamento desses contatos.

Num plano mais geral, este é um trabalho de história social da cultura⁸⁴, em que se articulam uma história do cotidiano e uma história local de cada um dos lugares investigados.

No trabalho de campo, além das entrevistas com feirantes e fregueses, utilizamos levantamentos fotográficos e cartográficos. Os roteiros das entrevistas foram elaborados com questões abertas e fechadas, de forma que as respostas permitissem uma interpretação mais detalhada dos modos como foram — e são — vivenciadas, por esses atores, as transformações sociais, culturais e econômicas no interior das feiras em estudo. Foram entrevistadas cerca de 240 pessoas (120 no Brasil e 120 em Portugal), 40 em cada feira, sendo 20 feirantes e 20 fregueses. Os entrevistados – feirantes e fregueses – que não quiseram se identificar, atribuímo-lhes pseudônimos.

Esta obra discute diferentes dimensões relativas aos impactos ocasionados pela Globalização enquanto fenômeno da atualidade, divide-se em três capítulos no capítulo 1 analisa-se a questão da dinâmica do trabalho nas feiras, incluindo uma breve retrospectiva histórica acerca do trabalho informal, do desemprego e migrações, contextualizando estes fenômenos de acordo com o espaço geográfico e o tempo. Este capítulo focaliza o papel das feiras na absorção de mão-de-obra advinda desses processos.

No capítulo 2, são abordados os lugares de consumo que emergiram na contemporaneidade, fruto da expansão do capitalismo comercial global, que representam concorrência para os mercados

C. (1973). *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, p. 15.

84 - Barros, J. D (2008). *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 5ª Edição. Vozes. Petrópolis, pp. 55-90 (“História Antropológica e História Cultural”).

tradicionais. Referimo-nos aos novos equipamentos comerciais urbanos implementados no Brasil e em Portugal, a partir da década de 1980, as grandes superfícies comerciais, supermercados e hipermercados, centros comerciais e *shopping centers*, destacando as grandes redes de abastecimento instaladas nas cidades onde estão instaladas as feiras objeto deste estudo. São ainda examinados o comércio eletrônico da Net e outros concorrentes das feiras: em Portugal, os produtos chineses, diante da «via chinesa» ou «modelo chinês»⁸⁵; no Brasil, os centros comerciais populares, os chamados “camelódromos”.

O capítulo 3 explora outra dimensão do impacto do fenômeno da globalização nas feiras, qual seja, a relativa a práticas culturais e identitárias. Trata das subjetividades descentradas, heterogêneas, múltiplas que constituem a diversidade cultural contemporânea. O capítulo inclui breve retrospectiva da formação de identidades brasileiras e nordestinas, por um lado; e portuguesa e minhota, por outro. Para além da tentativa de interpretação das identidades híbridas e de desconstrução de estereótipos, discutimos a concepção das feiras como lugar “desterritorializado” e os papéis sociais por gênero, nas feiras contemporâneas.

Para finalizar esta apresentação, esperamos, com o presente trabalho, trazer contribuição para a historiografia luso brasileira, no que diz respeito mais especificamente às feiras, mas também às sociedades que as envolvem em um cenário de um mundo globalizado.

85- Desde o fim da Revolução Cultural (1969), a China passou a ter uma economia regular e apresentar elevados índices de crescimento, sobretudo nos sectores industrial e de expansão comercial. Fatores que são visíveis após a participação da República Popular da China na OMC - Organização Mundial do Comércio, no “apagar das luzes” do ano de 2001, iniciativa que trouxe uma forte abertura de mercado dos produtos chineses em todo o mundo. Na Comunidade Europeia, o Acordo de Xangai, de 2005, prevê limites para exportação e importação dos produtos chineses. Ver estabilidade econômica, crescimento industrial e o modelo chinês em: Léon, P. (dir.). (1981). *História Econômica e Social do Mundo. O segundo século XX de 1947 aos nossos dias*. Volume VI, Tomo II. Sá da Costa Editora. Lisboa, pp.468-472 (“Via Chinesa”).

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DO TRABALHO NAS FEIRAS

(...) A globalização traz inúmeras mudanças na vida do trabalhador. Suas principais consequências resultam na precarização do trabalho, na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando assim, situações de exclusão social e privação dos direitos fundamentais da pessoa humana⁸⁶.

Assistimos a uma nova dinâmica socioeconômica na esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados, fatores que colaboram para uma nova categoria de trabalho conhecida desde a década de 1970 como trabalho informal, e, a partir da década de 1990, a “nova informalidade”. No entanto, essas categorias são resultado de todo um contexto econômico e social vivido durante o período moderno que são os conhecidos, na teoria do trabalho, por processos de reestruturação produtiva, a saber: Taylorismo, Fordismo e Produção Flexível.

É sabido que a categoria de trabalho na sociedade capitalista possui um fundamento que lhe confere um estatuto de centralidade. O trabalho trata da mediação, ou relação entre o homem e a natureza, transformando-a, domando-a, ou seja, é por intermédio do trabalho racionalizado que o homem transforma a natureza e relaciona-se com a sociedade que o cerca. Para Marx,

86 - Sobre conceito de trabalho relacionado a época contemporânea, de efervescência da globalização, consultar Antunes, R. (2001). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Bom Tempo Editorial. São Paulo.

O trabalho é o trabalho do homem, e o seu resultado vai ser o próprio homem cuja tarefa é instaurar, mediante uma praxis social, uma ordem pela qual é ele o único responsável, e na qual se reencontre com sua própria humanidade⁸⁷.

Para além do fato de transformar e interagir com a sociedade na relação estabelecida entre o homem e a natureza, o trabalho para o sistema capitalista é também responsável, segundo Marx, pela formação desse homem em trabalhador inserido no modo de produção que o reduz a um apêndice da máquina⁸⁸. Um fator de produção, onde de um lado vê-se o capitalista, possuidor da propriedade privada (dono do trabalho alheio, materializado na mercadoria, trabalho acumulado), e, de outro, o trabalhador, sem propriedade privada, cuja única mercadoria e única fonte de sobrevivência é a sua força de trabalho, ou seja, ele mesmo. Segundo Marx,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.⁸⁹

Nesse sentido, Marx compreende o trabalho como uma feição de produtor e mecanismo de “coisificação” do mundo. Esse é o caráter misterioso da mercadoria, que passa a constituir um mundo

87 - Astrada, C. (1968). *Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 37.

88 - Durães, B. J. R. (2004). *Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador*. Monografia de conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador.

89 - Marx, K. (2003) O trabalho alienado, primeiro manuscrito. Em: *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de Alex Martins. Editora Mantin Claret. São Paulo, p. 111.

de relações entre coisas e não mais relações entre os homens, criadores dessas coisas. É o que confirma Lukács (1974), quando diz que a reificação⁹⁰ se alastrou por toda a vida social, inclusive pelo pensamento, assumindo na mercadoria, em sua forma fetichista, uma acepção universal, modeladora da sociedade e das relações sociais. A mercadoria assume a aparência de ser social total, na forma de “valor” (valor de troca), condensando sua aparência de trabalho abstrato, universal, o que torna cada vez mais difícil romper o trabalho abstrato aparente, e perceber o trabalho concreto, humano, o produto subjetivo, produzido pelo próprio homem.

Para Lukács, com o trabalho industrializado, racionalizado e parcializado, observa-se que as propriedades humanas desse aparecem como simples fontes de erro. O homem/trabalhador surge como parte do processo de trabalho, mecanizado e não como verdadeiro portador deste processo. Ele não tem mais visão/noção do todo, controle dos meios, dos instrumentos de trabalho. Assim, com essa mecanização/racionalização, as atitudes do trabalhador perdem seu caráter de atividade criadora para se tornar atividade contemplativa⁹¹.

Nesse sentido, a mercadoria no mundo do trabalho se reveste de um caráter misterioso no modo de produção capitalista e oculta um segredo, o de não mostrar em sua forma aparente, sua “história”, o trabalho concreto incorporado na mercadoria. Não mostra, por exemplo, as marcas de sua produção, o tipo de atividade do trabalhador que a produziu, em que condições produziram, isto é, a mercadoria se resume a sua aparência de valor de troca.

Diante desse tratamento dado ao trabalho e da mercadoria produzida por este, surge o que Marx chamou de trabalho

90 - Durães, B. J. R. (2004) *Trabalho informal...*, p.23. Em: Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe*. Martins Fontes. São Paulo, p.101.

91 - Lukács, G. *História e consciência de classe...*, p. 102-104

alienado⁹². Logo, o conceito de alienação de Marx consiste nas manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo de um lado e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem de outro”⁹³. Pois o trabalho caracteriza-se, fundamentalmente, por ser a relação entre o homem e o mundo externo sensível, e é a partir desse mundo que o homem produz coisas, as quais, no sistema capitalista, autonomizam-se e se tornam externas e independentes de seu criador. Realizar trabalho é consumir produtivamente a força de trabalho, operando um desgaste das atividades vitais do indivíduo diante de um determinado tempo, no qual está implicada a totalidade da pessoa individual. O trabalho, como atividade do sujeito que age, é objetivação de capacidades do sujeito e subjectivização por ele da realidade sócio-histórica: sua apropriação, através do que se constitui como indivíduo social⁹⁴. Em

92 - Sobre trabalho alienado ver MARX, *Manuscritos econômicos e filosóficos* (2003), pp. 110-122, nele o teórico evidencia o processo de alienação em quatro categorizações. Primeiro, a alienação com relação ao produto do trabalho, “alienação da coisa”, ou seja, o estranhamento diante do que se produziu. O objeto do trabalhador encontra-se “...fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele, que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.” (p. 114) A segunda relaciona-se à própria atividade produtiva, considerando tal atividade como um elemento de alienação. É o que ele chamou de “autoalienação” que se caracteriza por ser a relação de impotência e sofrimento diante da atividade, dirigida contra o trabalhador e independente deste, que não lhe pertence (p. 115). Na terceira categorização da alienação, Marx relaciona a alienação do trabalho a um processo mais geral, referindo-se a espécie humana, ao homem como um ser genérico, um ser universal e livre. A alienação aqui conduz para um distanciamento do homem com relação ao homem genérico (ser humano), do homem com a natureza. Por um lado o homem como participante da natureza, ao mesmo tempo que a natureza mantém com o homem uma relação de interdependência e de complementaridade. “O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade, o seu ser, em simples meio da sua existência” (p.116). Por fim, na quarta categorização de alienação de Marx, o homem está alienado do homem. O homem alienado da sua vida genérica significa que ele está alienado dos outros homens, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana (p.118).

93 - Mészáros, I. (1981). *Marx: A Teoria da Alienação*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, p. 117.

94 - Iamamoto, M. V. (2001). *Trabalho e indivíduo social*: Cortez. São Paulo.

síntese, para Marx, a mão-de-obra é tida como mercadoria, consiste em um trabalho empregado com valor específico, e, por isso, consiste em trabalho alienado, pois se trata fundamentalmente de uma força de trabalho empregada que é exterior ao indivíduo capaz de transformar a natureza, atendendo exclusivamente ao mercado capitalista e aos senhores detentores dos modos de produção.

Objetivamos com a breve reflexão acerca da categoria do trabalho na concepção teórica clássica, constituir um referencial para uma análise das suas especificidades na contemporaneidade, considerando as balizas temporais e o contexto espacial. No presente texto enfocaremos o trabalho informal e não apenas o trabalho formal teorizado até o século XIX, tido como trabalho “livre” em relação ao período anterior do trabalho em regime de servidão⁹⁵.

Faz-se necessário lembrar que, do século XVII ao XIX, o trabalho informal de vendedores autônomos já se fazia presente e merecia apontamentos que podemos afirmar como fatores provenientes da infância do capitalismo atual. Já se verifica, no século XVII na França, a existência de conflitos entre ambulantes (trabalho informal) e comerciantes (trabalho formal), pois estes últimos queixavam-se dos ambulantes, alegando que estes viviam ilicitamente. Segundo Braudel, “Aumentam as reclamações contra os ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias, e por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais”⁹⁶. Tal fato evidencia

95 - Nos referimos ao período em que prevaleceu o regime Feudal. Ou seja, sabemos que o regime político econômico do capitalismo é diante do trabalho assalariado também responsável pelo surgimento do trabalho “livre”, entretanto nosso objetivo com o presente texto é tratar da concepção de trabalho informal que também tem a concepção de trabalho “livre” mas de acordo com concepções que colaboram para o desenvolvimento do capital financeiro e não somente industrial como fora na época moderna. Se trata portanto dos trabalhadores autônomos, na “nova informalidade” presente a partir da década de 90 do século XX.

96 - Kraychet e Soares, M. A. T. (2008). *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*: Edições UESB. Vitória da Conquista.

que as formas de trabalho da época, tal qual ocorre na atualidade, fogem à regulamentação existente.

No caso específico das feiras em estudo, vemos que existem ideias inverosímeis de que os feirantes, devido à informalidade de seu comércio, não pagariam impostos, seriam ilícitos, venderíamos mercadorias mais baratas, não cumpriríamos regulamentos e as entidades fiscais não exigiriam muito deles, o que não ocorreria com o comércio formal. Por essas razões aqueles concorrem diretamente com o comércio formal, legalizado e fixo das cidades.

As feiras funcionam como um grande centro comercial, que abre as portas a todo tipo de produtores, vendedores e a mais variada gama de produtos. Apresenta uma grande competitividade com o comércio local pois a feira é isenta de impostos, de contribuições, etc. que o comércio é obrigado a pagar. Assim a atividade comercial não tem capacidade de resposta à competição, ressentindo-se no volume de venda⁹⁷.

Fato confirmado também na fala do freguês entrevistado⁹⁸ Carlos Felipe. Quando indagado acerca do maior atrativo para a frequência na feira de Caruaru, ele afirmou que o que mais lhe atrai são os preços das mercadorias, e destacou, “a diversidade e o preço das mercadorias, pois a ‘galera’⁹⁹ não paga imposto”.

O fato de estarem inseridos em um mercado informal não exclui os feirantes de responsabilidades tributárias, pois, em cumprimento aos regulamentos, pagam taxas às câmaras municipais (prefeituras)

97 - Sobre a feira de Barcelos ver Simão, A. J. S. V (1985) *A feira de Barcelos*. Coimbra, mimeo, p. 66.

98 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

99 - Gíria utilizada pelo depoente onde na altura da entrevista se referia aos feirantes.

pela ocupação do solo¹⁰⁰ e também taxas de inscrições em sindicatos, associações, cartões de feirantes, e até contribuições sociais. Porém sabemos que as taxas tributárias são menores que as de um comerciante formal. Dos feirantes entrevistados na feira de Caruaru, um deles menciona esse fato quando relata ter saído da feira para o mercado formal, mas retornou para o mercado informal. “(...) Eu saí da feira, fui para formalidade, montei um mercadinho e depois voltei para feira, no ‘comércio’ são muitas despesas”¹⁰¹.

Essa “rivalidade” geradora de conflitos entre comerciantes fixos e feirantes também pode ser percebida entre feirantes (ambulantes) e comerciantes fixos. Também não se trata de fenômeno presente somente nas feiras em estudo, mas são realidades observadas em outros espaços sociais de informalidade, a exemplo da feira de Fortaleza-CE. É o que diz Lopes a respeito,

O não pagamento de imposto indica a dimensão econômica da questão, os conflitos com o comércio local enredado por certo ressentimento às “vantagens” desfrutadas pelo comércio dos feirantes, uma vez que, os mesmos não pagavam impostos. A impropriedade do lugar se insinua na medida em que vai escrevendo o fator de concorrência e aí temos o divisor de águas entre os que pagam impostos e os que não pagam impostos. Nesse sentido, é interessante observar em que condições a feira se apresentava como “concorrente do mercado” e em que medida se inseria o potencial de vendas da feira livre no período. Teria a feira livre se tornado uma

100 - Essa taxa de ocupação do solo, também conhecido pelos feirantes como imposto do chão, é arrecadado nas feiras em estudo, pelas Câmaras municipais (em Portugal) e pelas Prefeituras Municipais (no Brasil) exceto na feira de Campina Grande que não arrecada tal taxa desde a década de 1980 no governo do então prefeito Ronaldo da Cunha Lima, que isentou os feirantes de pagar tal taxa. O que não quer dizer necessariamente que os custos dos mesmos para manutenção do espaço sejam menores que os de outras feiras, uma vez muitos deles acabam tendo que pagar segurança particular para vigilância, alvará de funcionamento, entre outras taxas.

101 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Alves, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Interessante notar que, apesar dessa rivalidade entre feirantes e comerciantes fixos, muitos dos comerciantes formais foram um dia comerciantes informais, muitos tiveram origem nas feiras e posteriormente migraram da feira, ou nem isso, continuam fazendo feira, mas também fixaram seu comércio na cidade. É o caso de muitos dos comerciantes dos municípios de Caruaru e Salvador, além de Barcelos. Entretanto, o caso mais emblemático dos que trouxemos para análise nesse estudo, é o da feira de Caruaru, uma vez que o comércio da cidade é proveniente de antigos feirantes. Rodrigues afirma que,

Embora atualmente não ocorra com a mesma frequência, muitos foram os feirantes que no passado saíram da informalidade econômica e entraram no mercado formal, passaram de feirantes, mascates, a categoria de comerciantes estabelecidos, participantes desta elite urbana caruaruense. Muitos comerciantes atuais, empresários caruaruenses são descendentes de antigos feirantes e proprietários rurais, embora haja na atualidade uma certa discriminação por parte do empresariado comercial em relação ao feirante, pois afirmam muitos empresários que enquanto na feira não se pagam impostos e há possibilidade econômica de que o feirante concorra economicamente em melhor situação de vantagem em relação ao comerciante estabelecido. Verifica-se uma preocupação da elite comercial formal em relação a pujança e à informalidade do comércio livre de Caruaru, ou seja, essa preocupação não é apenas com a manutenção do nível de lucratividade do empresariado formal, mas com o crescimento econômico e por extensão sociopolítica da categoria de feirantes, principalmente sulanqueiros, que concorrem com produtos similares com muitos ramos do comércio formal e do empresariado

102 - Lopes, V. L. S. (2004) Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970. Tese de Mestrado em História - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.97.

Além dessas tensões, diagnosticadas por Braudel em relação ao século XVII, e por Marx¹⁰⁴ no que tange ao século XIX, outro aspecto associado à infância do capitalismo pode ser percebido na atualidade: o que diz respeito a problemas ocasionados com o trabalho domiciliar. São irregularidades nesse trabalho e na legislação fabril de 1861, a saber: trabalhadores com idade menor que a legislação previa, com carga horária acima da estabelecida por lei, além da precariedade das condições de trabalho em domicílios. No século XXI, diante da produção doméstica, artesanal e domiciliar dos trabalhadores informais “livres” vemos realidades, embora o “cenário” seja diferente, o que convencionou-se chamar de “nova informalidade”. O mecanismo é o seguinte: a empresa contratante desloca parte da produção que seria realizada na fábrica para o domicílio do trabalhador, imprimindo mudanças nas relações de trabalho. O antes empregador se torna agora cliente, já o antes empregado se torna autônomo, sem vínculos empregatícios. Para cumprir o contrato ou trabalha sozinho, ou contrata funcionários (também por prestação de serviços), ou conta com a ajuda da família. Os parentes, por sua vez, se responsabilizam pelo serviço furtando-se a receber qualquer remuneração, pois o objetivo é comum a manutenção do lar¹⁰⁵. Nesse sentido, semelhante ao que Marx se referiu no século XIX, no século XXI, com o trabalho informal

103 - Rodrigues, K. F. (1995) *A feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sociais, políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Econômica. ADECC. Caruaru, pp. 29-30.

104 - Braudel e Kraychet, G. (1999) *Economia dos sectores populares: entre a realidade e a utopia*. UCSal. Texto apresentado no Seminário de Economia dos Sectores Populares. Salvador, p. 85.

105 - Observa-se que toda a família passou a ser explorada pelo capital. Contudo, no discurso liberal, hegemônico, diz-se que é o trabalhador (sub) contratado que a explora, objetivando a valorização do capital. Sobre a subsunção formal do trabalho informal ao capital, ver Soares, M. A. T. (2004). Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. In: *Actas do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia-MG, p. 105- 127.

doméstico, temos:

1) Prolongamento da jornada de trabalho; 2) o local geralmente é improvisado, apresentando má condição de trabalho; 3) ausência de protecção social; 4) uso flexível do trabalho, como, por exemplo, o mesmo trabalhador pode ter diversas funções, sem horário para iniciar ou parar as atividades; 5) geralmente incorpora o trabalho familiar (das crianças, dos idosos e das mulheres), sem remuneração ou com baixa remuneração. O trabalho dos familiares é inserido quando a exploração esgota os limites físicos do indivíduo subcontratado. Ao fazer isso, são transferidos, para a família, os custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, todos passam a ser responsáveis economicamente pela reprodução da força de trabalho da família.¹⁰⁶

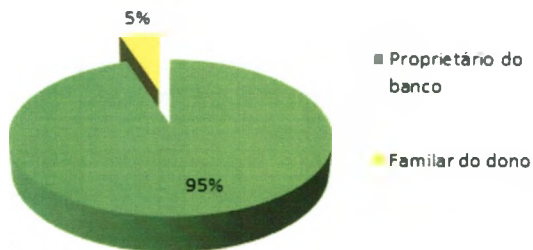
Quanto a esse tipo de modalidade trabalhista, dentre tantas atividades comerciais nas feiras contemporâneas, podemos destacar “fábricas de fundo de quintal de confecções” bem como “indústria” doméstica artesanal dos artigos figurativos¹⁰⁷. Para a primeira atividade doméstica citamos a “indústria” caseira das confecções de vestuário na cidade de Caruaru, a qual encontra na feira diária (tradicional) e semanal (da sulanca) palco de comercialização do que foi produzido em domicílio. Observemos o que diz a matéria jornalística a respeito da substituição do trabalho agrícola familiar, pela atividade de costura, também familiar, na zona rural do agreste pernambucano:

Antes era foice, a enxada, sacos de feijão e milho estocados pelo meio da casa. Atualmente, retalhos de tecidos espalhados ao chão, máquinas de costura e peças de roupas em estoque fazem parte do cenário em muitas comunidades rurais de Caruaru e região. (...) Quem acordava de madrugada para cuidar da lavoura, alimentar os animais e tocar outras atividades, agora precisa acordar cedo para adiantar os pedidos de roupas já encomendadas. Essa é a nova realidade de muitos distritos

106 - Marx, Karl. (1996) *O capital*. Livro I. Nova Cultural, São Paulo (coleção os economistas, vol 1 e 2).

107 - Gomes, V. (2009, Novembro). Os novos horizontes da zona rural de Caruaru, *Jornal A notícia Favip*, Caruaru, p. 4.

Gráfico 1 – Posicionamento dos feirantes de Caruaru-PE no local.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em estudo realizado pelo SEBRAE-PE sobre a economia informal do agreste pernambucano, constatou-se que os negócios das feiras são de fato geridos pelos donos, uma vez que boa parte deles detém a propriedade do negócio.

Tabela 1 – Identificação da propriedade do negócio das feiras pesquisadas, 2003 (%).

De quem é o negócio? Na feira de:	Próprio	Da família	Outros	Total
Caruaru	71,1	17,5	11,3	100
Toritama	86,1	7,4	6,5	100
Santa Cruz	84,1	10,3	5,6	100
Total	80,8	11,5	7,7	100

Fonte: FADE / Sebrae-PE, 2003 (Tabela adaptada).

Para além do fato de serem comerciantes, muitos dos entrevistados se declararam possuidores de outras atividades fora da feira de Caruaru, o que corrobora a afirmação anterior de que muitos deles desenvolvem a prática da atividade “fabril”, a exemplo das costureiras mencionadas anteriormente, e também dos artesãos. Os índices demonstrados nos gráficos abaixo constata esta informação, uma vez que inicialmente quando os entrevistados foram indagados acerca de exercerem outras atividades além da feira, 50% declararam que não e 50% responderam que sim:

rurais do Agreste Pernambucano, fruto do crescimento do polo de confecções que enquadra as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. (...) De acordo com estimativas do Sebrae, são produzidas, mensalmente, 700 milhões de peças na região, movimentando R\$ 2 bilhões por ano.¹⁰⁸

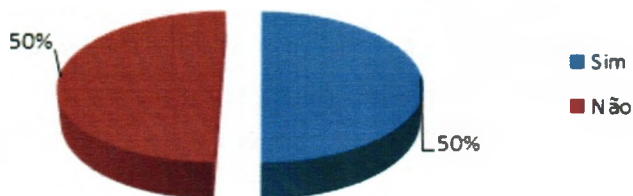
Verificamos que, no complexo das cidades pólos de confecções do agreste pernambucano, existem cerca de 3.000 a 3.500 empresas informais em cada cidade¹⁰⁹. Essas empresas, conhecidas como “fabricos” ou “fações”, são pequenas unidades produtivas familiares que empregam de um a trinta trabalhadores. As vendas podem ser realizadas diretamente na feira, ou para sacoleiros, ou ainda trabalham subcontratados para vendedores e/ou por encomendas (as fações). Partes dos fabricos contratam costureiras domiciliares e crianças participam das atividades de costura dentro de casa. Dessa forma várias gerações de trabalhadoras estão envolvidas na produção, o que configura ainda mais a prática de trabalho informal doméstico. Muitos desses “industriais” são também os donos dos bancos, dos seus lugares nas feiras e comercializam as mercadorias confeccionadas em seu domicílio.

Assim, o(a) proprietário(a) do “fabrico” ou da “fação” e sua família administram a produção, a compra e a venda de mercadorias e trabalham conforme a demanda do mercado (das encomendas). Quanto ao fato de serem proprietários dos lugares (95%), conforme demonstrado no gráfico a seguir:

108 - Podemos citar os exemplos da atividade fabril do artesanato, por exemplo nas feiras como a de Barcelos.

109 - Nos referimos as cidades pernambucanas: Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Sobre mercado informal ver *Trabalho flexível e o novo informal*, de autoria de Jacob Carlos Lima e Maria José Bezerra Soares, artigo publicado na Revista quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo centro de recursos humanos da Ufba, Cadernos CRH (37) 2002. Salvador, pp.163- 178.

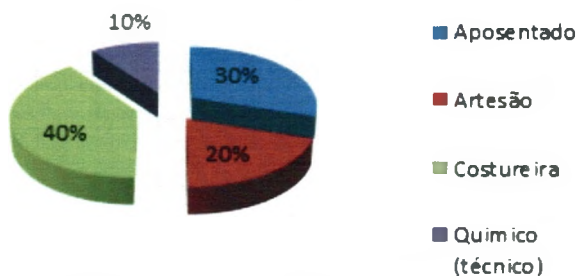
Gráfico 2 – Se os feirantes de Caruaru, além da feira, possuem outras atividades fora da mesma.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Uma vez percebido tal índice, onde em partes iguais de 50% afirmaram e negaram atividades remuneradas exercidas além da feira, posteriormente indagamos aqueles 50% que afirmaram exercer, quais atividades são essas, e em um universo de 100 % de entrevistados, 60% afirmaram desenvolver atividades de fabrico de vestuário e artesanato, 40% e 20% respectivamente. Ambas as atividades se encontram categorizadas em iniciativas informais domésticas.

Gráfico 3 – Quais as atividades que praticam fora da feira de Caruaru-PE.



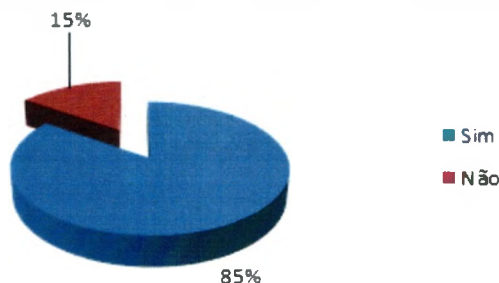
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Grande parte dessas unidades produtivas domiciliares emprega apenas mão-de-obra familiar, o que acaba por gerar aquilo que Marx chamou de trabalho informal doméstico. No estado de Pernambuco verificou-se¹¹⁰ que as unidades produtivas que empregavam apenas

110 - Estudo de caracterização econômica do pólo de confecções do Agreste de Pernambucano, realizada pela FADE/UFPE, e apresentado Relatório Final

mão-de-obra familiar constituíam 62% da amostra, seguida pelas unidades que empregavam de um a quatro trabalhadores (25%), e de quatro a nove trabalhadores (11%). Apenas 30 empresas utilizavam mais de nove pessoas (2%). Fato também verificado em nossa pesquisa, quando procuramos saber se outras pessoas da família trabalhavam também na feira de Caruaru, como demonstra os índices a seguir,

Gráfico 4 – Outros membros da família trabalham na feira de Caruaru-PE.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Além da questão da mão-de-obra familiar, a precariedade do trabalho informal doméstico relaciona-se às condições de infraestrutura domiciliar, uma vez que muitas dessas “fabriquetas” disputam o espaço doméstico com as mobílias dos domicílios, não dispõem de método e organização de trabalho no que concerne a horário e outras condições estruturais. É o que afirma Azais:

As unidades são instaladas na própria casa que vai sendo expandida conforme as necessidades da produção. Assim, o espaço de muitos “fabricos” mistura cômodos com máquinas de costura, outros com camas para trabalhadoras e outros que constituem-se propriamente na residência. O quintal também é aproveitado para a produção com a extensão de telhados e instalação de mesas de corte, por exemplo. A organização do trabalho e do espaço de produção é caótica com mercadorias no chão e trabalhadores (as) distribuídos (as) aleatoriamente, dormindo e comendo às vezes no mesmo espaço (...)

apresentado ao SEBRAE-PE Recife, Maio de 2003.

O horário de trabalho é variável dependendo do tipo de unidade: a mistura trabalho de costura e trabalho doméstico da costureira domiciliar, ao trabalho nos fabricos que podem se estender pelo final de semana. Alguns fabricos mantêm camas para as trabalhadoras, que dependendo das encomendas, dormem no trabalho. Para aquelas (es) vinculados também à venda, o trabalho inicia-se à noite quando acontecem as feiras que se estendem pela madrugada ou começam e acabam nas primeiras horas da manhã¹¹¹

Diante do exposto, questionamos: afinal, qual o contexto em que o trabalho informal emerge? Em Portugal e no Brasil se deu de igual maneira? Como isso se relaciona com o processo de globalização e de mercado financeiro? Quais os motivos que contribuíram para o desenvolvimento de uma mão-de-obra informal? Movimentos de migrações e aumento nas taxas de desemprego são fatores que evidenciam o desenvolvimento do mercado informal? E as feiras, quais os seus papéis nesse contexto? Elas surgem como espaço social informal, lugar de trabalho para os desempregados? Essas são algumas das questões sobre as quais procuraremos refletir no decorrer do presente texto.

1.1 – O trabalho informal nos dois lados do Atlântico: contexto histórico e geográfico

Sabemos que a crise capitalista dos anos 1970 foi expressão do esgotamento de um regime de acumulação fordista-keynesiano que impulsionou o desenvolvimento de outro regime: a acumulação

111 - Como parte resultante da configuração da precariedade do trabalho informal doméstico, diante de características como o prolongamento da jornada de trabalho, a improvisação do local de trabalho a incorporação da mão-de-obra familiar, especificamente sobre as empresas informais nordestinas brasileiras, ver Azais, C. (1996). Estória de um “patchwork” de empresas e de empresários no nordeste brasileiro: o político deslocado. *Revista Latino americana de Estudios del Trabajo*. Año 2 (3).

flexível, resultando nas novas atividades classificadas como “nova informalidade”¹¹². Tal acontecimento gerou um período de desenvolvimento mais intenso nesse novo regime de acumulação, acarretando o fordismo híbrido, com taxas de desemprego elevadas, nos países da comunidade europeia, a exemplo de Portugal, e na América Latina, a exemplo do Brasil.

Nesse contexto, essa “nova informalidade” cede lugar a um “novo” tipo de trabalho baseado na polivalência, criatividade e multifuncionalidade do trabalhador; na produção “flexibilizada”. A ideologia que se apóia no discurso de formação de um “novo perfil do trabalhador” flexível e criativo, lógica traçada à luz do conceito de “empregabilidade”. Cada indivíduo é responsável por se dotar de estratégias de negociação de suas capacidades de trabalho. É a busca do imediato e a valorização do fetiche do sucesso como resultado do esforço individual, num cenário marcado pela falta de emprego. São fundamentos de uma lógica de recomposição capitalista na dinâmica neoliberal¹¹³.

Assistiu-se na década de 80 do século passado, tanto na Europa como na América Latina, campanhas de demissões negociadas diretamente entre empregadores e empregados, o que em Portugal chamou-se de despedimento coletivo, e no Brasil PDV- Programa de demissão voluntária. Tal exoneração, proveniente de uma ideologia neoliberal, vinha acompanhada da retórica da “Empresa de Responsabilidade social” e do mito de que qualquer pessoa podia ser dona do seu próprio negócio. O desemprego se tornou uma rotina crescente no mundo globalizado.

112 - Soares, M. A. T. (2008). Crise capitalista dos anos de 1970 e a expansão trabalho informal. In: *Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista p. 105.

113 - Alves, A. E. e Almeida, J. R. M. (2009) Trabalho informal em tempos “Globalizacionistas”. Revista Histedbr on-line, Campinas, n. Especial, p.238-250, ISSN: 1676-2584.

Diante das inovações técnico-organizacionais presentes nas décadas de 80 e 90 do século XX, e do aprofundamento da transnacionalização das relações capitalistas, o trabalho informal no mundo globalizado cresceu acentuadamente, visto que a desregulamentação das relações contratuais no mercado de trabalho contribuiu para o aumento da insegurança no emprego e eliminação de postos de trabalho. Antunes nota que “mais de um bilhão de homens e de mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado”¹¹⁴.

No caso específico do Brasil, ao final dos anos 80 do século passado, a temática da “informalidade” (ou o subemprego) era considerada, pelos especialistas da área, como um problema endêmico. Entretanto, os acontecimentos das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever uma expressiva taxa de redução do mercado “informal”. Acreditavam, porém, na suposição de que a “informalidade” consistia em uma herança de uma economia semi-industrializada, e que seu fim se daria com o desenvolvimento almejado. O fato é que, em janeiro de 1991, os empregados com carteira de trabalho assinada representavam 55,0% da força de trabalho. Além desses, quase 20,0% eram autônomos registrados e outros 4,5% empregadores. Os empregados “informais” representavam 20%¹¹⁵.

Nesse sentido verificamos que, no Brasil, a década de 1990 foi marcada por um decréscimo no trabalho formal¹¹⁶ e conseqüente

114 - Antunes, R. (2007) Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Em: Druck, G; Franco, T.(org). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. Boitempo. São Paulo, p.13.

115 - Noronha, E.G. (2003). “Informal”, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: vol.18, nº 53, p. 23.

116 - Perante a legislação brasileira, o conceito de trabalho formal se dar quando o trabalhador possui registro na carteira de trabalho, podendo inclusive ser o registro de autônomo.

crescimento da “informalidade”. Tal constatação acabou por contrariar aquilo que os especialistas previam quanto à equalização do mercado de trabalho; podendo ser resultado do mau desempenho macroeconômica da América Latina nos anos de 1990, bem como reflexo da rápida internacionalização da economia, diante do fenômeno da globalização, já que muitos países na América Latina tinham características semelhantes. Para alguns analistas¹¹⁷, trata-se de uma nova safra de contratos atípicos, os quais rompem com os padrões de “sociedade assalariada”. Novos processos de trabalho e tecnologias demandariam novas formas de contratos. A nova “informalidade” derivaria dessas mudanças. Sobre a década de 1990, diz Sorio, “(...) A partir de 1994 consolida-se o avanço da flexibilização das relações de trabalho, explosão do trabalho informal, da precarização do trabalho, terceirização do trabalho e aumento do trabalho temporário e autônomo que perdura nos dias de hoje”¹¹⁸. De acordo com dados do IPEA/IBGE, “hoje em dia. (...) para cada trabalhador empregado no setor formal existe um no sector informal”¹¹⁹.

Esse elevado crescimento da informalidade na década de 1990 pode ser observado como uma reação do mercado frente a dois sectores importantes da economia: a indústria de transformação e o sector de serviços.

A indústria de transformação foi o segmento mais afetado pelo processo de abertura e exposição da economia à concorrência internacional, experimentando uma perda de importância relativa, com sua participação do nível de ocupação caindo da faixa de 19,5%, em 1991, para o patamar de 15% no final de 1999, mantendo-se estável

117 - Noronha, E.G. (2003). “Informal”, ilegal e injusto, pp. 9-10.

118 - Sorio, W. (2005). *Mudanças na CLT*. Revista virtual P@rtes. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.partes.com.br/emrhede/sorio/clt.asp>.

119 - IBGE/IPEA. (2008, novembro). Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. *Boletim 37*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em http://www.mte.gov.br/observatorio/bmt_37.pdf.

daí em diante. Entretanto, observa-se no sector de serviços, diante da estratégia de terceirização utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva, um aumento na sua participação relativa de 36,5% para quase 43% no mesmo período, sendo que essa expansão deu-se com maior intensidade até o início de 1999¹²⁰. O problema consiste na grande diferença quanto à forma de contratação, uma vez que, ao mesmo tempo em que a indústria contrata a grande maioria dos seus empregados por regime de assalariamento e com carteira assinada, o mesmo não ocorre com o sector de serviços. Este está e sempre esteve relacionado à inserção informal no mercado de trabalho, sem a responsabilidade formal que garante o registro na carteira de trabalho. Assim, “o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria é praticamente igual ao de assalariados com carteira hoje em dia”¹²¹

Tal cenário se amplia ainda mais nos anos 2000. No contexto em que o Brasil se encontra inserido, a reestruturação do modo capitalista de produção, com base na inserção de tecnologias modernas no processo produtivo, bem como de acordo com as novas formas de gestão das relações de produção, são fatores que, articulados com a instauração de um modelo político-econômico ideológico¹²², explora

120 - Ramos, L. (1991-2001) *A Informalidade das Relações de Trabalho*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.iets.org.br>.

121 - Ramos, L. e Britto, M. (Março de 2004) “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: Tendências, Fatores Estilizados e Mudanças Estruturais”. In: *Texto para Discussão/1011*. Ed: IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, p. 14. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://cdi.mecon.gov.br/biblio/doc/ipea/td/1011.pdf>.

122 - Nos referimos ao neoliberalismo, sistema que se fundamenta em práticas e relações sociais de produção nos países capitalistas, independente do seu grau de desenvolvimento econômico. Se configura em um modelo que regula as crises capitalistas. A esse respeito ver as obras de Antunes, R. (1998) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, e ainda do mesmo autor, (1999) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo. São Paulo.

cada vez mais o trabalhador, fazendo uso da sua criatividade como valor de troca, subjugando fortemente a parcela da sociedade que, para garantir a sua sobrevivência, comercializa sua força de trabalho como mercadoria. Entretanto, nesse momento, atendendo a uma lógica de capital ainda mais desumana, sem nenhuma garantia de proteção social, de benefícios, se configuram como “novos” trabalhadores informais.

Sobre a evolução do mercado de trabalho informal nos anos 2003 e 2004, a pesquisa do economista José Pastore constatou que a taxa de crescimento do sector informal foi quatro vezes maior do que a do mercado de trabalho formal. O primeiro cresceu 9,6%, enquanto o segundo cresceu apenas 2,4%¹²³. Ainda mais sobre os anos 2000, verifiquemos a tabela que segue:

Tabela 2 – Demonstrativo da evolução trabalho informal nos anos 2000.

Ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo <i>versus</i> sem vínculo formal – 2000 a 2006				
Com vínculo formal		Sem vínculo formal		
		Sem carteira	Autônomo	Total
	Milhares (%)	Milhares (%)	Milhares (%)	Milhares (%)
2000	30.128 38,2	18.633 23,6	30.211 38,3	78.972 100,0
2001	31.864 40,1	18.478 23,2	29.211 36,7	79.552 100,0
2002	32.931 39,9	19.275 23,3	30.423 36,8	82.629 100,0
2003	34.104 40,6	19.028 22,6	30.904 36,8	84.036 100,0
2004	35.965 40,8	20.402 23,1	31.886 36,1	88.252 100,0
2005	37.436 41,2	20.548 22,6	32.922 36,2	90.906 100,0
2006	39.543 42,4	20.940 22,5	32.764 35,1	93.247 100,0

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

123 - Trabalho formal e trabalho informal no Brasil (2004, 22 de Dezembro). *O Globo*. Rio de Janeiro.

No caso de Portugal, país que também se encontra inserido no mesmo contexto que o Brasil, atendendo à lógica do movimento de reestruturação produtiva do capital global. Fenômeno - capital global- que não tem poupado os países industrializados diante da exploração do trabalho e o fortalecimento político dos Estados nacionais. Entretanto, convém esclarecer que, embora o movimento reestruturante do processo produtivo capitalista gere modificações amplas em todas as esferas das relações sociais e de produção no mundo como um todo seu impactos não acontecem em todos os lugares com o mesmo ritmo ou intensidade, haja vista que, embora atinja todos os países capitalistas, tal processo se realiza diante de características específicas, peculiares de cada organização social, econômica, cultural, política e territorial de cada país, região ou cidade, etc.

Embora se verifiquem impactos gerados pelo processo de globalização na economia informal dos países em análise, que se apresentam de maneira distinta, a diferença também consiste no momento histórico de cada país na década de 1980. Na segunda metade dos anos 1980, o Brasil vivia o fim de um regime ditatorial, que perdurou por duas décadas. Portanto, estava na fase de redemocratização, apresentando diminuição acentuada no ritmo de desenvolvimento econômico e social. Somavam-se a este quadro anos de estagnação e recessão, fato que passou a identificar tal período como à “década perdida”, gerando elevado crescimento do trabalho informal e do índice de desemprego, em função exatamente dessa crise econômica com ajustes econômicos que visavam atender aos credores internacionais

Em Portugal, nesse mesmo período, “observava-se” o contrário: um elevado crescimento econômico, social e cultural, em decorrência de sua entrada na Comunidade Econômica Europeia, e de todos os legados modernistas e modernizantes da época. Fase que ficou conhecida na História Contemporânea de Portugal como de grande

instabilidade, diante do maior período de crescimento, superior inclusive à média Europeia, com um elevado dinamismo revelado pelo investimento e aceleração da abertura global da economia, encurtando as fronteiras e aumentando, portanto, a competição internacional¹²⁴.

Entretanto, o elevado crescimento lusitano não passara de uma simples “aparência” ¹²⁵, pois a adesão do país à Comunidade Europeia implicou na alteração radical das regras de funcionamento do mercado interno e exportação de mercadorias, fenômeno típico da transnacionalização de capital financeiro promovida pela globalização. Ou seja, no que concerne ao seu setor exportador, as cotas de mercado de produtos portugueses diminuíram crescentemente nos seus mercados externos tradicionais, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, diante da ação da política econômica conduzida pelos iberistas, já que muitas empresas espanholas tiveram entrada facilitada em sectores estratégicos de Portugal, fato que acabou contribuindo para o colapso das exportações nacionais portuguesas.

Para além desse fato, é bom lembrar que, em relação ao mercado de trabalho¹²⁶, Portugal passou a investir mais em sectores terciários de bens e serviços, o que notadamente contribui bem menos para a empregabilidade formal que a indústria, por exemplo, faria. Isto além de ter também diminuído o sector produção agrária, uma vez que teve seu mercado de exportação e mercado interno afetado, passando a importar mais e exportar menos. É o que afirma o relatório da Fundação Europeia,

124 - Interessante observar que antes e durante o 25 de Abril, Portugal vivia sob estratégias de protecionismo e Nacionalismo exacerbado.

125 - Houvera mudanças no que diz respeito as áreas de infraestrutura, com a construção de novas estradas, construção de obras públicas, elevado consumo interno, crescimento na habitação, na saúde, na educação, foram áreas que tiveram avanços. Entretanto a economia interna passou a sofrer concorrência com o mercado externo diante da abertura de capital, desfavorecendo assim o desenvolvimento que se esperava.

126 - Cerne da temática aqui a desenvolver, no que diz respeito ao trabalho informal em Portugal, como se deu sua implementação.

O setor agrícola diminuiu drasticamente o seu peso. A indústria teve algum crescimento até aos anos 80, quando chegou a ocupar 38,7% da população ativa, mas a partir daí tem decrescido o seu contributo na criação de emprego, sendo o sector terciário aquele que ocupa presentemente a maioria da população em Portugal (...) Os dados do Inquérito ao Emprego referentes ao ano de 1997 apontam para um volume de população empregada nos serviços na ordem dos 56%, na indústria na casa dos 32% e na agricultura de pouco mais de 13%¹²⁷

Podemos afirmar, portanto, que esses fatores contribuíram, na década de 1990 e nos anos seguintes, para o crescimento do sector de serviços, que tem no trabalho informal sua garantia de mão-de-obra. Mas que isto, por outro lado, não corresponde necessariamente a engrandecimento de uma Nação, o que representa um paradoxo¹²⁸.

Assim sendo, verifica-se que, com a mesma rapidez com que Portugal mudou de aparência, diante da modernidade presente, sobretudo na infra-estrutura, apresentou sequela no momento presente¹²⁹, diante da crise econômica e financeira. Sem recursos

127 - Comissão Européenne, 1999:161; Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Plano Nacional de Emprego – *Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*, Lisboa. (1999: 117-119) e Guerreiro, M. CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, *Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho* (2000), p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>.

128 - Considerando as balizas temporais e espaciais, também verificamos esse paradoxo na cidade de Caruaru-PE, uma vez que: por um lado a economia informal é responsável pelo desenvolvimento da cidade, do sustento da cidade, por outro lado tal desenvolvimento se deve ao emprego de uma mão-de-obra informal, “mascarando” portanto a realidade, não resolvendo a problemática de geração de emprego efetivamente formal e de renda para os municípios. Fato que pode ser verificado em Rodrigues, K. F. (1995). *A Feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sócio- políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Econômica. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Caruaru, p. 31.

129 - Nos referimos a crise visivelmente instalada atualmente, em 2010, ao final da primeira década do século XXI. Convém esclarecer que o presente estudo só se apresenta até o ano de 2007, ano em que demos início a essa investigação, inclusive a coleta das fontes orais, entretanto para além do fato de esclarecemos tal aprofundamento no universo dessa crise vivida na atualidade, queremos também com essa nota dizer que apesar desse estudo só de deter aos acontecimentos no período de

naturais suficientes de subsistência, estando localizado em posição periférica¹³⁰, com baixa produtividade, falta de capital e de organização empresarial, além de escassez de recursos financeiros públicos¹³¹, Portugal se apresenta, ao final da primeira década do século XXI, com sérios problemas de sustentação e desenvolvimento.

Conclui-se, portanto, que o trabalho informal em Portugal, no período a que corresponde o presente estudo (1986-2007), teve sua implementação com as vagas de emprego reduzidas na economia formal. A redução de atividades agrícolas resultou na diminuição de mão-de-obra no sector primário e também no setor industrial e, como foi observado anteriormente, aumento significativo nos sectores de bens e serviços, os quais que não absorvem uma economia formal e sim informal, aglutinando profissionais autônomos da “nova” informalidade. Para além desse fato, Portugal foi considerado, durante as décadas de 1980 e 1990, o “sítio certo” para imigrar, uma vez que apresentava índices crescentes de modernização, portanto de “desenvolvimento”. Tais divulgações acabaram por “convidar” estrangeiros afixar residência no país, dadas as oportunidades de emprego, sobretudo na indústria de construção civil. Assim Portugal, nesse período, recebeu inúmeros imigrantes que acabaram por “inchar” o mercado de trabalho, contribuindo para gerar concorrência entre os nativos e os estrangeiros das mais diversas nacionalidades que se

1986 até 2007, a crise mencionada em Portugal, e em muitos países da comunidade europeia se avoluma em 2010.

130 - Ver Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. In: *Portugal contemporâneo*. Coord. Antônio Costa Pinto (Anais). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 161.

131 - Nos referimos as verificadas privatizações ocorridas que tiveram sua origem no período posterior ao 25 de Abril, onde o Estado passou a deter as funções sociais, sem alicerces econômicos, gerando uma economia antiquada com dificuldades de se inserir num mundo com avanços tecnológicos, e com novas formas organizacionais. A esse respeito ver, Godinho, V. M. (2009). *Os problemas de Portugal mudar de rumo*. Edições Colibri: Lisboa. A “saída” para tal problemática fora o processo de privatizações, fenômeno incorporado a política neoliberal e que repercutiu em crises estruturais e conjunturais no mundo “global”.

estabeleceram em solo lusitano. Tal acontecimento também foi um forte contributo para elevar o índice de trabalhadores informais diante da escassez do trabalho formal que criou concorrência,¹³² inclusive entre os nativos e estrangeiros, pois as leis de imigração,¹³³ nesse período, estimularam o “convite” à ida deles para Portugal.

Já em relação ao Brasil, no mesmo período, cresce o número de trabalhadores informais em função do elevado índice de desemprego provocado pela crise financeira resultante do fechamento dos postos de trabalho nas indústrias e dos despedimentos coletivos, e acentuado crescimento no sector de serviços, em detrimento da indústria, elevando o número de trabalhadores da “nova” informalidade¹³⁴. O fato é que, guardando-se as devidas proporções de diferenciação no que diz respeito aos impactos gerados pela economia informal, no Brasil e em Portugal, um aspecto é comum aos dois países, de um

132 - Tal problemática se acentua ainda mais no período que compreende 2007-2010, período da crise atual verificada na comunidade europeia, pelo fato dos portugueses que emigraram nas décadas passadas, sobretudo nos anos ditatoriais, para outros sítios, a exemplo da Espanha, França, Alemanha, Holanda, Grã-Bretanha, estarem nesse momento retornando para Portugal e concorrendo diretamente por vagas com os estrangeiros, agora residentes. Tal acontecimento faz com que cresça o número de trabalhadores informais e de desempregados também. A esse respeito ver Godinho, V. (2010). *Os problemas de Portugal mudar de rumo* p. 91.

133 - Verifica-se a presença de imigrantes de nacionalidades diversas: brasileiros, turcos, africanos, romenos, ucranianos, muitos com a ilusão de enriquecimento. Em 1996 ocorreu a última Regularização Extraordinária de Imigrantes ilegais CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa E PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tal iniciativa consistiu em mais um atrativo no fluxo migratório. A respeito das dinâmicas migratórias em Portugal, ver: Baganha, M. I. (2005). A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, pp.133-160

134 - Estudiosos da economia informal, como Casimiro (1981), Cavalcanti (1983), Prandi (1978), Machado (1979), apontaram que o crescimento do sector informal na região o nordeste, para além do índice elevado de desemprego nos sectores formais da economia, também tem lugar no crescimento do êxodo rural. O fenómeno desse êxodo rural pode ser verificado na década de 1980, diante das elevadas secas, prospectivamente nos anos 1984, 1985, 1988 e 1989. Ver Galvão, P. F. (1994) *A Feira livre em João Pessoa, evolução e mudanças sociais, período 60/90*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Paraíba, p. 146.

lado e de outro do Atlântico: a globalização e o neoliberalismo.

O fato relevante para o nosso estudo consiste na relação estabelecida entre a crise econômica, geradora de desemprego, que implica o aumento do trabalho informal, e a feira como espaço aglutinador para essa mão-de-obra desempregada. A feira como alternativa para o sustento humano, para espaço de trabalho. A informalidade na contemporaneidade foi mencionada pelo freguês Carlos Felipe, na feira de Caruaru, quando indagado sobre o trabalho nas feiras “(...) É uma realidade brasileira a informalidade para compra e venda de mercadorias”¹³⁵.

1.2 – As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais

Hoje, segundo dados da (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como “prometeus” modernos, à cata de algo para sobreviver¹³⁶.

Para além de constituírem lugar social da informalidade, no que concerne à memória cultural das camadas populares — como foram os moinhos e as tabernas européias no século XVI descritas por Ginsburg, e evocado por Thompson para a necessidade de trabalhos que reconstituíssem as “camadas populares” da sociedade do século XIX¹³⁷ — as feiras, a par de se integrarem a esses espaços sociais tidos

135 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

136 - Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, pp 12-13.

137 - Barreiro, J. C. (1995). E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projecções. *Projeto História*, 12, pp. 68.

como populares¹³⁸, que envolvem o cotidiano do homem comum, são, sobretudo, lugares de trabalho. Lugares que recebem aqueles que se encontram no desemprego formal, como dizem muitos dos feirantes entrevistados no presente estudo, tanto em Portugal quanto no Brasil. Tal fato é comum nas falas dos depoentes, quando indagados sobre o que mais os atrai às feiras, os motivos pelos quais escolheram o ofício de feirante. Na feira de Campina Grande, afirmam: “Não tem emprego para todo mundo e aqui tem trabalho”¹³⁹; “Do jeito que está o índice de desemprego acho que é capaz de meus filhos serem feirantes, não é o ideal, mas é o que tem (...)”¹⁴⁰. Na feira de Vila do Conde: “Estava no desemprego, antes era comerciante e com as grandes superfícies tive de fechar, e vim então fazer as feiras”¹⁴¹; “Já fui emigrante e regresssei ao meu país (Portugal), tinha um familiar no ramo e como não tinha emprego, pousei aqui”¹⁴²; “Todas as feiras são importantes, porque se acabar as feiras o que é que vai ser de nós se não há empregos? E atenção! De nós e de muitas câmaras, porque muitas câmaras vivem do que arrecadam com feiras (...)”¹⁴³. Na feira semanal de Barcelos: “Há mais pobreza e as pessoas vêm mais para as feiras, para fazer dinheiro e ganhar algum”¹⁴⁴; “Dificuldades de

138 - Mello, M. A, Moura, J. E Lobo, A. (1992, dezembro) “Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro”. Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planeamento Municipal*, n. 4, p.25-28.

139 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Cleonice Agra, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

140 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo Ricardo, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

141 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Antônio Augusto, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

142 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

143 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

144 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo Dias, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

arranjar trabalho”¹⁴⁵.; “(...) Vim parar aqui porque meus pais não tinha emprego e nós vínhamos para ganhar o pão de cada dia, e assim ficamos (...)”¹⁴⁶; “O mercado de trabalho ficou estreito e eu vim para cá carregar as compra, comecei como carregador, (...) era difícil, não tinha dinheiro, não tinha onde trabalhar arrumava uma corda, botava no pescoço e saia vendendo quiabo, correndo do rapa (...)”¹⁴⁷.

Assim têm-se as feiras, ainda nos dias atuais, como um modelo de atividade comercial capaz de criar e promover desenvolvimento econômico.

O comércio, entendido como uma função urbana na qual as mercadorias são trocadas, tem sua origem ligada à própria história da humanidade. Ele surgiu e se desenvolveu a partir do momento em que passou a existir um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao sistema de trocas¹⁴⁸

Muitas pessoas sobrevivem das feiras, seja na relação direta entre feirante e freguês, seja na complexa interação em teias sociais, uma vez que existem personagens que extrapolam os lugares habituais das feiras, entretanto produzem para as mesmas. Há fornecedores de mercadorias que muitas vezes trabalham também informalmente. É o caso das costureiras que confeccionam as peças de vestimentas nas fábricas de “fundo de quintal”, para que sejam vendidas nas feiras. Além disso, também há muitos trabalhadores que vivem do mercado formal e que abastecem as feiras na condição de fornecedores, por exemplo os vendedores de produtos de limpeza e de cereais dos

145 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Júlio Gomes, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

146 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia Pereira, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

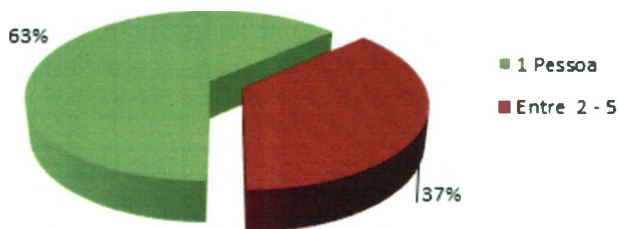
147 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Antônio Conceição Santos (“Pai de santo”), feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

148 - Cleps, G. D. G. (2003, 26 a 29 de novembro) O comércio informal e a cidade. *Em: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no Século XXI”* Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia.

produção agrícola, o povo da roça faz é costurar, não planta mais nada (...)"¹⁵¹.

As feiras, sejam no Brasil ou em Portugal, também são lugares de empregabilidade de pessoas, que muitas vezes não são trabalhadores formais, contratados oficialmente, mas se configuram também como trabalhadores informais¹⁵². Palco de trabalho para alguns, para além dos donos dos lugares, formando, portanto, a teia de dependência desse mercado. Os índices deste estudo evidenciam o fato de os feirantes terem ajudantes (“empregados”) em suas bancas, 37% dos entrevistados nas feiras do Noroeste de Portugal declararam terem ajudantes em seus negócios. No Brasil, 41% disseram também contar com o auxílio de duas a quinze pessoas, o que nos leva a entender que as feiras na atualidade, além de ser lugar de trabalho para aqueles que são donos do negócio, também “empregam” outras pessoas que sobrevivem das mesmas.

Gráfico 5 - Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

151 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Muricy, consultor do Sebrae, Salvador, 19 de Junho de 2009.

152 - Oliveira, O. L. M. (2000) *O setor informal frente à dinâmica capitalista: um estudo em Feira de Santana-BA*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

atacados.

São milhares de pessoas que na cidade vivem em função da feira, com seus bancos e barracas, seus artesanatos e sua inventividade e serviço de manutenção de sua sobrevivência e da enorme clientela que representa uma das maiores parcelas de movimentação financeira e econômica da região¹⁴⁹

Nas feiras verificamos relações de dependência direta e indiretamente, diante das teias de aproximação com o trabalho fora delas e nelas próprias. A rede de interações afeta não apenas os feirantes diretamente, mas também os produtores e fornecedores de mercadorias.

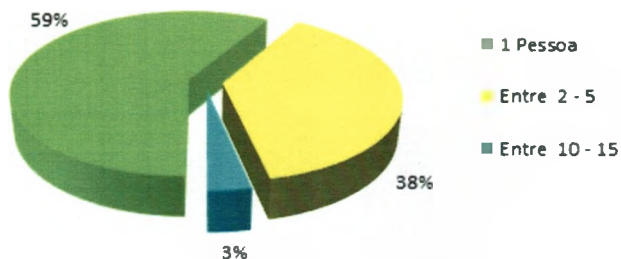
Minha família praticamente quase toda depende da feira de São Joaquim. Hoje a feira tem 10 mil feirantes e tem 100 mil que depende da feira de São Joaquim, porque não é só a gente que é comerciante na feira de São Joaquim, que depende dela porque quantas mil pessoas traz o produto de outros estados, de outros lugares para feira de São Joaquim, então essa pessoa que traz um produto de Sergipe, a família dele também depende da feira de São Joaquim, então nós não vamos fazer um cálculo de 10 mil feirantes. Não, muito pelo contrário, a feira tem muito mais pessoas, e tem condições de eleger qualquer um deputado de tudo (...)¹⁵⁰

No caso da feira de Caruaru, veremos mais adiante, a dependência dos moradores dessa cidade para com a feira é muito grande, fato evidenciada no diagnóstico realizado pelo SEBRAE e mencionada pelo consultor desse órgão em entrevista: “(...) Caruaru tem uma característica fantástica, 60% da cidade vive em função da feira, toda cadeia produtiva vive dali, é tanto que Caruaru não tem mais uma

149 - Na década de 1970 era essa a representação que a feira de Campina Grande ainda tinha. Ver: Pereira, Jr. F. P. (1977). *Feira de Campina Grande, um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino*. Editora universitária UFPB. Campina Grande, p. 23.

150 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Gomes, feirante em São Joaquim, Salvador em 27 de Maio de 2009.

Gráfico 6 – Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

No município de Caruaru-PE, de acordo com diagnóstico sobre a feira da Sulanca produzido pelo SEBRAE-PE, verificou-se o número de pessoas que trabalham no *box* e o número de dependentes. A propósito das pessoas que dependem diretamente da feira, chegou-se aos seguintes percentuais:

Tabela 3 – Número de pessoas dependentes da feira da Sulanca em Caruaru-PE.

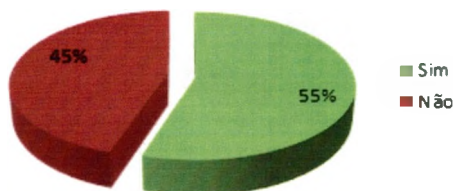
Grau de dependência	Média	Mínimo	Máximo
NÚMERO DE DEPENDENTES	3,88	1,00	36,00
QUANTOS TRABALHAM NO BOX	1,68	1,00	7,00

Fonte: *Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE*. SEBRAE, Recife, Janeiro de 2003, p. 2.

Muitos desses dependentes ou ajudantes são familiares dos donos das bancas, ou são parentes que também sobrevivem da feira tendo seus lugares próprios. Em relação aos índices dos que declararam que mais alguém da família, além deles, sobrevive das feiras, seja na condição de ajudante dos entrevistados, ou mesmo de possuidores de outros lugares, em Portugal 55% dos entrevistados responderam que sim, e no Brasil 78%, como demonstram os gráficos seguintes. Tal

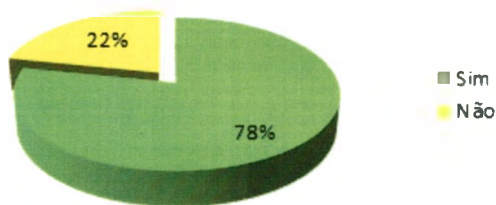
fato nos leva a crer que as feiras se constituem lugares de trabalho e de sobrevivência para muitos em uma esfera até mesmo familiar.

Gráfico 7 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 8 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Assim vemos que as feiras se constituem como lugares de luta pela sobrevivência¹⁵³, não somente de maneira individualizada, mas de toda uma família. O interesse pelo trabalho na feira surge muitas vezes pela possibilidade de uma atividade que gere renda¹⁵⁴ e também pela forma como essa atividade é realizada, em uma ambiência

153 - Termo utilizado por Lopes, V. L. S. (2004) Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 119, quando se refere a feira de Fortaleza capital cearense como espaço público de sobrevivência, bem como espaço também de relações com expectativas e desafios cotidianos.

154 - Ver Souza, P. R (1981). Emprego e Renda da Pequena Produção Urbana no Brasil. Estudos Economicos, nº 11.

“livre”, além de constituir um local de trabalho sem correr o risco de ser dispensado, pois as pessoas são donas do seu próprio negócio.

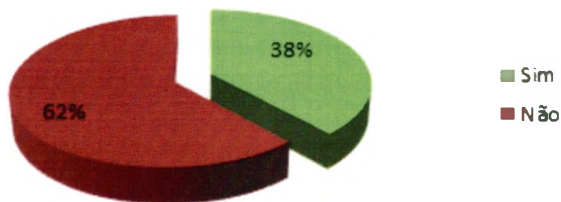
Em relação à possibilidade de adquirir renda e à manutenção da família, é bom lembrar que, em muitos casos, as feiras livres constituem atividades, se não únicas para o trabalho, complementares. Ou seja, os feirantes têm na feira a principal fonte de renda, seja na feira diária no mesmo local, a exemplo das feiras nordestinas brasileiras de Campina Grande e São Joaquim, seja na também diária de Caruaru, ou mesmo semanal, como a feira da Sulanca, ou até nas feiras semanais em Portugal de Vila do Conde e Barcelos, e na quinzenal de Ponte de Lima. Os feirantes que desenvolvem atividades nesses lugares que estão sendo estudados e que não correspondem a feiras diárias, de qualquer modo as exercem diariamente, pois os mesmos também trabalham em feiras em outros lugares na região norte de Portugal, cada dia em um lugar diferente. Contudo as feiras, seja no Brasil ou em Portugal, se constituem em lugares de sobrevivência para esses feirantes, geradoras de rendas, rendas essas que são as principais para a manutenção das suas vidas e daqueles que deles dependem.

Na pesquisa de campo feita para o presente estudo, também constatamos, nas feiras investigadas, a afirmação de que boa parte dos feirantes sobrevive da feira com pouca ou nenhuma renda extra. No caso das feiras no norte de Portugal isto se verifica em relação a 62% dos entrevistados, que afirmaram não possuir outras ocupações fora das feiras, enquanto no Brasil esse índice é de 47%. Para interpretação desses dados devemos levar em consideração principalmente duas variáveis: os feirantes do norte de Portugal, para além das feiras investigadas, fazem outras feiras durante a semana, uma vez que a realização das feiras semanais em Portugal acontece todos os dias, mas em locais diferentes, o que acarreta uma maior visibilidade em relação à atividade primeira como sendo as feiras. Além desse fator, também verificamos as atividades que os feirantes

exercem como complemento ao trabalho nas feiras. Os nortistas portugueses entrevistados exercem atividades extras (feiras) em 38% dos casos, enquanto no Brasil esse índice é de 53%. Tais atividades desenvolvidas para além das feiras, no caso do Brasil, são subsidiárias à realização destas, ou seja, são atividades relacionadas indiretamente com as feiras, tendo esses lugares como local de distribuição. Referimo-nos aos agricultores que vendem suas produções nas feiras, os “indústriais” que confeccionam as vestimentas (costureiras), os comerciantes que possuem seu comércio fixo e que também atuam nas feiras, e os artesãos que também confeccionam suas mercadorias e vendem nas feiras. Além disso, assim como em Portugal, no Brasil verificamos um elevado número de feirantes que já são aposentados e que encontram nas feiras opção de complemento de renda. Logo, acreditamos que, independente dos valores apresentados e levando em consideração as variáveis apresentadas, tanto em Portugal como no Brasil as feiras representam local de trabalho para os feirantes que delas vivem direta ou indiretamente, onde exercem suas atividades diárias de labuta e manutenção de suas respectivas sobrevivências.

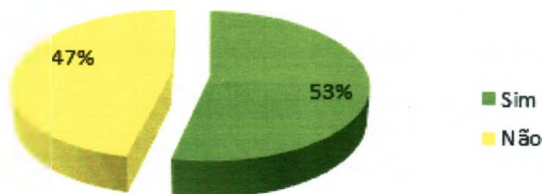
Os gráficos que seguem servem de evidência para as constatações acima. Quanto ao fato de os entrevistados terem outras ocupações para além das feiras:

Gráfico 9 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes em Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

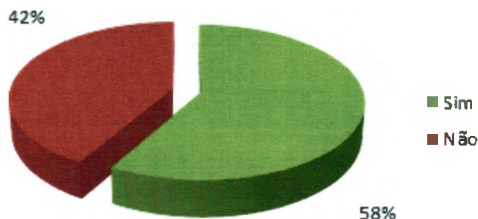
Gráfico 10 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes no Brasil).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

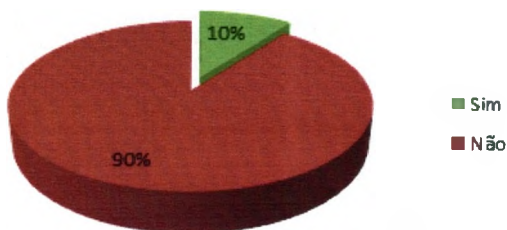
Quanto à atuação em outras feiras, para além das feiras investigadas em Portugal e no Brasil respectivamente.

Gráfico 11 – Atuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados em Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 12 – Atuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados no Brasil).

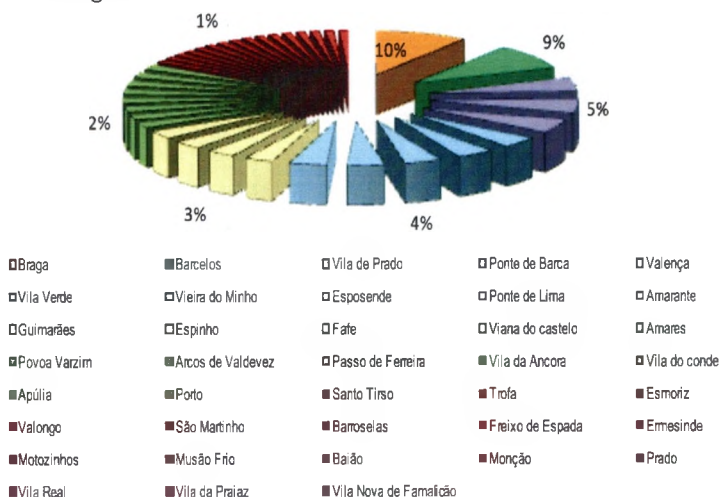


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Quanto à menção às feiras que fazem semanalmente, no caso de Portugal, o índice de diversidade é elevado, uma vez que, como dissemos anteriormente, as feiras realizam-se diariamente, mas em

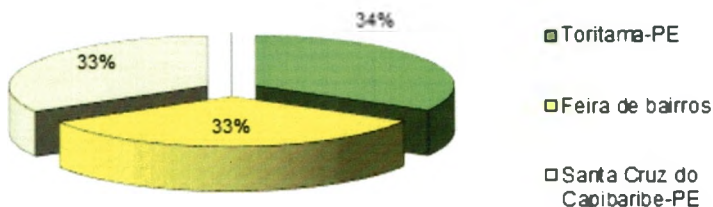
sítios diferentes. Logo os feirantes se deslocam muito mais, pois o seu trânsito se dá diariamente, enquanto que nas feiras investigadas no Brasil os feirantes trabalham diariamente na mesma feira. Os gráficos a seguir demonstram além dos índices as demais feiras que os feirantes atuam:

Gráfico 13 – Demonstrativo das feiras que os feirantes em Portugal trabalham, para além das investigadas.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 14 – Demonstrativo das feiras que os feirantes no Brasil trabalham, para além das investigadas.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Quanto ao fato de os feirantes exercerem atividades ligadas direta ou indiretamente nas feiras, pode verificar por meio dos valores dispostos na tabela seguinte, um quantitativo significativo das atividades desempenhadas por aqueles que têm relação indireta com as feiras. As atividades de agricultor representam 13%, comerciante 9% e costureira 9%:

Tabela 4 – Atividades desempenhadas pelos feirantes externas às feiras.

QUAL?	PORTUGAL SOMA	BRASIL SOMA	BR E PT SOMA	BR E PT PERCENTUAL TOTAL
Aposentado	8	12	20	36%
Agricultor	5	2	7	13%
Comerciante	2	3	5	9%
Costureira	1	4	5	9%
Eletricista	1	2	3	5%
Estudante		3	3	5%
Artesão	1	2	3	5%
Sapateiro	1	1	2	4%
Professor		1	1	2%
Venda Comésticos		1	1	2%
Comerciário	1		1	2%
Padeiro	1		1	2%
Marcineiro	1		1	2%
Industrial	1		1	2%
Químico (técnico)		1	1	2%
Total	23	32	55	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em relação à feira de Caruaru, por exemplo, foi realizada uma pesquisa pelo SEBRAE que também confirma esses índices de nossa pesquisa, quanto à dependência dos feirantes em relação às feiras como praticamente única fonte de renda e se possuem outras, que muitas vezes tem indireta relação com a primeira (as feiras). Os

índices demonstrados pelo estudo do SEBRAE esclarecem que (78%) dos entrevistados não possuem outra fonte de renda para além das feiras, enquanto (22%) dizem possuir outras rendas. Conforme pode ser verificado na tabela:

Tabela 5 – Possui outra fonte de renda.

<i>OUTRA FONTE</i>	<i>Percentual</i>
SIM	22,0
NAO	78,0
Total	100,0

Fonte: Relatório da avaliação das feiras livres e público avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Coahab, Caruaru/ PE. SEBRAE, Recife, Janeiro de 2003, p. 3.¹⁵⁵

As pessoas recorrem às feiras como fonte primária de sobrevivência, como local de trabalho, seja em Portugal ou no Brasil. Percebemos essa recorrência em falas como a do feirante em Vila do Conde Antônio Augusto:

Estava no desemprego, antes era comerciante, e com as grandes superfícies tive de fechar o negócio e vir para as feiras, tenho muitos amigos feirantes¹⁵⁶. Na mesma direção, observamos a fala da entrevistada, também feirante em Vila do Conde, Maria de Lourdes: “antes tinha menos feirante e vendia-se mais um “bucadito” a concorrência é grande na feira e fora dela¹⁵⁷.

Outro índice que se destaca na tabela anterior diz respeito ao

155 - De acordo com a pesquisa do Sebrae, se entende por outras rendas, ou rendas complementares as seguintes: renda do esposo, aposentadoria, pensão, vendedora (shopping), feira de importados, renda de imóveis, kitanda, agricultura, prestação de serviços, serviços gerais, marceneiro, carregador de frete, vigilante, cobranças do departamento de energia, confecção, faz limpeza nos bancos da sulanca, venda de bolo, pedreiro, funcionário público, taxista, vendedor de gêneros alimentícios na Ceasa, fabricante professor, lavadeira.

156 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Antônio Augusto, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

157 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007

percentual de aposentados (reformados) que continuam laborando nas feiras, qual seja 36% dos entrevistados. Em relação aos feirantes que também são aposentados no Brasil, é importante destacarmos que tal aposentadoria não se deve ao fato de os feirantes terem contribuído para a previdência, mas sim pelo fato de terem atingido idade permitida pela previdência social para se aposentarem, o que não os impossibilita de continuar trabalhando nas feiras, uma vez que o que recebem pela reforma é um montante muitas vezes de um salário mínimo, o que é insuficiente para a manutenção de suas despesas e de seus dependentes. Isto é ilustrado pelo depoimento do feirante Sr. João Mascarenhas, barbeiro na feira de São Joaquim, em entrevista concedida a TVH BA. Diz ele:

A feira para mim significa minha vida, cheguei aqui jovenzinho e estou nela até hoje, sou aposentado por idade, mas ganho pouco e tenho que continuar trabalhando. Então preciso muito da feira. Enquanto eu tiver vida e puder exercer a profissão eu tenho que trabalhar¹⁵⁸.

Esse fato também pode ser observado nas feiras em Portugal. Boa parte dos entrevistados, quando indagados se tinham outras ocupações para além das feiras, responderam que sim, como também aposentados. Entretanto a aposentadoria desses feirantes portugueses não são apenas benefícios concedidos por terem atingido a idade, mas também por tempo de contribuição, uma vez que, como trabalhadores informais são “convidados” a pagarem a previdência, sob pena de não terem direito ao lugar, nem ao cartão de feirante.

Outra questão que também merece destaque quanto a Portugal, se comparado às feiras no Brasil, é o fato de as primeiras acontecerem todos os dias em sítios diferentes. No Brasil, tanto em Campina Grande como em Salvador, os feirantes entrevistados responderam

158 - Silva, J. A. M. (2006) (Diretor do documentário). *São Joaquim, a feira*- X Filmes da Bahia, HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

que, além destas feiras em que actuavam, não trabalhavam em nenhuma outra, pois se tratam de feiras diárias. Em relação à feira de Campina Grande-PB, o estudo académico de Antônio Costa (2003) deu conta dessa constatação. Segundo o trabalho¹⁵⁹, boa parte dos feirantes campinenses faz a feira diariamente. 47% dos investigados em sua pesquisa declararam que trabalham na feira durante seis dias da semana, de segunda a sábado, enquanto que somente 6,7% fazem a feira apenas no sábado, dia considerado de maior movimento¹⁶⁰.

Com o aumento do desemprego, o papel das feiras como opção de trabalho intensificou-se nas décadas de 1990 e 2000. Os índices relativos à cidade de Salvador ilustram o crescimento do trabalho informal relativo ao ofício de feirante:

Tabela 6 – As dez principais ocupações informais RMS.

OCUPAÇÃO	ANOS 1987/1988	1996/2000
Vendedor	26,0%	9,3%
Lavadeira e passadeira	12,9%	4,3%
Pedreiro	5,7%	5,4%
Trabalhador Braçal	5,6%	5,8%
Pescador	5,4%	*
Ocupações mal definidas	5,0%	*
Baleiros, doceiros, feirantes	4,8%	16,3%
Barbeiros, cabelereiros, manicures e esteticistas	4,7%	4,4%
Alfaiates e costureiras	4,7%	4,1%

159 - Dados obtidos na tabela Perfil dos feirantes segundo os dias da semana trabalhados na feira Em: Costa, A. A. (2003) Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 181.

160 - Sobre a importância da feira dia de sábado, descreve “A importância da feira do sábado sobressai na quantidade de feirantes que trabalham no referido dia, totalizando 100% dos entrevistados, mesmo aqueles que só trabalham na feira central um dia por semana é neste dia que vão ao local” Costa, *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional*, p. 180.

Pintores	2,3%	*
Copeiros/Garçons	*	5,1%
Motoristas	*	4,2%
Cozinheiros	*	3,5%

Fonte: Silva, P. P. (2003) *A nova informalidade na região metropolitana de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Colecta de dados realizados pela autora nos seguintes órgãos: PED RMS - SEI/ SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. A tabela apresentada foi adaptada para o presente estudo, sofrendo alterações no seu formato de apresentação.

*Esses ofícios não foram apresentados nos períodos correspondentes entre as 10 principais ocupações do trabalho informal soteropolitano.

Em Salvador, nos anos 1987/1988, os feirantes ocupavam o 7º lugar no ranque dos trabalhadores informais. Já no período de 1996 a 2000, passam a ocupar a 1ª posição entre os trabalhadores informais. O mesmo ocorreu em Campina Grande, onde muitos trabalhadores informais, na condição de desempregados do setor formal, vêm o comércio ambulante e informal como alternativa. Nilson Barros¹⁶¹, a respeito dos ambulantes e comércio informal campinense diz: “(...) para os ambulantes do centro da cidade nos anos 1980, 26% eram provenientes de indústria, enquanto apenas 2,86% tinham origem na agricultura”.

Contudo o trabalho informal tem crescido¹⁶² e com ele o número de aderentes ao ofício de feirantes¹⁶³. Esse crescimento é evidenciado por um exame do número de feirantes nas feiras investigadas.

Em relação à feira de Campina Grande, constatamos a partir de

161 - Barros, N. C. C. (1987). O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: um estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, p. 192.

162 - Sabadine, M.S. *Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil*. Disponível em acedido em 06 de Dezembro de 2010. <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>

163 - Oliveira, S. S. L. (2010). *Mercado Informal: o trabalho das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande Contemporaneidade*. (Monografia) Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

pesquisa desenvolvida junto aos feirantes e fregueses e do cadastro dos vendedores junto ao órgão competente da Prefeitura para sua administração (SOSUR- Secretaria de Serviços Urbanos), bem como por meio de reportagens publicadas nos jornais da cidade, trabalhos acadêmicos sobre o tema, que o número de comerciantes vem crescendo ao longo dos anos. Se considerarmos os últimos dez anos, constatamos tal aumento no número total de lugares na feira central, de acordo com o registro dos mesmos junto à SOSUR. Em 2000, foram registrados 3.251 pontos nas feiras: em 2010, 3.281 pontos. Aparentemente pode não parecer muito, porém, entre 2000 e 2003, o PIB municipal de Campina Grande teve um crescimento relevante, comparável a outros municípios do estado da Paraíba. A população também apresentou índice elevado de crescimento, de acordo com o IBGE, de “355.331 habitantes em 2000 para 385.276 em 2010”¹⁶⁴. A respeito deste crescimento O IBGE se posiciona,

O ano de 2006, o PIB de Campina Grande foi de 2,718 bilhões de reais (0,12% do PIB nacional). Logo, houve um crescimento de 70,3 % entre os PIB dos anos de 2003 (1,9 bi) e 2006. Em 2006, Campina Grande se mostrou uma das quatro cidades com maior PIB do interior do Nordeste, que foram: Feira de Santana - BA (3,853 bi), Campina Grande - PB (2,718 bi), Mossoró - RN (2,127 bi) e Petrolina - PE.¹⁶⁵ Neste ano, o sector industrial apresentou um bom desempenho, principalmente em vestuário e calçados. (...) A posição privilegiada de Campina Grande contribui para que seja um centro distribuidor e receptor de matéria-prima e mão-de-obra de vários estados. Campina Grande tem grande proximidade com três capitais brasileiras: Natal, João Pessoa e Recife. Além disso, dentro do próprio estado, situa-se no cruzamento entre a BR-230 e a BR-104¹⁶⁵

Como se não bastasse tal desenvolvimento na cidade, ao mesmo

164 - IBGE. Acedido em 02 de Janeiro de 2011, em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

165 - IBGE. Acedido em 02 de Janeiro de 2011, em : http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_Campina_Grande#Feiras_p.C3.BAblicas apud <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/tab01.pdf>

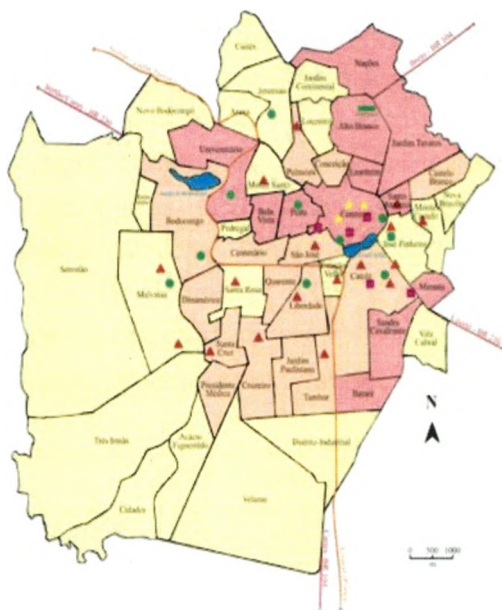
tempo em que se manteve o número de feirantes cadastrados na feira central, também foram implementadas feiras nos bairros, em um total de oito feiras livres. A cidade possui, além da principal, feiras no centro da cidade, a “arca titão” e “arca catedral”, e nos bairros, a feira da Prata, Bodocongó, Liberdade, entre outras. Logo, conclui-se que, apesar dessas variáveis, o contexto de número de feirantes oficiais atuando na feira central de Campina Grande se manteve inalterado. Os índices da tabela abaixo e o gráfico seguinte demonstram a presença a crescente presença do número de feirantes atuando no comércio varejista não só na feira central, mas também nos bairros da cidade.

Tabela 7 – Quantitativos de feirantes distribuídos nas ruas que compõem a feira livre de Campina Grande, em períodos diferentes.

NOME DA RUA	2000	2005	2010
Cristóvão Colombo	377	273	410
Deputado José Tavares	331	289	397
Doutor Antônio de Sá	259	184	324
Doutor Carlos Agra	254	116	152
Manoel Farias Leite	113	055	085
Manoel Farias Leite	113	129	145
Manoel Pereira de Araújo	134	129	145
Marcilio Dias	372	277	429
Mercado Central	1.190	411	931
Pedro Álvares Cabral	211	147	177
Terreno dos Martins	NÃO TINHA OCUPAÇÃO NA ALTURA	NÃO TINHA OCUPAÇÃO NA ALTURA	231
TOTAL GERAL	3.251 pontos	1.881 pontos*	1.281 pontos

Fonte: Cadastro dos vendedores e ambulantes localizados na feira central de Campina Grande-PB, elaboração própria a partir de dados coletados junto a Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, bem como quadro 07 do trabalho de COSTA, Antônio (2003) *Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela secretaria de Serviços Urbanos nos anos 2000 e 2010.

Figura 1 – Demonstrativo espacial do comércio por bairros em Campina Grande.



LEGENDAS

- Nível de renda dos bairros por pessoa responsável por domicílio particular permanente
- Até R\$ 500,00
- Entre R\$ 501,00 a R\$ 1 000,00
- Acima de R\$ 1 001,00
- Formas de concentrações comerciais por bairros da cidade de Campina Grande
- Feiras livres
- Subcentros comerciais (ruas e / ou avenidas comerciais)
Camelodromo e áreas do comércio ambulante (ARCA)
- Shopping Centers
Campina Grande, julho de 2008

Fonte: Distribuição espacial do comércio por bairros da cidade de Campina Grande. Desenho: Lincoln da S. Diniz / Lindemberg da S. Diniz. Fonte: SEPLAM – C. Grande, 2002 / IBGE – Censo Demográfico 2000 / Lincoln da S. Diniz – Pesquisa direta, 2008. *Em: Revista de Geografia*. (UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009 Recife.p.18, Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial, autores Lincoln da Silva Diniz e Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Um fato relevante, que merece ser destacado quanto ao comércio informal de Campina Grande e que concorre diretamente com o movimento da feira central campinense, diz respeito à categoria dos ambulantes e os comércios dos bairros, além das grandes superfícies e centros comerciais.

Nas grandes cidades, nas décadas de 1980 e 1990, tendo Campina Grande não ficado à margem desse processo, o trabalho informal cresce como opção de renda diante dos altos índices de desemprego. Verificou-se a proliferação de inúmeros camelôs posicionados nos passeios, ao lado das áreas principais do centro da cidade, além de um aumento significativo no número de pequenos empreendimentos familiares existentes nos bairros, como as pequenas lojas, armarinhos, mercadinhos, mini-boxes, fábricas de confecções e calçados, cabeleireiros, empreendimentos domésticos (casas que fornecem marmitas, confeccionam doces, salgados e comidas típicas regionais, casas de consertos em geral, etc.), o que convencionou-se chamar de micronegócios¹⁶⁶. Estes, para se desenvolverem, necessitavam de micro crédito¹⁶⁷.

No que respeita às demais feiras investigadas, percebe-se que houve um aumento no número de feirantes no período em estudo, como no caso de Caruaru, que conta atualmente com **15.855** lugares

166 - A respeito do crescimento do número de camelos e comércio informal nos bairros ver Diniz, L. (2009) p. 16.

167 - O número de empreendimentos informais foi tão significativo que despertou o interesse do governo local para sua elegibilidade através de um programa de microcrédito orientado e desenvolvido pela Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE, autarquia ligada a Prefeitura Municipal de Campina Grande, criada em 1999 com o objetivo de regularizar os empreendimentos comerciais ilegais e apoiá-los no seu desenvolvimento orientando e fomentando recursos para esses empreendimentos econômicos locais.

cadastrados junto à Prefeitura Municipal¹⁶⁸. Conforme foi apontado anteriormente, a feira de Caruaru faz parte do surgimento da cidade, a exemplo também da de Campina Grande. Sua origem se confunde com o surgimento da localidade, inicialmente como povoado, passando para vila e posteriormente ganhando sua emancipação e se tornando cidade. Logo, a feira sempre teve um papel preponderante na economia local e regional, uma vez que congrega boa parte dos municípios do agreste pernambucano, se consolidando como entreposto de importação e exportação de mercadorias. O fato é que o comércio central, desde sua origem, sempre teve lugar na avenida central da cidade. Entretanto, como aconteceu com outras cidades, sobretudo do Nordeste brasileiro, na década de oitenta, Caruaru se tornou “alvo” de pontencialidade no que concerne ao mercado de trabalho informal. Isto resultou em um “inchaço” de comerciantes, feirantes com locais determinados e ambulantes sem lugares fixos na feira central. Tal fato gerou a necessidade de uma iniciativa do poder público para a relocação desses comerciantes, que cresciam em proporções elevadas, para uma área específica onde pudessem se localizar e comercializar seus produtos, atendendo às novas dinâmicas de urbanização da cidade que necessitava também, naquela altura, se expandir, gerando desenvolvimento modernizante. Desta forma foi criado o Parque 18 de Maio¹⁶⁹, com o objetivo de alocar tais comerciantes e a feira como um

168 - Dados fornecidos pelo sector de arrecadação da PMC em relatório dos rendimentos das feiras datado de 19 de Junho de 2009. Estão atualizando cadastro dos feirantes, sobretudo dos chamados “sulanqueiros”, pois muitos se encontram na ilegitimidade junto a Prefeitura de Caruaru, atendendo pela categoria de “invasores”. *Os jornais da cidade destacam a feira da sulanca como a feira que emprega maior concentração de desempregados, a exemplo da notícia Sulanca garante bons preços. Comércio a tradicional feira já movimenta cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). Jornal do Comércio. Especial Caruaru. Recife, p. 3. A tradicional feira já movimenta cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). Jornal do comércio, Recife;* a notícia destaca que a sulanca garante bons preços “ (...) quinze mil feirantes trabalham na Sulanca, 12 mil são cadastrados.” Sobre a feira dos importados destaca “ (...) apesar da alta do dólar cerca de 600 pessoas sobrevive desta feira (...)”.

169 - A implantação do Parque 18 de Maio em Caruaru, aconteceu em 1992,

todo. Matéria publicada no Jornal Vanguarda, em 18/05/2005, informa sobre o histórico da feira e a necessidade de criação do Parque 18 de Maio:

Agrestinos e sertanejos imigram para Caruaru em busca de emprego, principalmente no mercado informal, a feira. Nos anos 80, havia uma expressiva concentração destes desempregados, formando bolsões de baixa renda nas periferias da cidade. De acordo com o mesmo diagnóstico: “a ampliação da feira torna-se impossível em seu habitat histórico, face a seu atual congestionamento de fluxos de pessoas e de mercadorias”. A reorganização da feira seria uma das soluções para o descongestionamento de desempregados nas periferias de Caruaru: essas pessoas trabalhariam nas feiras, vendendo o que plantassem.¹⁷⁰

Os entrevistados também fazem referência ao crescimento da feira e à implantação do Parque 18 de Maio. Dentre eles mencionamos os depoimentos da freguesa Rosângela: “a feira cresceu bastante, mudou de local, aconteceu da XV de Novembro para baixo e depois para o Parque 18 de Maio, onde está até hoje, tudo porque cresceu e não tinha mais lugar para tanto feirante”¹⁷¹; e da feirante Marilene: “Quando era no centro era melhor a feira, agora veio para cá [se refere ao parque 18 de Maio] e diminuiu bastante o nosso ganho porque a feira tá maior e veio muita gente trabalhar aqui.”¹⁷².

As feiras de Caruaru geram¹⁷³ um elevado índice de trabalho informal para o agreste pernambucano. É o que destaca o trabalho de

aglutinando características de modernidade, canalização de água e esgoto, banheiros e calçamento e com espaço seis vezes maior que a feira anterior, de 22,760m² para 154,440m². Ver em Parque 18 de maio oferecerá toda estrutura (1992, 15 à 21 de maio). Jornal Vanguarda Caruaru - PE, p. 5.

170 - Caruaru 148 anos (1857- 2005), (2005, 18 de Maio) *Jornal Vanguarda*, Caruaru-PE.

171 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

172 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

173 - Como já destacamos no início do presente texto quando nos referimos ao trabalho informal no Brasil. Portanto se faz desnecessário nos deter novamente a esse respeito.

Valmiré Dimerón:

São 12.100 empreendimentos industriais, 90%, informais; são responsáveis por 76.700 empregos; produzem 57.800 peças por mês; faturamento de 160 milhões de reais; a fabricação de jeans representa 14% da produção nacional deste tipo de vestimentas¹⁷⁴.

Fato também percebido nos índices da a seguir,

Tabela 8 – Dados das feiras de frutas e verduras, Sulanca e artesanato. Ano de 2004.

TIPO DE FEIRA	Nº DE COMERCIANTES	Nº DE COMPRADORES	VALOR COMERCIALIZADO EM 2004 (R\$/ MÉDIA)
FRUTAS E VERDURAS	5.900	20.000/SEMANA	3 MILHÕES/SEMANA
SULANCA	12.000+ 10.000 INVASORES (SIC)	100.000 ALTA ESTAÇÃO E 35.000 BAIXA ESTAÇÃO	22 MILHÕES/ SEMANA
ARTESANATO	400	10.000/SEMANA	20 MILHÕES/BAIXA ESTAÇÃO/SEMANA 40 MILHÕES/ALTA ESTAÇÃO/SEMANA
TOTAL	28.300 comerciantes		

Fonte: Coordenadoria de Comunicação-Prefeitura Municipal de Caruaru, Associação dos Sulanqueiros de Caruaru, Associação dos feirantes de Artesanato de Caruaru.

Já no que tange à feira de São Joaquim, os dados em relação ao tipo de trabalho exercido têm caráter informal, mas não contradizem as informações sobre as demais feiras, haja vista que, como mencionamos anteriormente¹⁷⁵, entre as dez ocupações de trabalhadores informais nos anos 2000, os feirantes ocupam primeiro lugar, ao lado dos

174 - Trabalho apresentado por Valmiré Dimerón no I Seminário sobre a feira da Sulanca, realizado em 2005, promovido pela Prefeitura Municipal de Caruaru. O mencionado texto se refere a trechos do power point da exposição do autor no referido evento.

175 - Nos referimos aos índices apresentados na tabela Dez principais ocupações dos demais informais RMS do presente estudo.

baleiros, doceiros¹⁷⁶, considerados estes últimos como vendedores ambulantes, com um índice de 16,3%.

Assim como as feiras anteriormente abordadas, a de São Joaquim tem como mão-de-obra principal, trabalhadores que encontram na informalidade a saída para a manutenção diária, inclusive aqueles que saíram de ocupações oficiais e se tornaram desempregados da economia formal. É o caso, entre muitos outros, do atual presidente do Sindicato, Sr. Joel Anunciação, feirante desde a década de 1980, quando foi vítima de um grande despedimento no pólo petroquímico de Camaçari. Tal experiência foi contada pelo mesmo em documentário exibido pela TVE Bahia. Sobre a importância da feira para os que dela dependem economicamente, o sindicalizado diz:

Ganho meu pão de cada dia, desde que fui demitido há cerca de 18 anos atrás, e é daqui que tiro meu sustento para mim e para meus filhos. (...) De fato muitas pessoas quando se vêem sem trabalho encontram nas feiras livres um local de poder continuar ganhando seu pão de cada dia, como foi o meu caso, quando fui demitido do pólo petroquímico de Camaçari. (...) acredito que só vou sair da feira com os pés para frente no meu caixão, porque essa feira tem uma relação de profundo carinho, respeito e cada vez mais amor e gosto da feira, porque é daqui, dela que tiro o sustento da minha família, e ela tá sempre aberta, de braços abertos para receber pessoas de todo o mundo, todo mundo é muito bem recebido aqui nessa feira¹⁷⁷

Na mesma direção, considerando a feira de São Joaquim como local de trabalho para os informais, pode ser citada a fala do entrevistado Sr. Macílio¹⁷⁸: “a feira acolhe todo mundo, muitos saíram do presídio, a sociedade exclui [a feira inclui, grifo nosso]. É analfabeto,

176 - Vendedores de guloseimas, ambulantes que para além da feira de São Joaquim encontram nas ruas da cidade e até dentro dos autocarros lugares para comercializarem suas mercadorias.

177 - Silva, J. A. M. da. (2006). São Joaquim, a feira- X. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

178 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Macílio dos Santos, feirante, em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

é desempregado, vem à feira para ser feirante ou camelo no centro da cidade”.

Constata-se que é inegável que a feira de São Joaquim abriga os que se encontram à margem do emprego formal. É o que confirmava, já em 1974, o Jornal *Tribuna da Bahia*:

pelo sindicato dos vendedores ambulantes e feirantes da cidade de Salvador pode-se estimar em cerca de 1.600 barraqueiros na feira, se bem que só 1.100 feirantes e 400 ambulantes são sindicalizados. Mas pesquisas já efectuadas na feira determinam em mais de 15 mil as pessoas que tiram o seu sustento directo dela¹⁷⁹

Na década de 1980, a exemplo do que aconteceu nas outras cidades que sediam as feiras desse estudo, Caruaru e Campina Grande, o índice de feirantes e trabalhadores informais cresceu ainda mais, resultado de uma política excludente neoliberal e globalizante¹⁸⁰. A este respeito, matéria publicada na *Tribuna da Bahia* de 16/07/1987 afirma:

O presidente do sindicato dos vendedores e ambulantes da cidade de Salvador, Roque Ramos, não soube precisar quantos comerciantes trabalham na feira de São Joaquim, informando apenas que vem sendo cada vez maior a quantidade de pessoas que procuram adquirir um ponto no local. Em tom de brincadeira diz, “se todo mundo que tiver desempregado for colocar uma banca aqui na feira, vamos ter mais vendedor que comprador, ao comentar que São Joaquim está cheia, saturada de comerciantes¹⁸¹.

Não diferindo desta realidade, nos anos 2000, o índice de

179 - Feira de São Joaquim um mundo de problemas. (1974, 05 de Agosto). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.5

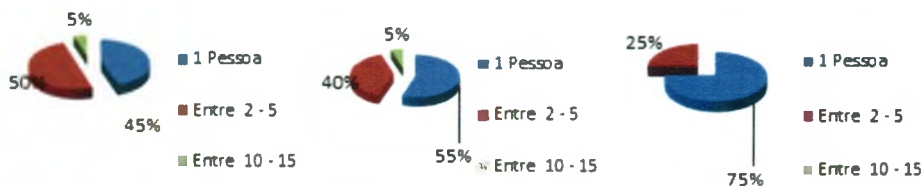
180 - Cacciamalia, M. C. (2000, Junho). Globalização e processo de informalidade. Acedido em 10 de Novembro de 2010, em <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>.

181 - Feira de São Joaquim e seus problemas (1987, 17 de Julho). *Tribuna da Bahia*, Salvador.

crescimento no número de feirantes na cidade de Salvador foi ainda maior, quase sete vezes mais que três décadas anteriores. De acordo com notícia *Tribuna da Bahia* (2002),“(...) a feira abriga hoje 7.500 trabalhadores, dois mil boxes e mil barracas”¹⁸².

Por fim, em relação às feiras nordestinas brasileiras, e no caso exposto da feira de São Joaquim, gostaríamos ainda de destacar dois aspectos que também são comuns às demais. O primeiro deles diz respeito à possibilidade que a feira carrega de, para além de ser um lugar de desempregados à procura de trabalho, ser também um lugar de dependentes terceiros da mesma, ou seja, de geradores de emprego e renda. Fomentando empregadores, uma vez que alguns donos de barracas têm seus “empregados”, formando assim uma teia de sociabilidade a partir da dependência estabelecida entre as partes e em relação ao todo— neste último caso de dependência da feira como um todo, dos empregadores e também dos empregados.

Gráfico 15 – Demonstração do número de empregados em cada barraca, nas feiras nordestinas brasileiras: São Joaquim, Caruaru e Campina Grande respectivamente.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Os feirantes que trabalham sozinhos representam um total de 59%. Entretanto, 38% “empregam” de duas a cinco pessoas, e 3% contam com a ajuda de dez a quinze pessoas, dados que demonstram a feira como lugar de trabalho gerado pelos próprios feirantes em relação a outros. Tais índices são corroborados pelos depoimentos dos

182 - Santana, E. (2002, 07 de Junho) Feira de São Joaquim reclama atenção. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.7.

feirantes Sr. Djalma dos Santos¹⁸³: “Tem muita gente que trabalha para mim, depende de mim, de carrinho de mão aos vendedores, carregadores... amanhã mesmo vai chegar um caminhão de mamão, aí tem mais de dez homens, dez pais de família que vão descarregar e que dependem de mim”; e Sr. Manuel Antônio: “Para mim representa tudo que consegui, e emprego também boa parte da minha família, hoje ao invés de ser empregado sou empregador, tenho casa própria, fiz casa para minha irmã, sobrinho (...). Hoje tenho sete funcionários e meu filho que, quando eu me aposentar, vai continuar. Já acertamos isso (...) tenho um sobrinho que trabalha comigo, duas irmãs (...) a feira de São Joaquim emprega muita gente direta e indiretamente.”¹⁸⁴.

Já o segundo aspecto que queremos destacar aqui concerne ao sentimento de gratidão e de reconhecimento em relação às feiras, perceptível nos depoimentos de todos os entrevistados, mesmo daqueles que queixam-se ao compararem a realidade atual das feiras ao movimento do passado. É unânime a afirmação de que dependem da feira, e por isto não imaginam suas vidas sem a mesma. Neste sentido, mencionamos alguns depoimentos sobre este assunto na feira baiana. Nas palavras da feirante Sra. Balbina de Jesus, “A feira é uma mãe, uma mãe e um pai junto, construí família, casa, tudo. Tenho tudo graças a Deus e a essa feira”¹⁸⁵. Na mesma direção, encontra-se o depoimento do também feirante Sr. Sérgio Santos: “Quando comecei aqui era vendedor de água; hoje, graças a Deus, já tenho meu ponto comercial, não pago mais aluguel de casa, trabalho para mim mesmo, graças a Deus. Fui conseguindo aos poucos, não pode ser de uma vez

183 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Danilo Correia da Anunciação, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009

184 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Antônio dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009

185 - Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pela feirante de São Joaquim Sra. Balbina de Jesus.

não, porque é difícil”¹⁸⁶. Diz também o feirante Joelson de Souza: “a feira, para mim, é tudo, tudo que tenho é da feira”¹⁸⁷.

A constatação, com respeito às feiras brasileiras, de que o trabalho informal tem crescido, e com ele o número de aderentes ao ofício de feirantes, se aplica também às feiras portuguesas. Começaremos por tratar do caso específico de Ponte de Lima, o quantitativo de feirantes que solicitaram seus lugares antes de 1996 foi 292, após este período até 2007, foram cadastrados como novos feirantes 180. Não se tem o controle do quantitativo de feirantes que deixaram a atividade, e em relação ao período anterior a 1996, não se sabe ao certo qual o ano que tiveram seus cadastros iniciados¹⁸⁸. No entanto, estes números demonstram que houve uma procura por este ramo de atividade de aproximadamente duas centenas de interessados em onze anos (1996-2007).

Fato semelhante aconteceu na Feira de Vila do Conde, tendo a mesma apresentado índice elevado de crescimento do quantitativo de feirantes cadastrados oficialmente na feira semanal, no período em estudo:

186 - Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pelo feirante de São Joaquim Sr. Sérgio Santos.

187 - Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pelo feirante de São Joaquim. Sr. Joelson de Souza.

188 - Os dados do período 1986-1996 não foram fornecidos pela Câmara com exclusividade. Pois a entidade informou que a informatização dos cadastros só foi iniciada a partir de 1996. Portanto os números que se apresentam nos cadastros são anteriores ao ano de 1996 mas sem especificar o ano de adesão do feirante ao ramo. Dados fornecidos pela Diretoria de Finanças da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em 21 de Junho de 2011.

Tabela 9 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Vila do Conde.

ANO*	2006	2007	2008	2009
Nº de lugares	389	389	385	379

Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde, Registro 106/11, da Directoria de Administração e Financeira.

*No mesmo ofício e em pesquisa realizada pessoalmente nos arquivos da Câmara Municipal não existe nenhum registro quanto ao número de lugares nos anos anteriores, digo entre 1987-2005.

Em relação a feira semanal de Barcelos, verificamos que o número de feirantes oficiais passou de 660, em 1985, para 857 em 2007, o que comprova o crescimento dos que têm em relação à feira semanal de Barcelos, verificamos que a feira o lugar de trabalho. O mesmo já não ocorre com a feira semanal de Vila do Conde, na qual o número de feirantes cadastrados em 2006 era de 389, tendo se reduzido para 379, em 2009. Entretanto, é relevante que consideremos que, para além do fato de a Câmara Municipal ter concedido licença para funcionamento de dois centros comerciais e 25 licenças para mercearias, supermercados e minimercados, o quantitativo de feirantes de atividades diversas teve o índice aumentado, ou seja, enquanto em 2007 o quantitativo geral do número de lugares era de 389, sendo 160 para produtos hortícolas, e 229 para artigos diversos (retrosaria, miudezas, vestuário, calçado, tapeçaria, atoalhada, dentre outros), em 2009 o número de artigos diversos aumentou para 237, enquanto o de hortícolas caiu para 142. Os artigos diversos são os mesmos que encontramos nos centros comerciais e supermercados também instalados no mesmo período. Desta forma, apesar de os números absolutos de lugares na feira apresentarem diminuição entre 2007 e 2009, em valores relativos houve aumento. Os feirantes acabaram se adequando à nova dinâmica do mercado, modificando as suas mercadorias, substituindo, por exemplo, os artigos hortícolas por mercadorias diversas. Conforme verificamos na tabela:

Tabela 10 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Barcelos.

ANO	1985*	1986	1988	1997	1999	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de lugares	660	680	673	659	803	861	854**	850	849	857

Fonte: Câmara Municipal de Barcelos, ofício nº913/08 da chefia da divisão de administração geral e atividades econômicas. Planilha reelaborada, tendo a original a descrição de todas as atividades e receita arrecadada no período exposto.

*Esses dados do ano de 1985 foram adquiridos no trabalho de Simão, A. e Correia, P. J. (1985)., *Feira de Barcelos*, Coimbra , p.72.

**Relatório elaborado pela Câmara em Janeiro de 2004 sobre a caracterização da feira de Barcelos em 2004 aponta um quantitativo de lugares superior ao que está exposto, contendo 887 lugares e mais 150 localizados no sector A, destinados exclusivamente a venda de produtos agrícolas residentes no concelho de Barcelos, totalizando portanto 1.037 lugares em 2004.

Assim, os índices apresentados comprovam que, tanto no Brasil quanto em Portugal, o número de feirantes vem crescendo, o que reforça mais uma vez a tese de que, mesmo diante de novas formas de consumo, as feiras continuam a ser opção de trabalho para os desempregados. O aumento do número de feirantes tem gerado uma maior concorrência interna (entre os feirantes) e externa (das novas formas de consumo). Essas instituições medievais, que sobreviveram aos impactos da modernidade, continuam existindo na pós-modernidade, resistindo à globalização. Isto deve-se ao fato de os feirantes continuamente adaptarem-se às normas do mercado, resignificando suas mercadorias, formas de pagamento, dentre outras estratégias de adaptação e de continuidade, ao mesmo tempo em que mantém as formas de diálogo com os fregueses, com as astúcias e estratégias de marketing próprias daqueles que sabem fazer a feira como seus antepassados.¹⁸⁹

189 - A respeito das estratégias de adaptação e resistência nas feiras frente ao global, dedicaremos publicação específica futuramente, por tratar-se da terceira parte de nossa tese.

1.3 – O trabalho nas feiras “livres”: a questão do amparo social

(...) Fui trabalhar como balconista e depois voltei para feira, eu sou solto, tenho liberdade de ficar livre, e no tempo que eu trabalhava de empregado era muito preso¹⁹⁰

Quando ouvimos falar de feira logo imaginamos um grande aglomerado de barracas localizadas em uma área aberta, ou mesmo nas ruas, sem portões, sem edificações, onde os feirantes têm total liberdade para o trabalho, diferentemente de se trabalhassem num ambiente mais formal, onde teriam que atender às exigências dos patrões e do mercado. Em parte, esta visão corresponde ao que de fato tem lugar nas feiras, já que os indivíduos inclusive se autodefinem como trabalhadores informais “livres”, e que as feiras apresentam características físicas semelhantes às mencionadas acima. Contudo, por outro lado, sabemos que, com o advento da pós-modernidade e da padronização das instituições, com o objetivo de atender à dinâmica global do mercado consumidor, tais formatos estruturais das feiras têm se adequado a novas regras¹⁹¹, semelhantes, portanto aos padrões da economia formal¹⁹².

Mas, uma vez que estamos tratando do trabalho nas feiras, de que maneira ele é visto? Inicialmente cabe inquirir se as concepções

190 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Augusto, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

191 - Tais adequações são chamadas de projetos de requalificação, ou em alguns casos de revitalização, onde o poder público, com o apoio da iniciativa privada, implementa tais reformas com o objetivo de dar uma “nova” roupagem as feiras.. É questionável, entretanto, até que ponto esses projetos são de continuidade, ou se da maneira como se apresentam se tornam elementos de descontinuidade das feiras, uma vez que em muitos casos descaracterizam as feiras originalmente livres, ao passo que se tornam vitrines atendendo à lógica do que por exemplo o turista quer ver.

192 - Nos referimos a padronização mercantil presente nas grandes superfícies e nos centros comerciais, que atendem a uma lógica de mercado e de consumo, de acordo com os interesses dos grandes capitais. Veremos melhor essa temática no capítulo 2 que se refere as novas formas de consumo. Faremos uma análise teoricamente fundamentados pelos autores especialistas em hipermercados e shopping center, Pintaudi e Baudrillard respectivamente.

constituídas sobre as feiras correspondem à ideia de informalidade e de sua qualificação como “livre”. Para os feirantes entrevistados, o trabalho de fato se coaduna com esta caracterização. O feirante Manoel diz, “(...) gosto das feiras, tenho liberdade”¹⁹³ A feirante Maria de Lourdes destaca, além do fato de ser um trabalho livre, também gostar do convívio social, “(...) gosto de fazer isso, escolhi isto pois só queria ganhar mais ao ar livre, não dou muito para estar em lugar fechado, gosto de conviver com toda a gente.”¹⁹⁴ Na mesma direção, Ana Bela afirma, “(...) gosto do convívio, uma pessoa não está sempre no mesmo sítio”¹⁹⁵. Percebemos que essa liberdade a que se referem está diretamente ligada ao fato de serem “patrões de si próprios”. É o que afirma o cigano Júlio Gomes “(...) Vidalivre, gosto do que faço, eu sou o patrão e decido o que quero”¹⁹⁶.

A pesquisa que realizamos confirma tais afirmações, sobretudo em relação ao fato de muitos feirantes serem autônomos por completo, no sentido de serem os proprietários de suas barracas. Tal evidência se verifica tanto nas feiras investigadas no Brasil — com um total de 72% dos feirantes-proprietários —, quanto nas de Portugal — onde a maioria (82%) é também proprietária. É o que demonstra os gráficos:

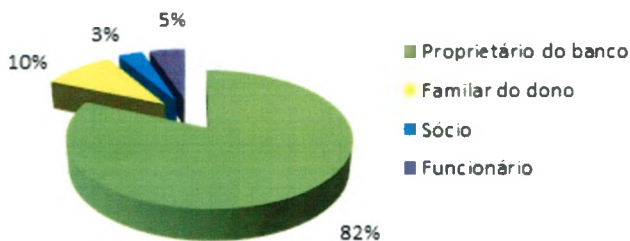
193 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria de Lourdes, feirante, em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

194 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria Madalena, feira de Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

195 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, mas também é feirante em Barcelos e Ponte de Lima, em 21 de Dezembro de 2007.

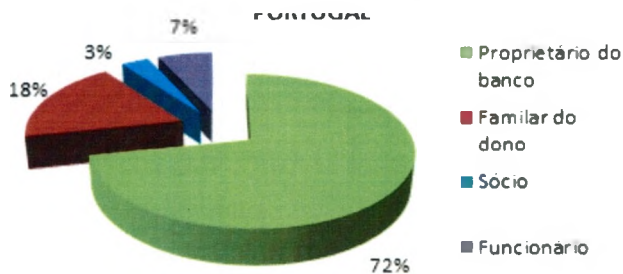
196 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Júlio Gomes, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

Gráfico 16 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Brasil).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

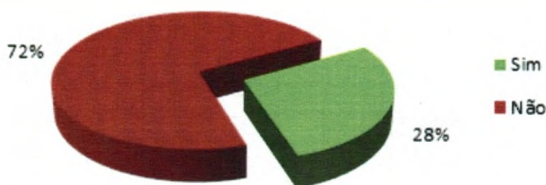
Gráfico 17 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Vale destacar ainda que, quando não são proprietários diretos, são familiares dos donos. Muitos são filhos e netos, portanto, herdeiros dos seus pais. Entretanto tal “benefício” diante da possibilidade de herança não se sustenta quando os próprios feirantes dizem que não desejam que seus filhos continuem exercendo o ofício, em função dos problemas evidenciados na contemporaneidade, a exemplo da concorrência do mercado aberto dos artigos importados, das “novas” formas de consumo, bem como do crescimento no quantitativo de feirantes presentes nas feiras, com origem nomeadamente no desemprego. Os gráficos abaixo mostram que 72% dos feirantes em Portugal e 67% no Brasil declararam que não desejam que seus filhos sigam a profissão de feirante.

Gráfico 18 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 19 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Brasil).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Tais índices são consistentes com os depoimentos dos feirantes. A Sra. Marilene diz "(...) para o jovem é melhor estudar para ter uma profissão, fazer faculdade, pois o ganho daqui está pouco com a concorrência"¹⁹⁷.

Em relação ao fato de o trabalho na feira ser considerado livre, levantamos algumas reflexões associadas aos impactos gerados pelo contexto atual, quais sejam os regulamentos e as taxações. No passado, conforme foi dito anteriormente, as feiras livres em Portugal, por exemplo, eram de fato livres, não sendo cobradas taxas por parte do poder público municipal. Hoje, em todas são cobradas taxas para seus respectivos funcionamentos, seja pelas Câmaras (em Portugal), sejam as prefeituras (no Brasil), bem como sindicatos e associações. Tais arrecadações fazem parte do orçamento dos cofres públicos.

197 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

É o que destaca a feirante Ana Bela, em seu depoimento: “(...) Todas as feiras são importantes porque se acabarem as feiras que é que vai ser de nós? E de muitas câmaras, porque muitas câmaras vivem com as feiras”¹⁹⁸. Igualmente, as normas e regulamentos de funcionamento das feiras implicam que, embora “livres”, são, em verdade, permeadas de estratégias de disciplinamento, o equivalente para Foucault¹⁹⁹ ao poder disciplinar. Para além dos impressos quanto à normatização de funcionamento das feiras (regulamentos), basta que observemos a cartografia espacial das mesmas com um tipo de organização do espaço, atendendo ao controle do tempo e da vigilância, daqueles que são os seus verdadeiros gestores, pois aos feirantes é cedida a concessão, mediante pagamento de taxas estipuladas, enquanto o espaço mesmo é do poder estatal.

Essa disciplina e organização do espaço são tecnologias de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um mesmo espaço individualizado, classificatório, combinatório e, acima de tudo, hierarquizado, esquadrihado, com funções diferentes segundo objetivos específicos. Nas feiras observam-se as estratégias de ordenamento, de disciplina, por meio de um estudo cartográfico²⁰⁰ da arrumação do espaço geográfico desse lugar social, na tentativa de “manter” a ordem, delimitando os espaços de cada feirante, os sectores, as regras de conduta quanto a comportamento e quanto aos padrões de higiene. As políticas de organização do trabalho nas feiras também têm por objetivo criar “homens úteis e dóceis” politicamente, o que notadamente é uma tentativa de provocar a diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as

198 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Maria, feirante Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

199 - Ver Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Roberto Machado (org.). Edições Graal. Rio de Janeiro, p.XVIII.

200 - Não trataremos desse aspecto nesse estudo, pois tal levantamento não atende ao nosso objetivo, entretanto apontamos tal concepção para ser investigada por outros pesquisadores que por ventura tenham interesse por esta área.

ordens do poder; neutralização dos efeitos de contra-poder. O poder disciplinar, como o compreende Foucault, não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica. No caso específico dos feirantes com reações, as técnicas disciplinares, muitas vezes presentes na normatização para o “bom” funcionamento das feiras são técnicas de individualização, com normas que vão desde o adestramento do gesto, a regularização do comportamento, a interpretação dos depoimentos, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar os sujeitos, evitando a sociabilidade e, por assim dizer, as possibilidades de motins, e de revoltas.

Para ilustrarmos tal evidência de poder disciplinar nas feiras e a tentativa de romper com as possibilidades de sociabilidade diretamente e de revoltas indiretamente, podemos destacar a reorganização dos espaços na feira de Barcelos em 2005, que relocou a comunidade cigana distribuindo-a por toda a feira. Entretanto, os feirantes dessa etnia se revoltaram, se organizaram ao ponto de se recusarem a ficarem dispersos pela feira, utilizando como principal argumento o fato de, antes mesmo de pertencerem a feira de Barcelos, assim como os outros feirantes de naturalidade portuguesa ou não, pertencem à comunidade de etnia cigana, socializam entre si, inclusivamente com graus de compadrio, além de que os seus respectivos fregueses os procuram em sítios já conhecidos, e, portanto, teriam de permanecer de maneira agrupada.

Essa reação dos ciganos se configura, ao nosso entender, como uma tática²⁰¹ de resistência aos poderes disciplinares mencionados anteriormente, e que muitas vezes se dá com práticas que envolvem “maneiras de fazer”, de forma criativa e inteligente, no sentido de arte do fazer. Tal reacção também se faz presente na comunidade cigana diante de maneiras legítimas de práticas no ofício de ser feirante,

201 - Ver Certeau, M. (1994). Táticas e praticantes. Em: A invenção do cotidiano. V.1- Artes de fazer. Vozes. Petrópolis-RJ.

ou seja, os ciganos reagem muitas vezes às normas estabelecidas diferenciando-se dos demais feirantes e, com estratégias particulares, buscam convencer os fregueses a adquirir seus produtos. Herdina nota que “(...) o comerciar permite-nos pôr em jogo todas as nossas qualidades criadoras, e ao mesmo tempo permite-nos ganhar tanto dinheiro como a nossa capacidade de persuasão para efectuar o maior número de vendas”²⁰².

Não somente os ciganos, mas os feirantes em geral, seja no Brasil ou em Portugal, resistem frente aos instrumentos de ordem e de poder disciplinar, desenvolvendo astúcias silenciosas e sutis com apropriação criativa, inventando de maneira própria e inteligente suas táticas e estratégias, como arte do fazer. Fazer este que envolve elementos do cotidiano, com o propósito maior de conviver e até transformar, materializando, criando, (re)inventando a realidade em que vivem. Por essas razões, apesar de todas as variáveis de descontinuidade, as feiras ainda continuam existindo na pós-modernidade.

A concepção livre também nos remete a outro problema que ainda encontra-se relacionado diretamente ao trabalho informal. Referimo-nos ao trabalho nas feiras como lugar de desempregados e, portanto, lugar também de desprotegidos do sistema previdenciário. No entanto, tanto em Portugal como no Brasil, as políticas de proteção social têm mudado, e existe uma crescente tendência desta condição ser diminuída, ou mesmo de ter seu fim.

A informalidade, no caso do Brasil, inicialmente atinge taxas de 11 milhões de pessoas, um índice bastante elevado, pois se por um lado faz com que os trabalhadores estejam desprotegidos de todos os benefícios sociais, por outro esses mesmos trabalhadores acabam por serem também um pouco responsáveis pela crise previdenciária, onde a receita é menor que a despesa. Uma vez que não tenham contribuído

202 - Ver Herdina, J. D. R. (1974) A arte de vender nº 07. Em: Nós os ciganos. Editorial Franciscana. Braga, p.222.

para a previdência, acabam de certa forma, “usufruindo” mesmo com a ilegalidade de benefícios, na saúde (SUS- Sistema Único de Saúde) e na Previdência Social, entre outros. Assim, quando atingem idade suficiente, 65 anos (homens e mulheres), passam a receber o amparo social para idoso²⁰³, que, como já foi dito, não é um benefício de aposentadoria, uma vez que não houve contribuição previdenciária suficiente, por parte do usuário, na sua respectiva idade ativa. Logo se constata que, ao mesmo tempo em que o trabalhador—embora tenha pagado todos os seus impostos diretos e indiretos, exceto a contribuição previdenciária— ao atingir idade suficiente passa a receber dos cofres federais um amparo de um salário mínimo. Tais “benefícios” acabam por gerar dívidas públicas, crises financeiras, pois as pessoas nascem, crescem, adoecem, envelhecem e morrem. E em todas essas etapas do ciclo natural da vida necessitam de assistência. O amparo social não está relacionado com os benefícios concedidos pela previdência social antes e durante a aposentadoria— como auxílio doença, salário maternidade, 13º salário, pensão por morte. Aqueles que possuem algum registro na Previdência Social, como autônomo ou trabalhadores formais empregados, têm direito a férias, gratificação de um terço do salário nas férias, descanso remunerado, décimo terceiro salário, pagamento de hora extra, licenças maternidade e paternidade, e, em caso de demissão, aviso prévio de 30 dias, permissão para sacar o FGTS e multa de 40% sobre o saldo do fundo, além do seguro desemprego.

Em nossa pesquisa nas feiras, percebemos que muitos dos entrevistados, quase todos, ou porque não dizer em sua totalidade,

203 - O amparo, por exemplo, não concede 13º salário ao final dos anos, e não permite que o montante seja repassado para o cônjuge, ou dependente no caso de falecimento do usuário, como pensão. Além disso, só pode ser concedido a idosos com idade mínima de 65 anos e que tenham uma renda mensal da família ser inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente na data do requerimento Lei 8.742/93, § 3º do art. 20. Diário Oficial da União, de 07 de Dezembro de 1993. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em http://menta2.dataprev.gov.br/prevfacil/prevdoc/benef/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=2.

sobretudo no Brasil, queixam-se do trabalho informal que exercem também no que concerne a intranquilidade futura. Muitos, quando se referem ao fato de não quererem que seus filhos continuem a exercer o ofício de feirantes, relacionam diretamente com a ideia expressa anteriormente, de que feirantes não têm direitos porque não têm carteira assinada, ou seja, porque vivem na ilegalidade. É o que diz a feirante Maria das Dores: “(...) para meus filhos é melhor outro trabalho, quero que tenham carteira assinada”²⁰⁴.

Além dessas questões que estão presentes no universo das feiras, quanto à ilegalidade do trabalho, embora não seja objecto do nosso estudo, achamos relevante lembrar que o crescimento no número de trabalhadores informais no Brasil, para além desemprego exposto anteriormente, também deve-se à carga tributária elevada que os micro-empresários pagam pelo contracto de trabalhadores para suas empresas. Logo, muitos “preferem” permanecer na ilegalidade, não precisando arcar com despesas trabalhistas e tributárias, que muitas vezes extrapolam as receitas adquiridas.

No Brasil, ao longo dos anos 2000-2010, houve uma tentativa de “combate” dos índices elevados de desemprego e de informalidade, ou ao menos de diminuição destes. A Constituição de 1988 afirma que o tratamento às empresas de pequeno, médio e grande porte deve ser diferenciado, uma vez que seus faturamentos também são diferenciados:

Artigo 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.²⁰⁵

204 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Dores, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

205 - Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro 1988.

Nesse sentido, o Governo Federal²⁰⁶, em 2006, no primeiro governo do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, criou a primeira lei de um conjunto de três que tratam das microempresas de maneira diferenciada das demais, no que diz respeito aos contributos necessários para garantir a legitimidade de seu funcionamento, o que já pregava a Constituição de 1988, anteriormente citada, em seu artigo 179. Promulgada em 14 de Dezembro de 2006, a Lei Complementar Nº 123 regem “a criação, estatuto, microempresa, pequena empresa, âmbito, sistema tributário nacional, fixação, normas gerais, regime especial, arrecadação, fiscalização, cobrança, unificação, impostos e contribuição social”, ou seja, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. No ano seguinte, houve a promulgação da Lei nº 11.598/2007, que versa sobre os seguintes assuntos: “definição, normas gerais, simplificação, integração, processo, legalidade, empresário, pessoa jurídica, ato, registro, inscrição, alteração, abertura, fechamento, baixa, cancelamento, dissolução, funcionamento, empresa, participação, órgão público, União Federal, Estados, registro público, empresa, operação mercantil”. Ou seja, a referida lei cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios-REDESIM, ao mesmo tempo em que estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. Por fim, porém não menos importante, foi promulgada a Lei Complementar nº 128/2008, que busca promover o equilíbrio fiscal e financeiro por meio da regularização

(2000). 25. Ed. SARAIVA. São Paulo.

206 - Por intermédio dos três ministérios: Previdência Social; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; e das Comunicações em parceria com as entidades públicas, privadas e/ou de Economia mista, a saber: Receita Federal, Caixa Econômica Federal, Sebrae, Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, Banco do Brasil, Confederação Nacional dos Municípios dentre outros órgãos. Ver <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>, Acedido em 5 de janeiro de 2011.

das microempresas, favorecendo o trabalho informal como micro empreendedor. Essa lei cria a figura do Microempreendedor Individual MEI, ao tempo em que modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006), primeira desse conjunto de leis²⁰⁷.

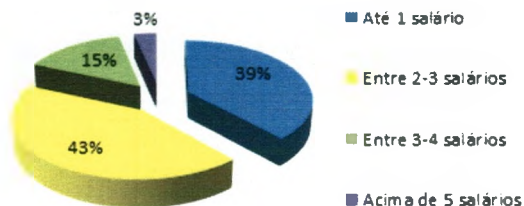
Em que isto se relaciona com os feirantes? Esses Microempreendedores Individuais a que a lei refere-se são todos os profissionais informais, autônomos que exercem alguma atividade como, por exemplo, a debaleiro, sapateiro, artesão em geral, doceiro, barraqueiro etc.²⁰⁸ e que tenha uma receita anual de até 36 mil reais, ou seja, recebam até R\$3 mil reais/mês. A maioria dos feirantes não possui esse rendimento mensal²⁰⁹. Os benefícios concedidos com o registro têm por objetivo, para além de regularizar a situação de arrecadação previdenciária dos cadastrados, viabilizarem a contratação de empréstimos “injetando” capital no negócio, seja ele de que natureza forem juros a preço abaixo do mercado. Na sequência veremos o nível de renda dos feirantes entrevistados no Brasil. Destacamos que a maior parte deles (43%) recebe entre dois e três salários mínimos, com muitos recebendo até um salário (39%).

207 - Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos ver <http://legislacao.planalto.gov.br> Acedido em 5 de janeiro de 2011

208 - São 169 ocupações que constam no Anexo da MEI. PORTARIA No 11, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009. Estabelece regras de atendimento e inscrição do Microempreendedor Individual. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/modulos/entenda/portaria11.php>.

209 - Dos feirantes entrevistados na presente pesquisa, 43% disseram terem um faturamento individual entre 2-3 salários mínimos, considerando o salário na altura, o equivalente a R\$1.000,00 à R\$:1.500.00, seguido de 39% com um salário mínimo, ou seja, R\$:500,00 aproximadamente.

Gráfico 20 – Nível de renda dos feirantes no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Benefício também para previdência social, o decreto presidencial nº 128/2008 prevê a recolha de 11% de taxa para a previdência, ao invés de 20%, como nas demais empresas (de responsabilidade metade para o empregador e outra metade para o empregado). É o que diz a notícia abaixo:

A Previdência Social está incentivando as pessoas, que trabalham por conta própria sem vínculo com empresas, a serem contribuintes individuais, dentro do PSPS-Plano Simplificado da Previdência Social, recolhendo um percentual de contribuição de 11% do salário mínimo ao invés de 20%. A redução da Alíquota foi determinada pelo Decreto Presidencial 6.042, em Fevereiro de 2007.²¹⁰

Além do benefício de diminuição da alíquota, os trabalhadores informais passaram a poder registrar mais um trabalhador para os auxiliarem, também com reduções nos tributos trabalhistas, isenção de ICMS estaduais, imposto de circulação sobre mercadorias, além de participar de cursos e palestras, promovidos pelo SEBRAE, e a possibilidade de obterem inscrição como pessoa jurídica (CNPJ) para sua atividade.

Um fato relevante é o de que as associações e sindicatos dos feirantes e ambulantes no Brasil pouco ou quase nada têm divulgado a respeito do MEI, o que implica que muitas vezes a população

210 - Rocha, N. (2008, 02 de Setembro). Previdência Social incentiva trabalhadores informais. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, p.B2.

desconhece os benefícios que poderia ter com a legalização de sua atividade comercial, mantendo-se na informalidade. Fato que pode ser comprovado na pesquisa²¹¹ realizada pelo SEBRAE, a qual teve como objetivo identificar impressões e subsidiar o projeto Microempreendedor Individual. Foi constatado que, apesar de o MEI estar em vigor desde 01 de Outubro de 2008, quatro meses depois, em Fevereiro e Março de 2009, período da realização da pesquisa, 81% dos entrevistados disseram desconhecer os benefícios do trabalho regularizado que o MEI favorecia.

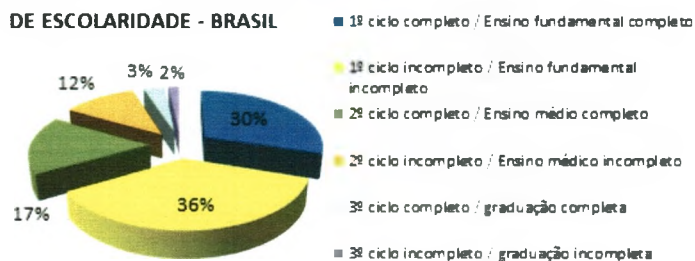
Na mesma pesquisa foi também consultado se os trabalhadores informais brasileiros costumavam frequentar cursos de aperfeiçoamento, de técnica em vendas. Do total de entrevistados, 53% informaram que já buscaram treinamentos ou cursos para qualificar melhor seu ofício. No caso dos feirantes ouvidos em nossa pesquisa, apesar de 36% terem apenas o Ensino Fundamental incompleto, e de acreditarem que detêm as técnicas do trabalho inerentes a qualquer curso — como afirma o administrador da feira de Campina Grande, Agnaldo Batista, “(...) O fato é que, por mais cursos que se inventem, versando acerca de mercadologias e estratégias de venda, os feirantes mantêm o mesmo método há séculos (...) para mim os feirantes são verdadeiros empreendedores”²¹² —25% já participaram de algum curso de aperfeiçoamento na sua profissão junto ao SEBRAE, como demonstram os gráficos seguintes. Conclui-se, então, que apesar de os feirantes em geral terem um grau de instrução abaixo do considerado

211 - Pesquisa realizada pelo SEBRAE, onde foram realizadas entrevistas no período de 20 de fevereiro a 9 de março com trabalhadores informais e autônomos distribuídos nas cinco regiões brasileiras. Ao todo 534 pessoas foram entrevistadas, 50% homens e 50% mulheres na faixa etária de 20 a 49 anos, a maioria com ensino médio completo, e tendo como público-alvo são os trabalhadores informais. Ver Agência Sebrae de Notícias, em: <http://www.saopaulo24horas.com>, Fornecido por CMS! Produzido em São Paulo, Acedido em 5 de janeiro de 2011.

212 - Inocêncio, O. (2008, 24 de Agosto). Profissão é marca essencial de Campina, feira central é um dos pontos de maior movimento no município recebendo centenas de visitantes. *Diário da Borborema*. Campina Grande-PB, p. B3.

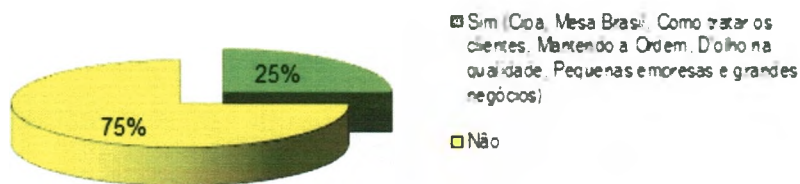
como letrado, e de não estarem inscritos no MEI, o que favoreceria a formação para suas atividades laborais, os mesmos vem demonstrando, ao longo dos últimos anos, interesse no sentido de participarem dessas atividades de valorização profissional inerentes a iniciativas também do poder público, a exemplo do próprio SEBRAE.

Gráfico 21 – Formação dos feirantes (Brasil).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 22 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho no Brasil.

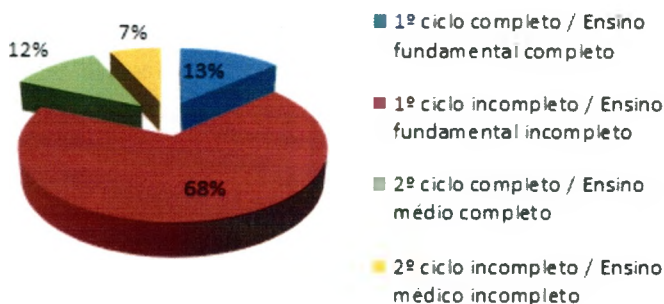


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Já em Portugal percebemos que esta situação laboral, quanto à regularização do trabalho informal individual, se apresenta de maneira diferenciada, a começar pelo menor interesse da classe feirante em participar dos cursos de aperfeiçoamento para a atividade que desenvolvem. Pois, ao se comparar os índices com o caso brasileiro quanto ao grau de instrução dos depoentes, aqueles, em sua maioria, também possuem apenas o 1º ciclo incompleto (68%), conforme pode ser verificado nos gráficos seguintes. Entretanto, os índices quanto

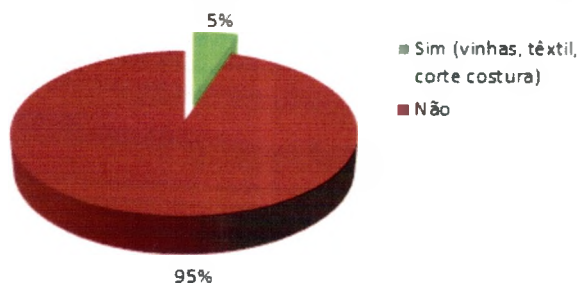
à participação dos feirantes em cursos de aperfeiçoamento para a atividade laboral são muito menores que no caso do Brasil. Somente 5% declararam terem feito algum curso dessa natureza, se opondo ao índice de 95% que afirmaram nunca ter participado de nenhum curso.

Gráfico 23 – Formação dos feirantes (Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 24 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho, em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em contrapartida a esse fato, embora saibamos que muitos dos feirantes em Portugal não participaram de cursos de aperfeiçoamento, diferentemente do que ocorre no Brasil, todos os feirantes portugueses são considerados como trabalhadores informais oficialmente, na condição de micro empreendedor individuais, desde a criação da DGAE-Direção Geral das Atividades Econômicas, por intermédio do

Decreto Regulamentar nº 56/2007²¹³. A iniciativa teve início em 1985, com a regulamentação de atividade de comércio a retalho exercido de forma não sedentária em feiras (destacando a profissão de feirante), por ocasião do Decreto-Lei nº 252/86 de 25 de Agosto²¹⁴. Assim sendo, a criação da DGAE, ligada ao MEI- Ministério da Economia e da Inovação trouxe a obrigatoriedade da regulamentação de todas as atividades informais de caráter comercial, a exemplo dos feirantes, com cadastro de profissionais na Direção a partir do cartão Nacional do Feirante, por intermédio do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de Março, que altera o anterior Decreto-Lei nº 252/86 de 25 de Agosto²¹⁵.

Cabe refletirmos sobre o que representa esse cadastro dos feirantes em Portugal, e qual a sua diferença em relação ao Brasil. O cadastro, para além da legalidade da profissão junto ao sector informal, também consiste na inscrição desses profissionais nos órgãos Federais, uma vez que o cartão é nacional. Deste modo todos os feirantes possuem inscrição junto à Segurança Social e contribuem para sua aposentadoria em caráter obrigatório, uma vez que, para exercerem a atividade nas feiras, necessitam de autorização, a qual só é concedida por intermédio da aquisição do cartão de feirante, que inclusive precisa ser renovado periodicamente pelo profissional. A legalidade da profissão e o acesso formal aos benefícios concedidos pela Previdência Social constituem uma das grandes diferenças entre os feirantes de Portugal e do Brasil. Enquanto em Portugal esse direito

213 - Decreto Regulamentar n. 56/2007, Diário da República, 1.ª série— Nº 82, 27 de Abril de 2007, p. 2682. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08200/26822684.PDF>

214 - Decreto-Lei n.º 252/1986 Diário da República, Ministério da Indústria e Comércio, 1.ª Série-Nº 194/86-25-08-1986, pp. 2169a2171. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19862294%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

215 - Decreto-Lei n.º 42/2008 Diário da República, Ministério da Económica e da Inovação, 1.ª série — Nº. 49 — 10 de Março de 2008, p.1499. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04900/0149901503.PDF>.

é obrigatório até para o exercício das suas atividades laborativas e econômicas, no Brasil, conforme exposto, somente no ano de 2008 foi criada a possibilidade, que não é obrigatória, de o feirante ter acesso aos benefícios garantidos pela Previdência Social, por intermédio de adesão ao MEI- projeto Micro empreendedor Individual.

Não queremos aqui negar a real situação de Portugal frente à “economia ilegal, ou subterrânea”. Sabemos que, apesar da DGAE-MEI, articulada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, apoiada por todos os órgãos do Governo responsáveis pelo acompanhamento das atividades das organizações internacionais de caráter econômico (nos sectores a Indústria Transformadora; Comércio e Distribuição; e Serviços e Turismo), procurar controlar as atividades da economia portuguesa, combatendo as práticas ilícitas de contrabando, Portugal apresenta, como foi constatado em 2008, um elevado índice de economia paralela. Fato divulgado na imprensa nacional, conforme a matéria abaixo:

A conclusão é a de que a economia paralela oscilou - de 1981 a 2005 - entre 20 e 23,1 por cento do PIB. Estes números corroboram os de outros estudos com a mesma metodologia. Na Europa, Portugal situa-se acima da média (16 por cento) e próximo de Espanha, Itália, Grécia ou Bélgica.²¹⁶

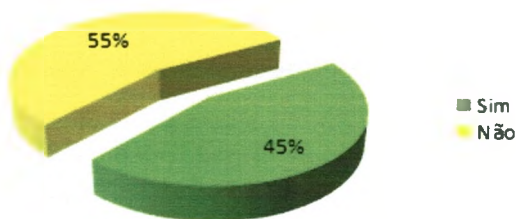
Objetivamos, contudo, destacar como os feirantes, na condição de trabalhadores informais, são tratados dos dois lados do Atlântico, em relação especificamente à legalidade de suas atividades. Até porque não se pode negar a existência de economia paralela no Brasil, também na atualidade, frente à abertura de mercado, proveniente do fenômeno globalizante que se faz presente nos países capitalistas.

Outra grande diferença entre os trabalhadores informais feirantes,

216 - Economia paralela sem redução ao longo de quase três décadas. (2008, 24 de Setembro). *Jornal do dia, Público* 20. Acedido em 22 de Agosto de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=332504

no Brasil e em Portugal, consiste no tratamento que os mesmos se dão enquanto categoria de classe social. Talvez pelo fato de os feirantes brasileiros não serem profissionais em formato legal, com o amparo que os portugueses têm, os brasileiros se organizem mais em termos de associação e sindicatos que os representem. Encontramos associações e sindicatos em todas as feiras brasileiras investigadas²¹⁷, com os feirantes aderindo a elas. Dentre os entrevistados, 45% disseram fazer parte de alguma entidade organizacional de classe. Em Portugal, essa questão se apresenta de maneira diferente, talvez pelo fato de terem a adesão obrigatória ao Cartão Nacional de feirantes e profissão regulamentada, os índices de sindicalizados e ou associados sejam tão baixos²¹⁸. Dos feirantes ouvidos em solo luso, 8% afirmaram participar de alguma organização sindical. Conforme demonstrado nos índices do gráfico

Gráfico 25 – Participação dos feirantes em Sindicatos e as Associações de classe (Brasil).

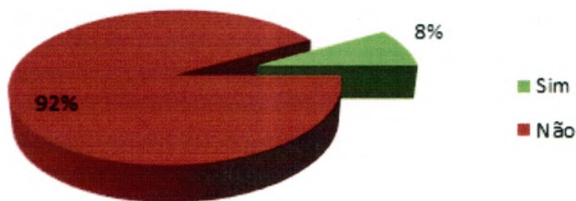


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

217 - Nos referimos em Campina Grande, a Associação dos feirantes e o Sindicato dos Feirantes; em Salvador, a Associação dos feirantes e Sindicato dos feirantes, e em Caruaru, ao Sindicato dos feirantes e Associações dos Sulanqueiros, dos artesãos, dos colocadores de banco.

218 - Em Portugal existe a Federação Nacional de Associação dos Feirantes (Lisboa), e a partir dela foram criadas as associações Associação dos Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, (Fundado em 2004), que atende aos interesses das feiras que se concentram no norte do país, recentemente a Associação com o nome de Associação de Feirantes do Distrito de Santarém e Concelhos limite feros, estão a ser criadas associações que representem as demais regiões, a exemplo de discussões para a criação de uma associação dos feirantes do Algarve, da zona do Ribatejo, Alentejo, e reativação da Associação dos feirantes do Centro do País.

Gráfico 26 – Participação dos feirantes em Sindicatos e os Associações de classe (Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

É bom esclarecer ainda que consideramos classe de acordo com a concepção de Thompson²¹⁹, como categoria histórica, não de forma isolada, mas sim ligada à experiência coletiva dos sujeitos sociais e culturais e à consciência social. Considerando os feirantes portugueses e brasileiros a partir de suas realidades específicas, de acordo com o que foi exposto e com os lugares que ocupam dentro das estruturas de formação e reconhecimento formal, é que percebemos essa diferença. Ou seja, os feirantes brasileiros, por não terem ainda na sua totalidade o amparo oficial dos órgãos públicos de sua profissão, atendendo ao chamamento de trabalhadores informais (ilegais), reconhecem, por meio das experiências de lutas, o papel exercido de liderança pelos sindicatos e associações de classe. Aderem, portanto, a essas organizações coletivas com o propósito de procurarem a garantia de seus amparos²²⁰. Do outro lado, temos em Portugal feirantes já considerados como tal. Exercendo suas atividades comerciais e com experiências específicas, muitas vezes vividas em grupos também, assim como ocorre no Brasil. Entretanto não aderem às associações e sindicatos, por não verem nestes órgãos a busca pelos interesses

219 - Ver a concepção de experiência e consciência social de Thompson em Desan, S. (1995). "Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis", em: Lynn Hunt (ed.). *A Nova História Cultural*. Martins Fontes. São Paulo, pp.73.

220 - Contudo, não objetivamos demonstrar com essas inúmeras entidades de classe que no Brasil as categorias estão dicotomicamente bem ou más representadas, não é esse nosso objetivo, mas o de registrar a existência dessas entidades com papéis definidos e feirantes associados.

comuns quanto à regularização de tal categoria, uma vez que esta já foi regularizada. Logo não carecem de uma tomada de posição no sentido de buscar um reconhecimento coletivo de classe em si.

1.4 – Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes

Detivemo-nos a analisar o trabalho nas feiras como opção para os desempregados, nos itens anteriores do presente texto. Neste, no entanto, destacaremos a crescente mão-de-obra de imigrantes que também tem nas feiras lugar de trabalho. Meleiros e Esteves observam que,

No âmbito da perspectiva neo-liberal, os movimentos migratórios são fruto de todo um conjunto de desigualdades a diversos níveis, designadamente geográfico, derivado da melhor localização de algumas zonas em detrimento de outras; econômico, devido à concentração do capital em determinados países; e demográfico, fruto de uma má distribuição da população ativa. Neste contexto, o imigrante vai procurar deslocar-se para os locais que lhe ofereçam melhores benefícios a menor custo, de modo que seja garantido o seu bem-estar²²¹

Em Portugal ou no Brasil, os estudos²²² que versam sob a temática dos processos migratórios dão conta de que os movimentos

221 - Ver: Meleiros, M. B.e Esteves, D. (2004). *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho. Braga, p. 22.

222 - A exemplo de: Ruyg, A. (2000), na obra *Dimensão econômica e demográfica das migrações na Europa multicultural*. Editora Celta. Oeiras; Portes, Alejandro, (1999), obra: *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Celta Editora. Oeiras; Esteves, M.C. (1991), obra: *Portugal: país de imigração*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa; Ferreira, E.S. (1976), obra: *Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento: Iniciativas Editoriais*. Lisboa; Garcia, J.L. (Coor.), (2000), obras: *Migrações e relações multiculturais - uma Bibliografia*: Celta Editora. Oeiras. E *Portugal migrante: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios*, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. Celta Editora. Oeiras.; *Textos apresentados no I Congresso Imigração em Portugal e publicados em actas, escritos pelos especialistas na temática Imigração*: Nuno Morais Sarmento, Antônio Vitorino, João César das Neves, Marta Lucinda Fonseca e Maria Beatriz Rocha Trindade.

de migração que acabam por gerar os novos imigrantes em terras autóctones, têm objetivos distintos, no entanto a maior parte deles diz respeito à busca dos indivíduos por melhores condições da vida da que levavam em seus territórios de origem. São muitas as variáveis que incorrem nesses processos. Neste estudo não temos o objetivo de discorrer de maneira reflexiva sobre elas, mas apenas queremos explorar alguns aspectos do seu contexto histórico, tanto em Portugal quanto no Brasil. As correntes migratórias e o movimento de imigração que se fez presente nos dois lados do Atlântico no período em estudo (1986-2007) inserem-se no contexto de uma economia global que tende a deslocar alguns e “receptionar” outros. Para além deste aspecto, examinaremos também os lugares de trabalho ocupados por esses imigrantes, nomeadamente o trabalho informal presente nas feiras.

Tomemos inicialmente o caso português. A trajetória histórica de Portugal sempre foi marcada por constantes ondas de emigração, desde o século XV com as viagens de “descobrimento” e povoamentos: para a Madeira no século XV, a Índia no século XVI, o Brasil nos séculos XVII- XIX, e para outros países da América — Estados Unidos no século XIX, Venezuela e Canadá no século XX.

Na segunda metade do século XX, na década de 1960, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países precisavam ser reconstruídos como consequência do conflito, e também dada a entrada de Portugal na EFTA- Associação Europeia de Comércio Livre²²³, o processo de emigração portuguesa transoceânica sofreu alteração. Os destinos dos portugueses passaram a ser os países vizinhos pertencentes à comunidade europeia, inicialmente a França e posteriormente Luxemburgo, Suíça e Alemanha. Neste sentido, os

223 - Portugal torna-se membro da beneficiando nos primeiros anos de algumas facilidades e benefícios, nomeadamente da permanência de proteção alfandegária, multiplicando, assim, o volume das suas exportações.

portugueses atuaram no processo de reconstrução desses países no período pós-guerra. Ferreira (1976) afirma “um novo papel na divisão internacional do trabalho: o de reservatório de mão-de-obra para os países industrializados”²²⁴. Os migrantes não investiam muito nas viagens, dada a proximidade dos países emigrados.

Mas essa emigração teve tempo e lugar para retorno, pois, na década de 1970, dois fenômenos alteram o processo migratório em Portugal, fenômenos estes que se apresentam em uma conjuntura global e que serão responsáveis pelos impactos de desemprego presentes na década de 1980 em solo luso. O primeiro deles é a conjuntura internacional caracterizada, especialmente, pela crise petrolífera de 1973-74 e o conseqüente aumento dos preços do petróleo. Tal crise gerou um clima de recessão econômica nos países europeus, principalmente nos países receptores de mão-de-obra estrangeira, a exemplo da França. Os resultados dessa instabilidade generalizada fizeram-se sentir de imediato no movimento dos fluxos emigratórios, incentivando o retorno dos emigrados aos países de origem. Diz Meleiros, “a adoção de medidas de fecho de fronteiras à entrada de novos contingentes de imigrantes, sendo simultaneamente criados “mecanismos legais encorajadores do regresso voluntário dos que já lá estavam e que haviam sustentado o crescimento desses países”²²⁵.

O segundo fenômeno diz respeito ao processo de descolonização da África e ao fim do regime ditatorial. Para além do retorno dos portugueses ao seu país de origem, tal fenômeno fora responsável pela vinda de ex-colonos imigrantes para Portugal, além, é claro, de portugueses que também habitavam essas Colônias, agora países independentes. Destaca Garcia: “O regresso à pátria, durante a década de setenta, de 400 mil portugueses provenientes das ex-Colônias e de

224 - Ferreira, E. S. *Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento* cit ..., p. 41.

225 - Meleiros, M. B. e Esteves, D. (2004). Cit..., p. 46. Apud: Garcia, J. L. & Nunes, D. Brito. *Migrações e Relações Multiculturais, Uma Bibliografia*, Ed: Celta, Oeiras, p.40.

100 mil soldados”²²⁶, apresentou tanto o repatriamento de portugueses residentes nos antigos territórios coloniais de África, como também a imigração dos cidadãos da comunidade PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os quais, diante do clima de instabilidade econômica e de insegurança gerado pela existência de conflitos armados, decidiram emigrar para Portugal, país que reunia melhores condições de receptividade na época, já que possuía afinidades culturais, a exemplo do idioma, facilitando assim a comunicação entre os povos.²²⁷

No início dos anos 80 do século XX, era visível a crise demográfica por que passava Portugal, ocasionada pelo crescimento populacional e o elevado índice de desemprego. Como afirma Garcia, “Um dos efeitos mais imediatos desse acréscimo populacional foi o aumento do número de desempregados, que subiu de 86 mil em 1974, para 222 mil em 1975, atingindo em 1983, 446 mil portugueses”²²⁸. É interessante observar que, se por um lado, naquela altura Portugal apresentava inchaço populacional e portanto desemprego crescente, por outro lado, se tornava palco propício para investimentos estrangeiros, uma vez que concentrava elevado índice de mão-de-obra, o que significava o “barateamento” da mesma. Nesse sentido, Portugal se torna o país certo para a instalação de grandes complexos fabris de origem francesa e alemã. Não somente Portugal, mas Espanha e Grécia tornam-se lugares atrativos aos investidores estrangeiros, diante da possibilidade de redução de produção, ocasionando lucro certo na produtividade.

Somado a transferências desses empreendimentos europeus para Portugal e sua adesão à Comunidade Europeia, em 1986, o país lusitano torna-se destino certo para os imigrantes, e também para emigração novamente dos portugueses com destino aos países

226 - Garcia, ibdem (2000), p. 41.

227 - Barganha, M. I. (2005). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. Em: *Portugal Contemporâneo*. Pinto, A. C. (coord). Publicações Dom Quixote, Lisboa.

228 - Op cit Garcia, (2000), p. 41.

mais desenvolvidos da comunidade europeia. Entretanto, é sobre os primeiros que iremos nos deter.

No final dos anos 80, dois outros acontecimentos históricos corroboram para um maior interesse de cidadãos estrangeiros fazerem da Europa, e de Portugal em particular, destino de emigração. O primeiro foi o desmembramento do bloco soviético em 1989, que provocou mutações na história das migrações, daí a presença maciça de cidadãos oriundos do Leste Europeu em território lusitano. O segundo foi a integração de Hong Kong e de Macau à República Popular da China, fato que acabou por gerar um fluxo migratório para Portugal em função do regime especial de que usufruem os residentes em Macau, reconhecidos, mediante determinadas condições, como residentes em Portugal²²⁹.

Para além dos participantes da PALOP, imigrantes oriundos do Leste Europeu, os chineses, e, na década de 1990, também os brasileiros que procuravam fugir da crise econômica vivida no Brasil e na América Latina como um todo, aderem ao fluxo migratório para Portugal. A este respeito, Baganha e Neves observam que

A escolha de um país do Sul da Europa como caso de estudo é particularmente adequada, uma vez que só nos anos oitenta é que esta região se tornou, pela primeira vez no seu passado recente, pólo de atração para um número crescente de imigrantes, constituindo por isso mesmo um laboratório privilegiado de análise dos impactos dos processos de globalização na gestão de fluxos migratórios internacionais e no poder dos Estados que os regularem²³⁰ (...) Portugal passou de um país de emigração para países mais ricos para um país de imigração de países mais pobres²³¹.

229 - Meleiro, M. B. D. E. *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho, Braga, p. 57.

230 - Baganha, M. I. (2005). *A cada Sul e o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal*. Em: *A Globalização e as Ciências Sociais*. Boaventura S. Santos [org.]. 3 Ed. Cortez. São Paulo, p. 135.

231 - Neves, J. C. (2003) *Imigração e Desenvolvimento*. Em: *Actas do I Congresso*

Nas últimas décadas do século XX, portanto, os índices mostram um aumento de praticamente 76%, uma vez que, em 1960, Portugal apresentava 29.428 imigrantes, passando para 223.976 em 2001, como demonstram os dados do INE na tabela que segue,

Tabela 11 – Quantitativo de Estrangeiros em Portugal.

Nº de Estrangeiros residentes em Portugal	1960	1991	1997	2001
	29.428	113.978	175.263	223.976

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas* 1991-2001.

Múltiplas são as nacionalidades que emigraram para Portugal, sobretudo na década de 1980 do século passado, diante de contextualizações históricas diferenciadas vivenciadas em seus países de origem. No entanto, ao desembarcarem em Portugal, os imigrantes se apresentaram em postos de trabalho tendo desempenhado ao longo dessas três décadas atividades funcionais diferenciadas, a partir de suas experiências de vida que os fazem ter habilidades e competências específicas para o trabalho. Veremos a seguir índices dos grupos de actuações desses imigrantes registrados pelo INE²³², onde destacamos que o maior quantitativo de imigrantes apresentado em 2002 se deu entre aqueles oriundos de países pertencentes à comunidade europeia dada à facilidade de ingresso em países pertencentes ao mesmo bloco, como é o caso dos países do Leste Europeu, Polónia, Roménia, Lituânia, Letónia, Eslováquia, que somaram 2.052 imigrantes europeus, dos quais 1.748 pertencentes a comunidade europeia.

Quanto aos grupos de atividade desenvolvida pela maioria dos imigrantes podemos observar que 779 profissionais atuaram no grupo dois, chamado pelo INE de Especialistas das Profissões Intelectuais

Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa, p. 83.

232 - Convém lembrar que por se tratar de dados oficiais, oficiais também são seus registros junto ao SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o que nos remonta a afirmação de que os dados quantitativos de fato extrapolam esses valores expostos, uma vez que muitos estrangeiros se encontram no país na clandestinidade.

e Científicas, exatamente por apresentarem maior grau de instrução. Nesse mesmo grupo se encontram os brasileiros, nacionalidade mais presente em Portugal no período, com 160 profissionais liberais. Em grupos profissionais diferentes encontram-se os asiáticos, predominantemente os chineses, e os africanos, na maioria angolanos e cabo-verdianos. Especificamente quanto aos asiáticos, estes fazem parte, respectivamente, do grupo cinco (pessoas que trabalham nos serviços e na comercialização de produtos), e do nove (trabalhadores não qualificados). No grupo cinco, percebe-se que a habilidade com vendas vai tornar esses profissionais, ao final de uma década, funcionários e donos de lojas de artigos importados, lojas essas que, segundo os feirantes depoentes, concorrem diretamente com as feiras e com os artigos nacionais. São as lojas espalhadas por todo Portugal, conhecidas como “loja dos 300 contos” ou loja de 1€ e 2€²³³. Já no grupo nove, que inclui os profissionais menos qualificados, é o que aglomera também em maior número os africanos, 535 imigrantes que se fizeram presentes em Portugal após o processo de descolonização vivido em seus países.

233 - Estes novos locais de consumo são provenientes da abertura de mercado acarretada pela globalização. Além destas lojas de artigos importados a migração chinesa tipicamente econômica e global também se destaca na culinária onde os restaurantes chineses estão espalhados pelos quatro cantos do mundo, com uma gastronomia exótica e custos baixos, resultado de uma cultura milenar quanto a elaboração dos pratos. A respeito desse destaque para a migração tipicamente econômica dos restaurantes chineses, aplicada em realidade diferentes com sucesso em todas as zonas que se estabelece, ver op cit Neves (2003), p. 84.

Tabela 12 – Nacionalidade dos imigrantes a partir dos respectivos grupos de actuações (2002).

Nacionalidade	Grupos de Profissões									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Europa	2052	281	779	296	99	214	29	134	138	92
União Europeia	1748	264	735	271	90	189	26	90	27	56
África	7496	8	57	57	47	192	41	507	51	535
Angola	446	-	19	14	23	71	3	180	26	131
América	735	38	202	166	43	136	2	75	19	72
Brasil	647	31	160	147	40	121	2	83	13	60
Ásia	379	30	19	10	2	114	6	51	9	118
China	106	24	5	3	2	66	-	-	-	6
Oceânia	5	-	1	-	-	2	1	1	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Em: Meleiro, M. B. D. E. (2004). *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho, Braga, p. 59 (tabela resumida da original*) Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares; Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores e Similares; Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem; Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados.

É exactamente sobre esse grupo dos africanos, imigrantes e profissionais que queremos nos debruçar a partir de agora, haja vista que são exactamente estes que, na sua grande maioria, por terem um grau de escolarização menor, não conseguem trabalho em um mercado já tão escasso, como foi exposto anteriormente, e na condição de menos qualificados encontram-se em processo de marginalidade²³⁴, fruto do

234 - Utilizamos o termo marginalidade, não no sentido pejorativo que essa palavra costuma ter ligada as práticas ilícitas como roubo, furto, mas para se aplicar a condição social vivida pelos africanos em Portugal na condição de se apresentarem a margem da sociedade no que diz respeito as suas condições precárias de vida. A começar pela ilegalidade que muitas vezes convivem em seu quotidiano. A respeito da imigração ilegal em Portugal e destaque para os países da PALOP ver Malheiros, J. e Baganha, M. I. (2000, Novembro). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI: *Janus 2001*. Edição Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Acedido e 8 de janeiro de 2011, em: <http://www.casadobrasil.info/UserFiles/File/pdfs/imigracao-ilegal-pt.pdf>. Por outro lado não queremos dizer que os imigrantes pertencentes a Palop ou a qualquer outra etnia traga prejuízo para Portugal ou para qualquer país receptor, pois

desemprego em que vivem. Nesse sentido, inicialmente registramos que a maior concentração de imigrantes por população estrangeira é a dos países africanos de língua oficial portuguesa. Em 2001, os índices estatísticos demonstram que quase 50% dos emigrados para Portugal (47,8%) pertenciam aos países de origem africana, nomeadamente de um total geral de 223.602 imigrantes que se fazem presentes em Portugal, segundo o INE, 106.978 são cidadãos africanos, e 101.119 são pertencentes à PALOP, como evidencia a tabela seguinte,

Tabela 13 – População estrangeira residente em Portugal nos anos de 1991 e 2001, por nacionalidade.

Distribuição Geográfica	1991	2001
Total Geral	113 978	223 602
Europa	33 011	66 973
- Reino Unido	8 912	14 952
África	47 998	106 978
- Palop	45 795	101 119
América do Norte	9 236	10 229
Canadá	2 026	1 956
Estados Unidos da América	7 210	8 058
América do Centro e do Sul	18 666	28 985
- Brasil	12 678	23 541
Ásia	4 458	9 623
Oceânia	384	537
Apátridas	225	273

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas dos anos 1991 e 2001*. Ver: op cit Meleiro, M. B. e D. Esteves (2004) p.82.

mesmo com condições de vida diferente de outros imigrantes a exemplo dos brasileiros, ou mesmo os originados do Leste Europeu, chineses ou pertencentes da comunidade europeia, TODOS, os imigrantes, contribuem positivamente seja economicamente, politicamente, socialmente e culturalmente para os países receptores. Basta que trouxemos o exemplo do contributo dado a Portugal pelos imigrantes no que concerne a Demografia (aumento de nados-vivos) no período de 2000-2005. Sobre a participação dos imigrantes no aumento da taxa de natalidade ver estudo: Carrilho, M. J. e Patrício, L. (2007). A Situação Demográfica Recente em Portugal. Em: *Revista de Estudos Demográficos*, n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=Maria+Jos%c3%a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%c3%adcio.+A+Situa%c3%a7%c3%a3o+Demogr%c3%a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%c3%a1ficos%2c+editor++Instituto+Nacional+de+Estat%c3%adstica+Ano+de+edi%c3%a7%c3%a3o+2007.

A partir disso, algumas conclusões, que podem parecer simplistas, representam adequadamente²³⁵ a realidade até aqui elencada. De um lado vimos que as feiras são lugares que, para além de tantas outras funções sociais, políticas, culturais e econômicas, constituem sítios que tendem a receber mais facilmente aqueles que estão no desemprego formal e que precisam de trabalho. Nesse sentido, trata-se de um dos lugares onde se desenvolve o trabalho informal, trabalho este que não é passível de exigências de conhecimento intelectual como o trabalho formal. Por outro lado, vimos que, a partir da década de 80 do século passado, Portugal passou a receber inúmeros imigrantes²³⁶, tendo a maior parte deles vindo da África, com todas as consequências de países que foram, durante séculos, Colônia, com índices elevados

235 - Não somos especialistas no assunto, e aceitamos todas as críticas a esse respeito, tiramos algumas conclusões que objetivam muito mais trazer a problemática para reflexão, provocando o debate do que respondendo a respeito. Não é nosso objetivo nesta pesquisa responder a essa evidência do processo de imigração em Portugal e do trabalho nas feiras executado por imigrantes. Contudo não poderíamos deixar de mencionar esse tipo de mão-de-obra uma vez que para além de ser uma evidência visível a presença destes trabalhadores no cenário da feira, como personagens que atuam em seu cotidiano vivenciando suas experiências, também se constitui uma das características do processo da globalização, os movimentos de migrações, aproximando as distâncias para aqueles que emigram e aqueles que recebem os imigrantes, uma vez que ocorre um intercâmbio cultural entre as partes. “A diversidade cultural consiste no elemento principal do fenômeno da imigração” Sobre a diversidade cultural e o seu intercâmbio com as migrações, ver Comissão Europeia (2003) Migration and Social Integration of Migrations, Comissão Europeia em Bruxelas.

236 - Jorge Macaísta Malheiros, do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, esclarece no comentário que fez sobre a exposição de Maria Beatriz Rocha- Trindade intitulada A realidade da Imigração em Portugal, apresentada no I Congresso Imigração em Portugal (2003), que é preciso que estejamos atentos para o uso do termo imigrante e estrangeiro, pois não são sinônimos. Acreditamos que convém fazemos uso do termo imigrantes nesse caso específico em nosso texto, uma vez que estamos nos referindo de fato aos estrangeiros que migraram para Portugal em busca de residência, logo de acordo com a política de migração, estes passado tempo regulamentar, para além de ainda serem estrangeiros, se tornam efetivamente residentes que em muitos casos adquirem posteriormente a cidadania, podendo inclusivamente deixar de ser estrangeiros, se optarem por não manter sua cidadania de origem. Nesse sentido, como afirma Malheiros, “O ser cidadão estrangeiro em Portugal é, muitas vezes, uma situação temporária (...) por exemplo, no ano de 2001 cessaram o estatuto de residentes 1082 estrangeiros por motivos de aquisição de nacionalidade portuguesa” p. 186.

de analfabetismo e de péssimas condições de vida²³⁷. No mesmo período Portugal emerge como membro da União Europeia, e tendo inúmeras afinidades com os Países da PALOP, a começar pelo idioma e pela cultura, uma vez que alguns deles foram suas colônias. Logo, Portugal se torna a opção principal dos africanos²³⁸ para a emigração, e uma vez não possuindo elevados índices de formação escolar, não ingressando no trabalho formal, muitos desses africanos se encontram no desemprego e localizam nas feiras os suportes de trabalho para desenvolver suas atividades de trabalhadores não qualificados. Passam, portanto, a conviver no ambiente das feiras na região norte do país, com os demais trabalhadores, sejam os portugueses, sejam os ciganos nativos, ou os ciganos de origem espanhola.

O fato preocupante sobre o qual cabe uma reflexão diz respeito a essas políticas migratórias que, se de um lado favorecem o crescimento econômico, social e cultural dos países, de outro são responsáveis por crises de desequilíbrio geoeconômico existentes, ocasionando efeitos como níveis de rendimento desequilibrados, geralmente mais baixos, (dê)s estabilidade de emprego, inadequadas condições de trabalho, precariedade, flexibilidade, submersão à economia informal, elevados

237 - Esclarecemos que não deveremos generalizar, pois os imigrantes africanos, ou de qual nacionalidade se apresente sejam todos iguais e tenham todos os mesmos motivos para terem migrado, e ainda que exerçam as mesmas atividades no país que o acolheu. Nesse sentido sabemos pois que muitos imigrantes não são trabalhadores por opção, muitos já desembarcaram reformados, são idosos, e continuam a querer trabalhar nas feiras ou em qualquer outro lugar como trabalhador informal, outros apresentam algum tipo de enfermidade física ou mental e vieram para Portugal em busca de alguma terapia, e acabaram por não ter apoio suficiente de suas embaixadas para seus reingressos tendo portanto que permanecer em solo luso até que possam resolver tal pendência, outros vieram inicialmente a estudo e ainda permanecem estudando, entretanto sem apoio financeiro estatal ou privado em seu país de origem buscam a atividade informal nas feiras, procurando conciliar trabalho e estudo, mulheres ou maridos viúvos que inicialmente um deles trabalhava e após o óbito do outro este que ficou teve de procurar algum “meio de vida” para seu sustento e dos seus dependentes, em fim são situações múltiplas, diversos perfis que fazem com que esses imigrantes optem pela migração e pelo trabalho nas feiras.

238 - Não somente de africanos, mas também vemos a presença em menor proporção do que a de africanos, de brasileiros, chineses, romenos, eslavos, etc.

Índices de desemprego. “Tais elementos são resultado dos impactos da globalização econômica em curso”²³⁹ que tem a tendência de não levar em consideração as especificidades, as diferenças, “homogenizando” o que é diverso, é plural.

Quando tratamos de imigração no Brasil o tema é bastante amplo,²⁴⁰ tendo em vista sabermos que, desde a formação da Colônia brasileira, já se via fluxos migratórios para o país integrado em um “novo mundo”. As capitânias hereditárias foram as primeiras formas de consolidação da imigração portuguesa. No mesmo século tem início a africana, com o tráfico negreiro. Posteriormente ocorreu a imigração italiana nos séculos XIX e XX (entre 1870 a 1920); a imigração alemã em 1824; e, ainda no século XIX, as grandes imigrações de espanhóis, alemães, de japoneses, entre outros²⁴¹. O século XIX, no Brasil, foi marcado por um crescente índice de imigrações, tendo em vista as situações econômicas e políticas em que viviam os países europeus, especialmente Alemanha, Itália, Portugal e Espanha²⁴².

239 - Op cit Baganha, (2005), p. 144.

240 - Sabemos pois que a imigração no Brasil inicia desde o século XVI e se estende aos dias atuais. Sendo assim, optamos por demonstrar esse processo de migração de maneira sintética, destacando mais o que interessa para esse estudo no que diz respeito as migrações internas verificadas no século XX e XXI, onde verificaremos a presença desses imigrantes internos trabalhando nas feiras como resultado de uma política global.

241 - Esclarecemos que a imigração de cidadãos estrangeiros para o Brasil não acontece na História do Brasil de maneira isolada e por períodos específicos, ou seja, os portugueses iniciaram esse processo e deram continuidade até hoje, os espanhóis, alemães, holandeses, e outros da mesma forma, os portugueses não tiveram seu momento de emigração para o Brasil somente no século XVI e não emigraram mais, muito pelo contrário esses cidadãos lusos sempre emigraram para o Brasil. Queremos justificar portanto, que o texto apresenta a partir dos períodos os fluxos mais significativos de imigrantes a partir das suas nacionalidades e dos acontecimentos históricos que viviam em seus territórios o que não quer dizer em específico que se fizeram presentes no Brasil somente nos períodos citados, tendo em vista que a as correntes migratórias são processuais e dinâmicas, e não específicas apenas de um período.

242 - Frick, P. (2009, 13 de Junho) *A imigração no Brasil*. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em: <http://www.webartigos.com/articles/19680/1/A-IMIGRACAO-NO-BRASIL/pagina1.html>.

A crise nas suas economias provocou crescentes índices de emigrações,²⁴³as quais tinham destinos certos, tendo em vista a expansão econômica na agricultura e na implantação da indústria nos países da América, necessitados de mãos-de-obra. Nesse contexto, o Brasil e os países sul-americanos eram endereços certos. Com os dois grandes conflitos mundiais, esses fluxos migratórios foram decrescidos. Na década de 1950, com o advento do fim da Guerra da Coreia, percebemos a chegada no Brasil de coreanos, e após a década de 1980 a presença também de chineses²⁴⁴.

Contudo, percebemos que, apesar de o Brasil ser um país originalmente considerado, por tradição²⁴⁵,como o país receptor de imigrantes e um país cuja população também emigra, no final do século XX e início do XXI, diferentemente de Portugal, o Brasil se apresentou com uma dinâmica de migração específica. Com isto não queremos dizer que deixa de ser receptor de imigrantes, muito pelo contrário, o processo de migração para o Brasil continua se fazendo presente, entretanto de maneira diminuída. Como vimos na primeira parte desse texto, com a criação da Comunidade Europeia anteriormente referida e a crise da década de 80, muitos brasileiros emigraram para países que apresentavam índices de política de desenvolvimento, como é o caso de Portugal e Espanha, diante da facilidade de aproximação das culturas, dentre outros fatores já referidos anteriormente.

243 - Girard, L. L. *A inserção de imigrantes europeus na cidade de Brasília*. Acedido em 10 de janeiro de 2011. Acedido em http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1_luana_girard.pdf.

244 - Lisboa, K. M. (2008). Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. Em: *Revista Espaço Plural*, Ano IX, Nº 19, 2º Semestre, p. 95-104.

245 - Tradição, no sentido utilizado por Hobsbawm, como algo inventado e não tácito, fixo e imutável. Nesse sentido, tradicionalmente o Brasil fora visto como país receptor, entretanto de acordo com o contexto social, econômico e cultural essa tradição muda, se adequa se tornado país da emigração externa e interna. Sobre conceito de tradição como inventada, ver Hobsbawm, E. e Ranger, T. (orgs.) (2008). *A invenção das tradições*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, pp.9-23.

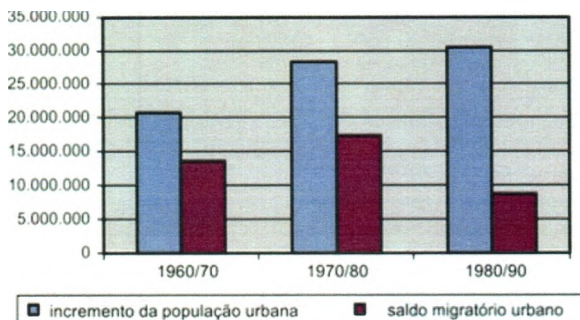
Assim sendo, os países da Europa, diferentemente do Brasil, se apresentavam em melhores condições de receptividade e se tornavam mais atrativos. Passamos a perceber então no Brasil outro fenômeno já iniciado anteriormente, no início do século XX²⁴⁶, mas evidenciado somente posteriormente, qual seja, o processo de migração interna entre as regiões. No Brasil, diferentemente de Portugal, na atividade informal evidenciada nas feiras, não verificamos a presença de estrangeiros exercendo o papel de feirantes de maneira significativa. Nas feiras nordestinas brasileiras, especificamente as que estamos investigando neste estudo, verificamos a presença de feirantes oriundos de outras localidades brasileiras que migraram para essas cidades, e não de estrangeiros residentes.

É adequado tecer aqui algumas considerações acerca do movimento de migração interna no Brasil durante o século XX, nomeadamente a partir dos anos 50. Esse movimento se dá, naquele momento, mais do campo para a cidade, o chamado êxodo rural. Alguns dos motivos que levaram a essa migração são: a concentração de terras não mãos de poucos, os grandes latifundiários e a super exploração de mão-de-obra destes sobre os trabalhadores rurais. Por outro lado, a zona rural também apresentava poucas oportunidades de trabalho para os jovens, diante da mecanização de algumas lavouras, além das intempéries climáticas como secas prolongadas ou enchentes. Ao mesmo tempo, as cidades se apresentavam com a ilusão de melhores condições de vida diante dos empregos nas indústrias, comércio e serviços, com salários elevados, acesso maior e melhor à assistência

246 - Até o início do século XX vimos que muitas foram as contribuições ao Brasil, dadas pelos imigrantes, sobretudo os europeus com mão-de-obra qualificada. Entretanto, com o advento do Estado Novo e a política de Vargas nos anos 30, passamos a perceber para além da presença de uma imigração externa, também passamos a ter uma forte migração interna. A esse respeito de migração interna, ver: Balan, J. (1973, jul/set) *Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa e Estudos CEBRAP*, v.5, p. 5-79 e Bassanezi, M. S. B. (1995). *Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico*. Em: PATARRA, N. L. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas, p.1-38.

médica e a educação. Ocorre, portanto, em paralelo ao êxodo rural, o processo de urbanização dos grandes centros. Os índices que seguem confirmam:

Gráfico 27 – População brasileira e saldo migratório urbanos nos períodos 1960/1991.



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 (Carvalho & Garcia, 2003). Ver Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos Avançados*, vol.20 no.57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>

Na década de 1970, a migração interna continuou apresentando elevados índices, colaborando para o processo de inchamento demográfico das cidades. De acordo com os censos do IBGE, em 1970 a população urbana era de 52.097.271, crescendo para 137.953.959 em 2000. A tabela abaixo é um demonstrativo destes índices:

Tabela 14 – Distribuições relativas da população urbana (%), de acordo com o tamanho das cidades. Período 1970/2000.

Tamanho das Cidades	1970	1980	1991	2000
< 20.000 habitantes	26,92	21,35	19,34	18,81
20.000 – 50.000	12,04	11,40	12,44	11,49
50.000 – 100.000	7,80	10,50	10,23	10,57
100.000 – 500.000	19,59	21,92	24,43	26,12
500.000 e mais	33,65	34,83	33,56	33,01
População urbana total	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Brito, (2006, Maio/Agosto) F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos avançados*, vol. 20 no. 57

São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>

As aglomerações urbanas tornam as cidades conhecidas como metrópoles globais — a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo — e metrópoles nacionais — a exemplo das cidades de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília. Destacamos que a cidade de Salvador teve sua população quase duplicada entre 1970 e 2000, apresentando 1.135.818 e 2.991.822 respectivamente.

Tabela 15 – Cidades que são consideradas metrópoles urbanas diante de sua população total, período: 1970/2000.

Aglomerados metropolitanos	População total			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.795.536
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.339.538	2.910.490
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.278.284
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.474.385	2.991.822
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.385.386	4.177.801
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.395.780	17.813.234
Campinas	644.490	1.221.104	1.778.821	2.219.611
Curitiba	809.305	1.427.782	1.984.349	2.635.436

Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.029.073	3.498.322
Goiânia	424.588	807.626	1.204.565	1.609.335
Brasília	625.916	1.357.171	1.980.432	2.756.701
Total aglomerado (1)	25.338.728	37.750.545	47.644.838	56.555.827
População Brasil (2)	93.134.846	119.002.706	146.825.475	169.799.170
(1) / (2)	27,21	31,72	32,45	33,31
População urbana (3)	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959
(1) / (3)	48,64	46,93	42,93	41,00

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Brito, F. (2006, Maio/Agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos avançados*. Vol. 20 ano. 57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>

Tal crescimento populacional, nos grandes centros, ao passo que acarretou o desenvolvimento destes, também acabou por gerar crescentes índices de miséria, com sub-emprego e desemprego altos. Tanto é que, entre os anos de 1980 a 2000, esses índices de migração tenderam a diminuir, se comparados aos relativos às décadas de 1950-1970. Queremos, contudo, tratar especificamente desse processo nas feiras em estudo. Sabemos que tais índices de êxodo rural se manifestaram propriamente da zona rural para as cidades de pequeno, médio e grande porte. Tanto Caruaru quanto Campina Grande receberam, nas décadas mencionadas, pessoas com origem no campo, nas cidades interioranas, e que tiveram por muitas vezes a feira como lugar para trabalho, já que os sectores formais da economia, as indústrias, o comércio e os serviços, não absorviam todos os recém chegados.

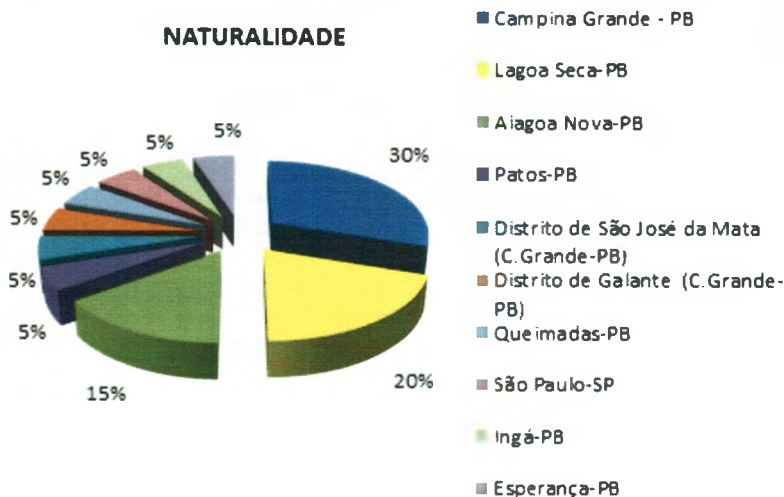
No caso de Campina Grande, por exemplo, se vê que a cidade sempre foi considerada como ponto de chegada e de convergência de muitos transeuntes do interior do estado, que antes mesmo de migrarem para os grandes centros urbanos, migravam em um primeiro momento para Campina Grande. É o que podemos constatar nos dois

estudos acadêmicos, de Barros — “dados (dos ambulantes de Campina Grande) revelam um alto grau de endogeneidade regional (...) dado se tratar de uma região de emigração...”²⁴⁷; e também de Costa — “Mais uma vez constata-se o papel de Campina Grande como núcleo de recepção migratória de curso curto, já que, dos 48% entrevistados nascidos em outros municípios, 43% apenas 5% eram de outros estados, situação observada para os anos 1980 no comércio informal da cidade”²⁴⁸. Em consonância com estas constatações, verificamos que dos feirantes por nós entrevistados, somente 30% são de fato naturais da cidade de Campina Grande. Os demais são naturais de distritos da cidade e também de outras cidades do estado da Paraíba. Somente 5% declararam-se como naturais do estado de São Paulo. Ou seja, 65% dos entrevistados nasceram em cidades do interior do estado e também da zona rural. O gráfico a seguir demonstra esta realidade:

247 - Barros, N. C. C (1987) O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo.

248 - Costa, A. A (2003). O perfil do feirante. Em: Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico- Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife

Gráfico 28 —Naturalidade dos feirantes em Campina Grande-PB.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Já em relação à cidade considerada como aglomerado metropolitano, ilustrado na última tabela, Salvador, verificamos a presença de imigrantes nacionais na feira de São Joaquim, sobretudo após 1950.

Na década de 1950, o lema era a busca pelo desenvolvimento, e os projetos políticos de desenvolvimento vislumbravam um país mais urbano que rural. Foi o caso do Plano de Metas do então presidente da República Juscelino Kubitschek, que trazia a urbanização e modernização como objetivos de seu governo²⁴⁹. O Nordeste sofrera com o conhecido Polígono das Secas²⁵⁰ e Salvador foi um centro que acabou por acolher boa parte desses nordestinos interioranos que sofreram com esse fenômeno, contando com o advento posteriormente

249 - Teixeira, F.M. P. (1993). Crescimento Industrial e Modernização. Em: *História Concisa do Brasil* São Paulo: Global.

250 - Fazem parte do polígono da seca 1.348 municípios, localizados nos estados nordestinos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e também em Minas Gerais. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADgono_das_secas#.C3.81rea_de_abrang.C3.AAncia

da descoberta do petróleo. Tais fatos fizeram com que se fortalecesse o desenvolvimento de Salvador, frente a outros centros na década de 1950:

Vieram sergipanos, alagoanos, paraibanos, dentre centenas de nordestinos, que engrossaram as fileiras dos retirantes que fugiam desesperados do polígono das secas para se aventurarem em Salvador, em busca melhores condições para sobrevivência na capital, que outrora fora o centro econômico do Império Português na América e que, no início dos anos 50 do século XX, retornava sua vitalidade, a partir da descoberta de petróleo²⁵¹; Entre 1940 e 1950, a cidade recebeu um excedente demográfico de 126.792 pessoas, das quais os imigrantes, cerca de 89.671, representavam 70%. Desde 1950, a capital do estado da Bahia aumenta, em média, 15 mil habitantes cada ano, dos quais pelo menos dois terços vêm do interior.²⁵²

Dos feirantes entrevistados, destacamos os depoimentos de Babau e Pai de Santo, a respeito de suas respectivas chegadas na feira de São Joaquim:

Eu vim através dos meus irmãos, viemos do interior, um senhor que viu a nossa dificuldade, que tínhamos no interior, e perguntou: você quer ir para Salvador? Quer ir trabalhar na feira? Lá nos temos uma barraquinha... eu disse bom, pela nossas dificuldades eu disse: estou decidido a ir. Larguei pai e tudo e vim, e estou aqui a 49 anos (...) ²⁵³; O mercado de trabalho ficou estreito, não tinha onde trabalhar, sai de Nazaré da Farinha-BA, escondido num vagão do trem, correndo de uma lado para o outro para não pagar bilhete²⁵⁴.

Em nosso estudo também comprovamos a existência de

251 - Oliveira, F. (2003). *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 41-53

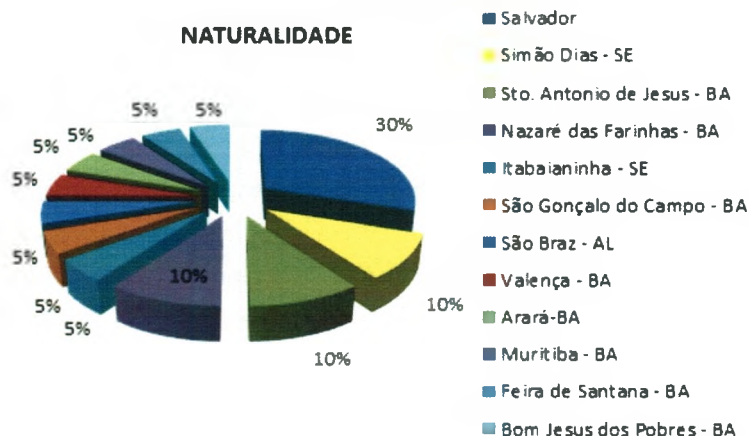
252 - Santos, M. (2008). O crescimento recente na cidade. Em: *O centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. EDUFBA. Salvador, p.51.

253 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Eivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

254 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. "Pai de santo", feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

imigrantes de outras localidades para além da zona metropolitana de Salvador, como pode ser observado no gráfico a seguir, no qual 70% dos entrevistados são naturais de outros municípios do estado da Bahia e também de outros estados vizinhos.

Gráfico 29 – Naturalidade dos feirantes na feira de São Joaquim (Salvador-BA).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

A partir da década de 1980, no Brasil, o processo de migração tem passado por algumas mudanças, haja vista que o movimento nesse instante se dá na direção contrária. Ou seja, se no período de 1950-1970 assistimos ao fenômeno do êxodo rural e de migrações internas, seja do campo ou mesmo de cidades de pequeno porte para cidades de médio e grande porte, a partir da década de 1980, e, sobretudo nos anos 1990, há uma diminuição da migração interna rumo ao Sudeste, como resposta ao aumento das migrações intra-regionais. Além disto, verifica-se uma crescente diminuição da migração interna em direção às duas metrópoles globais brasileiras: as cidades de São Paulo e o Rio de Janeiro. Muitos nordestinos têm regressado aos seus estados de origem e outros têm buscado as capitais mais desenvolvidas da

região Nordeste para se sedentarizarem, a exemplo de Fortaleza-CE, Salvador-BA, Recife-PE e até João Pessoa-PB.

A redução da participação relativa dos grandes aglomerados metropolita-nos no total da população urbana, resultante do redirecionamento de parte das migrações internas, depois de 1980, para as cidades médias não-metropolitanas, abre perspectivas para novas territorialidades, espaços sociais que se integraram ao novo padrão migratório da sociedade brasileira²⁵⁵

Esse movimento de fuga dos grandes centros deve-se à crise urbana que neles se instalou, acarretando desemprego, problemas econômicos e sociais, com conflitos inerentes à segregação social e espacial. Os migrantes então partem para o interior ou para os outros estados, saindo das capitais e migrando para periferia metropolitana, ou para outras cidades de menor porte com expectativas de melhores condições de vida.

Diante do exposto acerca do trabalho informal presente tanto em Portugal quanto no Brasil, resultado de uma política globalizante, verificamos que os trabalhadores informais, sejam operários liberais, ambulantes, ou até mesmo os feirantes personagens desse estudo, com suas experiências cotidianas, acabam por contribuir para o desenvolvimento dos seus lugares de trabalho, se adequando muitas vezes às normas pré-estabelecidas de um capital comercial que dita as “regras do jogo”. Mesmo nas feiras encontramos políticas de preservação e valorização desse capital comercial associadas à relação entre produção e distribuição. De um lado há os pequenos produtores tecnificados e do outro o feirante, sem necessariamente ter sua mão-de-obra valorizada por intermédio de um sistema de assalariamento, e a formalização de seu trabalho por intermédio do registro da carteira de trabalho, considerados, portanto, como trabalhadores “autônomos”.

255 - Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos Avançados*, vol.20 no.57 São Paulo . Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>.

CAPÍTULO 2

OUTROS HÁBITOS E LUGARES DE CONSUMO

Os supermercados são superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos. Antes dos supermercados, os consumidores se abasteciam através de um comércio pequeno, de vizinhança (quitanda, mercearia, padaria, frutaria, peixaria, açougue, empório, bazar e outros)²⁵⁶. Quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios, a cidade contava com lojas importadoras (a produção agrícola brasileira não era suficiente para o abastecimento do mercado interno), mercado municipal e feiras-livres ²⁵⁷.

No capítulo anterior tratamos da dinâmica de trabalho nas feiras, destacando aspectos relacionados ao trabalho informal, ao desemprego, aos fluxos migratórios, entre outros. Todos se destacam como elementos resultantes do momento atual vivido no Brasil e em Portugal, fruto de uma economia de mercado globalizante. O presente capítulo também versará sobre os impactos verificados nas feiras diante da globalização, desta vez tendo as novas modalidades de consumo como temática central de análise. O conjunto dessas modalidades não inclui somente as grandes superfícies comerciais como os supermercados, hipermercados, e *shopping centers* em Portugal e no Brasil, mas também os portais de consumo na internet. O texto estrutura-se em duas partes. Na primeira fazemos uma

256 - Aos outros referidos pela autora, acrescentamos as feiras e os mercados. Ver, Pintaudi, S.M. (1981) *Os supermercados na grande São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo, p. 105.

257 - Ver Pintaudi, S.M. (2007) A cidade e as formas do comércio. Em: *Novos caminhos da Geografia*. Ana Fani A. Carlos (org.). 5. Ed. 1ª Reimpressão. Contexto. São Paulo, p. 147.

breve retrospectiva histórica acerca da implantação dos referidos equipamentos urbanos, sobretudo os supermercados e centros comerciais nos dois lados do Atlântico, destacando não só a origem desses centros, mas também os elementos atuais de atração para os clientes, a partir de estratégias que se configuram em marketing²⁵⁸ comercial. Na segunda parte, procuraremos compreender a relação das feiras com essas modalidades de consumo, dando destaque aos impactos que as mesmas sofreram em função da implementação de tais modalidades. Para tanto, utilizaremos como fonte primária de análise os depoimentos dos feirantes e fregueses, que discorrem a respeito das novas concorrências advindas da década de 1980.

2.1 – Equipamentos comerciais dos dois lados do Atlântico

Como já vimos anteriormente, sobretudo no primeiro capítulo deste trabalho, o comércio e as cidades se configuram como elementos de complementaridade. Vimos também, no capítulo anterior, que a mão-de-obra utilizada nesses comércios, sectores terciários da economia, é oriunda de produções muitas vezes de carácter doméstico ou familiar, e também de produções vinculadas à indústria, atendendo à dinâmica do capital financeiro na contemporaneidade. Portanto, produção, troca e consumo são elementos que encontram-se interligados, como já dissera Marx em relação à sociedade de seu tempo: “A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. São elementos

258 - A sociedade de consumo atual é atraída por algumas estratégias do marketing comercial nos grandes centros comerciais. Tais estratégias se configuram segundo Baudrillard em características do tipo: “jogo de imagens, signos, símbolos, hábitos pré-moldados, padrões e modos de vida controlados pelo poder do consumo. É a generalização e uniformização dos produtos e pessoas através da preponderância do valor de troca sobre o valor de uso”. A esse respeito ver Baudrillard, J. (1995) *A sociedade de consumo*. Elfos, Edições 70. Lisboa. p. 212.

de uma totalidade”²⁵⁹.

Em relação especificamente ao consumo, estando este ligado à produção, o mercado necessita de estratégias de proliferação de distribuição daquilo que foi produzido. Para tanto, se apropria de signos que contribuem para consolidar essa distribuição vinculada em grande medida às cidades, enquanto centros de distribuição e de abastecimento. A esse respeito, Lefèbvre afirma que a produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais e produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido. Sob a aparência de signos e significação em geral, são significações desta sociedade que são entregues ao consumo²⁶⁰.

A sociedade atual, que tem valores ligados ao consumo, é “vítima”, muitas vezes, de um processo produtivo que tem nos signos as estratégias para a distribuição de suas mercadorias e a proliferação do sistema capitalista. Os meios técnicos modernizantes e mediatizados de comunicação de massa²⁶¹ atuam no sentido de publicitar os símbolos que são comercializados e que se materializam nas mercadorias, produtos esses que em muitos casos não condizem com aquilo que foi dado como significado na publicidade do signo. É nesse contexto que emergem os elementos que vão dar lugar ao objetivo de exacerbação das mercadorias por meio de vendagem dessas mercadorias, ou seja, os lugares que colaboram para a proliferação do processo de aquisição desses “signos”. Os equipamentos urbanos pós-modernos, os centros comerciais e as grandes superfícies que emergem na década de 1950 do século XX, inicialmente associando consumo

259 - Marx, K. (1974). *Introdução à crítica da economia política*: Abril, Col. Os pensadores, vol 35, São Paulo, p. 119.

260 - Lefèbvre, H. (1991) *O Direito a Cidade*. Ed. Moraes. São Paulo, p.64.

261 - A respeito dos símbolos e signos que são produzidos pela mídia enquanto meios técnicos de comunicação em massa, e as mercadorias que se tornaram esses símbolos e signos, ver as obras de Baudrillard, J, respectivamente: (1991). *Simulacros e Simulações*. Relógio D'Água, Lisboa e (1995). *A sociedade de consumo*. Elfos, Edições 70, Lisboa.

e comércio nas cidades, posteriormente (década de 1980) do mesmo século, ampliam para serviços, lazer e entretenimento, características inerentes à dinâmica de sociabilidade presente aos seres humanos na sociedade atual²⁶².

Antes, porém, no início do século XX, da década de 1930 até os anos 50, surgiram, tanto na América do Norte²⁶³ como na Europa, as primeiras lojas de varejo de grandes dimensões, que também se tornaram conhecidas como lojas de departamento. Estas, em grande maioria, eram filiais de grupos internacionais, e na altura, portanto, já praticavam importação e exportação, fruto do projeto do liberalismo da época. Essa política liberalista acontecia em resposta à crise de 1929, que trouxe algumas sequelas. Uma delas consistiu exatamente não só na valorização da indústria nacional (sector tradicional), mas também investimentos no sector moderno com capitais de origem nacional e estrangeira, favorecendo a produção e comercialização de bens não duráveis, influenciando, portanto, o consumo.

2.2 – Supermercados e hipermercados no Brasil

No caso específico do Brasil, as mudanças no comércio varejista ocorrem de forma lenta. A primeira loja de departamento foi implantada no início do século XX, em 1912,²⁶⁴ mas somente após praticamente três décadas, em 1953, é que acontece a instalação do primeiro

262 - Pintaudi, S.M. A cidade e as formas do comércio, cit., p. 147.

263 - Foi nos Estados Unidos que verificou-se o surgimento do primeiro supermercado da História, tendo em vista ao contexto econômico e social da época, pois a época foi a mesma da linha de montagem proposta por Ford. A respeito da transformação do comércio tendo lugar pioneiro os Estados Unidos, ver França Jr., L. B. *O Trabalho na grande rede hipermercada, um estudo sobre o carrefour e a reestruturação na década neoliberal*, p. 5. s/d. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luzimarbarretofrancajunior.pdf>.

264 - Se trata da “loja *Mappin Stores*, implantada na cidade de São Paulo, em 1912 era uma filial da Loja *Mappin & Web* inglesa.” Ver Júnior França, Luzimar. *O Trabalho* cit..., p. 6.

supermercado²⁶⁵, no Rio de Janeiro, denominado O Disco:

O supermercado, o primeiro O Disco, no Rio de Janeiro, do poeta Augusto Frederico Schmidt vai derrotando a venda, o armazém, o açougue, suplantado também pela casa de carnes especiais, a peixaria, mantendo-se apenas para os ricos. Vai derrotando também a quitanda ou a carrocinha e o caminhãozinho: suas gandulas exibem alface, tomate, agrião (...) uma variedade de verduras, legumes e frutas, que incorporaram à dieta alimentar do dia-a-dia do brasileiro (...) sobretudo por influência do imigrante italiano. A feira, apesar de ir perdendo a importância consegue resistir bravamente²⁶⁶.

Há controvérsias em relação a implantação do primeiro supermercado no Brasil. Entretanto as teorias convergem para o mesmo ano de 1953, mas divergindo quanto à cidade em que foi implantado, se no Rio de Janeiro, como vimos, ou em São Paulo.

O supermercado, que seguia o modelo norte-americano, foi tardiamente implantado no Brasil porque havia a prática de comércios mais baratos, oriundos de feiras livres, de maneira que o consumo em supermercados era algo impensado para a época:

Social e economicamente, as condições ambientais brasileiras para implantação e desenvolvimento do supermercado não foram similares às existentes nos Estados Unidos durante a depressão, máxime em se considerando já existir aqui [o autor se refere ao Brasil]

265 - A respeito da afirmação que o primeiro supermercado brasileiro teve origem em 1953 na cidade do Rio de Janeiro, ver não só Novais, F. A. e Mello, J. M. C. (1998). *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Em: *História da vida privada no Brasil contrastes da intimidade contemporânea*. Coleção vol. org por Lilia Moritz Schwarcz. Companhia da Letras. São Paulo. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Distribuidora_de_Comest%C3%ADveis_Disco_S.A.

266 - Embora exista essa afirmação por parte dos autores acima mencionados, existe também indícios que o primeiro supermercado no Brasil foi inaugurado já no século XIX no bairro de Cascadura na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido esse supermercado o responsável pelo impulso do comércio na região, motivando posteriormente a criação do viaduto do bairro durante o governo de Getúlio Vargas. Ver Vieira, L. (2008, 18 de Junho). O primeiro supermercado do Brasil, *Subúrbio Notícias*. Junho de 2008. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://noticiasdosuburbio.blogspot.com/2008/06/o-primeiro-supermercado-do-brasil.html>

um sistema barato de distribuição (o das feiras), (...). Eis porque só em 1953, surgiu o primeiro supermercado em São Paulo²⁶⁷.

Ou no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, o fato é que na década de 1950 do último século o Brasil passou a ter, para além das formas de consumo tradicionais, em mercados, feiras, quitandas, vendas e mercearias, também a opção dos supermercados. Opção essa que trazia uma nova performance de consumo moderna, comungando com o contexto histórico em que estava inserido o Brasil. O momento trazia características marcadas pela modernidade, diante da consolidação e expansão da industrialização, sobretudo pela indústria de base, a exemplo da indústria automobilística, de eletroeletrônica e de bens de consumo não duráveis. Fatos que consolidaram ainda mais a expansão da urbanização vivida a partir da década de 60, na fase do chamado milagre econômico brasileiro, com o fortalecimento da burguesia urbana e formação de um proletariado operário. Esses fatores acabaram por colaborar com as mudanças na forma do comércio de varejo e a proliferação de supermercados, sobretudo nos grandes centros:²⁶⁸

Na década de 1950, alguns imaginavam que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização dos trópicos, na qual se combinariam a incorporação das conquistas materiais do capitalismo

267 - Sobre a diferença entre os supermercados no Brasil e nos Estados Unidos, diante da origem dos mesmos em relação ao mercado ver Knoke, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: *Revista de Administração de Empresas*, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95. Essa afirmação de que o primeiro supermercado do Brasil teve origem na cidade de São Paulo segundo o autor é uma afirmação de Taylor, D. A. "Retailing in Brazil", *Journal of Marketing*, Julho de 1959, p. 55. <http://www16.fgv.br/rae/artigos/2455.pdf>, acessado em 21 de Janeiro de 2011. A respeito da origem dos supermercados ter lugar na cidade de São Paulo ver também, Motomura, Marina. Quando surgiram os supermercados? Em: Acessado em 21 de Janeiro de 2011: em http://mundoestranho.abril.com.br/historia/pergunta_287130.shtml. Na matéria a autora faz referência ao supermercado paulista que atendia na altura pela denominação de Sirvase.

268 - Vargas, H. C. (1992). *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

e a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo (...) De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova crença na modernização, isto é, de acesso iminente ao “primeiro mundo”²⁶⁹.

Outro fator relevante que colaborou para a expansão dos supermercados, que se soma ao período do milagre econômico e todos os já mencionados anteriormente, diz respeito ao surgimento de dois instrumentos que são frutos da indústria de bens duráveis e da siderurgia nacional, instalada no Brasil ao final dos anos 50 do século XX: os eletroeletrônicos e a indústria automobilística. Ambos favoreceram a expansão dos supermercados. Como argumenta Pintaudi,

A expansão dos supermercados também se deveu a dois outros fatores fundamentais que foram a geladeira e o automóvel. O aperfeiçoamento da refrigeração destinada ao lar, bem como a produção em massa de refrigeradores e sua conseqüente redução de preço, permitiu que as pessoas pudessem realizar o abastecimento em casa de gêneros alimentícios perecíveis por períodos mais longos. Por sua vez, o automóvel, que a partir de meados de 60 passou a ser adquirido pelos estratos de rendimentos médios da população, deu maior autonomia aos proprietários, liberando-os das compras restritas aos limites do bairro²⁷⁰.

A partir da década de 70, viu-se a proliferação dos supermercados para além dos centros da cidade, se expandindo às periferias, mas também a distribuição desses equipamentos comerciais pelas cidades interioranas brasileiras, oferecendo aos consumidores mercadorias em sistemas *self-service*, diante dos seus arranjos físicos modernos, e também de serviços.

Conclui-se que, da segunda metade século XX em diante, verificou-se mudanças significativas no comportamento dos consumidores

269 - Novais, F. *Capitalismo tardio*.... Cit., p.66.

270 - Pintaudi, S. M. (1984). *O lugar do Supermercado na cidade Capitalista*. Geografia, vol.9 n. 17-18, pp.37-54.

brasileiros, no seu hábito de compra, e os supermercados, em grande medida, foram responsáveis por essas mudanças. Vargas nota que, “Dentre as alterações ocorridas no sistema varejista brasileiro, no século XX, as que apresentaram maior índice de crescimento foram os supermercados”²⁷¹.

No Brasil, “o número de supermercados cresceu 7,8 vezes entre 1966 e 1976 (997 lojas e 7.800 lojas, respectivamente). Em 1998 eram 51.500 supermercados, mostrando, em 22 anos, um crescimento de 6,6 vezes. Hoje eles são responsáveis por 85% do abastecimento nacional de produtos de grande consumo”²⁷². Fato também comprovado por dados do IBGE:

Tabela 16 – Número de empresas comerciais de médio e grande porte por classes e gêneros de comércio.

Brasil							
Variável	Número de empresas comerciais de médio e grande porte (Unidades)						
Gêneros de comércio	Supermercados e hipermercados						
Classes de comércio varejista	Ano						
	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995
Total	3670	3592	3518	3324	3260	3133	3058

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Comércio.

Como pode ser verificado na tabela acima, junto com os supermercados cresce também o quantitativo de hipermercados no Brasil, sobretudo na década de 1980, diante da crise econômica vivida no país, ocasionando a falência de supermercados e a aquisição, por grupos estrangeiros, desses supermercados nacionais. Grupos esses que implantam os hipermercados. Se os supermercados no Brasil seguem o modelo norte-americano, os hipermercados são uma invenção francesa, tendo sua origem no Carrefour, cujo capital

271 - Vargas, H. C. Comércio.... Cit., p. 245

272 - Santos, M. e Silveira, M. L. (2005). Supermercados, feiras. Em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed. Rio de Janeiro Record, p. 150.

comercial era garantido a partir de investimentos de seu grupo no mundo todo. Segundo Silva, “No Brasil, o Carrefour está presente desde 1975, mas é somente a partir da metade da década de 1990 que passa a ser a maior empresa varejista do país. Operava apenas com hipermercados até 1998, quando adquire alguns supermercados das lojas Americanas”²⁷³.

A definição de ambos — supermercados e hipermercados — sugere diferenciações que, por um lado, estão ligados às estruturas e dimensões, tendo o primeiro área construída entre 400 e 2.500 m² e o segundo superfície maior de 2.500 m², podendo alcançar até 15.000 m² de área de venda. Por outro lado, a diferenciação vincula-se à importância comercial e portanto capital quando ao volume dos negócios e de faturamento, uma vez que a diversidade de mercadorias e a implantação de serviços são características inerentes aos hipermercados²⁷⁴.

(...) O hipermercado é já, para além da fábrica e das instituições tradicionais do capital, o modelo de toda a forma futura de socialização num espaço-tempo homogêneo de todas as funções dispersas do corpo e da vida social (trabalho, tempos livres, alimentação, higiene, transportes, média, cultura): retransição de todos os fluxos contraditórios em termos de circuitos integrados; espaço-tempo de toda simulação operacional da vida social, de toda uma estrutura de habitat de tráfego²⁷⁵

273 - Na verdade o primeiro hipermercado implantado no Brasil não foi efectivamente o Carrefour, mas o nacional da rede Pão-de- Açúcar (Jumbo), em 1971 na cidade de Santo André-SP. Entretanto com todas as características em valores dimensionais estruturais, o Carrefour fora o primeiro em 1975, inclusive na altura já representando investimento financeiro estrangeiro no comércio varejista, a respeito das características do Carrefour, dimensão, representatividade na economia global, ver Silva, C. H. C. da (2003). *As Grandes Superfícies Comerciais: Os Hipermercados Carrefour no Brasil*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, p 99.

274 - Silva, C. H. C. da *As Grandes ...* op cit, pp. 95 e 96, 2003, apud PellegriniI, L. *Il commercio in Itália*. Bologna, Il mulino, 2000, pp.53 e 54. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp14/Geousp_14_Silva.htm acedido.

275 - Baudrillard, J. *A sociedade...* cit., p. 13

Sabemos, pois, que as empresas detentoras de capital internacionalizam-se, com a implantação e aquisição de equipamentos comerciais nos países em vias de desenvolvimento. Mas vale destacar uma empresa concorrente à rede Carrefour e também à rede Pão-de-Açúcar, empresa essa que teve sua origem no Nordeste do Brasil, inicialmente como supermercado. Nos referimos à Rede Bompreço, fundada em 1966, e que, posteriormente, passa a ser também hipermercado — o Hiperbompreço. Seu faturamento acabou por despertar, em 2002, o interesse da rede de empresa estrangeira holandesa Koninklijke Ahold N.V (Ahold)²⁷⁶ em adquirir as bandeiras Bompreço e Hiperbompreço. Posteriormente, em 2004, a também multinacional norte-americana Wal Mart²⁷⁷ compra da Ahold suas ações e passa a administrar os destinos da empresa originalmente nordestina-brasileira. Na altura esta rede contava com 112 lojas e 3 centros de distribuição. Hoje tem 345 lojas distribuídas por todo o Brasil, e três centros de abastecimento. Entretanto é o Nordeste que acolhe o maior quantitativo delas, 138 lojas. O presidente do grupo,

276 - Inclusivamente, a empresa Ahold, se trata da multinacional que atualmente em parceria com a holding, gerência as Redes Portuguesas Pingo Doce e Feira Nova, por intermédio do Grupo JMR- Jerónimo Martins SGPS, o qual faz parte com um percentual de 49%. A esse respeito ver, acedido em 21 de Janeiro de 2011.

277 - Fundada pelo empresário norte-americano Sam Walton em 1962, a Walmart teve sua origem em Rogers, Arkansas, nos Estados Unidos, e cresceu com a proposta de oferecer preços baixos todos os dias. A abertura de capital na Bolsa de Valores, em 1972, acelerou a expansão da rede, que no final da mesma década já somava 276 lojas em 11 Estados. Teve seu primeiro hipermercado o Walmart Supercenter, com 36 departamentos, em 1988. Em 1989 já contava com 1.402 lojas Walmart e 123 Sam's Club nos EUA. Em 1990, a empresa assumiu a posição de maior varejista do país, e oito anos depois criou um novo modelo de loja, Neighborhood Markets, atendendo sempre as necessidades dos consumidores. Em 2008, inaugurou o modelo de loja que chamou de Marketside, loja de conveniências, com diversidade de mercadorias. Diante de sua crescente expansão no mundo a empresa já encontra-se sediada em dezoito países, a saber: Estados Unidos, México, Canadá, Brasil, Argentina, Porto Rico, Inglaterra, Alemanha, Chile Porto Rico, Honduras, Nicaragua, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, China, Índia e Japão. Sobre o histórico da empresa e suas principais características mencionadas na nota em epígrafe, ver <http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, acedido em 22 de Janeiro de 2011. A esse respeito da sua expansão pelo mundo ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walmart>, acedido em 22 de Janeiro de 2011.

Héctor Núñez, destaca,

A rede registrou faturamento mundial da ordem de US\$ 400 bi. Desde 2004 que investimos mais de R\$ 1,2 bi no Nordeste na construção de novas lojas, reformas das unidades em operação e ampliação das centrais de distribuição, dentre outras ações (...) O Nordeste é fundamental em nosso plano de expansão e fortalecimento e em nossa pauta de investimentos temos a região como estratégica em nosso desenvolvimento (...) tivemos faturamento no Brasil²⁷⁸ na ordem de R\$ 17 bilhões, empregamos cerca de 80 mil pessoas e ocupamos a terceira posição no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Em 2010, cerca de 100 novas lojas serão abertas²⁷⁹.

Destacamos as bandeiras do Bompreço (supermercado) e Hiperbompreço (hipermercado), por serem estas grandes superfícies que foram implantadas no período de estudo (1986-2007) e que foram alvo do investimento do capital internacional global. No caso específico do Nordeste brasileiro, acabam por ser um pouco responsáveis pelo “esvaziamento”²⁸⁰ das feiras, uma vez que os clientes deixam, muitas vezes, de consumir produtos da feira, optando pelos Hiperbompreços distribuídos no Nordeste do Brasil. Quando os equipamentos comerciais

278 - Convém lembrar que a implantação da empresa Wal-Mart no Brasil ocorreu na década de 1990, precisamente em 1995, período em que o Brasil após a restauração da Democracia, passava por momento de estabilidade econômica diante sobretudo da criação do plano real em 1994. Atualmente a empresa se faz presente diretamente em dezoito dos estados brasileiro, nas quatro regiões do país e possui 450 lojas. O grupo Wal-Mart, actua nos segmentos ligado as necessidades dos clientes, não só alimentares (supermercados), mas também outros serviços. Opera em nove bandeiras, marcas originais que foram adquiridas pelo Grupo, são elas: Walmart; Sam's Club; Bompreço; Hiper Bompreço; TodoDia; Maxxi; Mercadorama; BIG e Nacional. Sobre as principais características mencionadas na nota em epígrafe, ver <http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, cit. acedido em 22 de Janeiro de 2011

279 - Grupo Wal-Mart pretende investir R\$ 450 mil no NE. (2009, Abril) *Tribuna da Bahia*, Abril de 2009. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www.digita.com.br/tribunadabahia/news.php?idAtual=3237>

280 - Os feirantes entrevistados, e também os fregueses são enfáticos nessa afirmação. Todos afirmam que os supermercados instalados nas cidades são os responsáveis pelo decréscimo do faturamento das feiras, destacando sempre as marcas supracitadas. Na segunda parte do presente texto veremos tal afirmação nos depoimentos dos entrevistados.

urbanos atendem ao preceito de acomodar as pessoas em um mesmo local, evitando os deslocamentos, é o que garante a publicidade,

Fazer compras e – por que não? – almoçar ou tomar um café, revelar fotos, passar na farmácia e abastecer o carro. Resolver tudo num lugar só é fácil para quem frequenta o Walmart. Nossas lojas oferecem aos clientes, além de uma enorme variedade de produtos, serviços como farmácias, postos de gasolina, laboratório de revelação fotográfica, restaurantes e cafés. Diferenciais de atendimento que garantem a melhor experiência de compra²⁸¹.

Observemos, na tabela seguinte, a distribuição das lojas Bompreço e HiperBompreço dispostas nas cidades em que se localizam também as feiras referências deste estudo. São 32 lojas em Salvador, três em Campina Grande e uma em Caruaru, oferecendo serviços bastante diversificados:

281 - <http://www.walmartbrasil.com.br/institucional/servicos.aspx>, acessado em 22 de Janeiro de 2011.

Tabela 17 – Distribuição dos supermercados e hipermercados nas cidades das feiras referência desse estudo.

Nome das lojas	Nº de lojas e categorias	Localização (cidade e estado)	Serviços oferecidos nas lojas
Hiper Bompreço Campina Grande, Hiper Bompreço Mirante e Bompreço Campina Grande II	Três lojas, sendo duas hipermercado e uma supermercado	Campina Grande-PB	Venda/Habilitação Telefones Celulares, Farmácia Cash 's Bancários 24h, Posto Mix Lanchonete Estacionamento
Hiper Bompreço Caruaru (localizado no interior do shopping Caruaru)	01 Loja sendo hipermercado	Caruaru-PE	Strip Center: Shopping, Venda/Habilitação Telefones Celulares, Posto de Atendimento HiperCard Bomclube, Faldário, Posto Mix Lanchonete
Hiper Bompreço Cabula Hiper Bompreço Garibaldi, Hiper Bompreço Iguatemi e Hiper Bompreço Bonocô Bompreço Armação Bompreço Barra Jardim Brasil , Bompreço Barra Bompreço Brotas Boa Vista, Bompreço Boca do Rio R.A, Bompreço Brotas, Bompreço Camp. de Brotas Bompreço Canela, Bompreço Chame-chame, Bompreço Fonte Nova, Bompreço Iapi , Bompreço Salvador Shopping , Bompreço Itaigara, Bompreço Itapuã, Bompreço Largo do Papagaio, Bompreço Lauro de Freitas, Bompreço Mares, Bompreço Manoel Dias, Bompreço Nazaré, Bompreço Pau da Lima, Bompreço Pernambués, Bompreço Pituba Bompreço Plataforma, Bompreço Rio Vermelho Bompreço São Caetano, Bompreço São Rafael Bompreço Shopping Piedade, Bompreço Vasco da Gama	Trinta e duas lojas, sendo quatro hipermercados e vinte e oito supermercados	Salvador	Garden, Venda/Habilitação Telefones Celulares Farmácia, Cash's bancários: 24h / Banco do Brasil / Itaú / Caixa Econômica Federal, Estacionamento coberto Faldário, Estacionamento Coberto, Posto Mix Lanchonete Praça Alimentação, Revelação Foto / Salão de Beleza/ Lavanderia

Fonte: Elaborada para o estudo, ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2010, a partir das informações sobre localização das lojas, presente no site do Hiper Bompreço. Acedido em 22 de Janeiro de 2011, em: <http://www.bompreco.com.br/servlets-notitia2/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=74&date=currentDate>.

Para além do que é tradicional nos supermercados, em relação à diversidade de produtos, a grande superfície Hiperbompreço, presente nas principais cidades do Nordeste, oferece serviços aos clientes, se diferenciando em muito das feiras neste aspecto, o que contribui para aumentar a concorrência com o comércio tradicional. Assim, os hipermercados se caracterizam por atuarem desde na comercialização das mercadorias, com produtos inclusivamente de marca própria²⁸², até na oferta de serviços em geral: carregamento de telemóveis (celulares), pagamento de facturas de contas domésticas e títulos bancários (companhia de água, luz, telefone, pano de saúde, etc), farmácia, caixas bancários 24h de entidades diversas (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco, Santander, etc), estacionamento gratuito aberto e coberto para viatura (carros) dos clientes, postos de combustíveis, praça da restauração (alimentação), salão de beleza, lavanderia, dentre outros serviços. Além desses serviços, oferece ainda, aos clientes, um novo formato de pagamento de compras, com as “vantagens” da facilitação do pagamento a prazo (até 40 dias, dependendo do dia da compra), com o cartão de crédito Hipercard, cartão preferencial do grupo Wal-Mart e todas as suas bandeiras, além, também, de ser aceito em outras lojas em todo o Brasil. A publicidade divulga,

282 - A marca do Hiperbompreço e Bompreço se faz presente em todos os produtos alimentares ou não que compõem as necessidades dos clientes para sua manutenção diária. Todos os artigos se apresentam com marcas próprias (marcas brancas), as respectivas categorias: produtos de higiene doméstica de ambientes, artigos diversos de alimentação, mercearia (cereais), carnes, pães, enlatados, etc (marca bompreço); Produtos da linha de Higiene & Limpeza Pessoal, (Marcas Equate e poupe menos); artigos eletroeletrônicos, produtos nas linhas de Vídeo, Áudio, (marca Durabrand); Roupas e acessórios para vários estilos inclusive o desporto, marcas: Athletic Works, para o dia-a-dia Simply Basic, roupas e calçados com a marca 725 Originals e com produtos de cama, mesa e banho (marca Select Edition); Brinquedos e artigos para festas infantis (marca KidConnection); Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.bompreco.com.br/servlets-notitia2/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=851&date=currentDate>,

Sinta-se orgulhoso, pois Hipercard é um cartão 100% nacional! Contamos com uma rede de mais de 450 mil estabelecimentos comerciais credenciados, como postos de gasolina, farmácias, hotéis, restaurantes, companhias aéreas, e outros. Já são mais de 11 milhões de cartões emitidos em todo o Brasil, e você faz parte do sucesso da família Hipercard²⁸³.

2.3 – Supermercados e hipermercados em Portugal

Esclareceremos a partir de agora, como se deu a inserção desses novos hábitos de consumo por intermédio dos supermercados e hipermercados instalados em Portugal. O contexto histórico do surgimento dos supermercados (década de 1960) em território luso era bem diverso, uma vez que, se por um lado Portugal apresentava o índice (PIB) de desenvolvimento mais baixo dos países da Europa meridional²⁸⁴, repercutidos inclusive nos baixos salários, por outro lado via-se investimentos estrangeiros e nacionais que davam conta de uma fase de desenvolvimento do país. Com a inserção da siderurgia nacional implantada em Seixal, indústrias transformadoras apresentavam aumento da produtividade, diante, sobretudo, das alianças

283 - Convém esclarecer ainda que o cartão Hiper não pertence ao grupo estrangeiro Wal-Mart, tendo sido o único produto que não foi vendido para o grupo estrangeiro. Foi vendido ao grupo financeiro Unibanco e Itaú em 2004, ainda sendo portanto nacional. Inicialmente “A Hipercard começou em 1970 administrando o Cartão Fidelidade, do Grupo Bompreço. Com este cartão, os consumidores e as lojas tinham mais facilidade e segurança nas transações, como pagamentos e trocas de cheques. Em 1982 o cartão passou a se chamar Cartão Hiper, e os clientes passaram a ter crédito rotativo pra realizar suas compras nas lojas da Rede Bompreço. Devido ao grande sucesso dentro da própria rede, o cartão passou a ser aceito em outros estabelecimentos que faziam parte dos HiperCenters (espécie de mini-shoppings). Em 1991 passou a ser chamado de Hipercard e, em 1993, começou a ser utilizado como um cartão de crédito” Além disso é interessante declarar que se trata do único cartão de crédito utilizado no Brasil que não se paga anuidade e que nas lojas do grupo Wal-Mart, como o Hiper e Bompreço, se aceita todos os cartões de crédito, não é somente o hiper, aumentando assim s opções de pagamento a crédito. Sobre características citadas sobre o cartão Hiper ver: http://www.hipercard.com.br/pf/a_hipercard/nossos_diferenciais.asp http://www.hipercard.com.br/pf/a_hipercard/nossa_historia.asp, ambos acedidos em 25 de Janeiro de 2011.

284 - Vieira, J. *Portugal século XX, anos 60 crónica em imagem*. Editora Bertrand, Lisboa, pp.89-93

estabelecidas entre os sectores financeiro e industrial. Pois foi também nesse período que se inauguraram, em Portugal, muitos bancos²⁸⁵. Nesse sentido conglomerados nacionais se desenvolveram ainda mais, a exemplo dos grupos CUF, SACOR, BESCL, CHAMPALIMAUD, entre outros. O sector primário da economia portuguesa foi superado pelos outros dois, secundário e terciário. Assim como no Brasil, a classe média apresenta mudanças de comportamento diante da aquisição de aparelhos eletroeletrônicos (geladeiras, televisores) e veículos automotivos montados no país, equipamentos esses que já eram consumidos pela burguesia desde a década de 1950, sob forma de importação. Nesse contexto emergem os primeiros supermercados em Portugal. Anteriormente a eles — assim como vimos em relação ao Brasil — o abastecimento das mercadorias se dava em vendas, mercearias de pequeno porte, feiras e mercados. Na década seguinte, anos 70 do século XX, surge o primeiro supermercado em Lisboa, do grupo Pão-de-Açúcar²⁸⁶. Surgido como uma forma de comércio que visava responder à procura do abastecimento de grandes centros de consumo, as grandes superfícies caracterizam-se pela concentração da oferta de produtos num só local, tornando possível aos consumidores, numa única visita, satisfazer um conjunto de importantes necessidades²⁸⁷.

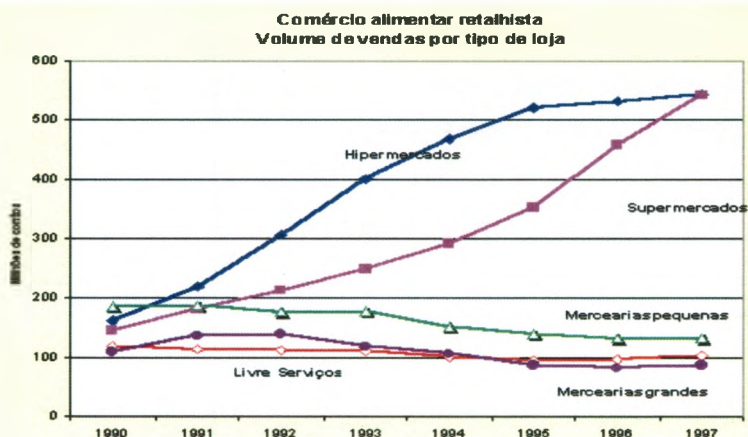
Após a inserção de Portugal na comunidade europeia (1986) e todo o desenvolvimento que essa iniciativa gerou para a economia, diante sobretudo da internacionalização de capital na comunidade e

285 - Exemplos de instituições financeiras que foram inauguradas durante a década de 1960 em Portugal: Espírito Santo, Comercial de Lisboa, Banco Pinto e Sotto Mayor, Português do Atlântico, Terceiro Banco Nacional, Banco originário do Porto, entre outros. Vieira, Portugal..., cit, pp. 92-93

286 - Disponível em http://www.grupopaodeacucar.com.br/memoria/default_memo_curiosidade.asp, acesso em 16 de Junho de 2011.

287 - A função dos hipermercados é a mesma em todo lado, no Brasil ou em Portugal, surgem com o mesmo propósito, o de atender as necessidades dos consumidores a partir de suas demandas, oferecendo serviços que colaboram com a permanência desses clientes. Sobre o histórico dos hipermercados a exemplo do Feira Nova, ver Miranda, V. C. de (2006). *Gestão de "Stocks". Feira Nova Hipermercados, S.A. Relatório de estágio, Licenciatura em Gestão, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.*

Gráfico 30 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (1990-1997).



Fonte: Directoria Geral da Empresa (1999, novembro), Em: *Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição*. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

Tabela 19 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (2000-2005).

TIPO DE ESTABELECIMENTOS ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Hipermercados	35.8%	35.4%	34.7%	34%	32%	31.8%
Supermercados	45.2%	46.8%	48.6%	49.6%	50.8%	53.0%
Livre-Serviços	6.1%	6.5%	6.6%	7.2%	7.5%	7.5%
Mercarias	11.7%	10.4%	9.3%	8.5%	8.3%	7.2%
Puros Alimentares	1.2%	0.9%	0.8%	0.7%	0.6%	0.5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	8.571	9.060	9.637	10.086	10.398	10.962

Notas: (a) O Volume de vendas inclui a totalidade de produtos e/ou serviços comercializados nas lojas consideradas neste índice e não apenas os alimentares. Fonte: Directoria Geral da Empresa. (1999, novembro) Em: *Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição*. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

É relevante destacar que, apesar de os hipermercados terem todos os serviços disponíveis para os clientes, cabendo aos supermercados a comercialização dos produtos necessários ao consumo em seu

fora dela, verifica-se a proliferação do consumo, e, portanto, as grandes superfícies são cada vez mais instaladas, principalmente nos grandes centros urbanos. No início da década de 1990, eram 35 unidades dessa categoria e, praticamente uma década depois, os números se elevaram para 992 estabelecimentos:

Tabela 18 – Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA) *

Ano	Quantidade de estabelecimentos	Volume de venda a retalho**
1993	35	
1994	46	
1995	75	2 582,8 Milhões de euros
1999	92	2 864,8 Milhões de euros
2000	959	
2001	992	6 697,3 Milhões de euros

Fonte: Pesquisa O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal, INE/OC Novembro de 2002. Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001 Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

*Comércio a retalho de produtos alimentares diversos, bebidas e tabaco.

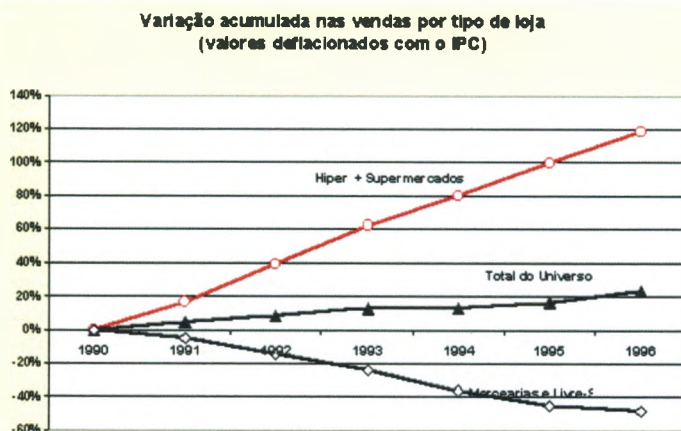
**Os valores correspondentes ao volume de venda não foram apresentados em todos os anos, somente os anos 1995, 1999 e 2001.

O mesmo aconteceu em relação aos valores de vendas dos equipamentos comerciais, colaborando para a concorrência direta com outros estabelecimentos fixos, mercearias e lugares que vendiam produtos puramente alimentares (os mercados), que tinham anteriormente somente as feiras como concorrentes. Os números demonstrados no gráfico a seguir compreendem o período de 1990-1997 e tabela de 2000-2005 respectivamente. Destacamos os índices referentes ao volume de vendas dos lugares de consumo dos hipermercados e supermercados:

dia-a-dia, são estes últimos que apresentam os maiores volumes de vendas²⁸⁸.

O fato é que os supermercados e hipermercados, tanto no Brasil como em Portugal, juntos se tornam a opção atual de compras de muitas pessoas desde a década de 1990, e tais índices refletem significativamente nos valores de vendas não só das mercearias, mas também dos mercados e feiras, além de todas as outras maneiras de fazer as compras tradicionais utilizadas pelos consumidores.

Gráfico 31 – Variação de vendas de somando hiper e super em relação às mercearias (1990-1996).



Fonte: Directoria Geral da Empresa, In: Observatório do Comércio, *Supers e hipers em duelo na distribuição*. Novembro de 1999. Acedido em 15 de Janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

288 - Essa é uma constatação que poderá ser investigada por outros trabalhos científicos. Ousamos ter algumas hipóteses para tal fenómeno, como por exemplo o fato de não haver hipermercados instalados em todos os lugares; o fato também de muitos destes serem instalados no interior dos *shopping center*, o que faz com que exista uma concorrência de dentro para fora, pois os hipermercados comercializam os mesmos artigos que os estabelecimentos comerciais dos centros comerciais também comercializam. Entretanto, como não se trata de objecto desse estudo, não iremos aqui investigar. Queremos somente apresentar os valores de vendas dos equipamentos comerciais urbanos (grandes superfícies) que segundo os feirantes e fregueses entrevistados concorrem diretamente com as feiras na contemporaneidade e que são frutos de processo de globalização, tendo em vista os oligopólios, as fusões de empresas e a origem dos capitais investidos.

A Rede Modelo²⁸⁹ é uma rede de supermercados e hipermercados em Portugal, que se faz presente nos concelhos de Barcelos, Vila do Conde e Ponte de Lima, e que, assim como acontece no Brasil, concorre diretamente, segundo os entrevistados, com o movimento das feiras corriqueiras, sejam semanais (como as de Barcelos e Vila do Conde), ou quinzenais (como a de Ponte de Lima). Na sequência vemos imagem que ilustra o campo de ocupação da marca Modelo na região Norte e Noroeste de Portugal:

289 - Citamos a Rede Hiperbompreço no Nordeste do Brasil e a Rede Modelo no Noroeste de Portugal. Entretanto, sabemos que cada uma das cidades investigadas, seja no Brasil como também em Portugal, possuem outras Redes instaladas nas cidades, mas como os entrevistados mencionam estas e também elas são comuns aos sítios investigados, achamos conveniente mencionar essas e não outras que poderia ter numa determinada cidade e não ter em outra a exemplo do grupo Carrefour que das três cidades Campina Grande, Caruaru e Salvador, só se faz presente nessa última. Em relação a Portugal, elegemos a loja Modelo, por esta estar presente nas três cidades, pois para além desta em Barcelos, por exemplo, vemos as lojas Pingo Doce e Lidl. Já em Ponte de Lima temos o Inter Marché e Mini-preço e em Vila do Conde vê-se uma loja da rede Pingo Doce entretanto diferentemente de Barcelos esta se apresenta em um porte menor, que é categorizada com loja de rua, já que em Póvoa do Varzim município fronteiriço também pertencente ao Distrito do Porto, cedia lugar para duas lojas Pingo Doce, uma categorizada como hipermercado (contando com mais de 2.000m²) e outra de menor porte a exemplo da instalada em Vila do Conde, além de também contar com uma loja Modelo de cerca de 2.00m², dada a proximidade que ambas as cidades tem, dizemos Vila do Conde e Póvoa do Varzim, consideramos as mencionadas lojas como sendo pertencentes ao mesmo sítio, assim poderíamos considerar ao invés do supermercado Modelo, presente nas três cidades, considerar o Pingo Doce, entretanto esse hipermercado só se faz presente em Barcelos e em Vila do Conde com uma loja pequena e em Póvoa do Varzim com duas lojas, uma menor e outra maior, mas a mesma marca já não se faz presente em Ponte de Lima. Diante do exposto trazemos como exemplo comum aos três sítios o supermercado/ hipermercado Modelo-Continente (presente em nas três cidades Ponte de Lima, Vila do Conde e Barcelos), como fizemos em relação ao Hiperbompreço que também tem lugar nas três cidades nordestinas brasileiras.

Figura 2 – Mapa de ocupação da marca Modelo na região Norte de Portugal. (destaque para a região Noroeste abaixo).



Fonte: MC- Ministério da Cultura, IPPAR- Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Modelo.(2007) Norte. In: *Guia das maravilhas de Portugal 30 Grandes cidades e seus arredores*. Impressão Heska Portuguesa, SA. Lisboa, p. 10.

Mas convém aqui destacar alguns aspectos que não dizem respeito diretamente à concorrência com o movimento das feiras. São os serviços que a Rede Hipermercadista oferece aos seus clientes²⁹⁰, e

290 - Serviços que assim como no Brasil, também em Portugal se refere para além dos produtos alimentícios, (esses muitas vezes de marca própria), cartão de fidelização, compras on-line, estacionamento para as viaturas (carros particulares), farmácias, seguros de saúde, de viaturas e de motos, telefonia (continente mobile), cafés e praças de restauração nas lojas, dentre outros serviços.

também a expansão da mesma para mercados além-mar, a exemplo do Brasil, ou mesmo para países pertencentes à comunidade europeia, a exemplo da Espanha e da Grécia. Diferentemente da rede que administra os destinos do Hiperbompreço no Brasil, a Wal-Mart, de origem norte americana, a rede que administra o Modelo-Continente e que também tem muitos outros empreendimentos, é de origem portuguesa e se expandiu pelo mundo. Nos referimos ao Grupo Sonae.

O primeiro hipermercado Modelo surgiu no ano de 1985²⁹¹ em Matosinhos, distrito do Porto, momento em que esta cidade já começava a passar por remodelamento urbanístico e que Portugal já vivenciava o desenvolvimento comercial previsto com a adesão à Comunidade Europeia, que ocorreu um ano depois. Os primeiros investimentos já apareciam. Na altura, a credibilidade financeira de Portugal se apresentava em alta, entretanto era carente de elementos da modernidade como por exemplo avanços tecnológicos. Assim, já tendo a Sonae como empresa que detinha objetivos de expansão de mercado (distribuição), surge o Modelo em Portugal, resultante da sociedade entre a Rede Francesa Promodès, maior concorrente da Rede Carrefour, e a Rede Printemps de lojas de departamento, com experiência no comércio a retalho (varejo).

Na década de 1990, algumas iniciativas do Grupo Sonae e o Hipermercado Modelo colaboraram para que houvesse um fortalecimento no ramo. Em 1991 houve o lançamento dos primeiros produtos da marca própria Continente²⁹²; em 1992 o lançamento

291 - A respeito da origem do Hipermercado Modelo ver <http://www.modelo.pt/institucional/historia>, acessado em 26 de Janeiro de 2011.

292 - Assim como o Bompreço e Hiperbompreço no Brasil, a marca Modelo-Continente se apresenta em vários produtos alimentícios ou não, barateando os custos e portanto oferecendo menores preços aos consumidores nas suas marcas, enquanto eleva o preço final das outras. São alguns artigos de Mercearia, Bebidas, Frescos, Lacticínios, Congelados, Bebê, Higiene, Limpeza, Casa, Animais, Lazer. Sobre a descrição de cada artigo ver http://www.continente.pt/CampaignSelector.aspx?userarea=010101&CategoryName=&SubCategoryName=C_9061_5523&CategoryPath=_Actuais|C_9061, acessado em 26 de Janeiro de 2011.

de outras bandeiras que se agregaram ao grupo — a Modalfa, especializada em vestuário, calçado e acessórios; em 1995 a Worten com artigos eletroeletrônicos; além do lançamento de outras bandeiras de comércio a retalho como a MaxMat, Max Office, Inventory, Sportzone entre outros²⁹³.

Na primeira década do século XXI, vemos a expansão do grupo para outras áreas, de forma a fortalecer ainda mais as suas redes e a economia portuguesa, sobretudo quanto aos investimentos segurados. O comércio tradicional terminou enfraquecido, a exemplo das feiras, pois os investimentos destes concorrentes trazem maiores opções de diversidade de mercadoria, de serviços e de formas de pagamento, que as feiras não possuem.

Para este estudo destacamos três dessas áreas de investimentos do grupo Sonae. A primeira delas, relacionada ainda a outras redes hipermercadistas instaladas além-mar, é a alienação ao grupo norte-americano que tem sede no Brasil e que detém uma rede de supermercados e hipermercados já mencionada, quando nos referimos ao grupo Wall-Mart. Este, por sua vez, para além de muitos empreendimentos já citados anteriormente, também é responsável pelos supermercados Bompreço e hipermercados Hiperbompreço.

A segunda área em que a Sonae investiu na mesma década é a implantação de grandes superfícies, atuando na gestão dos *shopping centers*, não só em Portugal mas em outros países, caracterizando sua expansão internacional, fruto de uma economia global, já que se tratou de uma parceria em que a “Sonae Portugal tem 50% das ações e o Reino Unido por intermédio da empresa Grosvenor é donatário dos outros 50%.”²⁹⁴. Nos referimos à empresa Sonae Sierra, cujos

293 - Atualmente detém o capital das seguintes bandeiras: Modelo, Continente, Modelo Bonjour, MaxMat, Star, Worten, Well's, Modalfa, Seguros Continente, MaxGarden, Worten Mobile, Vobis, Zippy, Loop, SportZone e Zippy.

294 - A respeito da constituição jurídica da Sonae Sierra e outras informações. ver http://195.23.88.55/pt/empresas_sierra.asp. acedido em 26 de Janeiro de 2011.

investimentos de gestão imobiliária incluem o Algarveshopping, em Portugal; o Shopping Parque D. Pedro, no Brasil; o centro comercial Mediterranean Cosmos I, na Grécia; a aquisição do River Plaza Mall, um centro comercial já em operação, na Roménia; o centro comercial Alexa, na Alemanha; o Freccia Rossa e o Gli Orsi, na Itália; o Jardim Plaza, na Colômbia; e outros²⁹⁵.

A terceira área de financiamento em que a empresa Sonae tem atuado desde 2007 é a dos cartões de fidelização do Continente e do Modelo, cartões esses que, a exemplo do cartão Bomclube do Hiperbompreço no Brasil, oferecem descontos especiais aos seus aderentes sem cobrar nenhuma anuidade²⁹⁶. Essa última área se configura em um investimento seguro de retorno de capital, uma vez que se trata de mais um elemento atrativo ao cliente²⁹⁷.

295 - No Brasil, Boavista Shopping, Franca Shopping, Manaira Shopping, Shopping Pátio Brasil, Shopping Campo Limpo, Shopping Metrópole, Shopping Penha, Shopping Plaza Sul; em Portugal: 8ª Avenida, AlbufeiraShopping, ArrábidaShopping, CascaiShopping, CC Continente de Portimão, Centro Colombo, Centro Vasco da Gama, CoimbraShopping, Estação Viana, GaiaShopping, GuimarãesShopping, LeiriaShopping, LoureShopping, MadeiraShopping, MaiaShopping, NorteShopping, Parque Atlântico, RioSul Shopping, Serra Shopping, ViaCatarina e Tivoli Shopping. Sobre locais de atuação da empresa Sonae Sierra (gestão dos centros comerciais e donatária de alguns desses equipamentos que administra) ver <http://www.sonaesierra.com/en-GB/portfolio.aspx>, acessado em 26 de Janeiro de 2011. Destacamos esse ponto e já nominamos aqui os shoppings tendo em vista se tratar também de lugar de consumo que ocorre diretamente com o movimento das feiras e que assim como os supermercados, hipermercados e sites de compras ganharam expansão diante do fenômeno global que atualmente de faz presente. Sobre os centros comerciais (shoppings) e portais de consumo via internet veremos mais adiante informações nesse mesmo texto.

296 - No caso do Hiperbompreço, como nos referimos anteriormente, existem dois tipos de cartões — o cartão de desconto Bomclube, no qual o cliente ao fazer as compras acumula pontos que podem ser posteriormente convertidos em valores para serem descontados em compras futuras. O mesmo que acontece com os cartões Continente e do Modelo, e o outro cartão o Hipercard que se trata de um cartão de crédito que é aceito não somente em lojas do Bompreço e Hiperbompreço, mas também em lojas das mais variadas categorias que estejam credenciadas à financeira do cartão de crédito.

297 - Atualmente “ Os hipermercados Modelo estão presentes em Portugal continental, Madeira e Açores com uma rede de 120 lojas, num total de 214.000 m² de superfície comercial” ver <http://www.modelo.pt/institucional/introducao>, acessado em 26 de Janeiro de 2011.

A tabela a seguir trás a apresentação de índices relativos ao crescimento da Rede Modelo Continente em Portugal:

Tabela 20 – Caracterização de produtividade do Grupo Modelo Continente (faturamento e abertura de novas lojas) período 2005-2007.

ANO	FATURAMENTO	Nº DE NOVAS LOJAS
2005*	4.506 Milhões de euros (3.115 milhões do mercado português e os restantes 1.391 milhões no Brasil)	60 Lojas
2006**	3.091 Milhões de Euros	40 Lojas (45 mil m ²)
2007***	3.385 Milhões de euros	130 Lojas

Fonte: Relatórios Grupo Modelo Continente Contas consolidados IAS/IFRS Dezembro de 2005/2006 e 2007²⁹⁸.

Convém destacar que, no ano de 2006, apesar dos elevados investimentos, o Modelo Continente apresentou índices de endividamento da ordem de 196 milhões de euros. Tal fator deveu-se, segundo os acionistas, à alienação da catividade de retalho no Brasil, com o grupo Wal-Mart, mencionado anteriormente, uma vez que se fazia necessário o grupo Modelo Continente investir ativamente no processo de consolidação do sector de retalho brasileiro, já que o grupo alienado norte-americano, nesse mesmo ano, vendeu para concorrentes cerca de 10 hipermercados na região metropolitana de São Paulo. Como as políticas de incentivo fiscal no Brasil são fortes

298 - Relatórios emitidos pela Empresa, disponibilizados na internet ver ano a ano, Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2005.

* "O portfólio de lojas do universo de base não alimentar foi reforçado com 47 novas lojas, incluindo 11 Worten, 6 Modalfa, 11 Sportzone, 4 Maxmat, 8 Vobis e 7 Zippy" http://www.sonae.pt/fotos/editor2/contasconsolidadas_2005_pt.pdf, acedido em 27 de Janeiro de 2011.

** Alargamento do portfólio português actuando em outras bandeiras para além do alimentar, a exemplo nesse ano da parafarmácia, da Zippy, (artigos para criança e bebé), da Worten Mobile (venda especializada na área das telecomunicações) e da Star (agências de viagens) Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2006 http://www.sonae.pt/fotos/editor2/contasconsolidadas_2005_pt.pdf, acedido em 27 de Janeiro de 2011.

*** Ano de implantação dos cartões continente e cartão modelo.

Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2007 ver <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/20070507modcontsgpssacontasconsolidadasdez2006pt.pdf>, acedido em 27 de Janeiro de 2011.

em relação a vantagens concedidas para operadores independentes locais, não convinha mais o Grupo Modelo Continente continuar investindo nesse mercado. Dessa maneira a alienação do mercado português ao mercado brasileiro findou-se. Por essa razão, na tabela de apresentação de caracterização de produtividade do Grupo Modelo Continente não apresenta mais índices de faturamento no Brasil nos anos 2006 e 2007.

E ainda, se esses lugares de consumo forem somados aos supermercados e hipermercados diante do mercado aglutinador de serviços diversos que formam as grandes redes, os lucros são ainda maiores e os impactos mais violentos no comércio tradicional. É o que dizem os índices de faturamento das vendas do Grupo Sonae em relação às atividades desenvolvidas no mercado de retalho em Portugal e na altura também no Brasil.

Tabela 21 – Vendas e Prestações de Serviços por Atividade e Mercados Geográficos.

Por atividade	Euro
Hiper e Supermercados	3.024.442.524
Retalho Especializado	567.699.484
Outros	8.033.784
Por mercado:	
Portugal	2.620.806.332
Brasil	979.369.460
Total	3.600.175.792

Fonte: Modelo Continente: Prospecto de admissão à negociação ao Eurolist by Euronext Lisbon da Euronext Lisboa- Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S:A, Setembro de 2005. Acedido em 26 de janeiro de 2011, em: <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/fsd9871.pdf>

2.4 – Termo feira empregado em situações diversas

Os índices apresentados anteriormente denotam que ambos, sejam os supermercados ou hipermercados, concorrem para a diminuição da procura dos fregueses às feiras, uma vez que nessas superfícies se encontram todos os produtos que as feiras comercializam

e com serviços diversos. Inclusivamente é importante destacar que, talvez por essa razão, a Rede Pingo Doce antes era chamada de Feira Nova, em função da variedade de produtos que a mesma oferece, tendo a feira como exemplo. Em um mesmo sítio se encontra todas as mercadorias; entretanto, com outras configurações, características das grandes superfícies. Sendo por assim denotar uma Nova Feira, ou mesmo Feira Nova.

Assim como o antigo hipermercado Feira Nova - que diante de sua dimensão se configurava também como um centro comercial - outros lugares de consumo modernos também utilizam o termo feira para se definirem como lugar de diversidade de mercadorias com preços acessíveis ao consumo. Certos eventos utilizam a nomenclatura feira para produtos específicos, diante da variedade dos mesmos, como por exemplo a Feira do Livro²⁹⁹ e a Feira de Fumeiros³⁰⁰. Também eventos que ocorrem sazonalmente, entretanto com artigos diversos, utilizam a denominação, como por exemplo a Feira Outlet Stock. Sobre esse último³⁰¹,

Este conceito nasceu nos Estados Unidos há mais de duas décadas, e destina-se à venda de produtos excedentários nos sistemas de armazenamento de fabricantes e distribuidores, proporcionando importantes descontos para os potenciais clientes. Os nossos eventos decorrem aos fins-de-semana, onde há oportunidades únicas, tanto para as empresas participantes que aqui vêm escoar os seus stocks, como para o público em geral, que virá ao encontro de uma grande diversidade de marcas e produtos de qualidade, com descontos

299 - Feira do livro, evento particular, realizado desde 1991 no Parque de Exposições de Braga durante os meses de abril a cada ano. Sobre caracterização dessa Feira ver <http://www.peb.pt/evento.php?id=183>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

300 - Feira do Fumeiro, evento particular, realizado desde 1991 em Montalegre, região minhota. Ver: Abriu a XX feira do fumeiro e do presunto, 119 produtores mostram as boas iguarias. (2011, 28 de Janeiro). *Correio do Minho*, p. 14.

301 - Se trata de uma empresa portuguesa, a Stcklight, que promove feiras de outlet em todas as regiões de Portugal. Sobre as características dessas feiras e da empresa, ver <http://www.stocklight.pt/index.html> e <http://www.stocklight.pt/sobre.html>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

entre os 50 e os 80% face aos preços de loja. Estão presentes fabricantes, importadores, revendedores, lojas e representantes de marcas de prestígio que colocam à venda calçado, vestuário, acessórios de moda, loiças, artigos de decoração, têxteis lar, tapeçarias, entre outros produtos. (...) O espaço é ainda enriquecido com uma área de cabeleireiro, tratamentos de beleza e café gratuito para todos os visitantes.

Ainda sobre a empresa, destacamos o depoimento do seu representante durante a realização da 1ª Feira de Outlet de Sabugal. Quando indagado sobre a importância desse tipo de feira, diz ele: “Para os consumidores eu penso que é interessante para animação, pelo passatempo, pelas compras, enfim, algo diferente para quem vem cá”³⁰². Observemos os depoimentos seguintes a respeito do mesmo evento, os dois primeiros de comerciantes, depois “feirantes” e o quarto de uma “freguesa” (consumidora):

Vimos até ao Sabugal fazer a feirinha de outlet, temos vários estoques na loja e isto está muito mau, aproveitamos para deduzir nosso estoque para o ano seguinte, ontem foi bastante bom e esperamos que hoje também seja³⁰³; (...) Compram, tem aderido [se refere aos consumidores]. A gente tem feito pelo país todo e as pessoas têm aderido por causa dos preços atrativos³⁰⁴; (...) Nós somos do Norte, precisamente de Gondomar. Temos fábricas e armazéns e várias lojas distribuídas pelos pais (...). Esta organização que é a Stocklight normalmente faz feiras em outros locais do país e normalmente fazemos com eles, e essa é mais uma³⁰⁵; Vim por curiosidade. Sim acho importante pronto, se junta aqui muita gente e acho que é importante³⁰⁶.

302 - Depoimento do Sr. Alberto Ferreira, representante da Empresa Stocklight durante a realização da 1ª Feira de Outlet do Sabugal, na Freguesia do Soito, em 22 de Agosto de 2010. Localvisão TV. Ver <http://videos.sapo.pt/vqjNea1SCh9BWoBRWMAH>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

303 - Depoimento da Sra. Celeste Pereira, comerciante. Op cit Localvisão TV Agosto de 2010. Ver <http://videos.sapo.pt/vqjNea1SCh9BWoBRWMAH>, acedido em 28 de Janeiro de 2011

304 - Depoimento de Joaquim Silva, comerciante, Id Ibidem

305 - Depoimento de Benedita Silva, consumidora, Id Ibidem.

306 - Depoimento de Benedita Silva, consumidora, Id Ibidem.

Pelo que pudemos observar nos depoimentos, esse lugar de consumo se apresenta enquanto feira no sentido de proporcionar aos clientes a variedade de mercadorias e os preços baixos. Entretanto os comerciantes são mesmo “feirantes” porque se apresentam com perfis diferenciados dos feirantes tradicionais. Se trata de comerciantes com comércio estabelecidos que aproveitam a oportunidade dessas feiras sazonais para escoarem as antigas coleções de suas lojas, dando lugar a outras, supostamente novas coleções. Quanto aos fregueses, são aqueles que buscam os preços baixos, vão a essas feiras por curiosidade e também para passar tempo, motivações originalmente das feiras tradicionais. De maneira que esse tipo de evento - Feira Outlet - atrai os consumidores das feiras tradicionais, que muitas vezes, por terem adquirido algum tipo de produto durante o final de semana, nos outlet, se furtam a ir às feiras durante a semana. Para culminar e “celebrar” a concorrência, para além da empresa stocklight, algumas câmaras, como é o caso da de Horta, também têm promovido feiras de outlet em seus municípios³⁰⁷.

Para além das feiras de outlet, sejam elas promovidas por entidades privadas (a exemplo da empresa supra citada), sejam elas de origem pública (a exemplo da Câmara de Horta), que ocorrem sazonalmente aos finais de semana em lugares diferentes. Vê-se também em concorrência com as feiras semanais as lojas tipo outlet, pertencentes aos hipermercados. São lojas de médias dimensões com artigos variados a preços abaixo dos valores de mercado. É o caso do Outlet Continente que encontra-se aberto todos os dias da semana³⁰⁸.

307 - RTP. (2010, 06 de Setembro). Câmara do comércio da Horta promove outlet. Acedido em 28 de Janeiro de 2011, em: <http://videos.sapo.pt/E4oGqLFvIIBh8D29iMpc> e ainda e Feira outlet na Horta. (2010, 07 de Setembro). *Jornal Diário*. Acedido em 06 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=29748.

308 - Sobre outlet Continente ver <http://www.freeport.pt/loja.php?uid=226>, Acedido em 28 de Janeiro de 2011.

Essas exposições de mercadorias³⁰⁹ para vendas em formato de outlet ou mesmo de eventos sazonais não somente fazem uso do termo Feira, como também muitas vezes procuram representar a ambiência das feiras, readaptando as novas dinâmicas do mercado, incorporando novos formatos com o propósito de fazer valer aquilo que é peculiar nas feiras: a arte da venda.

Se comprar é um ato de necessidade, vender é uma arte... e não há como a ambiência festiva da feira para que o potencial consumidor sinta a compra como um ato de participação e integração social, descurando, porventura, e seu sentido pessoal de economia³¹⁰.

2.5 – Outros espaços de consumo: Centros Comerciais e *Shopping Center*

Além dos supermercados, hipermercados e outlet mencionados anteriormente, o outro lugar central de consumo atualmente, com proliferação resultante do fenômeno contemporâneo da globalização, são os centros comerciais e *shopping centers*. Nas páginas seguintes, faremos breve análise desses equipamentos comerciais, procurando compreender em que medida eles concorrem com o movimento das feiras, no Brasil e em Portugal.

Seguindo um modelo norte-americano, os centros comerciais se configuraram, ao logo do século XX, como um espaço pulverizador que contribui para a própria reorganização urbanística das cidades,

309 - As exposições de mercadorias com o propósito de venda surgiram “após a Primeira Guerra Mundial com as Feiras Industriais (Ex. Feira Industrial do Porto, em 1920). Esse conceito tem sido trabalhado até os dias de hoje, sendo responsáveis pela emergência de um novo tipo de serviços, com empresas e associações a construírem pavilhões para o efeito, criando eventos onde o princípio de interação festiva e recreativa está de novo presente, tendo recuperado e adaptado aos novos tempos”. Ver, Alves, J. Feiras e Mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Garrido, L. (Coord.). (2005). Actas do III Encontro de História de Vila do Conde. *Vectores de desenvolvimento econômico: As Feiras- da Idade Média à Época Moderna*. Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, p. 165.

310 - Idem, p. 165

na condição de centro aglutinador de opções para compras, acesso aos serviços, segurança, comodidade, e, sobretudo, espaços de entretenimento e de lazer para seus aderentes. O *shopping center* se torna, nesse contexto, espaço que supre todas as necessidades de serviços necessárias do cotidiano, sem necessariamente as pessoas terem que se deslocar para outros sítios com o propósito de comprar aquilo que ainda lhes falta, tendo em vista a multiplicidade de serviços oferecidos.

O contexto histórico de expansão dos centros comerciais nos Estados Unidos corresponde há décadas de 1960, diante da revolução comercial vivida por esse país. Na prática, o que podemos constatar é que a revolução comercial, nos EUA, avançou tão rapidamente que em 1960 já havia 3.700 *shoppings* no país, em 1970 eram 12.000, em 1975 passaram para 17.000 e em 1990 já chegavam a cerca de 36.000. Hoje, os EUA é o primeiro no *ranking* mundial em número de *shopping centers*, com mais de 43.000 construídos, sendo que um em cada cinco se encontra na Califórnia ou na Flórida. Junto com o Texas, estes três estados representam cerca de 28% de todos os *shoppings* do país³¹¹.

No caso específico do Brasil, de acordo com o modelo norte-americano³¹², os *shopping centers* emergem ao mesmo tempo em que surgiram os supermercados e posteriormente hipermercados, ou seja, na segunda metade do século XX, décadas de 1950-60³¹³. Este

311 - Informativo ABRASCE, Artigo traduzido da revista *Shopping Centers Today* (SCT), - Junho 1998, p.16 e 17. Em: Carvalho, M. G. de. (2005). *A difusão e a integração dos "shopping centers" na cidade: as particularidades do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 47.

312 - Apesar de o modelo ter sido norte-americano, os *shopping* do Brasil ao contrário dos Estados Unidos que se implantaram inicialmente nas periferias das cidades, no caso do Brasil localizaram-se a parte do centro das cidades. Entretanto em bairros no entorno do centro e não na periferia. Pois ao contrário dos Estados Unidos as pessoas de mais baixo poder aquisitivo, e portanto de consumo, tem moradia nos subúrbios. Enquanto nos Estados Unidos esse processo é inverso.

313 - Assim como os supermercados há, controvérsias também, quanto a origem desse

processo, como já foi dito, foi favorecido pela disseminação do uso dos automóveis – resultante do fabrico próprio, ocasionado pela instalação da siderurgia nacional. Além dos automóveis particulares, ocorreu também a proliferação dos transportes públicos, a exemplo dos metros nas metrópoles³¹⁴.

Logo, diante do encurtamento das distâncias em função dos transportes, os centros das cidades se tornaram cada vez menos indispensáveis, já que qualquer lugar passou a ser um centro, desde que tivesse instalado em seu entorno um centro comercial. Disto resultou o policentrismo das cidades, também associado a processos de reurbanização. Consideramos as cidades como sendo lugares dinâmicos que muitas vezes materializam, nas suas organizações mobiliárias espaciais, as mudanças promovidas por aqueles que se abastecem delas. Na formulação de Brumes, “Um produto das relações humanas, transformando-se quando a sociedade se transforma”³¹⁵. Essas transformações sempre se encontraram articuladas ao comércio³¹⁶. “O estudo das atividades comerciais possibilita ver a dinâmica da sociedade e o processo de (re) produção da cidade, pois, a localização do comércio sempre semeou situações estratégicas”³¹⁷.

Os supermercados e hipermercados se tornam as primeiras lojas âncoras nos *shopping centers* do Brasil, tendo em vista os

moderno equipamento comercial no Brasil. Qual foi o primeiro shopping instalado no Brasil? Há quem defende que “De acordo com Vicente Del Rio, o primeiro *shopping center* do Brasil não foi o Iguatemi, em São Paulo e sim, o *Shopping Center* do Méier (1964), localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, numa das principais avenidas comerciais, a poucas quadras da estação do trem. (...) Já para José Monteiro, “Em 1966, deu-se a inauguração do primeiro shopping brasileiro, o *Shopping Center* Iguatemi, que marcou o surgimento desses empreendimentos no Brasil” Ver Carvalho (2005) op cit... pp. 53-54

314 - Pitaudi (2007), *Novos caminhos...*, op cit, p. 156

315 - Brumes, K. R. (2001, Março de). *Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História*. *Caminhos de Geografia*, v.3, n. 1, p. 53.

316 - As cidades diante dos processos de reurbanização, da circulação de transportes - públicos ou privados- e da instalação de novos lugares de consumo, estimulando o poli centrismo inerente as características citadinas na segunda metade do século XX.

317 - Silva, C. H. C da (2003). *As grandes superfícies comerciais: os hipermercados carrefour no Brasil*. *Geosp*. São Paulo, n. 14, p. 90.

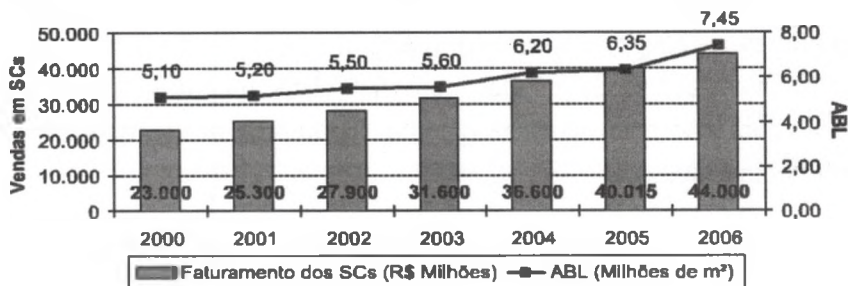
de lojas e serviços diversificados convenientemente em um só local, a disponibilidade de estacionamento, a climatização dos ambientes e a oferta de entretenimento, especialmente cinema³²⁰.

Em números,

Em 1975 havia no Brasil sete unidades. Uma década mais tarde, o número havia aumentado para 35 (...) Entre 1985-1999 cresceu cinco vezes mais o número de shopping centers, atingindo outros estados além do Sul e Sudeste, mas também Norte, Nordeste e Centro Oeste³²¹.

Desde os anos 90 do século XX, o sector terciário, área de atuação do *shopping center*, tem crescido no Brasil, inclusivamente em função do capital externo que é aplicado no sector pelos grandes grupos estrangeiros. Os índices dispostos no gráfico, figura e tabela seguintes demonstram o crescimento deste sector:

Gráfico 32 – Evolução do Mercado do Brasil: ABL e Vendas do Varejo em SCs.



Fonte: Abrasce.Utiliza por PIMENTEL (2007) op cit..., p. 17.

320 - Pimentel, M. de O. e Branco, C. E. C. et ali "Setor de shopping center no Brasil: Evolução recente e perspectivas" Em: BNDES Sectorial, Rio de Janeiro, n. 26, p. 139-190, set. 2007. P.16http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2606.pdf, acessado em 29 de Janeiro de 2011.

321 - Santos, M. (2005). Os actuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais de produção. Em: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed.: Record. Rio de Janeiro, pp. 151 e 152.

objetivos destes equipamentos comerciais estarem articulados entre si, atendendo à demanda do mercado e sobretudo a necessidade dos clientes, como estratégias para atração dos consumidores³¹⁸.

Na década de 1970, continuou a expansão dessas novas modalidades de locais de consumo. Entretanto, percebe-se que os *shoppings* no Brasil, para além do que objetivavam em relação à exposição e vendagem dos produtos, se tornaram também empreendimentos com outras funções. Funções essas que muitas vezes se localizavam em centros comerciais de menor tamanho. Nos referimos aos escritórios, consultórios médicos, clínicas especializadas, espaços, portanto, multifuncionais.

Nos anos 80, apesar de tratar-se de um período marcado por crescente instabilidade econômica diante das crises da época, os sectores primário e secundário da economia foram quase que suprimidos pelo crescimento do sector terciário³¹⁹. Nesse sentido, o comércio “ganha fôlego” e, para além de todas as disposições anteriores, os *shoppings* também passam a sediar lugares destinados à “socialização”, espaços de “convívio”. Nos referimos às praças de alimentação e às salas de cinema, lugares de lazer, recreação e entretenimento:

Na década de 1990, observou-se uma segunda onda de crescimento – foram inaugurados cerca de duzentos SCs –, influenciada, entre outros, pelos seguintes fatores: (i) estabilidade econômica propiciada pelo Plano Real, com a queda inflacionária e o aumento da renda real *per capita*; (ii) aumento dos investimentos dos fundos de pensão no sector; (iii) crescimento urbano; e (iv) necessidade de maior segurança, assim como outras facilidades que passaram a atrair o público, tais como a concentração

318 - Destacamos novamente a multiplicidade de oferta de serviços aos consumidores, articulando-as ao que os supermercados, hipermercados e lojas de departamento também oferecem.

319 - Ver Vargas, H. C. (1992). *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 254.

Figura 3 – Demonstrativo da localização dos maiores shopping centers no Brasil. (Ano 2008).

Shopping Centers



Fonte: ARCHELLA & THÉRY, 2008. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos, Mapas temáticos, in: Revista Confins, Franco brasileira de Geografia. Número 3, 2008. Acedido em 27 de Janeiro de 2011, em: <http://confins.revues.org/3483?id=3483>.

Tabela 22 — Evolução do número de shoppings inaugurados no Brasil (2005-2010).

ANO	N. SHOPPINGS	LOJAS	Faturamento (em milhões de reais/ano)
2005	338	42.363	45.5
2006	351	56.487	50.0
2007	363	62.086	58.0
2008	376	65.500	64.6
2009	392	70.500	74.0
2010	408	71.195	87.0

Fonte: Tabela resumida para esse estudo. Original em Shopping Center no Brasil. Evolução. Ver <http://www.portaldoshopping.com.br/sobreosetor.asp?codAreaMae=10&codArea=51&codConteudo=1>, acesso em 22 de Janeiro de 2011.

Quanto aos grupos estrangeiros que atuam nas administrações dos *shopping centers* no país, são cerca de 15 empresas. Destacamos

aqui apenas a empresa Sonae Sierra, por estar ligada ao grupo de Portugal³²². É um empreendimento que, como foi dito, não atua exclusivamente no mercado ibérico, mas também em outros mercados. A abertura de comércio e a globalização dos mercados são os maiores responsáveis por essa expansão:

Sonae Sierra é uma importante empresa internacional nas áreas de implantação e administração de SCs, com empreendimentos em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria e Grécia, além do Brasil. A ABL total controlada pela Sonae Sierra atinge 1,6 milhão de m², distribuídos por 44 empreendimentos. No Brasil, são administrados 314 mil m² de ABL, em nove SCs (excluído o Manauara Shopping, em construção), com 1.700 lojas e 7,6 milhões de visitantes/ano. Estão em construção outros 14 projectos (Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Roménia), totalizando 500 mil m² de ABL³²³.

Em 2006, a constituição jurídica da empresa Sonae Sierra Brazil foi alterada, diante da sociedade que fez com a instituição Norte Americana, a Developers Diversified Realty (DDR),

A DDR é a terceira maior operadora de *shoppings* nos Estados Unidos, além de actuar também em Porto Rico. A mesma DDR anunciou recentemente a entrada no mercado russo, através de uma *joint-venture* com o grupo alemão ECE. Após a recente fusão com a Irreti (Inland Retail Real Estate Trust, Inc., braço do grupo The Inland Real Estate Group of Companies, Inc), ocorrida em Fevereiro de 2007, a DDR tornou-se proprietária

322 - Não vamos nos aprofundar nessa temática por dois motivos: primeiro pelo fato de já termos mencionado essa empresa anteriormente quando tratamos da Rede de Hipermercados Continente. Segundo por não ser objeto desses estudos os centros comerciais e *shopping centers*. Tivemos o propósito de mencioná-los pelo fato deles serem considerados pelos feirantes e fregueses grandes concorrentes no movimento das feiras livres. Nesse sentido achamos pertinente historiar a inserção desses lugares de consumo no Brasil e em Portugal, diante do contexto da Globalização e abertura de mercado, bem como trazer algumas características inerentes a esses equipamentos urbanos que se tornam atrativos para os clientes que se distanciam das feiras m busca desses novos lugares de consumo.

323 - Pimentel (2007), BNDES op cit., p. 26.

ou administradora de oitocentos empreendimentos, totalizando 15,05 milhões de m² de ABL³²⁴.

No caso específico das cidades que sediam as feiras em análise, respectivamente Salvador, Campina Grande e Caruaru, todas possuem centros comerciais e *shopping centers* que surgem com mais opções de lugares para compras, concorrendo com o movimento das feiras. A tabela a seguir apresenta o quantitativo desses equipamentos comerciais, instalados nessas cidades na atualidade.

Tabela 23 – Quantitativo de Centros Comerciais e Shopping Center nas cidades nordestinas brasileiras analisadas.

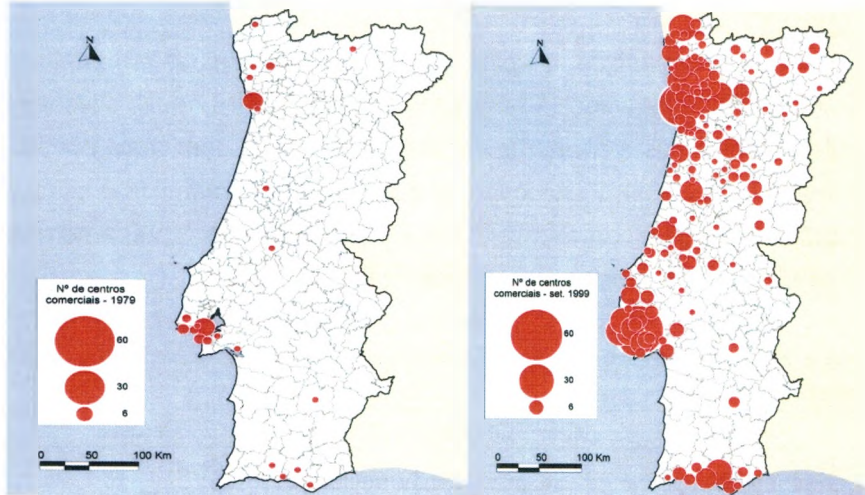
Salvador	Campina Grande	Caruaru
Salvador Norte Shopping	Shopping Center Boulevard	North Shopping Caruaru
Salvador Shopping	Shopping Centro Edson Diniz (shopping dos Camelôs)	Pólo Comercial de Caruaru
Shopping Bahia Out let Center	Shopping Cirne Center	Shopping Difusora
Shopping Barra		
Shopping Center Lapa		
Shopping Center Paralela		
Shopping Center Piedade		
Shopping Center Iguatemi Salvador		

Fonte: Elaborada para o estudo, ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2010.

Já em relação a Portugal, verificamos que, assim como no Brasil, nas últimas duas décadas não só os supermercados e hipermercados ganharam multiplicidade, mas também os centros comerciais e *shopping centers*. A figura e a tabela a seguir, demonstram o quantitativo desses equipamentos comerciais antes de 1980 e em 1999.

324 - Ib dem, p. 27.

Figura 4 – Centros comerciais com data de abertura anterior a 1980 e Centros comerciais em funcionamento em Setembro de 1999.



Fonte: Cachinho, H. (coord. do Projecto). *Centros Comerciais em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução.* (2000, março). Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa, p. 54 e 56 respectivamente.

Essa evolução crescente no número de centros comerciais instalados em Portugal se apresenta desde a década de 1980 e continua nos anos 2000.

Tabela 24 – Centros Comerciais*.

Ano	Quantidade de estabelecimentos	Nº de lojas	Volume de negócios
1999	745**	20.144	5 895,2 milhões euros
2000	748	21.582	5 930,8 milhões euros
2001	759	23.234	6 048,4 milhões de euros

Fonte: Pesquisa *O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal*, INE/OC (2002, novembro). Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

* Comércio a retalho de produtos alimentares diversos, bebidas e tabaco, produtos têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro, produtos para a casa e para o lar, e serviço de restauração

** Esse índice se apresenta com quantitativo diferente no relatório do observatório do comércio op cit... p. 57. Nesse documento para o ano de 1999 consta 789 estabelecimentos e 30 099 lojas.

A partir da década de 1980, Portugal e os países pertencentes à Comunidade Europeia passaram por um processo de urbanismo comercial, e os megacentros³²⁵ comerciais foram em parte responsáveis por esse fenômeno.

Assim como no Brasil, os centros comerciais e os *shoppings centers* instalados em Portugal, sobretudo na região norte, de acordo com depoimentos dos feirantes, concorrem com o movimento das feiras, tendo em vista que tais equipamentos urbanos se tornam novos lugares de consumo. Nesse sentido, destacamos dois aspectos que, ao nosso entender, favoreceram a dinâmica de expansão dos novos equipamentos comerciais. O primeiro deles diz respeito ao contexto histórico: os centros comerciais surgem em Portugal na década de 1970, mas é somente uma década depois, diante da inserção do país na Comunidade Europeia e, portanto, da abertura de mercado aos capitais internacionais aos grandes grupos de empreendedores que vemos a expansão desse sector. “Segundo os dados apurados, o aparecimento dos primeiros centros comerciais, em Portugal, data dos anos setenta. No entanto, foi a partir de meados da década de oitenta que se assistiu a um verdadeiro «boom» de empreendimentos deste gênero”³²⁶. O segundo aspecto que destacamos, como propulsor da expansão dos equipamentos urbanos supra citados, diz respeito às mentalidades e as mudanças de comportamento dos portugueses. O ato de consumo aliado ao prazer, ao conforto e a praticidade, foram variáveis consideradas pelo mercado. Nesse contexto os centros comerciais passaram a ser definidos como “uma cidade no coração da cidade”³²⁷, que estimula as compras.

Convém lembrar que, no momento atual de efervescência do

325 - Termo utilizado pelo Observatório do Comércio no estudo *Observatório do Comércio vai ao shopping* ver <http://www.dgae.min-economia.pt> Acedido em 29 de Janeiro de 2011.

326 - Op cit, p.1

327 - Idem p. 1

capitalismo comercial, a sociedade de consumo, seja ela europeia ou não, muitas vezes, no ato de fazer as compras, parece adquirir a própria ideia de felicidade³²⁸. Como se o consumo, além de estar aliado ao signo do “conforto”, também mensurasse a felicidade daqueles que consomem e no local que o fazem:

(...) a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo. Mas, que felicidade é essa que assedia com tanta força a ideologia da civilização moderna? Isso advém do fato de que, sócio historicamente, o mito da felicidade é aquele que encarna o mito da igualdade. Toda a virulência política e sociológica, com que este mito se encontra lastrado, desde a Revolução Industrial e as Revoluções do século XIX, foi transferida para a felicidade. Que felicidade ostenta, à primeira vista, semelhante significado e função, induzindo a consequências importantes quanto ao respectivo conteúdo. Para ser veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja mensurável, por objectos e sinais de conforto³²⁹.

E em que medida a globalização colabora com esse sentimento dos consumidores? Inicialmente lembramos que a abertura de mercado se fez presente não só nos grupos de empreendedores que instalam os centros comerciais em Portugal, e suas lojas, mas também nas origens das mercadorias das mais diversas nacionalidades. Os consumidores

328 - Para uma análise do conceito de “felicidade” relacionado com a possibilidade de poder de compra, ver Baudrillard, J. (2007), *A sociedade de consumo*, Edições 70. Lisboa, p. 20

329 - *Ibidem* p. 36. Na obra *A sociedade de consumo* Baudrillard faz referência a concepção atual de consumo exercida pela sociedade, fazendo referência também a alguns elementos que colaboram para “alimentar” esse consumo desmedido contemporâneo. Elementos como publicidade ou propaganda, e a própria concepção arquitetónica dos lugares, a exemplo dos *shopping centers* com características peculiares estimulam ao consumo. Destaca as estratégias de *marketing* que favorecem ao se sentimento de estar bem nos lugares acarretando o consumo imediato. Traz portanto, interpretações sobre a concepção dos lugares relacionando-as ao estímulo pela aquisição de bens. (a compra). Nesse sentido os *shopping* para o autor proporcionam: Lazer, diversidade de mercadorias, e na construção do interior do equipamento, elementos do tipo: decoração, cor, luminosidade, reflexos diante dos espelhos, os assentos. Trás para análise o maior centro comercial da Europa o B.H.V, relacionado sempre o seu dinamismo comercial e o sentido da estética.

têm acesso à cultura de consumo e muitas vezes se sentem parte integrante daquela cultura que acabaram de consumir³³⁰,

Pela sua natureza (pós-) modernista e a qualidade dos espaços criados, estes centros tendem de forma natural a afirmarem-se como autênticas ilhas da globalização, através das quais as grandes cadeias internacionais difundem por todo o mundo as suas mercadorias, e porque estas não são despidas de significado, as ideias que vão afeiçoando a estética da cultura do consumo³³¹.

A globalização também se faz presente na demonstração desses novos lugares de consumo, com formatos uniformizados, “padronizados” que atendem a um mercado externo, relacionando-o com o interno, garantindo a proliferação do capital financeiro,

Daí por que as forças dos grandes grupos empresariais, apoiados por ações do Estado, inauguraram um novo cenário mundial, caracterizado por um sistema de

330 - Nos referimos aos objetos adquiridos pelos consumidores que na sua origem são pertencentes a outras culturas diferentes de quem está a consumir. Por exemplo o fato de portugueses, brasileiros, ou espanhóis adquirirem roupas indianas, calçados alemães, ou italianos, se alimentarem de uma culinária japonesa, ou mesmo assistirem a um filme norte-americano e se transportarem mentalmente para o local de gravação como se fossem efetivamente americanos. Esses são alguns exemplos que trouxemos para ilustrar a sociedade de consumo influenciada por uma “realidade urbana” que muitas vezes é estimulada pela ambiência dos lugares – nesse estudo, os centros comerciais e *shopping center*- que constroem um cenário diferente do real e as pessoas por estarem consumindo aquilo que supostamente acreditam ser a realidade, se tornam felizes. E é bom que pontuemos que muitas vezes esses cenários da “realidade” acabam por obscurecer as diferenças sociais. Diante da ideologia que todos podem consumir. Fato que tem gerado crescentes índices de endividamento. Sobre a maneira como o consumo invade as vidas dos sujeitos na pós-modernidade ver Baudrillard, J. (1973). O festival do poder de compra. A Publicidade. Em: *O sistema dos objectos*. Editora Perspectiva. São Paulo, p.181 e ainda, sobre os *shopping centers* como lugares de uma manutenção de uma identidade colectiva marcada pelos signos inequívocos do individualismo ver Albuquerque, S. P. da *M A decadência do Espaço Público na metrópole Contemporânea: a urbanização desurbanizada*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Coordenação dos Programas de Pós - Graduação do IPPUR /UFRJ, Agosto /1996, p. 195.

331 - Cachinho, H. (coord. do Projecto). *Centros Comercias em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução*. Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa, Março de 2000, p. 50.

espaços da globalização da produção e comercialização, espaços internacionalizados e sem fronteiras. Impulsionado pela busca desenfreada do lucro, os novos agentes hegemônicos – as grandes empresas globais – ampliam-se e investem na modernização tecnológica, aplicando o conhecimento científico no processo produtivo em prol do mercado, passando a conquistar cada vez mais espaços para reproduzir-se e garantir a acumulação necessária à consolidação do capitalismo³³². Os lugares se mundializam. Os vetores da modernização contemporânea, através da expansão das redes supracitadas, difundem-se larga, rápida e desigualmente nos diferentes lugares do mundo³³³.

Acreditamos, portanto, que a proliferação dos centros comerciais no território luso não só ocorreu pela ideologia do sentimento de satisfação e felicidade do consumir, resultante de mudanças de comportamento no consumo desenfreado, tendo as mercadorias das mais diversas origens ao seu alcance, mas pela abertura de mercado às empresas globais sem territórios definidos, tendo o Estado neoliberal como modelo aglutinador desses novos formatos de comércio.

Esses lugares de consumo, centros comerciais e *shopping centers* em Portugal, concorrem com o movimento das feiras e de estabelecimentos de menor porte. As tabelas seguintes evidenciam essa concorrência. A primeira delas traz as opções de lugares de compras no ano de 1999, para mercadorias alimentares e não alimentares, e a segunda o volume de negócios dos estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, nos anos 2004-2007.

332 - Diniz, L. da e Castilho, C. J. M (2009, mai/ago). Faces actuais do Espaço Comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “Nova” dinâmica sócio-espacial. Em: *Revista de Geografia* : UFPE – DCG/NAPA, Recife, v. 26, no 2, pp. 44-45.

333 - Santos, M. (1997). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª Ed. Hucitec. São Paulo, p. 258.

Tabela 25 – Distribuição das opções dos lugares de consumo a partir da natureza dos produtos (1999).

	1ª Opção	2ª Opção
Produtos Alimentares Frescos	Hipermercado; Supermercado; Mercado Municipal; Estabelecimentos Tradicionais	Supermercado; Hipermercado
Outros Produtos Alimentares	Hipermercado; Supermercado	Supermercado; Estabelecimentos Tradicionais; "Discount"
Artigos de Higiene e Limpeza	Hipermercado; Supermercado	"Discount"
Produtos Não Alimentares	Estabelecimentos Tradicionais	Hipermercado (Saúde e Higiene Pessoal); Grandes Superfícies Especializadas (Equipamento do Lar); Centros Comerciais (Artigos de Uso Pessoal, Desporto, Cultura e Lazer)

Fonte: Observatório do Comércio/ I.D.E. (Dezembro de 1999), "Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais – Situação Atual e Prospectiva" Comércio: hábitos de consumo e formatos comerciais. Observatório do Comércio. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.obscom.min-economia.pt>,

Tabela 26 – Volume de Negócios a partir dimensão dos lugares de consumo (2004-2007).

Escalão de área de exposição e venda	Volume de negócios (€) das unidades comerciais de dimensão relevante por Localização geográfica (Continente), Sector de actividade económica e Escalão de área de exposição e venda; Anual			
	Período de referência dos dados			
	2007	2006	2005	2004
	Localização geográfica (Continente)			
	Continente			
	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)
Total	15343890	14127613	12969224	11561196
Menos de 400 m2	1064386	954969	881949	800859
400 a 1000 m2	2965608	2874856	2595625	2225743
1000 a 1999 m2	4304828	3770915	3439444	2515014
2000 a 2500 m2	715671	645578	469395	477106
2500 a 4000 m2	1099263	1019355	1017070	1024293
4000 a 7999 m2	1677586	1349987	1174046	1288450
8000 M2 e Mais	3516549	3511955	3391694	3229731

Fonte: Em: <http://www.ine.pt>. Volume de negócios (€) das unidades comerciais de dimensão relevante por Localização geográfica (Continente), Sector de actividade económica e Escalão de área de exposição e venda; Anual - INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante. Acedido em 10 de Janeiro de 2011.

2.6 – Comércio (des) territorializado: o comércio eletrônico da net

Para além da expansão do mercado das grandes superfícies e das redes hipermercadas de comércio a retalho, a globalização também ensejou a expansão do comércio digital, propiciando o desenvolvimento do capitalismo moderno informacional.

Castells³³⁴ designa este modo de desenvolvimento informacional de “informacionalismo”, instituído pelo

334 - Termo utilizado por Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra. São Paulo

aparecimento de um novo paradigma tecnológico baseado nas tecnologias de informação, contrariamente ao modo de desenvolvimento industrial que era voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção, e atribui ao processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, a responsabilidade do aparecimento deste novo sistema econômico e tecnológico que caracterizou como “capitalismo informacional”³³⁵.

Essa forma de comércio eletrônico também se configura como outra forma de consumo, que se expande em Portugal e no Brasil, a partir da primeira década do século XXI. Destacamos brevemente os portais de consumo como outra opção de efetivação das transações comerciais contemporâneas, e que, assim como os centros comerciais, *shoppings centers*, supermercados e hipermercados, também concorrem com os movimentos das feiras, tendo em vista, sobretudo, o aspecto da comodidade que é inerente a essa prática de compra e venda. As mercadorias chegam às moradas dos consumidores, sem que para isso tenham que sair de casa.

Consome-se em todo o mundo, em qualquer lado e a qualquer momento: nos hipermercados e nos centros comerciais, (...) nos horários habituais de funcionamento, mas também, e cada vez mais, ao domingo, depois de jantar e pela noite a dentro, sendo-se servido por empregados ou servindo-se a si mesmo, utilizando máquinas automáticas ou encomendendo pela internet³³⁶.

Em que esta outra forma de consumo concorre com o comércio tradicional das feiras? Fazendo uma breve reflexão em torno da maneira como as feiras funcionam, podemos perceber que estas têm como característica levar até o consumidor as mercadorias de origens variadas

335 - Ferreira, V. L. F. (2008). *O Comércio Eletrónico em Portugal Relações Espaciais entre Comércio e Consumidores na Internet*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 43.

336 - Lipovestsky, G. (2010). Uma cultura de hiperconsumo. Em: *A Cultura-Mundo resposta a uma sociedade desorientada*. Edições Setenta, Lisboa, p. 71.

e produtos diferenciados. Isto ocorreu desde que a feira era itinerante³³⁷ e funcionava nas principais cidades da região onde os consumidores vinham se abastecer, e ainda nas feiras minhotas e nordestinas brasileiras, em que pese as primeiras funcionarem sazonalmente e as segundas diariamente. Para aqueles que ainda moram na zona rural (nas aldeias), consiste numa possibilidade concreta de terem acesso aos produtos das mais diferentes origens visitando as feiras. Entretanto, o comércio virtual tem não só possibilitado o acesso às mercadorias de origens diversas por parte dos consumidores, como também tem levado esses produtos para dentro da casa dos consumidores. Todo o processo de aquisição das mercadorias é feito virtualmente³³⁸: escolha de mercadoria, pagamento e agendamento para recebimento, garantindo maior comodidade aos clientes. “Hoje a mercadoria vai até a casa, o progresso faz com que tenhamos as feiras como festas e não mais como centro de abastecimento. Antes também era a distração [a feira], hoje tem a TV e rádio”³³⁹.

Os clientes virtuais procuram adquirir bens os mais diversos: artigos eletrônicos, vestimentas, calçados, higiene pessoal, livros, artigos dos hipermercados, a exemplo de gêneros alimentícios, etc. O fato é que alguns desses produtos também são comercializados nas feiras, alterando somente as marcas. Logo, esse tipo de comércio, assim como os novos lugares de consumo, representa uma opção

337 - Sobre as formas de distribuição de mercadorias por intermédio dos métodos de venda que sempre se fizeram presentes na História do Comércio e técnicas de venda, a saber: venda itinerante, loja tradicional, livre serviço, venda ao domicílio, venda por correspondência, venda por distribuidor automático e venda eletrônica à distância. Ver Salgueiro, B. (1996). *Do comércio à distribuição: Roteiro de uma mudança*. Tese Oeiras: Celta.

338 - Fazer compras sem sair de casa não é uma realidade apenas do século XXI, uma vez que no século XX os ambulantes já faziam o comércio domiciliar por meio da apresentação dos catálogos das fábricas; a venda pela televisão e entrega via correio também eram realizadas. Entretanto, é somente a partir da década de 1980 do século XX com a Revolução Comercial e Tecnológica (computadores, telefonia e internet) que vê-se a abertura a inicialização do comércio eletrônico (virtual) realizado pela internet.

339 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Manoel, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

que concorre com o movimento das feiras. Os dados das tabelas abaixo, demonstram que, na região norte, se concentram 34,2% dos internautas portugueses. Lá também se concentra a maior quantidade de feiras realizadas semanalmente, 23,4%, conforme a tabela seguinte. Concluímos, então, que esses internautas poderão ser também consumidores virtuais, o que compromete o movimento das feiras, uma vez que esses consumidores virtuais podem escolher as redes de lojas virtuais e deixar de abastecer-se nas feiras.

Tabela 27 – Utilização de computador e Internet, por regiões (NUTS II), 2003-2007 (%).

	Computador	Internet
Portugal	45,8	39,6
Norte	41,1	34,2
Centro	44,8	38,5
Lisboa	55,5	49,7
Alentejo	40,6	36,7
Algarve	45,4	38,6
R. A. dos Açores	37,4	30,5
R. A. da Madeira	41,7	37,1

Fonte: INE/UMIC, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2003-2007. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y,

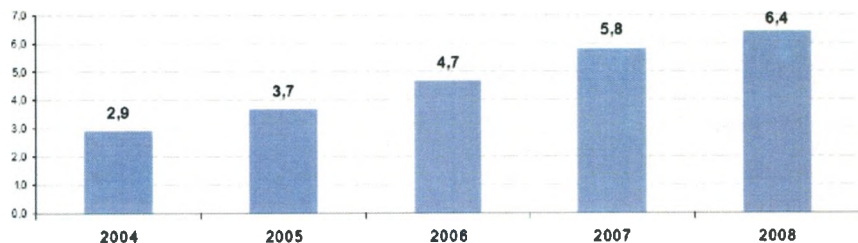
Tabela 28 – Demonstrativo das Feiras semanais por regiões.

Região	N. de Feiras	Percentual
Norte	61	23,4%
Centro	26	6,4%
Lisboa e Vale do Tejo	43	21,5%
Alentejo	6	2,8%
Algarve	5	5,3%
Total	141	100%

Fonte: Observatório do Comércio (2001) Cadastro Nacional de Feiras e Mercados. P. 278 (Adaptado).

Em Portugal, as compras de mercadorias por intermédio da internet têm sido cada vez mais procuradas. “A taxa de penetração de quem compra na internet, passou de 10%, em 2007, para 16% atualmente [2010], esse é um número mais relevante dos estudos que já realizamos”³⁴⁰. Somente entre consumidores com faixa etária entre 16 e 74 anos, os índices tiveram evolução de 2,9% em 2004, para 6,4% em 2008. A figura abaixo comprova tal índice.

Gráfico 33 – Demonstrativo dos usuários do comércio eletrônico – Indivíduos entre os 16 e os 74 anos, 2004-2008 (%).



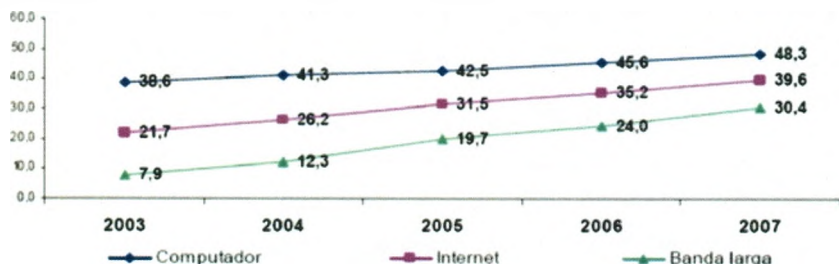
Fonte: INE/UMIC (2008). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y,

A partir da primeira década do século XXI, Portugal passou pela “Revolução Tecnológica” no que concerne aos serviços de telefonia fixa, móvel e internet banda larga, aderindo posteriormente à fibra óptica. Tais iniciativas tecnológicas favoreceram o acesso à internet e, portanto, ao consumo virtual como consequência para os aderentes. As ilustrações que se seguem, ambas representando o contexto em que Portugal encontra-se inserido na infraestrutura digital e que fortalece o comércio eletrônico. O Gráfico a seguir demonstra a evolução desde aquisição de computadores, perpassando para o acesso a internet e ao serviço banda larga, período de 2003-2007, e a tabela 28 com a

340 - Alexandre Nilo da Fonseca, Presidente da ACEPI- Associação do Comércio eletrônico e publicidade interativa. Os portugueses estão a comprar mais na internet (2010, 13 de Outubro).Jornal português Negócios. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=448089.

demonstração de Portugal localizado na 10ª posição entre os países que detêm penetração da internet no ranking mundial.

Gráfico 34 – Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos, 2003-2007 (%).



Fonte: INE/UMIC (2003-2007). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias*. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y

Tabela 29 – Ranking mundial dos 11 países com maior taxa de penetração da Internet (2008).

	Países	Taxa de Penetração (% População)	Utilizadores Internet (2008 - dados Mais recentes)	População (Estimativa 2008)
1	Holanda	90.1%	150,000,000	16,645,313
2	Noruega	87.7%	4,074,100	4,644,457
3	Antigua & Barbuda	85.9%	60,000	69,842
4	Islândia	84.8 %	258,000	304,367
5	Canadá	84.3 %	28,000,000	33,212,696
6	Nova Zelândia	80.5 %	3,360,000	4,173,460
7	Austrália	79.4 %	16,355,388	20,600,856
8	Suécia	77.4 %	7,000,000	9,045,389
9	Japão	73.8 %	94,000,000	127,288,419
10	PORTUGAL	72.9 %	7,782,760	10,676,910
11	Estados Unidos	72.3 %	220,141,969	303,824,646
	Total Utilizados - Mundo	21.9 %	1,463,632,361	6,676,120,288

Fonte: Ferreira, op cit, P, 58.

Apesar desse elevado crescimento em relação ao comércio eletrônico em Portugal, até aqui demonstrado dois fatores ainda concorrem para o “arranque” definitivo dessa prática capitalista virtual. Primeiro o fato de nem todos os portugueses terem acesso a internet, e segundo a iliteracia digital, que tem gerado o descrédito para dos consumidores³⁴¹.

Em relação ao Brasil, o quantitativo de usuários do comércio eletrônico também tem aumentado, haja vista o acesso a internet que se propagou diante do crescimento econômico verificado nos últimos anos. Os índices dispostos na tabela seguinte que classifica o Brasil na 6ª posição entre os dez países com maior número de utilizadores da net. Na sequência observemos a evolução dos índices, no gráfico sobre o acesso na net.

Tabela 30 – Ranking Mundial dos 10 países com maior número de utilizadores da Internet (2008).

	Países	Utilizadores Internet (2008-dados mais recentes)	Taxa de penetração (%População)	População (Estimativa)
1	CHINA	253,000,000	19.0 %	1,330,044,605
2	ESTADOS UNIDOS	220,141,969	72.5 %	303,824,646
3	JAPÃO	94,000,000	73.8 %	127,288,419
4	ÍNDIA	60,000,000	5.2 %	1,147,995,898
5	ALEMANHA	52,533,914	63.8 %	82,369,548
6	BRASIL	50,000,000	26.1 %	191,908,598
7	REINO UNIDO	41,817,847	68.6 %	60,943,912
8	FRANÇA	36,153,327	58.1 %	62,177,676

341 - Muitos portugueses ainda não aderiram ao consumo electrónico por receio de serem vítimas de golpistas. A esse respeito ver *One person in eight in the EU27 avoids e-shopping because of security concerns*, publicado em 18 de Fevereiro de 2008. Acedido em 01 de Fevereiro de 2011, em: http://www.e-global.es/ver_documento_detalle/2396-eurostat-2008.-one-person-in-eight-in-the-eu27-avoids-e-shopping-because-of-security-concerns.html. Ainda sobre esse tema consultar a iniciativa da Comunidade Europeia para combater a licitatoria do comércio electrónico ver Bruxelas lança consulta sobre resolução de litígios entre empresas e consumidores, 27.01.2011. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: www.comercioeletronico.pt/comissoes_hp.php?menu=1&idComissao=2.

9	COREIA DO SUL	34,820,000	70.7 %	49,232,844
10	ÍTALIA	34,708,144	59.7 %	58,145,321
	Total Utilizadores - Mundo	1,463,632,361	21.9 %	6,676,120,288

Fonte: Ferreira, op cit, p, 58.

Gráfico 35 – Evolução (%) da Taxa de Acesso a Computador com Internet.



Fonte: CPS/FGV a partir dos micros dados da PNAD/IBGE.

Essa evolução permanece em 2009, com 33% da população com acesso à internet, sendo 27% de consumidores entre os internautas.

Tabela 31 – Demonstrativo do quantitativo de pessoas com acesso a Net e usuários do mercado.

ANO	Nº de internautas	Nº de consumidores
2008	54 Milhões	12, 5 milhões
2009	63 Milhões	17 Milhões

Fonte: Pnad, Internet Retailer, Web Surveyor, Nielsen On-line, e-Marketer, Em: Palestra E-COMMERCE, proferida por Carlos Fernandes, vice-presidente Administrativo do Grupo Walmart Brasil, exibida durante a realização do Fórum de Varejo 2010 Um olhar para o futuro.

Gostaríamos de destacar ainda dois aspectos que acreditamos serem inerentes ao comércio eletrônico e que têm relação com o comércio tradicional realizado nas feiras. O primeiro deles diz respeito aos lojistas que oferecem os serviços de compras via internet e que

têm produtos semelhantes aos comercializados nas feiras, ou seja, os hipermercados e os sites de compras. No caso de Portugal, trouxemos como exemplo a Rede Modelo-Continente. Acendendo ao site loja³⁴², é possível escolher os produtos, fazendo comparações de marcas e preços, listar os escolhidos, efetivar o pagamento por intermédio de cartão multibanco (débito em conta) e receber posteriormente as compras em casa, indicando a morada no ato do cadastro de usuário. Já em relação ao Brasil, podemos usar como exemplo a Rede de supermercados Mercadorama³⁴³. Em ambos os casos é possível portanto, fazer a feira sem sair de casa.

O segundo aspecto para o qual chamamos atenção é o uso do termo feira no próprio ambiente virtual. Sites propagam a sua publicidade fazendo o uso da nomenclatura feira, denotando a variedade de suas respectivas mercadorias e preços baixos³⁴⁴.

2.7 – Representações da concorrência por feirantes e fregueses

Feita uma breve retrospectiva histórica acerca dos novos lugares de consumo que se fazem presentes em Portugal e no Brasil a partir, sobretudo, da década de 70 do século passado, é importante aqui explorar de modo mais circunstanciado a concorrência que estes representam para o comércio tradicional das feiras e mercados. Para tanto, utilizaremos principalmente os depoimentos daqueles que são os protagonistas dessa história — os feirantes e fregueses que frequentam as praças centrais do comércio tradicional das cidades

342 - Cadastro Modelo- Continente ver <https://www.continente.pt/UserRegistrationsFirstStep.aspx>, acedido em 15 de Janeiro de 2011.

343 - Pertencente ao Grupo Wal-Mart, o mesmo dos Bompreço e Hiperbompreço já mencionado anteriormente ver <http://www.mercadorama.com.br/>, acedido em 05 de Fevereiro de 2011.

344 - Nesse ambiente virtual é possível fazer anúncio de qualquer produto para compra, troca, venda. Também anuncia-se vagas de emprego por todo o país. Ver <http://www.feiradaladra.net/>, acedido em 05 de Janeiro de 2011.

nordestinas brasileiras e minhotas portuguesas³⁴⁵.

Como já foi observado, até a década de 1970, tanto em Portugal quanto no Brasil, a principal fonte de abastecimento que se tinha nas cidades era de fato o comércio tradicional das feiras e mercados. Na altura, a concessão da feira era a de “ser o espaço que servia a todo mundo”³⁴⁶, Local frequentado por todas as camadas da sociedade. Conforme relatório da Prefeitura Municipal de Salvador relativo à feira de São Joaquim, era “Lugar frequentado pela antiga classe média da cidade que, que até a década de 70, sem estar acostumada com a cultura dos supermercados, utilizava-a como ponto principal de abastecimento de suas casas”³⁴⁷. Com o desenvolvimento e modernização dos países capitalistas, observa-se a inserção de outras opções de consumo, aos quais feirantes e fregueses atribuem a diminuição do movimento das feiras. Quando indagados sobre a existência de diferenças entre as feiras de hoje — em 2007, período final da nossa coleta de depoimentos — e as feiras de vinte anos atrás, os feirantes mencionam a concorrência das novas modalidades de consumo. Conforme os gráficos seguintes, isto se verifica em relação a 92% dos entrevistados em Portugal e 83% no Brasil. Convém ressaltar que a maioria dos feirantes entrevistados (59% em Portugal e 60% no Brasil) trabalha nas feiras em Portugal há mais de vinte anos. Suas observações sobre as diferenças entre o passado e a atualidade, na maior parte dos casos, se referem ao enfraquecimento do movimento

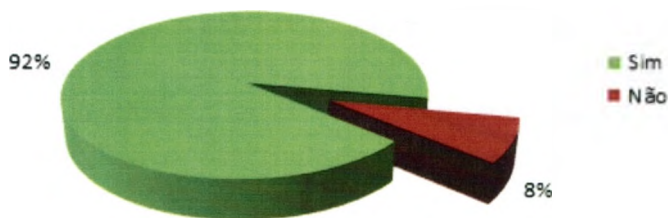
345 - Convém lembrar que esta realidade não é apenas das feiras de Campina Grande, Caruaru e Salvador, no Nordeste do Brasil, e Barcelos, Ponte de Lima e Vila do Conde, no Noroeste de Portugal, mas sim sobre as feiras no início do século XXI, tendo estas feiras como exemplos.

346 - Feira como local de abastecimento, fonte de subsistência para os moradores das cidades nordestinas. Ver Lopes, V. L. S. (2004). Meios de Vida, as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 112.

347 - Prefeitura Municipal de Salvador. (1998). Feira de São Joaquim. Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo. Salvador, p. 28.

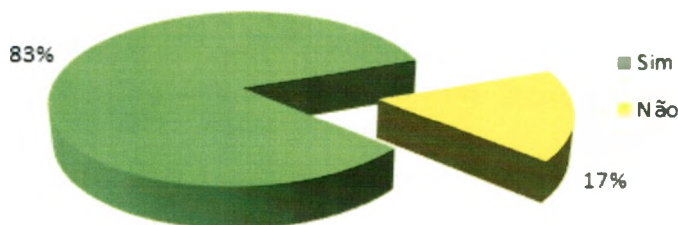
das feiras.

Gráfico 36 – Percepção da existência de diferenças entre a atualidade e o passado segundo os feirantes em Portugal.



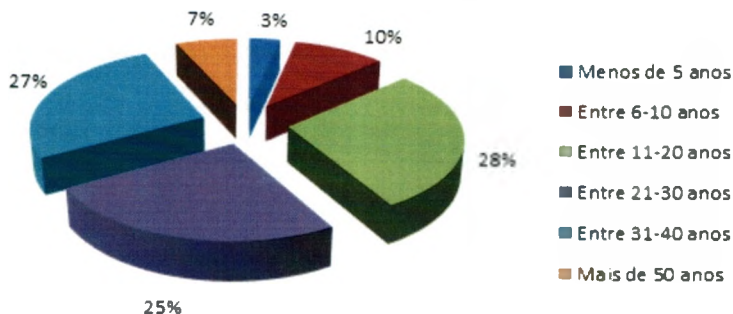
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 37 – Percepção da existência de diferenças entre a atualidade e o passado segundo os feirantes no Brasil.



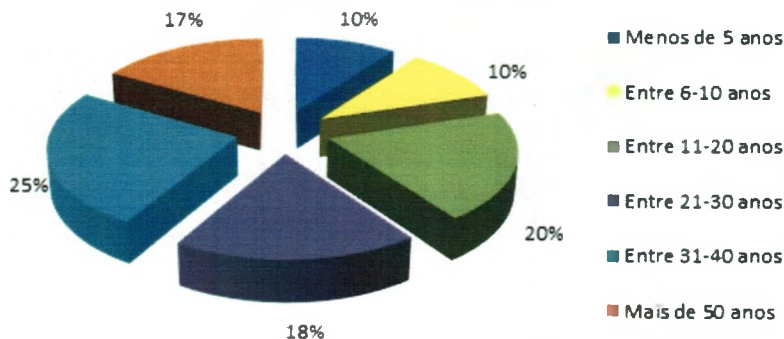
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 38 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 39 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Sobre este assunto os feirantes no Brasil discorrem:

“ (...) os supermercados, *tirou* muitos clientes da feira, por exemplo essa sexta-feira verde, quarta-feira vermelha (...)”³⁴⁸; “Os mercadinhos acabaram com a feira central”³⁴⁹; “A diferença da feira de hoje para feira de vinte anos atrás é por causa dos supermercados, antes a feira funcionava todos os dias, agora só vemos movimento a partir da quarta”³⁵⁰; (...) Está mais ameno a frequência dos clientes pelo decorrer da História, é muita concorrência. O governo criou em 1994 o plano real e a ciranda financeira da população mudou. Quem tinha dinheiro no mercado financeiro resolveu investir em comércio, e obviamente isso passou a concorrer conosco. E estamos enfrentando uma certa dificuldade. É como um pai quando tem um filho e faz um bolo, o filho come que chega até a jogar fora, mas quando esse pai tem dez, doze filhos, aquele bolo não vai dar para todos com a mesma facilidade. O estreitamento da venda vem daí, de

348 - O feirante se refere a eventos que os supermercados promovem promocionais de artigos hortifrutí e que acontecem em dias de semana. Dar o exemplo de sexta-feira verde se referindo as hortaliças e de quarta-feira vermelha a frutas avermelhadas. Entrevista concedida à autora por “Pai de Santo”, feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

349 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

350 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim Pereira, feirante em Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

partir desse bolo com os que tinham e os que chegaram também³⁵¹.

No entorno da feira de São Joaquim, em Salvador, encontramos supermercados, e hipermercados, como também centros comerciais a exemplo do Shopping Liberdade, na imagem seguinte, localizado no entorno da Feira de São Joaquim:

Figura 5 – Imagem do Shopping Liberdade, vista a partir do entorno da Feira de São Joaquim.



Foto: Fernando Medeiros. Junho/ 2009.

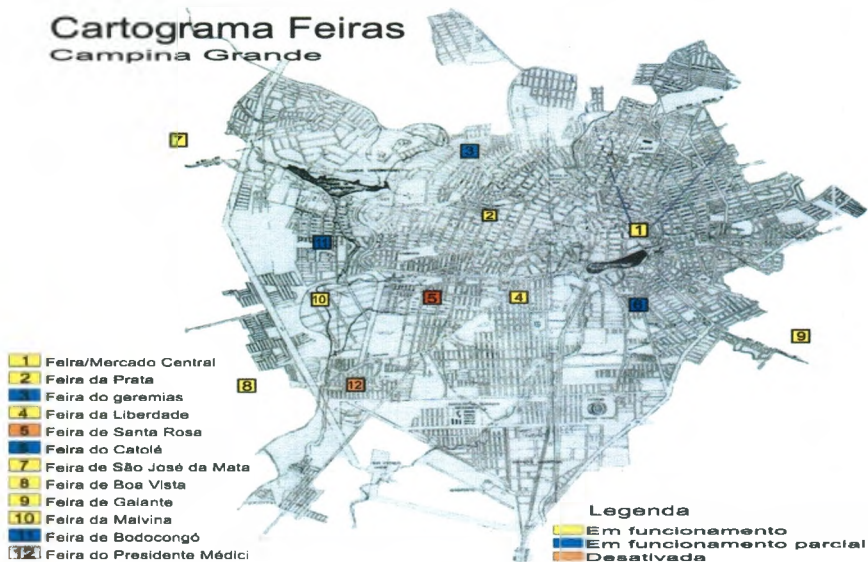
Em Campina Grande, a situação não é diferente, pois a Feira Central, para além de ter a concorrência das demais feiras distribuídas³⁵²

351 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Antônio dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador em 12 de Junho de 2009.

352 - As demais feiras centrais nordestinas analisadas neste estudo também convivem com a concorrência de outras feiras distribuídas nos bairros. No caso das feiras de Caruaru, Para além da central, são oito as distribuídas pelos bairros, são elas: na sexta- Bairro do São Francisco, no domingo- Bairros São João da Escócia, Coabi III (feira das rendeiras), Boa Vista I e II (feira do Salgado), Rosanópolis, Agamenon, Coabi I e II. Já em Salvador, para além da Feira de São Joaquim, outras feiras acontecem nos bairros diariamente: Liberdade (feira do apão), Itapuã, Sete Portas, Cosme Farias, Castelo Branco, Mussurunga e Piripiri e em dias específicos, também chamadas de feiras volantes, a saber:Boa Viagem (sextas), Bonfim (Sábado) e aos finais de semana, as feiras Boca do Rio (em Amarilina) e Cajazeiras. [22:49:09] giovannaquino: Dentre outras. Sobre as feiras volantes realizadas em salvador, ver levantamento de campo realizado pela FUNTRAB- Fundação Baiana para o trabalho, divulgado em Bahia, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (1981).

nos bairros da cidades, também convive com a concorrência dos supermercados instalados não só nos bairros³⁵³, mas também em seu entorno. Na sequência vejamos o mapa das doze feiras existentes na cidade e a localização da feira no centro da cidade, com os outros sete lugares de consumo em sua volta.

Figura 6 – Cartografia das Feiras de Campina Grande-PB (2004).

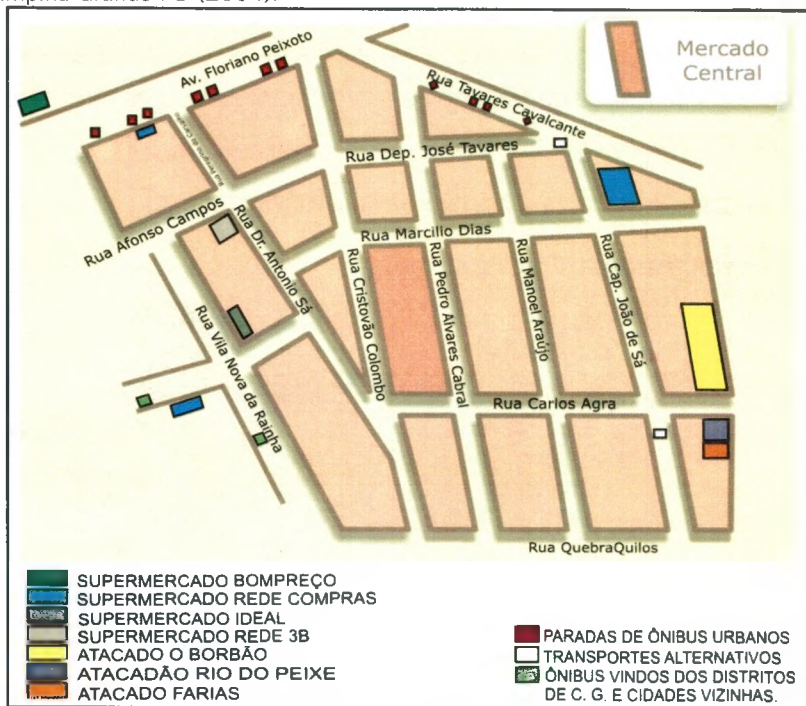


Fonte: Seplan/ reconstruído pelo autor. Em: Diniz, L. da S (2004). *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 76.

Superintendência baiana para o trabalho. Caracterização dos feirantes das feiras-livres volantes de Salvador. Tab. Graf, Salvador, 74p.

353 - Sobre o comércio alimentar varejista nos bairros ver: Diniz, L. da S. (2009). *Permanências e Transformações do Pequeno Comércio na Cidade: As bodegas e a sua dinâmica sócio- espacial em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFPG, e Diniz, L. da S, (2007, jul/dez). *Pequeno comércio e crescimento urbano: as bodegas e a formação dos bairros populares Campinenses*” Em: *Ariús*, Campina Grande, v. 13, n. 2, pp. 218 – 223, Acedido em 20 de Maio de 2011, em: http://www.ch.ufcg.edu.br/ariús/01_revistas/v13n2/13_ariús_13_2_pequeno_comercio_e_crescimento_urbano.pdf.

Figura 7 – Supermercados localizados no entorno do Mercado e da Feira Central de Campina Grande-PB (2004).



Fonte: Principais supermercados, paradas de transportes alternativos e coletivos urbanos e armazéns atacadistas de estivas, Em: Diniz, L. da S.. (2004). *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 80.

As tabelas seguintes expressam a evolução dos equipamentos comerciais que concorrem direta ou indiretamente com o movimento das feiras nordestinas brasileiras, conforme falas dos depoentes. Destacamos sobretudo, a primeira e última colunas de cada cidade, referentes respectivamente aos períodos de 1978-1987 e de 1998-2007. Observa-se que houve acréscimos significativos no número de empresas constituídas em todos os itens dos equipamentos urbanos. Em Caruaru, de 42 o número passou para 543: em Campina Grande de 67 passou para 494; e, em Salvador, de 100 para 458.

Tabela 32 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Caruaru (1978-2007).

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	5	8	22	18	46	10
HIPERMERCADOS 4711-3/01	3	7	17	18	18	5
MINI-MERCADOS 4712-1/00	23	19	49	21	265	50
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	4	4	4	4	120	18
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	7	2	19	8	94	15
TOTAIS	42	40	111	69	543	98

Fonte: JUCEP- Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Dados solicitados ao Órgão para este Estudo.

Tabela 33 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Campina Grande (1978-2007).

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	7	7	10	18	17	7
HIPERMERCADOS 4711-3/01	5	7	7	17	9	2
MINI-MERCADOS 4712-1/00	18	16	47	12	272	30
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	6	2	24	2	98	13
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	31	2	42	8	98	3
TOTAIS	67	34	130	57	494	55

Fonte: JUCEP- Junta Comercial do Estado da Paraíba. Dados solicitados ao Órgão esse estudo.

Tabela 34 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Salvador (1978-2007).

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	17	3	12	15	19	5
HIPERMERCADOS 4711-3/01	15	2	9	14	8	3
MINI-MERCADOS 4712-1/00	25	5	50	10	250	45
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	8	1	27	5	80	10
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	35	2	43	9	101	2
TOTAIS	100	13	141	53	458	65

Fonte: JUCEB- Junta Comercial do Estado da Bahia. Dados solicitados ao Órgão desse estudo.

Em Portugal, os depoimentos dos feirantes vão na mesma direção. Há aqueles que, além de atribuírem o esvaziamento das feiras à concorrência das grandes superfícies, também o atribuem aos horários mais flexíveis, uma vez que as grandes superfícies abrem todos os dias da semana e nos finais de semana, e as feiras portuguesas são itinerantes e funcionam em um dia específico a cada dia da semana³⁵⁴; Também referem-se à carência de infraestrutura das feiras, se comparado a esses outros lugares de compras. É o que dizem a respeito: “Antes não havia tantas lojas, centros comerciais, grandes superfícies”³⁵⁵; “As feiras vivem em crise. Os meios grandes

354 - No caso das feiras minhotas apresentadas nesse estudo o funcionamento se dá uma vez por semana para a feira de Barcelos, nas quintas-feiras e Vila do Conde, nas quartas-feiras. Enquanto a feira de Ponte de Lima acontece de quinze em quinze dias, nas segundas-feiras.

355 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria de Fátima, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de /2007.

que abriram, os *shoppings* são o futuro, e as feiras estão a acabar. Antes não havia casas abertas aos domingos, os *shoppings*. E assim as feiras vão abaixo”³⁵⁶; “Hoje os tempos são outros. A transformação. Abriram os grandes centros, fim-de-semanas pegam o carrinho e vão até lá”³⁵⁷; “O comércio dos hipermercados está aberto de domingo a domingo até as vinte e três horas da noite”³⁵⁸.

Os feirantes também percebem essa diferença entre as feiras e os supermercados, no que concerne à carência de infraestrutura nas feiras:

Hoje, pela falta de infraestrutura, de comércio, de um tratamento melhor da sociedade e dos poderes públicos, a feira está *fracando*. Os mercados têm evoluído bastante, têm investido, e nós sozinhos não podemos fazer nosso investimento numa feira com mais de 34 mil m², e mais de 7 mil feirantes. Eu cuido da minha área, mas nem todos vão ter o mesmo tratamento (...). Os mercados têm evoluído com os investimentos que fazem, enquanto nossa feira também podia evoluir. O potencial de São Joaquim não tira [se refere aos supermercados]. Temos tudo para atrair nosso cliente, o nosso cliente gosta de São Joaquim³⁵⁹. Antigamente vendia-se muito e agora a feira está muito fraquinha. As pessoas não têm poder de compra e também compram nas grandes superfícies. Está um dia mau, as pessoas metem-se lá, andam lá quentinhas e fazem as compras, enquanto aqui se está um dia de chuva molham-se. Eu acho assim.³⁶⁰; O negócio foi muito abaixo. Muito hipermercado e baixou o negócio da gente. (...) *Me* recordo de um temporal que vivemos aqui na feira, e tive muito medo de morrer longe

356 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria Madalena, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

357 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante em Vila do Conde, em 14 de Novembro de 2007.

358 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Pinto, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

359 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (vulgo Babau), feirante, em São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

360 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Jorge Correia, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

da minha família³⁶¹; Quando vem chuva e vento é muito chato para nós. No verão é muito calor também. Lembro que um dia teve um ciclone, foi um horror³⁶².

Os registos de novos equipamentos urbanos nos concelhos das feiras investigadas em Portugal, durante o ano de 2002, apresentam demonstrativos da presença desses novos lugares de consumo que, segundo os depoentes, concorrem com o movimento das respectivas feiras. Os quantitativos demonstrados na tabela abaixo indica o número de supermercados, hipermercados, centros comerciais, lojas de calçado e vestuário, independentemente das que estão instaladas nos centros comerciais, bem como as lojas que comercializam artigos de desporto:

Tabela 35 – Demonstrativo do quantitativo de Equipamentos Comerciais nos Concelhos em Portugal (2002).

Concelho	N. Freguesias	Hipermercado	Supermercado	Minimercado, mercearia	Centro Comercial	Loja de vestuário	Loja de calçado	Lojas de artigo de desporto
Barcelos	91	1	2	88	2	63	54	5
Ponte de Lima	53	1	4	32	1	16	18	3
Vila do Conde	33	1	7	33	3	28	21	3

Fonte: INE CD Números por municípios 2002.

No Concelho de Vila do Conde, por exemplo, percebemos que,

Entre 1985 a 2010 foram licenciados dois centros comerciais no Concelho de Vila do Conde: O Centro Comercial Alameda, que se situa no centro da cidade (Freguesia de Vila do Conde), possui cerca de 37 estabelecimentos comerciais e o Centro Comercial The Style Outlet, que se localiza na Freguesia de Modivas, e inaugurado em 2004. Foi ampliado mais tarde, em 2009, altura em que os espaços comerciais passaram de 72 para 154 e a praça alimentar passou a ter 24

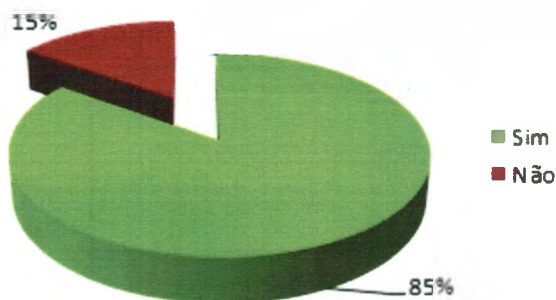
361 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Américo, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

362 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição Cruz, feirante em Ponte de Lima, em em 10 de Dezembro de 2007.

áreas de restauração. Na cidade de Vila do Conde. Foram concedidas 24 licenças para funcionamento de mercadorias, minimercados e supermercados.³⁶³

Tivemos a preocupação de ouvir também os fregueses sobre as diferenças entre as feiras de hoje e as feiras de duas décadas atrás. Assim como os feirantes, os fregueses ouvidos declararam, em sua maioria (85% em Portugal e 80% no Brasil), conforme os gráficos seguintes, que percebem existirem diferenças entre as feiras de ontem e de hoje. Ressaltamos também que os entrevistados são frequentadores das feiras há mais de 20 anos (65% em Portugal e 60% no Brasil), o que legitima também a comparação que fazem entre as feiras de ontem e de hoje.

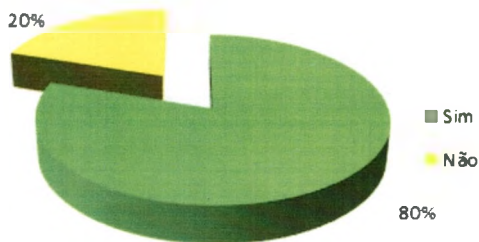
Gráfico 40 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

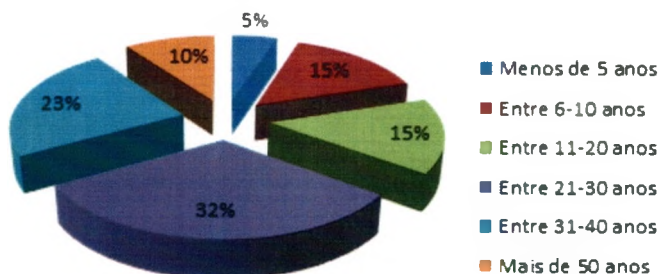
³⁶³ Informação concedida por meio do ofício n. 106/11, de 05/01/2011 da Directoria do Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Gráfico 41 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses no Brasil.



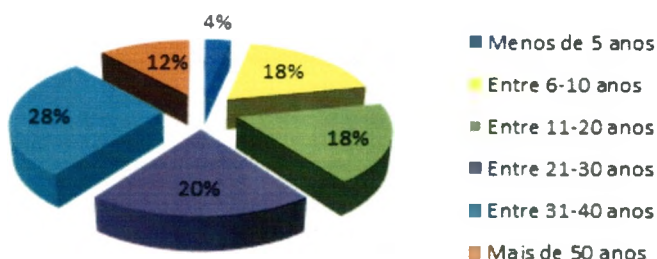
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 42 – Tempo que frequenta as feiras em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 43 – Tempo que frequenta as feiras no Brasil.

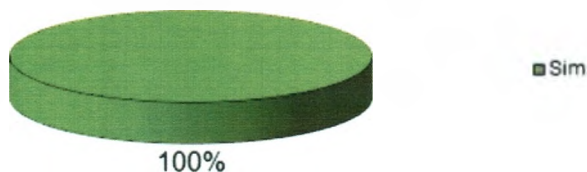


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Os fregueses, assim como os feirantes já citados, também observaram que o movimento das feiras tem diminuído nos últimos anos, não só em função da presença de outros lugares de consumo, mas também da precária organização que o comércio tradicional das feiras

apresenta. Observemos o que os fregueses dizem a respeito, uma vez que 100% dos entrevistados em Portugal se declaram como também frequentadores das grandes superfícies e 97% no Brasil dizem o mesmo, conforme os gráficos seguintes: “A feira não morreu, continua firme e forte, mas a abertura de supermercados e atacadão *comprometeu* muito o movimento da feira”³⁶⁴; “Diferenças há sempre. Porque agora também há mais hipermercados, o Intermarché, o Continente (...) As pessoas também vêm a feira, mas os supermercados tiraram muito a preferência das pessoas virem as feiras, porque acho que antigamente vinham mais, frequentava-se mais, agora nem por isso”³⁶⁵. Sobre a conveniência dos centros comerciais terem disponibilidade de horários, enquanto as feiras minhotas só acontecerem em dias específicos, declaram: “Os horários dos *shoppings* e dos supermercados é mais alargado. As mulheres antes eram domésticas e tinham mais tempo e hoje muitas trabalham fora”³⁶⁶; “ (...) Os supermercados estão abertos nos finais de semana”³⁶⁷.

Gráfico 44 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

364 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Aguiar, freguês, em São Joaquim, Salvador, em 13 de Junho de 2009.

365 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida Barbosa, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

366 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Alice, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

367 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Goretti, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

Gráfico 45 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Sobre a precariedade de infraestrutura nas feiras, se comparada à dos supermercados, os fregueses observam: “Precisava de mais espaço, mais organização”³⁶⁸; “Problemas de comodidade, organização, estacionamento”³⁶⁹; “Falta infraestrutura”³⁷⁰; “Aqui falta uma cobertura, quando vem os ciclones eles [se refere apontando aos feirantes] sofrem muito”³⁷¹; “A violência na feira é um problema, nos supermercados nos sentimos mais seguros (...) Lembro de uma cena em que um rapaz roubou uma senhora (...)”³⁷²; “Não há muita organização, essa é a principal diferença para as grandes superfícies”³⁷³. “Nas feiras não tem onde estacionar, isso é um problema”³⁷⁴.

Ainda sobre a concorrência com as feiras do Noroeste de Portugal, a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, queremos destacar, nos depoimentos dos feirantes e fregueses, a presença dos chineses e seus produtos, e dos ciganos com os produtos importados.

368 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Flávio, freguês, na feira de Caruaru, em 15 de Dezembro de 2009.

369 - Entrevista concedida à autora pela Sr. Joaquim, freguês, na feira de Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

370 - Entrevista concedida à autora pela Sr. Bernardo, freguês, na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

371 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Conceição, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

372 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

373 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Rafaela, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

374 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Goretti, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

2.8 – Ainda sobre a concorrência em Portugal: chineses e ciganos³⁷⁵

A China, inúmeras vezes mencionada nos depoimentos de feirantes e fregueses acerca das feiras do Noroeste português, constitui caso exemplar de expansão dos interesses do mercado capitalista global³⁷⁶, país que “será a maior superpotência econômica mundial em 2040, ultrapassando os Estados Unidos.”³⁷⁷.

O comércio chinês ganhou uma dimensão maior com o ingresso da República Popular da China na OMC-Organização Mundial do Comércio, no “apagar das luzes” do ano de 2001, em 21 de Dezembro. Com a entrada na Organização, a China passou a ter algumas vantagens no mercado mundial, sobretudo em relação à redução de quotas para a exportação, além também de estar apta para participar, enquanto membro integrante da comissão, de decisões econômicas mundiais. Isto, a princípio, não representaria favoritismo comercial para os chineses, uma vez que a União Europeia está acobertada, pela OMC, com medidas protecionistas quanto a limites estabelecidos para as importações, como o “Acordo de Xangai, em Junho de 2005, que cobre 10 das 35 categorias de têxteis e prevê a limitação do

375 - Os ciganos comercializando além dos artigos nacionais, roupas de marcas por exemplo confeccionadas em fábricas portuguesas que se encontram fora de estação, ou mesmo que apresentam algum tipo de defeito na fabricação. Também comercializam na atualidade produtos importados oriundos da China.

376 - Não temos o objetivo com esse trabalho de “tomar partido” de Portugal ou do Brasil, acerca da economia capitalista global e sua política expansionista no sentido de discutir aspectos positivos e negativos acerca dessa política. Contudo, trouxemos para análise histórica no presente texto os elementos que foram identificados pelos depoentes que segundo eles, concorrem diretamente com o movimento das feiras nos Países investigados. Nesse sentido faremos uma breve análise dessa relação entre o comércio luso-asiático na tentativa de percepção acerca dos impactos verificados nas feiras.

377 - “Trata-se uma conclusão da casa de investimento norte-americana Goldman Sachs e mostra bem o ritmo de crescimento do Império do Meio” Ver em: Portal do Governo. (2007, 28 de Janeiro). Missão China 2007. A MAIOR ECONOMIA DO MUNDO. Acedido em 08 de Fevereiro de 2010. Em, http://www.missaochina.gov.pt/noticias_noticia_21.asp, Apud, Monteiro, Ayala e Rui Boavida. (2007, 28 de Janeiro). A maior Economia do Mundo. Correio da Manhã. Lisboa.

crescimento das exportações chinesas a valores entre 8% e 12,5%/ano, de 2005 a 2007, prevendo que durante o ano de 2008 a União poderá restringir estas exportações”³⁷⁸. O fato é que, apesar desse acordo, o que percebe-se na atualidade é que os produtos chineses estão invadindo Portugal e, se por um lado essa expansão é importante para o desenvolvimento econômico dos lugares, por outro lado isto tem se refletido de maneira impactante no comércio local. De acordo com matéria no jornal *Correio da Manhã*, de 09 de Abril de 2005,

A liberalização do sector têxtil além de estar a ter um impacto negativo no sector em Portugal fez, nos primeiros dois meses deste ano, agravar o défice da balança comercial portuguesa com os países fora da União Europeia. De acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), as importações da China cresceram 25,4 por cento, fixando-se nos 76,1 milhões de euros. Este crescimento foi impulsionado pela forte presença das lojas chinesas no nosso País, que facilitaram a invasão de produtos de origem asiática a baixo preço. “Sentimos que há um impacto muito negativo desta liberalização do sector têxtil, principalmente no que respeita às importações da China, mas ainda não temos indicadores que permitam quantificar isto”, declarou ao CM Francisco Negrão, secretário-geral do Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxteis e Industrias Diversas (SINDEQ)³⁷⁹.

Esse impacto é decorrente do elevado índice de importação dos produtos chineses por parte de Portugal, enquanto as exportações de produtos portugueses para a China não acompanham os mesmos números, gerando um descontrole na balança comercial bilateral: “verifica-se que entre 2001 e 2007, as exportações portuguesas para

378 - ICEP, CHINA DOSSIER DE MERCADO (2006, agosto). Unidade Conhecimento de Mercado / Delegação em Xangai Lisboa. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.missaochina.gov.pt/ResourcesUser/ACHinaMais/Dossier%20China%20Institucional%20Agosto2006.pdf>. , pp. 25-45

379 - Produtos chineses invadem Portugal. (2005, 09 de Abril). *Correio da Manhã*. Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/economia/produtos-chineses-invadem-portugal>

a China triplicaram, de 60126 para 181136 milhões de euros, tal como quase sucedeu nas importações, que passaram de 350959 para 1063431 milhões de euros.”³⁸⁰.

O comércio fixo dos artigos chineses em Portugal está espalhado em todas as regiões. Entretanto, é justamente na mesma região das feiras que estamos investigando nesse estudo — o Noroeste — que se vê o maior polo comercial chinês instalado, com 75ha, 300 unidades de comércio grossista e varejista. Nos referimos à Zona Industrial da Varziela, Concelho de Vila do Conde³⁸¹, com armazéns de revenda que contam com os clientes, sobretudo comerciantes de etnia cigana e indiana, além de comerciantes de pequeno porte. Sobre a relação estabelecida entre os artigos chineses e as grandes superfícies, o feirante luso desabafa:

A maior dificuldade é que a feira tradicional vai acabar, daqui a dois, três anos. Não tem hipótese, isso vai acabar. As grandes superfícies são empresas grandes e compram material da China com marca deles. Trazem para as lojas deles e em vez de vender a 15 euros como nós vendemos, vendem a 14,40. Quanto mais compram mais barato fica. Há quinze anos que isto está assim³⁸².

No caso dos feirantes de etnia cigana, estes sempre estiveram presentes nas feiras, tendo em vista que a prática do nomadismo e

380 - Guimarães, S. R.l e Fernandes, J. R.. (2009). *O comércio de origem chinesa e o espaço comercial da Varziela (Vila do Conde)*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia, FLUP 1, p.193.

381 - Local escolhido pelos chineses para pela proximidade com o Porto de Leixões, “local de recepção de mercadorias vindas de barco quer dos portos da China quer de portos marítimos de Espanha, Itália e França; a curta distância ao norte de Espanha (onde se encontram armazéns de revenda de origem chinesa), a proximidade à cidade do Porto e a Guimarães, Braga e Viana do Castelo (territórios de grande densidade populacional e elevado potencial de consumo e à presença de vias de comunicação rápida e fácil (EN13, IC1 e A 28) ” Em: Guimarães, cit..., p.200.

382 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Albano, português, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

do comércio ambulante, sempre³⁸³ foram suas atividades principais. Com a crescente disponibilidade de produtos chineses, os ciganos passaram a adquirir esses produtos importados para comercializar nas feiras. Logo, segundo os entrevistados nas feiras em Portugal, além das grandes superfícies, também concorrem com as feiras os chineses, com seus comércios fixos de pequeno e de grande porte, e os ciganos, que também vendem as mercadorias importadas dos chineses. Mercadorias essas que muitas vezes são identificadas como contrafação e em alguns casos são apreendidas³⁸⁴. Sobre os ciganos, os fregueses dizem: “Compro a roupa dos ciganos [pois] são mais baratas e também é de marca”³⁸⁵; “Os produtos asiáticos não são portugueses. Os portugueses são de maior qualidade. (...) Compro nas feiras produtos importados aos ciganos, como perfumes, óculos, roupas, CD’s, DVD’s, relógios, maquiagens...”³⁸⁶; “O que vejo de diferente é a presença dos ciganos nas feiras, que antes era menos”³⁸⁷; “Tínhamos antes mais produtos nacionais nas feiras, há vinte anos atrás. A transformação do país, das cidades (...) hoje vê-se os chineses.

383 - Estudo afirma essa concepção, “Analisando globalmente as respostas à questão da ocupação profissional, verificamos que a maior parte dos sujeitos da amostra dedicam-se a venda ambulante.” Ver: Costa, M. A. A. (2006). *Ciganos histórias de vida*. Edições Minerva. Coimbra, pp. 248-249.

384 - Contrafação Vila do Conde: GNR apreende mercadoria avaliada em 160 mil euros em armazém chinês. (2009, 17 de Outubro). *Portal Informação*. Acedido em 07 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.ionline.pt/conteudo/28379-vila-do-conde-gnr-apreende-mercadoria-avaliada-em-160-mil-euros-em-armazem-chines->, E também nota informativa Apreensões de mercadoria em contrafação do Ministério das Finanças e da Administração Pública Direção-GERAL DAS ALFÂNDEGAS E DOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em:<http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/D1578EFB-2561-47EF-B3DE-92BAF492C40A/0/ApreensoesLeixoes.pdf>,

385 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

386 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Lemos, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de /2007.

387 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Helena, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

O tipo de vida hoje é diferente. Não podemos querer que seja igual”³⁸⁸; “Arranjam-se produtos de marca, mais barato (...), o povo de Portugal é muito consumista e ligam muito a imagem”³⁸⁹. Numa sociedade capitalista que relaciona a ‘felicidade’ ao ato de consumo, “a maioria atual foi educada num universo de bem-estar e todos aspiram a fruir o consumo, os lazeres e as marcas”³⁹⁰.

Os feirantes se queixam da concorrência dos chineses e dos ciganos: “A China começou a transportar para cá. Desde então não vendemos muito [afirmação feita duas vezes, no mesmo depoimento]”³⁹¹; “Há muitos comerciantes, os chineses (...) (...) Esses chineses estragam muito a feira (...)”³⁹²; “Os ciganos vendem tudo a um euro, dois euros, e nós não vendemos nada. Meu produto é nacional, o deles não sei não. Não vou lá ver, mas o que sei é que por esse preço não pode ser nacional”³⁹³; “A feira é o ganha-pão para os ciganos”³⁹⁴. O também feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes do Distrito do Porto diz

O novo mercado chinês, a política global, o mercado global de Portugal e as feiras não são exceção disso, no fundo são concorrentes. Tiveram a necessidade de se alargar pelo mundo [sobre os produtos chineses] (...) [e sobre os ciganos diz] A forma de estar da etnia cigana no fundo sempre foram comerciantes e concorrentes (...)

388 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

389 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Daniela, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

390 - Ver Lipoveisky, G. Cit..., p. 75. E sobre a sociedade de consumo e o conceito de “felicidade” ver também Baudrillard, Jean cit..., p. 20.

391 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

392 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Amélia, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

393 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Fernandes, feirante em Ponte de Lima, 12 de Novembro de 2007.

394 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Fausta, feirante, em Ponte de Lima, 28 de Novembro de 2007.

Também sobre a concorrência com as feiras do Nordeste do Brasil, a partir da década de 80 do século XX, destacaremos a seguir as falas dos feirantes e fregueses quanto à presença dos produtos importados nos *shoppings* populares.

2.9 – Ainda sobre a concorrência no Brasil: os *shoppings* populares³⁹⁶

De acordo com as fases do desenvolvimento capitalista nas cidades, observa-se quatro tipos de centros comerciais³⁹⁷: o centro comercial tradicional; subcentros comerciais tradicionais; centros comerciais populares de bairros; e novos centros comerciais, representados pelos supermercados, hipermercados, galerias comerciais e os sofisticados *shopping centers*. Todos eles coexistem, formando na atualidade a totalidade do espaço comercial citadino.

O moderno comércio varejista (grandes superfícies) muitas vezes atende a um mercado procurado preferencialmente por pessoas de maior poder aquisitivo, cabendo aos espaços de consumo populares frequentadores de menor poder aquisitivo³⁹⁸. Essas pessoas são muitas

395 - Entrevista concedida à autora pelo Pres. Sind. do Porto, Sr. Joaquim Santos, feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

396 - Também conhecido como Camelódromo, ou shopping dos camelos, dos vendedores antes ambulantes e agora sedentários, comercializando prioritariamente artigos importados oriundos da China e do Paraguai.

397 - Castilho, C.J.M. de (2001). *O comércio e o turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife*. Revista de Geografia, v.17, nº 2. Recife: UFPE – DCG / NAPA, jul. /dez, pp. 5-25.

398 - O que não quer dizer necessariamente que exista uma dualidade pessoas com maior poder aquisitivo procuram os *shoppings* das grandes redes e não as feiras, ou os *shoppings* populares, prova disso é no presente estudo entrevistamos nas feiras tanto do Brasil como em Portugal 50% de pessoas que auferem rendas entre dois e quatro salários mínimos, e no Brasil 64% entre dois e cinco salários. Conforme demonstraremos no item seguinte a esse, nesse mesmo capítulo na ocasião em que discutiremos sobre as práticas identitárias e culturais verificadas nas feiras contemporâneas. Entretanto, trouxemos essa reflexão nesse momento, em função de percebermos também que nas feiras e comércios mais rústicos e tradicionais há a presença de pessoas de menor poder aquisitivo. Nesse sentido

vezes oriundas da zona rural, conforme podemos verificar na fala de um feirante: “Meus clientes vêm do sítio, o povo do sítio sempre procura a gente, e os da cidade os supermercados”³⁹⁹; e de um freguês: “Eu acho bom vir a feira, para, está andando, vendo as novidades (...) Os carros [se refere aos ônibus] lá no sítio roda sete dias da semana para cá, compramos tudo na feira”⁴⁰⁰.

Convém aqui fazer algumas considerações acerca dessas outras formas de concorrência para as feiras investigadas. Se, em Portugal a presença das lojas de artigos chineses e a venda desses produtos importados pela comunidade cigana refletem diretamente no comércio das feiras como fortes concorrentes, no caso das feiras do Nordeste brasileiro, os *shoppings* populares não se configuram em todos eles como concorrentes diretos. Isto relaciona-se ao fato de que o perfil dos produtos comercializados nessas feiras é diferente do daqueles que são comercializados nos *shoppings* populares.

Os *shoppings* populares comercializam artigos de vestuário, calçados, acessórios e sobretudo artigos importados e eletroeletrônicos. Na realidade, são aglomerados, edificados ou não, de Ex ambulantes que comercializam muitas vezes objetos de pirataria⁴⁰¹, falsificações dos produtos originais. Estes “compõem o segmento de rua que consegue maiores lucros, ligados à venda de produtos eletrônicos e de alta tecnologia, incorporando toda uma lógica e estilo”⁴⁰². Esse

abertura dos *shoppings* populares também surgem como opções de lugares de compras que concorrem com o movimento das feiras.

399 - Entrevista concedida a autora, pelo Sr. Fernando, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

400 - Entrevista concedida a autora, pelo Sr. João Paulo, freguês, em Caruaru, em 14 de Dezembro de 2009.

401 - Durães, B. J. R. (2008, outubro). Camelô de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 89, mensal, ano VIII, ISSN: 1589.6186. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89duraes.htm>,

402 - Ribeiro, G. L. (2007). El sistema mundial no-hegemônico y la globalización popular. *Série Antropologia*, DF, UNB, vol. 410, p. 7.

tipo de comércio ambulante, com produtos variados e importados, constitui o que Ribeiro denomina de “globalização popular”: “(...) mercados populares e fluxos de comércios que são compostos, em grande medida, por gente do povo e não por representantes das elites (...), em geral, suas actividades são considerados como ilegais, como ‘contrabando’⁴⁰³.”

O fato é que, nas feiras de São Joaquim e de Caruaru, esses *shoppings* populares não são concorrentes. Somente em Campina Grande verificamos essa concorrência. Isso porque, no caso de Caruaru, apesar de existirem ambulantes espalhados pela cidade, é no interior da própria feira grande que vemos esses artigos populares — especificamente a Feira da Sulanca (artigos para vestimenta) e a feira dos importados ou Feira do Paraguai, como é conhecida essa última, com produtos de telefonia, eletroeletrônicos, relógios, óculos, CD’s, DVD’s, acessórios, perfumes, máquinas fotográficas digitais, MP3/

403 - Sobre a pirataria “Os produtos falsificados também abrangem sapatos, vestuário e telefonia (...) De acordo com o assessor de imprensa da Polícia Civil, Carlos Leite, até o ano de 2009, os policiais subestimavam o poder de comercialização pirata dos ambulantes, em Caruaru. Diz ele: no início de 2010, planejamos a intensificação das ações na cidade do Agreste, tendo em vista que ela é um pólo de comercialização de produtos falsificados”. Ver Alves, T. (2010, 27 de Novembro). Por causa das sucessivas apreensões ao longo do ano, Polícia Civil quer expandir Núcleo de Inteligência para a cidade. Objetivo é agilizar investigações. *Jornal de Caruaru*. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: <http://jornaldecuaru.wordpress.com/2010/11/27/comercio-de-importados-de-caruaru-na-mira-da-policia/> Ainda sobre esse tema da pirataria ver notícia do Ministério Público Federal sobre Feirante em Caruaru que foi condenado pela falsificação de artigos electrónicos da Feira da Sulanca: “O comerciante, que tem uma banca na feira de importados de Caruaru, conhecida como “feira da sulanca”, foi preso em flagrante em Novembro de 2004, no Sítio Riacho do Mel, localizado na zona rural de Bezerros (PE), quando recebia produtos electrónicos para comercialização. O material estava desacompanhado das respectivas notas fiscais.” Ministério Público Federal. Procuradoria geral da república. Assessoria de Comunicação Social. *Feirante de Caruaru (PE) não consegue evitar condenação por crime de descaminho*. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/feirante-de-caruaru-pe-nao-consegue-evitar-condenacao-por-crime-de-descaminho. É bom lembrar que dadas essas irregularidades vivenciadas na Feira de Importados na Feira grande de Caruaru, o IPHAN decidiu não registrar essa feira especificamente como Património Imaterial do Brasil. Ou seja, dentro dos conjuntos de feiras que se fazem presentes nas feiras que foram registradas a Feira de Importados foi excluída do registro, em função da ilegalidade presente na mesma.

MP4/MP5, aparelhos de DVD, portáteis, entre outros equipamentos eletrônicos. Nesse sentido, os concorrentes para essa feira são de fato os lojistas, de pequeno, médio e grande porte, a exemplo dos *shoppings*, hipermercados, polo comercial, já mencionados na primeira parte deste capítulo. Na feira dos importados em Caruaru,

Os bens de consumo mais comercializados são: relógios, carteiras, rádios, pilhas, objectos de ornamentação, bijutarias, perfumes, aparelhos microeletrônicos, flores e plantas artificiais e desidratadas, etc. É sempre possível encontrar produtos eletrodomésticos de última geração, como televisores, DVD, câmaras digitais, celulares... Os comerciantes, portanto, aproveitam o gancho da Feira da Sulanca, que atrai gente de outros Estados do Nordeste e municípios pernambucanos, que compram roupas em atacado para comercialização, e fazem o mesmo com os importados. Muitos produtos comercializados são falsificados e trazidos normalmente por intermediários – ou por comerciantes mesmo que compram o produto no Paraguai e os revendem aos comerciantes da Feira⁴⁰⁴.

Figura 8 – Feira de Importados.



Fonte: Dossiê Feira Caruaru-PE. Acedido em 11 de fevereiro, em: http://www.pousadapeter.com.br/index_caruarufotos.htm

404 - IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. *Dossiê Feira de Caruaru*, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/ IPHAN/MINC, 2006, p.45.

Figura 9 – Pátio da Feira da Sulanca.



Fonte: Dossiê Feira Caruaru-PE. Acedido em 11 de fevereiro, em: http://www.pousadapeter.com.br/index_caruarufotos.htm

Essas feiras, Importados e Sulanca, não só não representam concorrência como são consideradas, pelos comerciantes locais, responsáveis pelo aumento de seu faturamento. As terças-feiras (madrugada da segunda para terça e terça o dia todo), data em que funcionam ambas as feiras, são os dias que o comércio oficial de Caruaru recebe também maior quantitativo de pessoas. Conforme estudo realizado pela Faculdade do Vale do Ipojuca,

O faturamento semanal das lojas pesquisadas ficou na média de R\$ 10 mil, que configura uma circulação de quase R\$ 11 milhões por mês. A maior parte desses valores se concentra em dois dias da semana: a segunda e terça-feira. Dias em que o Parque 18 de Maio recebe os compradores da Feira da Sulanca. O faturamento do comércio formal dessa localidade funciona de forma oposta ao comércio de outros pontos da cidade., já que as vendas aumentam a medida que o final de semana se aproxima. Já nos estabelecimentos do Parque 18 de Maio, essa pirâmide é invertida, atingindo o ápice na segunda-feira e decrescendo nos outros dias da semana até atingir o menor percentual de vendas no domingo [dia em que o Parque 18 de Maio encontra-se fechado]. “A gente pode dizer que ficou confirmada a influência da Sulanca sobre as vendas dos lojistas do Parque 18 de Maio”, conclui Valdecy Guimarães⁴⁰⁵.

405 - Estudo realizado pela FAVIP - Faculdade do Vale do Ipojuca, através do Centro

Os feirantes e fregueses confirmam a aceitação da feira da Sulanca e dos Importados como feiras que contribuem para o “chamamento” dos fregueses para as demais feiras. Esclarecem:

“A diferença da feira de ontem para a feira de hoje são as mercadorias, hoje vemos maior variedade, com a Sulanca e os Importados, além do artesanato, vem gente de todo local”⁴⁰⁶; (...) Todo tipo de mercadoria se vende, ilegal, mas vende de tudo que tem nas lojas. Eles dão trinta dias de garantia, mesmo sem notas repõem a mercadoria (...) tem de tudo: CD’s, Dvd’s, fitas cassetes, celulares e acessórios, produtos de informática (...) ⁴⁰⁷; “A feira da Sulanca nos ajuda, pois ganhamos movimento, só precisa de organização, sair do meio da rua, isso sim”⁴⁰⁸; “A feira da Sulanca não nos atrapalha, pois são artigos diferentes dos nossos”⁴⁰⁹.

Na feira de São Joaquim em Salvador, verificamos que os *shoppings* populares também não representam grande ameaça para o comércio na feira, uma vez que as mercadorias comercializadas nesse sítio diferem das vendidas nos chamados camelódromos⁴¹⁰. Na feira

de Pesquisas Sociais e Políticas Professor Arnaldo Niskier e Valdecy Guimarães, encomendada por vários sectores de Caruaru: Câmara Sectorial, Associação Comercial e Empresarial; Sindicato dos Lojistas do Comércio; e Câmara dos Directores Lojistas. Segundo a notícia de um total de 329 lojistas, 271 aceitaram participar da pesquisa o que representou 82% amostra significativa da realidade. Favip (2009, Novembro). Favip divulga resultado de pesquisa sobre o Parque 18 de Maio. *A Notícia*. Ano III, Edição 24, Caruaru, p. 5.

406 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

407 - Entrevista concedida à autora pela Sr. Carlos Felipe, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

408 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

409 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

410 - Em Salvador não existe oficialmente ainda nenhum Camelódromo, o que existem são aglomerações de camelos, a exemplo do bairro da Piedade, e próximo do terminal rodoviário de passageiros. Entretanto, já está tramitando na Câmara Municipal um projecto que prever a criação de um shopping popular, enviado pelo prefeito João Henrique (PMDB). “Hoje são doze mil ambulantes cadastrados e mais de cem mil informais por toda a cidade” ver Emerson, José. (2010, 15 de Junho). Os camelódromos de Salvador. O mercado informal está em debate na Câmara. Câmara Municipal de Salvador, Fábio Mota, Téo Senna. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.portalbahia.com>.

soteropolitana são comercializados principalmente artigos religiosos, ervas medicinais, animais para consumo alimentício e de rituais das religiões afro-brasileiras, frutas, verduras, artesanato, guloseimas, cereais. Em pouquíssima quantidade, verifica-se também a oferta de roupas, calçados, CD's, DVD's e artigos importados, de maneira que os *shoppings* populares não concorrem diretamente com o comércio da feira. O que concorre são os supermercados, hipermercados, atacadões, conforme referido no início do presente texto. Já os centros comerciais concorrem com as lojas que comercializam os artigos religiosos e artesanatos.

Em relação à feira de Campina Grande, citamos aqui uma fala contundente, que representa bem o conjunto das falas de feirantes e fregueses sobre o assunto: “Os mercados, as feiras nos bairros atrapalha muito. E até aqui no centro mesmo temos concorrente, é o caso do *shopping* dos Camelôs”⁴¹¹.

Nas décadas de 1980 e 1990, a cidade de Campina Grande viu-se invadida pela ocupação das suas ruas centrais por camelôs⁴¹², ambulantes, oriundos do desemprego e da informalidade que eram características do cenário político em que o país vivia. Diferentemente da feira de Salvador, a feira central campinense oferece as mesmas mercadorias⁴¹³ comercializadas pelos também ambulantes Camelôs,

br/falabahia/?p=31962.

411 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

412 - O processo de ocupação por parte dos camelos nas ruas centrais de Campina Grande. Ver Costa, A. A. da C. Sucessões e coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional...., cit, p.76.

413 - Nos referimos aos produtos importados, oriundos da China e do Paraguai, além daqueles adquiridos na Feira da Sulanca e do Paraguai de Caruaru, uma vez que muitas mercadorias têm sua origem nessa feira. 75% dos produtos comercializados na feira de Campina Grande são provenientes da região Nordeste, de estados vizinhos e distantes, de outras regiões, e também do exterior. O *shopping* dos camelos também tem a mesma fonte de mercadorias.

os quais, na primeira década do século XXI, tiveram sua catividade organizada, quando da criação do *shopping* popular. Esta iniciativa teve por objetivo alocar os ambulantes, os quais atuavam nas calçadas, em um espaço edificado, destinado somente para eles.

Posteriormente à inauguração do Centro Comercial Edson Diniz, conhecido como “*shopping* dos Camelôs” ou “*Shopping Popular*”, em Campina Grande, verificamos também a execução de um projeto que lhe dava continuidade, consistindo na alocação dos ambulantes de gêneros alimentícios (ervas, frutas e verduras) em duas áreas no centro da cidade, as quais foram urbanizadas para receber esses Ex ambulantes. São as chamadas Arcas⁴¹⁴ — Arca Titão e Arca Catedral — também denominadas de “Feiras das arcas”. Nessas encontram-se todos os produtos de que a feira central também dispõe, representando, desta forma, outro lugar de consumo que concorre diretamente com o comércio da feira central.

Assim “convivem”, no âmbito do espaço comercial central na cidade de Campina Grande, segmentos diferenciados do comércio popular. Por um lado, vê-se uma reprodução clara do comércio capitalista global, com a fixação e concentração dos ex-ambulantes. Por outro, vê-se a permanência das formas comerciais populares tradicionais, como a feira livre central. Além, é claro, de ainda vermos os novos adeptos da informalidade, que encontram-se espalhados pelo centro da cidade⁴¹⁵.

Diante do exposto, verifica-se que, tanto em Portugal quanto no Brasil, a concorrência desses novos equipamentos urbanos se configura

414 - Diniz, L. e Castilho Cláudio. J. M. de (2009, mai/ago). Faces actuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “Nova” dinâmica sócio-espacial. *Em: Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, nº 2, p. 53

415 -Ribeiro, A (2010, 14 de Novembro). Ambulantes. Ilegalidade toma conta de calçada em Campina Grande *Dia-a-dia*. Campina Grande-PB. *Dia-a-dia*. Primeiro Caderno, Edição de domingo, 14 de Novembro de 2010. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/11/14/diaadia8_0.php

em práticas mercantis que atendem à lógica da dinâmica econômica global da contemporaneidade. É relevante lembrar, no entanto, que, embora esta seja uma prática comercial contemporânea, em todas as épocas da história verifica-se evoluções e adaptações dos mercados. Estes sempre se adaptaram a formas comerciais mais modernas. Como nota Pintaudi,

O Mercado Público é uma forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas. Todas as culturas adotaram esta forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência⁴¹⁶.

416 - Pintaudi, S. M. (2006). *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana*. Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, V 10. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/58355/68447>.

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS CULTURAIS E IDENTITÁRIAS

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia⁴¹⁷.

As concepções das identidades plurais inerentes aos sujeitos presentes nas feiras contemporâneas, como um dos impactos gerados pela Globalização, são objeto de análise neste capítulo. Para tanto, organizamos nossas ideias em dois momentos. Inicialmente fazemos uma breve discussão acerca do entendimento dos teóricos a respeito dos conceitos de identidade e, mais especificamente, da formação do Ser brasileiro e 'Ser Nordestino', bem como o Ser português e 'Ser Minhoto'. Enfocamos os aspectos de desterritorialização e de pluralidade inerentes à formação da multiplicidade dos sujeitos, diante das clivagens e fusões do mundo global. Posteriormente analisou-se os depoimentos dos sujeitos. Apresentamos concepções identitárias evidenciadas no território das feiras, destacando os aspectos relacionados ao perfil dicotômico dos feirantes e fregueses, e às relações estabelecidas entre os mesmos. Examinamos também as atividades desenvolvidas relacionadas a questões de gênero, aspectos de identificação dos depoentes com as feiras e as origens dos protagonistas das feiras - sobretudo em relação a naturalidade e morada, que Certeau qualifica como sendo o espaço (feiras) como cruzamento dos móveis⁴¹⁸.

417 - Hall, S. (1998). A identidade em questão. Em: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. Ed, DP&A Rio de Janeiro, p. 13.

418 - Certeau, M. de (1994). *A invenção do cotidiano 1: arte de fazer*. 4.ed Vozes. Petrópolis, pp. 201-202.

3.1 – Trajetórias históricas de formação de identidades

A questão da identidade é uma discussão em andamento, por parte dos cientistas sociais na contemporaneidade. Os estudos a respeito dessa temática parecem estar influenciados por reflexões acerca de temas como cultura nacional, raça, etnia, gênero, modernidade, pós-modernidade, globalização, pós-colonialismo, etc., presentes no dia-a-dia dos estudiosos⁴¹⁹. Nessa discussão, os indivíduos e suas identidades pessoais estão inseridos no mundo como algo pronto ou acabado, enquadrando os sujeitos nos lugares e na vida social de que fazem parte. Em verdade, percebemos que as velhas identidades estão sofrendo um declínio porque não mais definem o sujeito moderno ou pós-moderno. A cada instante, no momento atual, ele se fragmenta e se torna clivado, o que acarreta a crise de identidade inerente aos indivíduos da atualidade. Assim, como tentativa inicial de entendermos a questão da identidade, nos propomos apresentar as três concepções sobre os sujeitos que surgiram ao longo dos tempos. Com elas, refletiremos a trajetória dos deslocamentos acerca do conceito de identidade e da sua mutação a partir das concepções definidas em cada época da História.

Primeiramente é interessante lembrarmos que preocupação com o sujeito só surge na história da humanidade na época moderna. Antes desse período ele encontrava-se preso às instituições como se fosse uma peça integrante das estruturas. Portanto, não existe preocupação alguma com ele próprio no que se refere a seus pensamentos, suas ações, seus anseios,

419 - Ver Escosteguy, A. C. (2001). *Identidades Culturais: uma discussão em andamento*. Em: *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Autêntica. Belo Horizonte, p. 139.

hábitos, etc.⁴²⁰ Assim, o primeiro sujeito na História emergiu com o Iluminismo⁴²¹, relacionado com uma concepção do ser humano. Agora temos o indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação “individualista” e tido como o centro do universo, conforme o antropocentrismo peculiar da época. Portanto, o indivíduo era essencialmente o mesmo, contínuo ou “idêntico” a si. O Eu era a identidade de uma pessoa “imutável” por excelência. A segunda classificação do sujeito está centrada também no mesmo período histórico, a modernidade. Consiste no sujeito sociológico. Não sendo autônomo nem autossuficiente, suas ações estavam interconectadas com a cultura e com a relação com os outros sujeitos em sociedade. Logo, a identidade do sujeito estava dividida entre o “interior” do seu mundo pessoal e o “exterior”, seu mundo público, estando portanto ligado à estrutura social unificada. Quanto ao terceiro e último perfil, refere-se ao qualificado como pós-moderno ou sujeito contemporâneo. O sujeito não possui identidade fixa, mas se pluraliza assumindo identidades diferenciadas a partir do momento e lugar que ocupa. Assumindo identidades contraditórias, unificadas ao redor de um “Eu” coerente e deslocado de acordo com as circunstâncias.

Neste sentido podemos delinear uma discussão relacionada com a globalização, como vimos, um fenômeno político, cultural e econômico observado desde o século passado e que se mantém, no momento atual com grande força. A questão é um paradoxo contemporâneo que atravessa fronteiras e contribui para a crise de identidade. Como homogeneizar as culturas nacionais se as identidades são plurais?

420 - Ideia desenvolvida a partir dos textos apresentados pela autora em encontros científicos: Araújo, G. de A. F. (2007) *Múltiplas categorias de sujeitos sociais em diálogo com a discussão das suas identidades*. I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação do curso de História. Realizado na UFCG, em 23 a 27 de Abril de 2007. Campina Grande-PB. e ainda Araújo, G. de A. F. (2004) A Identidade em questão: sua importância enquanto temática a ser estudada e suas categorias de sujeitos que a formulam. Em: *XII Semana de Letras Linguagens, Culturas e Identidades. Programação e Resumos*. 23 a 27 de Agosto de 2004, pp.03-04.

421 - Ver HALL, cit ..., pp. 7-22.

Se considerarmos a globalização como prática, encontramos uma resposta plausível e convincente para a questão, já que a globalização não pretende homogeneizar, mas, ao contrário, heterogeneiza e demarca as diferenças. Contribui para o engrandecimento econômico de países ricos e o empobrecimento, cada vez mais acentuado, de países pobres ou em “desenvolvimento”. Entenderemos a questão acima com maior nitidez ao fazermos a articulação entre o “global” e o “local” evidenciando as diferenças, a heterogeneidade, assim mantendo a pluralidade das identidades a partir do contexto diverso em que estejam inseridas, não motivando a destruição das identidades nacionais ao mesmo tempo que estimulam-se e produzem-se novas identificações “globais” e “locais”⁴²².

Contudo, a maior importância que podemos conceder à identidade é quanto à sua principal função,

O ato de representação codificado como sistema entendido a partir da cultura e seus significados específicos, ou seja, a representação inclui as práticas de significação e os seus sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito⁴²³.

Assim, a representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que poderia ser? Quem eu quero ser? A que comunidade pertença? De que eu gosto? Com base nessas indagações os discursos do marketing e da mídia, por exemplo, tendem a construir um “novo homem” a partir das décadas de 1980 e 1990, do século passado, colaborando para o agravamento de crises de

422 - Ver Kathryn W. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Silva, T. T. da (org.), Stuart Hall Vozes. Petrópolis, RJ, pp. 07-72.

423 - Ver Gledhill, C. Genre and gender: the case of soap opera. Em: HALL, S. (org.) *representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/ the Open University, 1997.

identidade⁴²⁴. Em função de uma tentativa, em muitos casos obtendo sucesso, de vislumbrar um mundo homogeneizado de tendência a favorecer o engrandecimento de novos *ethos* de consumo num mundo pautado pelo hipercapitalismo vivificados pelo hiperconsumo⁴²⁵.

E de que modo estes aspectos estão relacionados com as feiras, objeto deste estudo? Sabemos que as feiras são tanto lugares de sociabilidade, de ambiência política, ou de aspectos inerentes à cultura, quanto local de consumo, de venda/troca de mercadorias. O fato é que, com a tendência da contemporaneidade de favorecimento do hiperconsumo, o consumo segue uma “padronização” global presente nas grandes superfícies. Porém, se por um lado observa-se a homogeneização nos padrões dos centros comerciais, por outro lado a heterogeneidade está presente nos hábitos e formas de consumo das mercadorias. Estas têm origens variadas, múltiplas. Assim sendo, ora o sujeito, ao consumir uma lasanha à bolonhesa, se identifica com a culinária italiana, ora se identifica com atores norte-americanos e assimila padrões de uma cultura americanizada, quando assiste a um filme produzido em Hollywood, ora recorre às feiras tradicionais com o interesse de encontrar nesses sítios referências de sua história⁴²⁶, vislumbradas por meio de uma memória coletiva⁴²⁷ associada a

424 - Araújo, G. de A. F. (2006) Múltiplos discursos sobre a feira de Campina Grande-PB. Gráfica e Editora Agenda Campina Grande, pp.137-142 e ainda Araújo, G. de A. F. (2009, 12 a 17 de julho). Memórias e Oralidade dos feirantes luso e brasileiros sobre seus respetivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade. Em: XXV Simpósio Nacional de História. Livro de Resumos. ANPUH, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, p. 489.

425 - Ver Lipovetsky, Gilles, cit. ..., 137.

426 - Essas afirmações foram feitas por alguns dos fregueses que entrevistamos, tanto em Portugal como no Brasil. Veremos mais adiante no segundo momento desse texto os depoimentos que fazem esta referência.

427 - Utilizamos a concepção de memória coletiva e memória histórica presente em Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. Edições Vértice. São Paulo, pp. 53-54. E ainda Legoff, J. (1990). Memória e História. Ed. Unicamp. Campinas-SP, p. 477, quando diz que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

momentos vividos por gerações do passado, minimizando, portanto, a crise de identidade que se faz presente na contemporaneidade.

Nas feiras os sujeitos encontram não só mercadorias modernas⁴²⁸, comercializadas similarmente no comércio fixo e nas grandes superfícies, com preços mais acessíveis, mas também acabam por achar resquícios do seu passado, seja no comportamento dos feirantes e na maneira de comercializar os produtos diante de suas estratégias de barganha, seja nos produtos que estão expostos que muitas vezes possibilitam a rememoração da sua infância, como por exemplo os artigos em couro, celas para cavalos, fogareiros para assar carne, utensílios em cerâmica oferecidos nas feiras do Nordeste do Brasil, ou os artigos em cobre, tamancos utilizados na lavoura, cestos de palha, nas feiras de Portugal. São mercadorias antigas que colaboram com a identificação de momentos da vida destes sujeitos: infância, adolescência e fase adulta. Assim, as feiras contemporâneas, como os demais lugares de consumo, atendem aos apelos do hiperconsumo, por oferecerem multiplicidade de mercadorias, com produtos de origens diversas, devido à abertura de mercado na economia global.

A temática das identidades plurais, embora seja uma discussão atual - relacionada com a realidade contemporânea, vinculada a uma política econômica global - tem raízes no passado, nas formas da constituição dos povos e na construção das identidades nacionais brasileiras e portuguesas, sem esquecermos que, em ambos os continentes, existiu um intercâmbio que gerou entrecruzamento de culturas heterogêneas. A seguir, examinamos brevemente a construção das identidades nacionais de um lado e de outro do Atlântico.

428 - Entendemos que os feirantes se adequam a nova demanda do mercado, ao comercializarem nas feiras atuais, não só artigos tradicionais, mas também mercadorias modernas, muitas vezes adquiridas nas próprias lojas ou centros de abastecimento.

3.2 – Interpretações da constituição da identidade brasileira e nordestina

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação⁴²⁹.

No Brasil a temática identidade, em especial a identidade nacional, durante o século XX (1930-1960) foi alvo de muita polémica entre os estudiosos. Um exemplo é a obra de Gilberto Freyre,⁴³⁰ na qual verifica-se um deslocamento do conceito de raça para o de cultura. Freyre pensa o Brasil, diferentemente de Varnhagen⁴³¹, não

429 - HALL, cit..., p. 48

430 - Freyre, G. (1987). *Casa Grande & Senzala*. 25 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.

431 - Também conhecido como o “Heródoto do Brasil”, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, com a obra *História Geral do Brasil* foi quem primeiro abordou a temática de Identidade nacional em 1850. “Embora tal obra tenha sido demasiado significativa para o entendimento da História do Brasil, essa em Varnhagen, a serviço de Dom Pedro II, adepto a permanência do escravismo e da cidadania restrita, ainda encontrava-se fortemente atrelada a todo o imaginário de submissão da ex-Colônia a metrópole portuguesa, haja vista a valorização que o historiador dava em suas obras sobretudo ao colonizador civilizado, reduzindo a Colônia brasileira a homogeneidade cultural uniformizada em suas características globais. Nesse sentido as obras de Varnhagen na altura, atendiam muito mais a um estilo de crônica, ligadas ao romantismo peculiar dos viajantes. Não se concebia portanto, na historiografia varnhageniana a possibilidade de temáticas ligadas aos conflitos vivenciados no Brasil dado o momento histórico de lutas já republicanas e anti-imperialistas. Nem tão pouco temáticas ligadas ao quotidiano dos brasileiros pobres, pois os principais personagens de sua História eram os sujeitos brancos e o Estado Imperial. Nessa direção a ideia de identidade presente nesse instante era demasiadamente conflituante, uma vez que não se sabia então qual o ideário de brasileiro que se pretendia ser, e a opção que a historiografia brasileira apontava a luz de Varnhagen era a de uma Nação “recém-liberta” que para manter a ideia de “civilizado”, precisava manter as características peculiares de seus colonizadores, a branquidade era alienante, pois naquele instante ainda se via os portugueses como representantes da Europa, das “Luzes”, do “Progresso”, da “Razão”, da “Civilização” e do Cristianismo Eurocêntrico. Nessa direção a elite brasileira, portuguesa representante da antiga coroa, não se identificava com os seus parís, indígenas, negros, republicanos, latino-americano, sul-americano, não – católico, adepto do sincretismo religioso e cultural. O discurso dos aristocratas brasileiros era o de que o Brasil teve sucesso, êxito durante a colonização portuguesa, portanto deveria além de render homenagem aos colonizadores também continuar com o seu projeto de colonização, mesmo que a luz do império inicialmente”. Ver Araújo, J. B. e Araújo, G. de A. F. (2008, 3 a 5 de setembro). Uma (re) leitura da Historiografia Brasileira sobre o conceito de Cultura Popular e Identidade Nacional a Luz

na concepção racial, mas sim cultural. Nessa direção, o que era visto até então como negativo em relação ao negro e ao mestiço se torna positivo, e nacional. Para ele a presença africana tendeu a enriquecer, fertilizar, abrilhantar a obra portuguesa. Entretanto as obras de Freyre são também criticadas por fazerem um elogio à colonização portuguesa, uma “justificação” da conquista e ocupação do Brasil. Embora o Brasil de 1930 fosse uma Nação propensa à modernização e industrialização, Freyre insistia em salvaguardar o bucolismo de um universo das elites patriarcais, “sem” tensões, dificuldades, e contradições, uma “democracia racial” com integração das raças e culturas sob a liderança portuguesa. Esta posição gerou nos críticos a ideia de que ainda não havia uma identidade nacional, uma vez que a mesma estava atrelada à colonização branca e alienante da aristocracia agrária e das oligarquias dominantes.

Capistrano de Abreu, outro teórico brasileiro, historicista, trouxe uma mudança na concepção até então de povo brasileiro à luz da metrópole portuguesa. A sua obra⁴³² consiste em uma “redescoberta do Brasil”, valorizando o seu povo, as suas lutas, os costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira, considerando o povo como sujeito de sua própria História, valorizando-o a partir de si mesmo e não sob a hegemonia de portugueses ou oligarcas rurais. Para ele o conceito de “cultura” substitui o de “raça”. Valoriza a presença do indígena e pensa um Brasil mais mameluco que mulato, mais sertanejo que litorâneo. Para Capistrano a formação da identidade do brasileiro consistiu na relação estabelecida nos interiores entre os colonizadores, os indígenas e a natureza brasileira. Percebendo o passado brasileiro como português e o futuro como brasileiro, estimulou uma revolução

do Historiador Antônio Carlos Reis. Em: *Anais da VIII Semana de Estudos Históricos do CERES- História e Cultura e Patrimônio*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó-RN pp. 184-185.

432 - Abreu, C. (1963). *Capítulos da História colonial (1500-1800) & os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. 5 Ed. Brasília, UnB.

brasileira de pensamento e de construção de identidade a partir de si próprio.

Já o historiador Sérgio Buarque de Holanda explora⁴³³ um Brasil urbano, diante dos acontecimentos citadinos e modernistas da época, a exemplo da Semana de Arte Moderna e da Revolução de 1930. Percebemos uma aproximação das suas teorias com as de Abreu, com a valorização do estudo do povo brasileiro e de todos aqueles até então marginalizados pelas oligarquias e pelos intelectuais. Buarque de Holanda explora a modernização política e econômico-social e mental do país. Considerava que a miscigenação no Brasil não fora uma adversidade. O problema para o autor, consiste no instante em que não rompemos com a ideologia portuguesa utilizando a metáfora do “homem cordial”, sugere então uma revolução nas cidades, na qual a polémica em torno da identidade brasileira seria reelaborada a partir de análises de construções estabelecidas em torno do homem e dos seus sítios de morada e de vivência.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, há uma reconceituação do popular. O povo passa a ser visto ora de forma positiva, como ser autêntico, criativo, trabalhador; ora de maneira negativa, como inconsciente, analfabeto, deseducado, “necessitando”, portanto, do Estado para ajudá-lo e instruí-lo. Há, então, uma tentativa de alienação por parte, sobretudo, do Estado e dos intelectuais que se encontravam ao seu serviço, a fim de legitimar o papel do governo e romper com a possibilidade de emancipação e de liberdade peculiares do sujeito brasileiro, tal como considerado por Holanda⁴³⁴.

Na década de 1950, influenciados pela burguesia nacional que estava em expansão graças ao processo de industrialização sob o lema de nacional desenvolvimentismo, alguns intelectuais da época, a exemplo do historiador Nelson Werneck Sodré (marxista que investiga

433 - Holanda, S. B de (1984). *Raízes do Brasil*. 17 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.

434 - Araújo, J. Cit..., p. 187.

os anos 1950 à luz de um olhar comunista), contribuíram para a construção da História do Brasil à luz da teoria adotada pelo Partido Comunista Brasileiro e do projeto de “Revolução Brasileira”. Porém, tal projeto, segundo os críticos, não foi bem articulado entre as classes interessadas, nem tão pouco apropriado à realidade brasileira. Assim tardou em acontecer e deu origem a um novo momento histórico caracterizado pela retomada da emancipação e da autonomia nacional iniciada por Sodré e continuada, nos anos 1960, pelo também historiador socialista brasileiro, Caio Prado Jr⁴³⁵.

Na década de 1960, Caio Prado propõe um redescobrimto do Brasil. Mais radical que Capistrano e Sérgio Buarque juntos, adepto das teorias marxistas, trabalhando lado-a-lado com Sodré, Prado, em sua obra sobre economia brasileira, não aborda somente a mestiçagem do povo. Ele analisa, sobretudo, as classes sociais oprimidas e excluídas, o materialismo histórico e a luta de classes no Brasil contemporâneo. Para ele, o sentido de colonização dá-se na relação estabelecida entre povoamento, vida material e vida social. Os sujeitos evidenciados em seus estudos são os latifundiários, senhores feudais, camponeses ricos, médios e pobres, burguesia nacional⁴³⁶.

No período de 1964 a 1985, o Brasil esteve politicamente submetido a um regime militar ditatorial⁴³⁷. É consenso entre os historiadores que esse momento da História do país envolveu muitas contradições, conflitos sociais e também identitários. Na arte, por exemplo, houve uma fase de efervescência, de contestação e também de severa censura, sob o comando do SNI – Serviço Nacional de

435 - Op cit ..., p. 188.

436 - Prado Jr, C. (1966). *A revolução brasileira*. Brasiliense. São Paulo.

437 - Sobre o período que os militares tiveram no governo brasileiro, ver Maciel, D (2004). *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*: Xamã, São Paulo. E ainda: Fernandes, F. (1982). *A Ditadura em questão*. T.A.Querós. São Paulo.

Informação⁴³⁸. As manifestações artísticas e culturais constituem elementos significativos para a compreensão do processo de gestação da cultura e do imaginário social brasileiro da época, objetivando, sobretudo, o engajamento do público em relação ao que se via (cinema, teatro e televisão), se lia (imprensa) e se ouvia (música). Havia, na época, uma necessidade de construir a “popularidade” do ser brasileiro. Tal processo acabou por ser potencializado em função do regime ditatorial. Os fenômenos, portanto, davam-se nos campos do cinema⁴³⁹, em torno da industrialização cinematográfica - cinema

438 - Órgão responsável pela censura durante os anos de chumbo no Brasil, criado pela lei 4.341, em 1964, pelo governo militar que não só tinha a função de fiscalização e censura a imprensa, mas também a todas as manifestações artísticas literárias. Acedido em 23 de Fevereiro de 2011, em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm.

439 - Os estudiosos deste tema tecem algumas críticas ao estilo da produção cinematográfica, dizendo que seus produtores detinham uma ideologia em volta daquilo que produziam, de maneira que não representava muito bem a realidade brasileira, algumas produções. O cinema novo nacional, por exemplo apesar de ser considerado como Arte, e portanto de uma representação da realidade, e não de demonstrar como de fato ela se dava, mas segundo os críticos se apresentava muito preso às ideologias, com uma linguagem rebuscada. Por outro lado, o cinema parecia se aproximar da literatura na altura, e estava sendo produzido com temáticas que sugeriam a identificação de dois públicos: um segmento mais popular e suburbano, e um outro de intelectuais. Posteriormente os estudiosos falam de uma explosão do cinema novo, que traz uma linguagem autoral vanguardista, com argumentos herméticos, narrativa intimista, personagens mais alegóricos que dramáticos, ligados sobretudo ao cinema europeu (francês e italiano), com a “conscientização da plateia”, através de um projeto de engajamento artístico, reformista e nacional-popular. Nesse sentido, questões políticas passam a ser incorporadas a linguagem e as temáticas. Tais como: Dependência, contrarrevolução, crise, etc. se buscava a determinação de uma “cultura brasileira” nas telas. Para tanto se valorizava as escolas dos cinemas europeus que traziam suas realidades específicas para o público. No caso do Brasil, Glauber Rocha por exemplo procurava conscientizar o público da miséria que assolava o país. Em síntese: o cinema passou a ser um vetor fundamental na construção da consciência lúdica e pessimista sobre o golpe militar. Retratava dilemas existências vividos por intelectuais de esquerda. O cinema novo foi desdobrado no cinema marginal com temáticas anti burguesas em nome de um populismo nacionalista. Sobre essas ideias ver: Ridente, M. (2000). Cinema: em busca do Brasil. Em: *Em Busca do Povo Brasileiro*. Record. Rio de Janeiro, pp. 92-104; E ainda: Napolitano, M (2011). *A arte engajada e seus públicos (1955/1968)*. Estudos históricos. N. 28. Rio de Janeiro, pp. 9-14. Em «http://www.ihel.univ-paris3.fr/IMG/pdf/NAPOLITANO_ArteEngajada60_EH.pdf», acedido em 16 de Março de 2009; Villaça, M. M (2002). América Nuestra- Glauber rocha e o Cinema cubano. *Revista Brasileira de História*. Vol.22. N. 44. São Paulo; Jorge, M S. (2003).

nacional popular e cinema novo, que procuravam demonstrar a realidade brasileira nas telas; do teatro⁴⁴⁰, arte que foi uma das mais perseguidas pelo regime, uma vez que criticava a cultura alienada e com forte tendência ideológica; da televisão, como o novo eletrodoméstico que comunicava através do som e da imagem, e disputava com o rádio espaço nos domicílios. O contexto histórico na época pautava-se pela modernização. A indústria de base já havia sido instalada na década de 1950, a mensagem do dia era consumir o moderno e a televisão⁴⁴¹

Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil. Dos Anos 70 e 80. Em: *História, Questões & Debates*, n. 38, Editora UFPR. Curitiba, p. 161-182.

440 - Essa característica revolucionária surgiu com o Teatro de Arena, criado em 1956, CPC e grupo oficina. Com encenações revolucionárias pós 1964, os artistas vão ser severamente perseguidos pelo DIP. Procuraram também inovar no estilo, se aproximando mais da identificação do público no que concerne ao gestual. A encenação parecia ser mais natural, menos literária, erudita e narrativa e mais gestual com performances direcionadas ao drama. Linguagem cênica despojada. Conhecido à época como o Teatro da Agressão. Entretanto, os críticos perceberam que apesar desse novo estilo, ainda detectavam dois problemas: a necessidade textos com autorias mais brasileiras, que fosse, portanto mais consistente, e a consolidação das condições de produção, além de ampliação do público. Destaca-se uma peça chamada Eles não usam black-tie, direção de José Renato, montada pelo CPC que ficou mais de um ano em cartaz ininterruptos, com cerca de 510 encenações e circulou por cerca de 40 cidades brasileiras. O drama se aproximava da identidade do brasileiro, por se passar de um conflito vivido por uma família operária em uma greve. As apresentações buscavam os públicos, encenadas muitas vezes nas ruas, em *campi* universitários, em vilas de operários, nos subúrbios, etc. Adotada, sobretudo as temáticas relacionadas a dramas de entidades classistas e nacionais. A respeito ver Napolitano, M. cit., pp. 4-9.

441 - A televisão era não só vista como produto da industrialização, da modernidade e da indústria tecnológica, mas também até o fim dos anos 1970 e início de 1980, era símbolo de uma sociedade dotada de contradições e diferenças sociais. Uma vez que excluía aqueles que não tinham acesso a informação precedida desse veículo comunicador. Contudo, a popularização da TV surge de maneira proposital, como projeto estratégico para difusão dos ideais ditatoriais. Estratégia de integração do território em torno de uma cultura oral, tendo em vista os índices elevados de analfabetismo que “assolavam” a população brasileira. Cabe uma reflexão acerca da identidade do ser brasileiro que é muitas vezes “forjada”, criada, manipulada pela indústria cultural. Na sequência desse texto veremos alguns exemplos dessa manipulação. A saber: movimentos populares que foram midiatisados das “diretas já”, “caras pintadas” e a construção de estereótipos, que buscam atender interesses eleitorais – é o caso do mito do Nordeste atrasado. Sobre essa temática da TV, ver: Sodré, M. (1983). *A televisão*. Em: *A Comunicação do Grotesco- um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Vozes. Petrópolis-RJ. E ainda: Hingst, B. (2004). “Uma visão histórica da televisão no Brasil” *Líbero*, Ano VII, Nº 13/14; Hamburger, E. (2000). *Diluído fronteiras, a televisão e as novelas no cotidiano*. Em: *História da Vida*

fazia parte dessa lista de compras; e, por último, da música como um fenômeno que tinha por objetivo uma produção autêntica e regional, com exceção da Bossa Nova, mais ao estilo da elite. Nesse conjunto emerge a MPB, por intermédio da Jovem Guarda⁴⁴².

Marcelo Ridenti destaca que, por intermédio da arte, tanto os intelectuais universitários militantes, como os artistas revolucionários pertencentes ao Centro Popular de Cultura (CPC), divulgaram manifestações identificadas com o nacional-popular e, principalmente, categorizadas pelo autor como romantismo revolucionário⁴⁴³.

Para além da efervescência cultural com objetivos de contestação ao regime, em nome de uma unidade pseudo-identária popular e nacional, o Brasil também viveu alguns movimentos sociais neste período que não eram movimentos de tomada de poder, mas de insatisfação em relação à ordem estabelecida e aos princípios

Privada no Brasil, vol. 4. Companhia das Letras. São Paulo; Pelegrini, S. de C. A. (2000). Televisão, política e história: dimensões da problemática social na teledramaturgia de Vianinha. Em: *A teledramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo.

442 - O momento histórico era o de “quebra” de paradigmas. A juventude brasileira, se identificava com os movimentos revolucionários, a exemplo dos movimentos estudantis vividos no ceio das universidades -que trataremos neste texto mais adiante. O estilo que fazia sucesso no momento era a Bossa Nova, estilo musical romântico que havia surgido em 1959, e que tinha como público os jovens de classe média. No mesmo período emergia também o samba tradicional, com influência do Jazz e rock americano. As letras, por sua vez, de caráter nacionalistas criticavam o romantismo da Bossa Nova. É nesse cenário que surge a MPB-Música Popular Brasileira, a Jovem Guarda, com um público de jovens estudantes procedentes de classes populares da sociedade brasileira. Refletiam sobre a estratificação social da época. Ver: Severino, F e Santos, E. (2002, julho a dezembro). “A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social” *Revista Psicologia Política* 2 (4), 209-232. E ainda: Napolitano, M. cit..., pp.14-18; Garcia, L. H. A. (2000). O que foi feito de vera: indústria cultural e Estado como limites à produção musical nos anos 70. Em: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer- O clube da esquina como formação cultural*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

443 - Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Ed. Record. Rio de Janeiro. Ver resenha Chaia, M. (2001, outubro) “Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução. Do CPC à era da “TV” de Marcelo Ridenti. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 16, N. 47, pp. 165-168.

geradores dessa “ordem” – o formato ditatorial. Neste sentido, ocorreram movimentos sociais que, embora tivessem este objetivo em comum, envolviam grupos ou entidades de classe específicas e não manifestações de “unidade” nacional. Fato que fortalece ainda mais o debate de que no Brasil não existe identidade nacional formada de maneira unitária, singular e, sim, plural. É o que se percebe quando:

(...) As organizações de esquerda se encontravam em uma crise de pertencimento devido à fratura dos movimentos em várias tendências, ao se conclamar uma luta de toda a sociedade tentava criar uma nova identidade de esquerda e que, talvez, direcionaria ainda seu discurso para a constituição de uma possível identidade brasileira para o povo⁴⁴⁴.

No campo, movimentos liderados pelos trabalhadores rurais buscam adquirir títulos de posse de terra. Um exemplo é o MST⁴⁴⁵ - Movimento dos Sem Terra - que teve sua origem nas Ligas Camponesas⁴⁴⁶. Estas últimas, com o golpe militar, foram perseguidas

444 - Sá, I. (2009,10 a 13 de novembro). Discurso, mídia e resistência: a constituição de uma identidade de esquerda durante a ditadura militar. Em: *IV Seminário de Estudos em análise dos discursos, 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 05.

445 - De inspiração marxista e apoiados pelo cristianismo progressista da Teologia da Libertação, esse movimento objetivava uma reforma agrária urgente, e tentavam ofuscar a mecanização da agricultura, prevista pelos projetos de expansão das fronteiras agrícolas, sob pena do desaparecimento das pequenas unidades agrícolas de produção. Em paralelo ao movimento, acontecia na altura diante do “milagre econômico” brasileiro o êxodo das pessoas para as cidades. Entretanto, a crise econômica nos grandes centros fez com que muitos dos ex-camponeses ficassem desempregados nas cidades, levando-os ao movimento de retorno aos campos. Desta tensão resultaram os movimentos em busca das terras devolutas dos grandes latifundiários. Ver Souza, J. C. L. de. (2008). *Movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. Em: *O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Moderno Príncipe educativo brasileiro na História do tempo presente*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, pp. 61-86. E ainda outros trabalhos acadêmicos sobre esse tema elencados e disponíveis em <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=THESESDI373&ng=p&sc=3&th=45&se=0>, acessado em 25 de Fevereiro de 2011.

446 - Movimento ocorrido no campo, iniciado na década de 1930 na região nordeste e que posteriormente teve repercussão em mais 13 estados brasileiros. Teve seu “fim” com a prisão do líder advogado Francisco Julião. Tratou-se de manifestação de resistência dos

e encerradas. Nas cidades emergiram os movimentos estudantis universitários⁴⁴⁷ e os movimentos sindicais⁴⁴⁸ iniciados pelos operários metalúrgicos paulistas e que, posteriormente se espalharam por todo o país.

Nesta ambiência, chega-se aos últimos anos do governo militar brasileiro, com o país “mergulhado” numa hiperinflação e com índices de recessão bastante elevados, ao mesmo tempo que surgiam novos partidos políticos oriundos do fortalecimento de organizações sindicais. Nesse contexto, vai-se, mais uma vez, buscar uma identidade nacional única e fortalecida, com o movimento das “Diretas Já”. Essa manifestação, com a participação de vários grupos ideológicos distintos, reuniu mais de um milhão e quinhentas mil pessoas no

operários camponeses – cortadores de cana e colhedores de laranja- que reivindicavam não só melhores condições de trabalho nos canaviais, mas também e sobretudo clamavam por uma reforma agrária, uma vez que eram foreiros de latifundiários, e muitas vezes pagavam o foro para terras improdutivas. Para saber mais sobre esse assunto ver: Montenegro, A. T. (2003) Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. Em: Ferreira, J. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira Rio de Janeiro, p. 256, e ainda <http://faceaevento.wordpress.com/2010/11/08/650/>, acessado em 25 de Fevereiro de 2011.

447 - Movimento articulado em torno da UNE- União Nacional dos Estudantes universitária. Protestavam em passeatas, por exemplo, contra o Regime Militar que revelava a tendência de privatização do ensino superior. Ver Alves, B. N. (2004). *O visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado em História. PUC/RS. Porto Alegre; Carcian, R. (2010). *Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar). São Carlos-SC; Cruz, J. V. (2003). *Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju; Britto, A. M. F. (2008). *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar*. Tese de doutoramento em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

448 - Tratou-se de manifestações operárias a exemplo da greve que durou 45 dias, iniciada pelos metalúrgicos do ABC paulista, nas cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, dentre outras quinze, envolvendo mais de 1.600 trabalhadores, estes representavam um contingente de mais de 280 mil operários. Ver: Hirszman, L. (Direção) e Calil, C. A. (Produção). (1990). *ABC da Greve (1976/1990)*, 75 min. Documentário produzido pelo estúdio Taba Filmes. São Paulo. Os trabalhadores reivindicavam melhores salários e condições nas fábricas.

centro da cidade de São Paulo, para reivindicar o fim do regime militar e eleições diretas para a Presidência da República⁴⁴⁹.

Na década de 1990, teve lugar outro movimento de contestação, o dos chamados “Caras-pintadas”. Jovens estudantes foram às ruas em sinal de protesto para pedir a deposição do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção⁴⁵⁰. O movimento pelo *impeachment* do presidente foi iniciado na capital paulista, mas teve desdobramentos em várias cidades brasileiras. As passeatas em favor do *impeachment* ficaram conhecidas como movimentos pela ética na política, ou “Fora Collor”. O fato é que os jovens se identificavam e aderiam ao movimento, pintando seus rostos em tons amarelo e verde. Entretanto, sabemos que as motivações de muitos daqueles jovens eram diversas:

Em outras palavras, pintamos as caras, ao menos em grande maioria, segundo o dito da mídia. Claro que não dá para negar que muita gente pintou a cara conscientemente, que essa gente, de fato, protestou a favor da ética e contra o mar de lama, de falta de caráter, de corrupção que tomava conta do país. Mas (...) teve gente, muita gente mesmo, que também pintou a cara por farra, para matar aula, para se divertir naquele carnaval temporão sem qualquer compromisso com aquele momento histórico⁴⁵¹.

449 - Silva, F. C. T. da. (2003). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Em: *O Brasil Republicano. V. 4. Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro p. 243-282. E ainda, São Paulo faz o maior comício (1984, 17 de Abril). *Folha de São Paulo*, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, Em: «http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm».

450 - Santos, J. A. S. dos. (2010). *Impeachment - Ascensão e queda de um presidente*. Cia dos Livros. São Paulo: A obra se trata da publicação da tese do autor O Papel do Mass Média Brasileiro no Processo de Impeachment do Presidente Collor de Melo, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Cultura Portuguesa, defendida em 2008.

451 - Sobre a consciência política dos jovens ver texto Luis, D. *Onde estão os caras-pintadas?* Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: <http://mnavegante.br.tripod.com/arquivo/arq06.htm>.

A partir da análise da formação da identidade nacional brasileira - conceito formulado inicialmente a partir da contribuição da historiografia brasileira ao longo dos séculos XIX e XX⁴⁵² - e dos episódios populares vividos pelos brasileiros, abordaremos a imagem da região Nordeste. Foi ao longo desse mesmo período que se construiu uma imagem do ser nordestino representado nas figuras do cangaço, do messianismo, das lutas oligárquicas, da pobreza, da miséria, do analfabetismo, das injustiças sociais, do atraso econômico e de muitos outros estereótipos constituídos e reproduzidos, sobretudo, pela mídia sulista⁴⁵³ a partir dos textos literários⁴⁵⁴.

Sabemos que interesses ideológicos e políticos se encontram por trás da obstinação de apresentar ao Brasil e ao mundo um Nordeste fraco, improdutivo e sem potencialidades. Em verdade, o que nos parece claro é que esses discursos regionalizados se configuram em estratégias que buscam legitimar o recorte espacial e o descaso governamental em relação à região, “justificado” a partir do discurso do “atraso civilizatório”. É o caso, por exemplo, da “Indústria da Seca”⁴⁵⁵, através da qual os governantes acabam por “angariar” votantes com o discurso ideológico de que o atraso econômico, presente na região Nordeste, se deve aos fatores climáticos característicos desta região, como a seca.

452 - Reis, A. C. (2007). Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa. Em: *As Identidades do Brasil 1 de Varnhagen a FHC*. 9ª Edição ampliada. Editora FGV. Rio de Janeiro.

453 - Mídia sulista: veículos de comunicação, sobretudo a TV Globo que tem sua sede no Rio de Janeiro e primeira filial em São Paulo, regiões Sul e Sudeste do Brasil.

454 - Discurso de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Ariano Suassuna, dentre outros literários. Ver a crítica que o autor faz a obra de Freire como uma “Brasilidade Nordestina”, ver Filho Zaidan, M. (2001). *O Fim do Nordeste & outros mitos*. Cortez. São Paulo, pp. 11-13. E ainda, Weffort, Francisco. Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre Cultura Nacional e Cultura Popular. Em: Valle, E. e José J. (orgs.) (1988). *A cultura do Povo*. 4ed. Cortez: Instituto de Estudos Especiais. São Paulo, 13-23.

455 - Ver Albuquerque Jr, D. M. (1999). Enredos da Tradição: invenção histórica da região Nordeste no Brasil. Em: *A invenção do Nordeste e outras artes*. FIN, ed.: massagana São Paulo. Cortez, Recife, p.150.

O Nordeste apresenta-se com realidades diferenciadas, múltiplas histórias de vida e comportamentos humanos, práticas e costumes diversos, que se contrapõem à unidade imagética e ilusória presente em discursos midiáticos, que procuram descrevê-lo sem considerar suas diferenças e pluralidade. Estereotipando e, ao mesmo tempo, rotulando sob a ideia de homogeneidade, o que é nordestino está “carregado” de problemas e de muita miséria. Vale destacar que o regionalismo foi visto, desde os seus primórdios, como elemento de fundamental importância para se conceituar e entender o nacionalismo. Assim, a busca de raízes regionais verdadeiras e originais configura-se na invenção da tradição⁴⁵⁶, estabelecendo uma conexão de sentidos entre territórios antigos e a nova territorialidade social existente, não ameaçando desta forma a desconstrução ou perda de privilégios que a memória individual e coletiva criaram. Deste modo continuam criando a tradição legitimadora da construção deste Nordeste “existente”.

Assim sendo, em nome de uma tradição cultural inventada e estabelecida, se mantêm discursos políticos por parte das oligarquias latifundiárias e sociais e rompe-se a possibilidade de criticidade do processo de continuidade histórica com raízes na linearidade e na manutenção dos estereótipos míticos. Neste sentido, a identidade regional não apresenta contradições nem pluralidades, visto que os preconceitos passam a ser naturalizados em favor desse tradicionalismo.

O cenário acima encontra-se em processo de crise, provocada, sobretudo, pelas influências da globalização que põem em cheque o conceito de “Nordeste tradicional” e de identidade regional. Em seu lugar, discutem-se as identidades múltiplas⁴⁵⁷, plurais, mutáveis e

456 - Concepção de Tradição inventada, apropriada de Hobsbawn, Eric, na Invenção das tradições, citado em capítulos anteriores a esse, concepção de tradição também presente no texto de Oliveira, L. L. (1987, dezembro). “*Repensando a tradição*”. *Ciência Hoje*, v.7, n. 38. E ainda, a Tradição inventada a partir da relação estabelecida com as experiências dos sujeitos. Ver: Giddens, A. (1991). *A Reflexividade da Modernidade*. Em: *As consequências da Modernidade*: Editora da UNESP, São Paulo, p. 44.

457 - Ver Hall, cit....,p.15

eccléticas, resultado do momento histórico presente. Com a expansão da globalização, as identidades das nações se confundem, dialogam, transitam em meio a uma e a outra. Vive-se, no mundo contemporâneo, um fenômeno de crise de identidade, resultado dessa tentativa de fusão e do não esclarecimento dos limites envolvidos. Sobre a diversidade do povo brasileiro diz Darcy Ribeiro:

Os brasileiros, se sabem, se sentem, se comportam, como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia. Essa unidade não significa, porém, nenhuma uniformidade. O homem se adaptou ao meio ambiente, e criou modos de vida diferentes. A urbanização contribuiu para uniformizar os brasileiros, sem eliminar suas diferenças. Fala-se em todo o país uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais. Mais do que uma simples etnia, o Brasil é um povo Nação assentado num território próprio para nele viver seu destino⁴⁵⁸.

3.3 – Interpretações da identidade nacional lusa e minhota

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação⁴⁵⁹.

458 - Darcy Ribeiro em entrevista concedida a TV Cultura descreve o Brasil a partir da presença dos imigrantes de várias nacionalidades, desde o século XVI. Também trata da imigração interna ocorrida na segunda metade do século XX, os brasileiros da região norte e nordeste que migraram para a região sudeste, em especial para o centro industrial concentrado no estado de São Paulo. Sobre esse tema da imigração interna brasileira, nos referimos na parte II desta tese, capítulo 4. A dinâmica do trabalho nas feiras, tópico 4.4. Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes, pp. 166-177. Sobre a citação de Darcy Ribeiro Acedido em 15 de Fevereiro de 2011, em:<http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/povobrasileiro3.htm>.

459 - Nos referimos a presença dos nativos indígenas, autóctones do Brasil, descendentes de grupos humanos que migraram da Ásia, e os imigrantes de múltiplas nacionalidades ao longo dos séculos da História do Brasil, que acabaram por promover intercâmbio entre os sujeitos, a exemplo dos portugueses, africanos, espanhóis, holandeses, franceses, alemães, italianos, libaneses, árabes, judeus, poloneses, ingleses, coreanos, sírios, japoneses, chineses, indianos, coreanos, estadunidenses, gregos, entre outras nacionalidades. “No nordeste (Norte) e centro-oeste quando do advento da colonização percebeu-se a maciça presença dos portugueses, holandeses e africanos. No sul e sudeste, a partir do século XVIII percebeu-se a presença maciça não só dos imigrantes nordestinos, mas também dos portugueses, italianos, alemães, japoneses, poloneses e russos, gerando um quadro de exuberante variedade cultural”. Ver: Brasil e Portugal-de mãos dadas para o futuro.

Se o Brasil contou, desde sua “origem”, perpassando por toda sua formação enquanto Colônia, Império, República e Nova República, com uma multiplicidade de sujeitos de origens diversas⁴⁶⁰, estabelecendo convívio diário com os imigrantes que desembarcaram nesse continente, do outro lado do Atlântico, em Portugal, a formação do ser português também sofreu muita influência externa. Diante da sua privilegiada posição geográfica, os lusitanos sempre se posicionaram como receptor de gente oriunda de todos os lugares do mundo. Aglutinando características receptoras das rotas de comércio e das migrações. Incorporando aquilo que já era comum na Península Ibérica desde os primórdios das “raças se misturarem” (como foi o caso dos árabes e judeu). O fato é que Portugal foi estimulado pelo contato, pelo convívio com os estrangeiros, o que notadamente acabou por influenciar no hibridismo cultural identitário de sua gente⁴⁶¹.

Sabemos que a nação Portuguesa, à época dos “Descobrimentos”⁴⁶²

(1987, janeiro de). *Facho, suplemento de O Comércio de Vila do Conde*. Nº 30, p. 3. Trabalho premiado de Fernando Alberto Vidal (2º prêmio) no Concurso Jornalístico Comunidade luso-brasileira.

460 - Hall, cit..., p.47.

461 - Ver Martins, G. d’O. (2007). Mas afinal quem somos? Em: *Portugal, identidade e diferença*. Coleção Trajectos, Gradiva. Lisboa, p. 31. Sobre a capacidade do português se miscigenar e promover o intercâmbio cultural, o autor descreve “o português assimilou adaptando-se. A miscigenação caracterizou a nossa presença no mundo, graças à adaptabilidade. Como realidade cultural complexa, albergamos na nossa personalidade fatores múltiplos e heterogêneos”.

462 - Para Godinho o fato dos portugueses terem chegado em mares nunca d’antes navegados, não significava descobrir, como se não existissem, uma vez que para ele “descobrir não se aplicaria ao movimento de expansão europeia, visto que as terras “descobertas” eram povoadas e conseqüentemente conhecidas dos povos que habitavam” Sugere então o termo achamento de terras desconhecidas pelos europeus, à época. Ver Godinho, Ver tradução João Fagundes. (1994). *O Papel de Portugal nos séculos VX-XVI que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo.*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa p. 15. Levamos em consideração a teoria do historiador português e a relacionamos ao tema deste texto, no sentido de fazer com que reflitamos em torno do fato de que se os portugueses ao chegarem por exemplo no Brasil encontrarem culturas já existentes, com os nativos, significa por assim dizer que com a conquista o estreitamento entre os povos promoveu um maior intercâmbio, dado inclusivamente a “abertura” que os portugueses davam a troca de hábitos culturais, que favoreceriam mais tarde uma ressignificação

e conquistas além-mar⁴⁶³, teve contato com culturas diversas e abastecia-se dessas fusões culturais no território luso:

Os Descobrimentos e o comércio, as conquistas, a colonização e a evangelização representam uma busca dos outros e do outro, e neste sentido uma tomada de contato com sociedades e civilizações diferentes, colocando frente a frente cristãos, muçulmanos, hindus, budistas, e outras religiões, bem como economias de técnicas desiguais e domínios compartimentados; vetores de interesses frequentemente divergente, mas também frequentemente susceptíveis de operar em conjunto (...)⁴⁶⁴.

Essa troca de experiências culturais se configura ainda na atualidade. Tanto é assim que quando os brasileiros chegam em Portugal, se sentem “na casa deles”, dadas as semelhanças dos hábitos culturais, que ultrapassam o aspecto linguístico⁴⁶⁵.

em torno da sua identidade lusa. Contudo, é bom que digamos que essa afirmação não desconsidera todo o eurocentrismo peculiar desses europeus, a exemplo do genocídio que muitos indígenas brasileiros foram vitimados em resistência a imposição dos ensinamentos da cultura europeia. Sobre a História dos índios no Brasil e sobre a origem do homem americano. Ver Cunha, M. C. da (ORG.) (1998). *História dos Índios no Brasil: Companhia das Letras*, São Paulo.

463 - Entendemos que a conquista se configurou ainda mais dos portugueses em suas Colônias, diante das Capitanias Hereditárias. Sobre as capitanias ver: L'Empire a Trois Dimensions. Em: *Synthèses de la culture portugaise. Histoire du Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. pp. 82-83. [tradução do título nossa: O Império em três dimensões. Em: *Resumos da cultura Portuguesa, História de Portugal*].

464 - Godinho, cit. ..., p. 44.

465 - Não queremos dizer que o Brasil é igual a Portugal, com a mesma cultura, pois consideramos as diferenças que são inúmeras, como trata a jornalista brasileira Vitorino, B. da S. (2007). A Identidade Cultural no dizer e suas margens, em: *Imigração Brasileira em Portugal identidades e perspectivas*: Editora Universitária Leopoldianum, Santos-SP, pp. 80-85. Para além da língua, outras questões se estabelecem em torno das identificações, como disse Freitas do Amaral, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, por ocasião do 30º aniversário das Independências dos Países de Língua Portuguesa, “a língua por si não cria relações sólidas e substanciais”. Vitorino, op. cit. ..., p. 91. Entretanto, não podemos negar as semelhanças que existem em ambos os territórios – culinárias, provérbios, festejos religiosos, ditos populares, relações de compadrio, arquitetura, entre outras semelhanças- que fazem com que os brasileiros e os portugueses se sintam na casa ao aportarem em território luso, ou brasileiro.

O debate teórico acerca da questão da identidade nacional portuguesa, diferentemente do que vimos no caso do Brasil, não é algo tão multifacetado e contraditório entre os historiadores portugueses contemporâneos. É consenso entre os mesmos que a reflexão acerca da identidade nacional não foi objeto de debate na mesma medida que em outras nações europeias, a exemplo da Espanha. As discussões em torno da temática são recentes, e só integram o debate historiográfico na segunda metade do século XX, após o fim do período ditatorial, em 1974-75⁴⁶⁶. A princípio eram questões que se encontravam inseridas no campo da memória social dos sujeitos, memória essa “escrita, não raro erudita, acessível a uma pequena parcela da comunidade em que se ensejam. Essa memória da nação teve as suas limitações – durante muito tempo permaneceu manuscrita, quando não oral⁴⁶⁷”.

Diferentemente de outras nações europeias e da América, Portugal, até o século XX, era mais emigrante que recebia imigrantes, de maneira que as diversidades culturais não eram tão demasiadas. Conforme o historiador Sérgio Matos, na sociedade portuguesa havia um,

(...) escasso peso das minorias étnicas, religiosas e linguísticas no todo nacional, de um modo geral nele integrado sem problemas; escassez de revoltas e rebeliões regionais e locais. Em tal contexto de relativa homogeneidade, de períodos de relativa estabilidade política e social (1851-1868; 1871-1890 ; 1932-1958) e de difusão de ideários nacionalistas, não surpreende que a história tenha sobretudo vincado um sentido da unidade nacional⁴⁶⁸.

466 - Matos, S. C. (2002, janeiro/junho) “A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, pp.123-139.

467 - Fato que era um complicador, uma vez que as diversidades étnicas e culturais muitas vezes não eram consideradas nesses debates, se criando um mito em torno de uma suposta homogeneidade territorial. Ver GODINHO, V. Magalhães 1982, “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, *Revista de História Econômica e Social* (Lisboa), 10, Jul. Dez: 1-13.

468 - Ver Matos, cit..., p.123. Os autores também concordam com a ideia de que Portugal era uma Nação conhecida por não ter grandes problemas étnicos: “Portugal não se defrontava com problemas de minorias étnicas e linguísticas ou com a instabilidade

Entretanto não nos esqueçamos de que essa visão de uma nação “igualitária” e aparentemente “sem conflitos” se constituiu como um ideário utilizado no século XIX através dos contributos da Revolução Liberal, que idealizava um país unido em busca de um só objetivo. Neste sentido, era preciso, portanto, que os portugueses se sentissem antes de tudo com a ideia de pertença⁴⁶⁹ a um território, identificando-se entre si com os mesmos objetivos. É sabido que “o conceito romântico de ‘espírito do povo` (Volkgeist) difundiu-se então entre os

política, situava-se apenas nos centros urbanos e na escassa população politizada que os habitava”. Ver: Pinto, A. C. e Monteiro, N. G. (2000). Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa. Em: Pinto, A. C. (org.). *Portugal Contemporâneo*. Sequitur, Madrid, p. 239. E ainda: “ (...) Mas de um modo geral, não tem revelado problemas de identidade nacional” ver Matos, S.C. (2002, janeiro/junho). *A formação de Portugal na historiografia contemporânea, Lusotopie*, pp.137-138.

469 - Esta concepção é completamente diferente daquela que sugeriu Ernest Renan, de Nação como sentimento e não apenas como estrutura de Estado. A Nação enquanto “discurso de pertença” proliferando “o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos (...) Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum”, ver Renan, E. Tradução Glaydson José da Silva. “Documento - Ernest Renan – O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882”. *Revista Aulas*, pp.18-19. Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. No caso citado o sentimento se refere às estratégias de “unidade” que emergem nos combates revolucionários, a exemplo do que aconteceu no Estado francês. Para se vencer um combate é preciso antes de tudo que os sujeitos se sintam ligados uns aos outros, se identifiquem com os mesmos ideais, e minimamente façam parte da “mesma” cultura. “As nações políticas ou cívicas são uma construção racionalista e voluntarista assente numa associação estatal de cidadãos livres, portanto, uma comunidade territorial de direitos civis e valores políticos firmada por um contrato social”, concepções defendidas por Smith e Rousseau. A esse respeito ver Ribeiro, R. (2004) “A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo”. *Cadernos do Noroeste. Série sociologia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 85-96 Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5646>. A autora destaca também a concepção de possibilidade de identidades plurais, diante dos “círculos concêntricos da identidade” defendidos por Smith, quando dizia ser possível um sujeito ter sentimento de pertença múltipla, “ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu”. Ver Smith, A. D (1999). *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Ed. Celta, Oeiras, Lisboa, pp. 212-214.

intelectuais burgueses como uma espécie de dogma”⁴⁷⁰. E ainda, “na verdade, o nacionalismo político moderno, que atravessava o discurso da Revolução Liberal (1820-34) e se prolonga em quase todas as correntes políticas posteriores, não se colocou nunca a questão de afirmar a existência da nação e a sua intrínseca unidade, mas sim a de regenerar da sua presente decadência”⁴⁷¹.

Nesse sentido, a historiografia portuguesa que se debruça sobre o aspecto identitário, até então - antes da Revolução Liberal de 1820 - elevava uma concepção de espírito mitológico e de heroísmos, oriundos das narrativas literárias. E, posteriormente, a revolução acrescentou ao gênero o espírito patriótico, adotado numa vertente positivista. Esta última concepção teórica deve-se aos discursos protagonizados nas obras de Alexandre Herculano⁴⁷² e do polígrafo Teófilo Braga.

Na segunda metade do século XIX,

A par de outras temáticas como a Cruzada, os Descobrimentos e a expansão ultramarina, a decadência e o atraso relativamente a outras nações europeias, a definição do herói nacional ou as relações com Castela, o problema da independência de Portugal e a sua permanência histórica constituíram um dos temas-chave da historiografia portuguesa, sobretudo a partir da revolução liberal de meados do século XIX. Tornou-se, de resto, numa das referências fundamentais na legitimação histórica do Estado português. O tema da formação de Portugal foi tratado em múltiplas perspectivas, tendo em conta, não raro, a questão das origens étnicas dos Portugueses, a autonomização do Estado no século XII, o território, a construção da nação e a sua continuidade no tempo⁴⁷³.

470 - Mattoso, J. (2003). *A identidade nacional*, Gradiva – Fundação Mário Soares, Lisboa, p.13.

471 - Pinto, cit..., p.233.

472 - Herculano, Al, (1875). Lopes, D. (dir.). *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III - 1810-1877*, 8ª ed. Definitiva, Ed. Aillaud & Bertrand. Lisboa.

473 - Matos, cit..., p. 124.

Na mesma época apareceram os discursos republicanos, protagonizados pelas elites, que vinculavam uma tímida “nacionalização das massas”, com os respectivos modelos de cidadania, cultuando símbolos nacionais, a exemplo do hino e da bandeira, e revisões conceituais acerca do nacionalismo português. Fatores amplamente divulgados nas escolas primárias e secundárias na altura. Tais aspetos, em verdade, eram estratégias que vislumbravam a fusão entre o patriotismo e o republicanismo⁴⁷⁴.

A partir dos finais do século XIX, a identidade nacional passa a ser alvo de debate devido, sobretudo, à difusão da imprensa. É importante lembrar, ainda, que essa identidade nacional é algo que, diante dos acontecimentos históricos - transição da Monarquia para República, - passa a ser construída. Não se trata, portanto, de algo natural, como divulgavam alguns autores nacionalistas à época⁴⁷⁵. As nações e as concepções de identidade são construídas a partir de um contexto e de um ideário que se estabelece em seu entorno:

As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido por muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes⁴⁷⁶.

Posteriormente, no Estado Novo e no período ditatorial vivido em território luso e nas Colônias de Portugal, a concepção de identidade que passou a ser implantada pelo regime constituía uma fusão entre Nacionalismo e Colonialismo, ou “Novo” colonialismo imperialista. As Colônias portuguesas, na altura, passaram a ser conceituadas como “províncias ultramarinas”. Fomentava-se, portanto, por parte do

474 - Ver Teixeira, N. (1996) *O Poder e a Guerra, 1914-1918*. Estampa, Lisboa. Apud Pinto, cit..., 239.

475 - Ver Mattoso, cit..., pp. 21 e 67.

476 - Ver Hobsbawm, E. (1998). *História nacional construída. Em: Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. Companhia das Letras, São Paulo, p.285.

Estado, a concepção de um Estado “uno e indivisível”. “A ‘nação’ transmutava-se em ‘pluricontinental’ e ‘pluri-racial’, e o ser português tornava-se inclusivo, étnica e culturalmente, com o cimento unificador da civilização cristã”⁴⁷⁷. Com isto, o Estado Novo lançava as primeiras ideias de uma comunidade portuguesa integrando as Colônias num espaço económico comum. Para tanto, fazia uso da imprensa nacional, através das publicações oficiais do SPN – Secretariado da Propaganda Nacional - aparelho de propaganda do Estado Novo⁴⁷⁸.

Após a década de 1980, com a nova fase de democratização e a inserção do país na Comunidade Europeia, os portugueses se viram diante de questões contextuais que “alteraram” a concepção identitária que tinham até então. Primeiro, com a adesão à CEE inaugura-se uma nova fase nas estruturas do país, um novo ciclo de crescimento e mudança social, no qual Portugal passou por uma significativa expansão urbanizacional embora o país permaneça, nesses aspectos, abaixo da média Europeia. Houve na altura, portanto, uma desagregação da sociedade rural, e os portugueses, ao contrário do que acontecera na década de 1970, passaram a imigrar internamente, e não mais para o estrangeiro como aconteceu nas províncias do norte e centro do país. Para além deste fato, assistiu-se também à proliferação do mito de que, diante do processo de descolonização vivido após a Revolução dos Cravos, em 1974, a Nação portuguesa não mais poderia contar com o capital das ex-Colônias, devendo os portugueses unir-se em torno dos interesses das forças produtivas nacionais, em prol do desenvolvimento do capitalismo luso. Neste sentido, discursos identitários nacionais levantados, por exemplo, pelo PCP- Partido Comunista Português,

477 - Pinto, cit..., 241.

478 - No Brasil também viu-se essa estratégia ideológica de publicitar as ideias do Regime Ditatorial, por intermédio dos órgãos de Imprensa Nacional, criado pelo regime. Nos referimos ao SNI, já citado anteriormente, quando mencionamos os Departamentos criados pelo Regime Militar, que tinham a função de fiscalizar e censurar as ideologias contrárias ao Regime.

consolidaram este tipo de opinião pública⁴⁷⁹.

Entre as justificativas para a adesão de Portugal à CEE estava a descolonização. Parecia que o país precisava compensar a perda das Colônias. Para isto, a saída seria a adesão ao bloco europeu. Assim, a concordância dos portugueses em relação à iniciativa do governo cresceu significativamente: se entre os anos 1980 a 1982 o percentual era de 24.4%, em 1993 cresceu para 65%. Somado a isto, as mudanças na infraestrutura contribuíram para o sentimento que os lusos passaram a ter de “orgulho nacional”⁴⁸⁰.

Contudo, convém lembrar que muitos dos depoentes entrevistados neste estudo, se no passado aprovaram a adesão de Portugal à CEE, como foi verificado em pesquisa anterior, em 2007, quando os ouvimos, demonstravam agora repúdio e desaprovação em relação à moeda única, o euro. É à esta moeda única que eles atribuem a diminuição dos seus respectivos negócios nas feiras e não só à concorrência. Na sua opinião, a diminuição do poder de compra dos portugueses deve-se à substituição do escudo, moeda portuguesa utilizada anteriormente.

O que parece ficar claro entre os teóricos da historiografia portuguesa é a necessidade de a sociedade experimentar todo o processo de democratização e de descolonização, para que passasse a desconsiderar o tempo passado⁴⁸¹ como uma “idade de ouro”. A partir dos conflitos e de suas “perdas”, a sociedade portuguesa passou a sustentar uma outra concepção de História e de identidade nacional.

479 - Pinto, A. C. e Monteiro, N. (2005). A Identidade Nacional Portuguesa. Em: Portugal Contemporâneo. Antônio Costa Pinto (coord.). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 63.
480 - Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Heptágono, Lisboa, p. 255.

481 - Pelo passado entendemos que, “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que seja para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” ver Hobsbawm, E. (1998). O sentido do passado. Em: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 22.

Como afirma Mattoso,

A História passou, então, a poder narrar um passado real, com ganhos e perdas, com avanços e recuos, fidelidades e traições, sucessos e insucessos, unanimidades e contradições; e, apesar de tudo, como um passado constitutivo da coesão nacional, pelo simples fato de ser um passado comum e de resultar de uma experiência vivida em conjunto ou tornada memória coletiva. É possível que as transformações a que aludimos tenham também alguma incidência sobre o próprio comportamento habitual dos portugueses⁴⁸².

Tendo em consideração estas interpretações identitárias, de que maneira pode-se relacionar identidade nacional com um bloco econômico capitalista formado por um conjunto de países que fazem parte da Comunidade Europeia? É possível adotarmos, na atualidade, o mesmo conceito de identidade nacional que foi formulado na época moderna, no século XVIII, com a consolidação dos Estados Nacionais? Em que medida todas essas ideias - nacionalismo, identidade nacional, comunidade europeia, identidade europeia - se articulam com o fenômeno presente da globalização? Certamente que este estudo não dará conta das respostas para estas indagações, não só pela complexidade do tema, mas também por não ser o principal objetivo deste trabalho. Entretanto, ousamos fazer algumas reflexões em torno deste debate. De acordo com a historiadora Anne-Marie Thisse, pertencente à escola da “Construção Nacional”, a nação não é um dado inato, mas socialmente construído⁴⁸³. Isto também já havia dito o historiador Terence Ranger em relação à ideia de nacionalismo adotada pelos imperialistas europeus durante o processo de colonização africana, um nacionalismo “forjado” pelos interesses ideológicos de dominação de um povo em relação a outro: “os colonizadores basearam-se nas tradições europeias tanto para definir quanto para justificar sua

482 - Mattoso, cit..., pp. 60-61

483 - Thisse, A. (2000) *Identidade Europeia*. Em: *A criação das Identidades Nacionais. Europa séculos XVIII-XX*. Tradução Sandra Silva: Temas e debates, Lisboa, pp. 277-280.

posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi, às vezes, possível incluir os africanos”⁴⁸⁴.

Para Thisse, a globalização, o avanço dos veículos de comunicação com a ferramenta da internet, promovem por um lado o estreitamento das distâncias e os intercâmbios culturais⁴⁸⁵, e por outro são também responsáveis pela expansão de uma nova dinâmica de imperialismo econômico, que se configura no poder das multinacionais e na mobilidade do capital financeiro não restrito às possibilidades de controlo da produção e distribuição da riqueza por parte dos Estados. Assim, sobre a relação estabelecida entre a CEE, a globalização e a ideia de identidade coletiva, a autora argumenta:

A Europa cria uma estrutura destinada a responder aos desafios da economia mundial. A sua concepção deriva dos Estados. A E.U. promulga regras comunitárias, instaura no seu território a livre circulação de pessoas e bens, emite uma moeda, tem um parlamento e um executivo. Falta-lhe, em contrapartida, tudo aquilo que corresponde à Nação: uma identidade coletiva⁴⁸⁶, a ligação de um território comum, o ideal partilhado de uma fraternidade solidária. No atual estado das coisas,

484 - Ranger, T. (2002). *A Invenção da Tradição na África Colonial*. Em: Hobsbawm, Eric. Ranger, T (orgs). *A Invenção das Tradições*. 3ª Ed.: Paz e Terra, Rio de Janeiro p. 219.

485 - Pensamos ser incontestáveis as benfeitorias que a nova tecnologia tem trazido para Portugal e todos os países envolvidos nesse processo global. Entretanto, concordamos com não só com a autora quanto aos impactos causados pela mundialização dessa cultura, como também com o também historiador Vitorino Godinho, quando o mesmo traz uma preocupação atual, em seu texto *Sistema de Património Cultural*, em que critica a preocupação dos governos em investimentos tecnológicos que atendem aos interesses mercadológicos, enquanto os investimentos numa Educação básica de qualidade, minimizando os índices de analfabetismos, com iniciativas culturais conexas, não são alvo de investimentos. A esse respeito ver: Godinho, V. M. (2010). *Sistema de Património Cultural*. Em: *Os Problemas de Portugal Mudar de Rumo*: Edições Colibri, Lisboa, p. 73 e ainda reflexões sobre a “Cultura Europeia”, objeto político não identificado, acordos sobre as Comunicações na nova ordem da CEE. Ver Matterlart, A. (2005). *O mercado da televisão sem fronteiras*. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo pp. 116-118.

486 - Entendemos que a Identidade Coletiva é como define Taylor formada a partir dos aspectos sociais, sendo portanto identidade social coletiva. A esse respeito ver: Taylor, C. (1994). *Identidade*. Em: *Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento*. Charles Taylor (org.). Tradução Marta Machado: Instituto Piaget, Lisboa, PP. 166-168.

os Europeus parecem estar tão providos de identidade nacional quanto desprovidos de identidade europeia⁴⁸⁷.

Sem a intenção de simplificar os fatos e tendo em conta tudo o que foi até aqui exposto a respeito da formação da identidade portuguesa, temos que considerar que a História de Portugal, desde a sua origem, passando pela fase de expansão e conquistas, foi marcada pela simbiose entre muitos povos. Presentemente, diante de sua inserção na Comunidade dos Estados Europeus e de outros processos associados à globalização, tem recebido um número cada vez maior de imigrantes, fato que tem promovido a hibridação cultural deste país “pluricontinental”⁴⁸⁸. Logo a identidade portuguesa acaba por ser (re) inventada a todo momento.

Diminuindo a escala de análise e abordando as mesmas questões em relação à região minhota, concordamos com Fernandes que,

(...) Não podemos deixar de associar à identidade portuguesa um processo que foi, antes de mais, territorial: de expansão de soberanias; de alargamento de horizontes; de edificação de uma fronteira cultural que constitui o estado-nação português ⁴⁸⁹.

Tratar da identidade minhota contemporânea em Portugal é considerarmos, sobretudo, a diversidade cultural que o território luso possui e os desequilíbrios regionais presentes ao longo da História, e que ainda são inerentes ao processo de urbanização e modernização, incluindo processos migratórios inter-regionais.

487 - Thisset, cit..., p. 280.

488 - “Pluricontinental”, termo apropriado de Moreira, F. A. T. (2006), “Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade”, *Revista de Letras (Vila Real), Série II, N. 5, Dez:* 165-172.

489 - Fernandes, J. L. (1999); “Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo”; Em *A Identidade Portuguesa*; Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas; Série História e Geografia, nº1; Faculdade de Letras; Coimbra, p.5.

Com a urbanização pós década de 1990, vinculada à inserção de Portugal na CEE, muitos Concelhos e capitais dos distritos passaram a ser opção de morada dos munícipes das aldeias⁴⁹⁰. Estas cidades, por sua vez, passaram a ter características de sustentabilidade e de desenvolvimento, como é o caso de instalações de equipamentos comerciais de consumo que se estabelecem nesses territórios readequados à nova dinâmica cidadina:

Portugal é um país onde, ao mesmo tempo em que o consumo de território ganha exigências de qualidade, a deixar antever uma transição para um ciclo de desenvolvimento mais elaborado e completo, também encontramos territorialidades características de uma população que entrou há pouco na sociedade de consumo: as geografias urbanas portuguesas estão marcadas por este fato são as “lojas de trezentos”, são os hipermercados, é a excessiva utilização do automóvel particular, apenas para citar alguns exemplos⁴⁹¹.

Tal “desenvolvimento” nessas cidades, em relação a outros sítios mais distantes, repercute-se em níveis de desenvolvimento heterogêneos, causando diferenças regionais. Sabemos que esse desequilíbrio regional em Portugal, assim como ocorre no Brasil, se acentua em decorrência dos processos de ocupação e de divisões regionais ao longo da própria História.

Assim, convém lembrar que, desde os primórdios, a própria determinação e definição dos lugares e das divisas geográficas que conceberiam as regiões Nordeste⁴⁹² no Brasil e Minho em Portugal

490 - Cardoso, A. e Silva, M C. O Rural-Urbano na Região Minhota. (Des) Continuidades, assimetrias e dependências. Em: *Minho. Traços de Identidade*. Paulo Pereira (Coord.) Braga: Universidade do Minho, 2009. pp. 636-669. Acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em; http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_2131/20090327429152283779.pdf.

491 - Fernandes, cit..., p. 11

492 - Região que sediou a primeira fase do processo de colonização portuguesa. Em 1963, o IBGE passou a considerar a região Nordeste, com uma das cinco regiões pertencentes a Federação Brasileira. A região se apresenta como a maior em população e extensão territorial do país, e conta com nove estados pertencentes a mesma. Dentre elas os três estados onde se localizam as feiras investigadas no presente estudo: estado da Paraíba (cidade de Campina Grande), estado de Pernambuco (cidade de Caruaru) e Bahia (cidade

foram conflituosas. Tanto é assim que, até hoje no Brasil, por exemplo, as pessoas que migram do Nordeste para a região sul são chamadas de nordestinos, ou vindos do Nordeste. No caso do território luso verificamos o mesmo fenômeno, uma vez que a definição da região como Minho só foi de fato concretizada pela da reforma administrativa ocorrida em 1936. Antes disso, após o período revolucionário de 1832 é que a Região do Minho passa a ganhar viabilidade enquanto divisão natural. Apesar da reforma administrativa de 1936, os minhotos não sabiam ao certo a que região pertencia, o que acabava por gerar conflitos em relação às suas identidades territoriais. Somente com a Constituição de 1976, após o 25 de Abril, é que, ao menos no vocabulário administrativo, esta região passou a ter respaldo jurídico enquanto região⁴⁹³.

Enfim, o Minho nomeia atualmente, da forma abreviada, uma região que antes se chamava, com mais propriedade Entre-Douro-e-Minho, tomando, pois como referentes dois cursos de água, como se fosse habitada por povos sem nome ou sem que entre eles houvesse um que fosse dominante. O que dizemos de Entre-Douro-e-Minho pode, afinal ser verdadeiro para todo o território nacional. O poder político ignorou sempre os povos que viviam nos territórios onde acabou por dominar⁴⁹⁴.

Mesmo com a “criação” oficial da região do Minho e as demais regiões, o desequilíbrio regional em Portugal, como ocorre no Brasil, é visível. “As condições geoclimáticas levam a distinguir o Norte, o Centro e o Sul de onde se destacam os territórios portugueses e

de Salvador, capital do estado). Sobre características gerais da Região Nordeste, acessado em 21 de Fevereiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Nordeste_do_Brasil,

493 - Até 1824 a região ainda não tinha sido formada. Na verdade não era considerada nem como Província, embora já existisse em termos territoriais. Região que atualmente se define como Noroeste Português, sedia 23 concelhos. Dentre eles os três que compõem este estudo. Sobre as características gerais da região acessado em 21 de Fevereiro de 2011, em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_\(província\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_(província)).

494 - Mattoso, cit..., pp.44-45

lisboeta”⁴⁹⁵. Assim, Portugal torna-se conhecido pelas suas diferentes áreas: “um Norte populoso, acidentado e conservador, o Atlântico e a sua influência e ‘um sul de habitat aglomerado, plano e progressivo’, o Mediterrâneo e a sua demonstração”⁴⁹⁶. Logo, as diferenças sociais e econômicas entre as regiões do Algarve, e todo o perímetro de Lisboa são incontestáveis gerando problemas, nesses sítios, quanto ao acúmulo populacional diante das elevadas taxas de emigração interna e externa. Simultaneamente criam-se as dependências de uma região em detrimento de outra, em nome de uma “suposta” unidade e uniformidade cultural. Como afirma Mattoso,

(...) Dito de uma forma simplificada, e não tendo em conta os fenômenos sociais, poder-se-ia dizer que a aparente uniformidade cultural portuguesa esconde a dominação do Sul pelo Norte depois de o Estado português se ter apropriado da cultura do Norte⁴⁹⁷.

Contudo, acreditamos que seja nas identidades dos brasileiros, nordestinos, ou de outras regiões, como também dos portugueses, minhotos ou não, que as construções identitárias dos sujeitos se dão como processos de invenções, como bem esclareceu Hobsbawm, e ainda no contato com o outro respeitando as diferenças de quem somos. A alteridade é que nos define. “A busca do outro talvez seja o caminho pelo qual cada um de nós consegue chegar a si próprio. Para aproximarmo-nos àquilo que somos temos de passar pelo outro”⁴⁹⁸.

Para além deste fato, é bom lembrar que o contato com o outro promove

495 - Godinho, cit..., 90.

496 - Martins, cit..., p. 68.

497 - Mattoso, cit..., p.6

498 - José Saramago citado por Blockeel, Francesca, *Literatura Juvenil Portuguesa: Identidade e Alteridade*, Lisboa: Caminho, 2001, apud, Moreira, cit..., p. 171. E ainda, sobre a respeito da concepção teórica da identidade atual. Ver: Barbalho, A. Cultura e Diferença: alguns apontamentos teóricos (e políticos). Em: Ramos, Natália e Rubim, A (orgs.). (2008). Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal. Coleção Cult.: EDUFBA, Salvador pp. 303-319. O autor destaca a relação estabelecida entre Identidade, Alteridade e Autenticidade: “ (...) A identidade e a alteridade são interdependentes e produzidas em um mesmo processo. Seus sentidos não são fixos e relativizam as noções de “autoridade” e “autenticidade” culturais.” *Ib dem*, p. 304.

também a possibilidade de simbiose, de hibridismo. Foi assim no passado. No contato entre os povos colonizados e os colonizadores. E hoje, com a Globalização e o encurtamento das distâncias, essa miscigenação tem-se expandido ainda mais. A identidade cultural dos sujeitos na atualidade é fundamentada nos hibridismos⁴⁹⁹, que resultam da conciliação em torno da diversidade cultural⁵⁰⁰ dos povos, evidenciadas na circularidade cultural entre o global/ local⁵⁰¹:

A diversidade cultural e a pluralidade de pertenças obrigam a recusar as identidades fechadas. As identidades só ganham pleno sentido desde que estejam abertas e disponíveis para dar e receber, e para assegurarem um permanente diálogo entre a tradição e a modernidade⁵⁰².

Ainda em relação ao aspecto identitário, ressaltamos que estamos diante de realidades múltiplas, que significam posturas

499 - Nos apoiamos no conceito de Híbrida Cultural adotado por Canclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo, México.

500 - O termo Diversidade Cultural tem sido alvo de modismo, quando se refere a temática da Globalização. Devemos estar atento para o emprego do termo, afim de não utilizarmos inequivocamente. A respeito dessa reflexão ver Cavalcanti, B. C. (2008). *Narrativas de Cultura e Movimento dos atores*. Em: *Transversalidade da Cultura*. Linda Rubim & Nadja Miranda (orgs.). Coleção Cult: EDUFBA, Salvador pp. 79-91. Quanto ao conceito de diversidade cultural, o autor se pronuncia: “ A diversidade cultural, portanto, envolve vários níveis de interesse e de participação. Tanto pode ser moeda de apropriação demagógica da diferença quanto um espelho das reivindicações por direitos que se produzem em espaços de discussões e nas manifestações de ruas. Enfim, pode representar uma infinita gama de possibilidades para o advento de micropolíticas quotidianas onde, à sua maneira, cada grupo ou sujeito concebe seu estar no mundo com uma singularidade que se mostra, e se monta, neste mesmo processo, levando á construção e reconstrução de identidades e identificações culturais muitas vezes reivindicadoras de novas ortodoxias culturais” Ibidem p. 85.

501 - Reflexões sobre a circularidade global/local. Ver Mattelart, A. (2005). *As armadilhas do Relativismo Cultural*. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo, pp. 105-107.

502 - E continua: descrevendo os significados de tradição e modernidade, destacando a relação entre ambas e portanto o hibridismo: “ (...) Tradição deve significar dádiva, entrega, gratuidade. Modernidade significa o que em cada momento acrescentamos à herança recebida (...) A novidade resulta sempre desse rico diálogo entre o que recebemos e o que criamos (...) as casas, os lugares, as regiões, os povos, as nações tem um espírito, sempre feito de diferenças e de complementaridades”. Martins, CIT..., p. 250.

múltiplas também em relação ao cotidiano, o que acaba por influenciar as identidades plurais evidenciadas na pós-modernidade. Com efeito, percebemos que a complexidade da vida moderna exige que se assumam identidades diferenciadas que entram em conflito constantemente. Nesse sentido, ao invés de se pensar sobre identidade como um fato já concluído, devemos pensar sobre identidade como uma ‘produção’ que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre constituída dentro e não fora da representação, isto é, do discurso. Ou ainda, conforme Parmar, “as identidades nunca são fixas, mas complexas, diferenciadas e constantemente re-posicionadas”⁵⁰³.

Com a pós-modernidade, chega-se ao consenso⁵⁰⁴ de que as concepções que se tem sobre identidade não são nunca singulares, mas multiplamente construídas em discursos, práticas e posições que podem cruzar-se ou serem antagônicos. As identidades estão, portanto, sujeitas à historicização radical⁵⁰⁵, em constante processo de transformação e mudança. Por outro lado, “a Globalização Cultural tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas”⁵⁰⁶. No caso específico dos sujeitos investigados, vemos os feirantes como pertencentes a uma classe social, a qual

503 - Parmar, P. (1990). *E black Feminism: The politics of articulation*. Em: *Identity: Community, Culture, difference*. Rutheford, J. (ed.): Wishart, London, p. 101.

504 - Embora seja de fato consenso, sobretudo para os adeptos dos Estudos Culturais. Há, no entanto uma preocupação em torno dessa concepção multifacetada de mundo, diante de tanta desarticulação e dispersão que acabam por multifacetar também as identidades coletivas. A esse respeito ver: Geertz, C. (2001). *O Mundo em Pedacos: Cultura e política no fim do século*. Em: *Nova Luz sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro: Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro pp. 191-228.

505 - Ver Hall, S. Quem precisa da identidade? Em: Silva, T. T. da (Org.). (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*: Vozes, Petrópolis-RJ, p 103-133. Sobre a multiplicidade das identidades Hall destaca: “ (...) não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando em processo de mutação e transformação” Idem, p. 108.

506 - Ver Hall, S. (2003). A questão multicultural. Em: Sovick, L. (Org.). *Da Diáspora-Identidades e mediações culturais*. Editora da UFMG, Brasília, p. 59.

surge no instante em que eles se dão conta da sua representatividade como categoria histórica e analítica. As experiências desses sujeitos, que são rememoradas por meio da memória coletiva, dizem como esses homens e mulheres viveram e vivem, evidenciando as relações sociais⁵⁰⁷ de que são agentes, bem como o contexto cultural em que estão inseridos. Neste sentido, vemos os feirantes portugueses e os brasileiros a partir de suas realidades específicas, de acordo com seus valores culturais e suas experiências coletivas, tendo em consideração que a formação da classe não ocorre de maneira isolada. A classe é uma categoria histórica, que teve sua formação a partir das experiências sociais e culturais, onde ocorre uma relação dialética entre a economia, os valores, elementos culturais e os materiais existentes. Para entendermos os discursos anunciados pelos feirantes e fregueses, é preciso considerarmos a relação dialética existente entre a experiência deles e a consciência social⁵⁰⁸. Contudo, consideramos que estas experiências são determinadas pelo ser social, pelo lugar que esses sujeitos ocupam dentro das estruturas, das relações humanas no mundo material.

Relacionado à nossa temática, quanto à realidade das feiras analisadas, percebemos que essa característica identitária plural da pós-modernidade também está presente, tendo em vista existir uma troca de posicionamentos, de posturas em relação aos lugares que se ocupam. Assim, a concepção que se tem das feiras é diferenciada para o feirante e para o freguês, tomando por base o seu posicionamento no local. No entanto, tal concepção muda quando se altera também o lugar de onde se está falando. Além disso, também percebemos que, diante da abertura política vivenciada em Portugal com a nova

507 - Ver Thompson, E.P. (2001). "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'", em *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*: Editora da Unicamp, Campinas, p. 277.

508 - Ver a concepção de experiência e consciência social de Thompson em Desnan, S. (1995). "Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis", Em: Lynn Hunt (ed.). *A Nova História Cultural.*, Martins Fontes, São Paulo, pp.73.

inserção do país na CEE⁵⁰⁹, como já observamos anteriormente, pessoas de nacionalidades e de naturalidades diferentes começaram a transitar com maior facilidade em território luso, trazendo consigo não só os seus costumes, mas também produtos de origens diversas para serem comercializados nas feiras minhotas. Esse fato foi intensificado com a globalização⁵¹⁰ e o neoliberalismo, influenciando as mudanças de hábitos e de vida desta sociedade, acarretando mudanças de posturas e de perfis identitários. Nos referimos, sobretudo, à presença dos chineses, dos africanos, dos portugueses de regiões diversas que migraram para a região noroeste do país, dos ciganos⁵¹¹, que com uma etnia múltipla, diversa, mesmo que possuam a nacionalidade portuguesa, se apresentam de forma diferente nos sítios onde se fazem as feiras.

Mas de que formas esses feirantes e fregueses se apresentam nas feiras contemporâneas? De igual maneira, dos dois lados do Atlântico? E o período 1986-2007, de que modo influenciou a construção dessas identidades? Quem são os protagonistas destas feiras contemporâneas? Quais são suas origens? Estas são impactantes na construção das identidades clivadas? A que sítios pertencem? E as mulheres, como se apresentam na dinâmica das feiras atuais? Sempre desenvolveram os mesmos papéis que atualmente? E os homens, as suas posturas são diferenciados? Quais são as atividades exercidas por elas e eles nas feiras da atualidade? Ainda passam por uma questão de gênero, como foi no passado? Em que medida os feirantes e fregueses “trocam” de

509 - Ver Alves, J. (2005). Feiras e mercado interno na História contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Actas do 3º Encontro de História. *Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea*. Terra e Terra, N. 31. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, pp. 155-165.

510 - Ianni, O. (2007). *A Aldeia Global*. Em: *Teorias da Globalização*. 14ª Ed.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 117-142.

511 - Esta apresentação divergente se dá no ritual de “fazer” a feira acontecer, nos seus gestos, nas formas de chamar atenção do cliente, nas formas de “regatear” os preços, de convencer os clientes a comprar os seus produtos, na indumentária, vestimenta com que se portam, dentre outros aspectos.

lugares, promovendo a hibridação identitária? As categorias feirantes e fregueses existem de maneira isolada ou se relacionam entre si? Os feirantes se reconhecem como pertencentes a uma determinada categoria social, defendendo os interesses coletivos, ou estão preocupados com interesses particulares? Estas são algumas das questões que levantamos aos nossos entrevistados e que acreditamos estarem relacionadas direta ou indiretamente com as práticas culturais e identitárias evidenciadas em torno das feiras pesquisadas, e com as quais dialogamos, seja na região minhota portuguesa, ou nordestina brasileira.

3.4 – Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses

(...) Nação refere-se tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso - a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento⁵¹².

As feiras constituem, na atualidade, espaços de imbricação de diversas territorialidades, em virtude de sua composição incluir origens múltiplas, que vão desde as mercadorias expostas, até os sujeitos que nelas transitam. Esta multiplicidade quanto às origens dos produtos e dos sujeitos enseja o que denominamos anteriormente de identidades multifacetadas, ou identidades plurais. Tal dinâmica será tratada neste texto a partir dos protagonistas deste lócus de convivência plural.

A multiplicidade dos agentes está presente em todas as feiras investigadas neste estudo. Em território luso e em solo brasileiro observamos diversidade na origem (naturalidade e morada) dos que as frequentam. A constatação desta variedade verifica-se não

512 - Brennan, (1990). T. "The national longing for form. Em Bhabha, H. (org.). Narrating the Nation: Routledge, Londres, p. 45. Apud, Hall, S. (1998). A identidade em questão. Em: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louira. 2. ed; DP&A, Rio de Janeiro, p. 60.

só nas estatísticas dos dados coletados, mas principalmente nos aspectos visíveis que giram em torno do ecletismo das aparências dos sujeitos, na multiplicidade das tonalidades de suas peles, nas falas que misturam idiomas e sotaques, ou seja, aparências diversas no vestir, no falar e nas experiências contadas em seus depoimentos, que traduzem a diversidade das relações humanas⁵¹³. A tal constatação também chegou Joel Anuniação, comunicador e feirante brasileiro há 13 anos, em entrevista concedida a um impresso baiano:

Tem mistura de muita gente, de todas as raças, de todas as graças, de todos os credos, de todas as cores. Mistura de gente, pois aqui ninguém é melhor, ninguém é pior. (...) A feira é de todos, foi Deus quem nos deu! (...) Às cores das pessoas, se misturam as cores das frutas frescas, dos legumes e das hortaliças. Cores das carnes, dos cereais, da farinha de mandioca... cores das cerâmicas, dos artesanatos, das flores⁵¹⁴.

Nesse contexto, as feiras, na contemporaneidade, são territórios que podem, num certo sentido, ser classificados como desterritorializados. Promovem formas de sociabilidade inerentes a espaços formados por multidões populares com objetivos múltiplos — de compra, venda, pesquisa, barganha, passeio, encontro, desencontro, entre outros, fazendo da feira lugar catalisador de agentes sociais plurais. Como nota Mascarenhas,

Progressivamente, as feiras se tornaram territorialidades populares. Territórios formatados pelos sectores hegemônicos para a realização da mercadoria, mas que por aglomerar multidões resultaram em expressivos espaços de sociabilidade. Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios “econômicos”, como

513 - As relações humanas presentes da Feira soteropolitana foram citadas pelas autoras no texto, Quirino, F. e Mattedi, M R. (2006). “A Feira de São Joaquim”. *Revista acadêmica da UNIFACS*. Vol.10, N. 1, pp. 1-11. Em: «www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/.../20/15» Acedido em 28 de Fevereiro de 2011.

514 - Vem que te mostro, freguês (2001, 27 de Janeiro). *Correio da Bahia*. Salvador.

Mas qual a origem desses personagens que transitam no universo das feiras investigadas? De onde são os feirantes e de onde vêm seus fregueses?

Iniciamos lembrando que os formatos quanto ao funcionamento das feiras são diferenciados. Tal característica faz com que múltiplas sejam também as moradas e as naturalidades dos feirantes e fregueses. Se, no Brasil, as feiras nordestinas investigadas funcionam diariamente nos mesmos lugares, em Portugal como um todo, seja no norte, centro ou sul, as feiras acontecem diariamente também, mas em sítios diferentes. Logo, ao contrário do que ocorre no Brasil, seus feirantes são itinerantes e os fregueses são fixos (moradores da sede do Concelho), e também itinerantes (com moradas diversas). Entretanto, convém lembrar que, no caso da feira de produtos importados e da Sulanca em Caruaru, também se verifica fenômeno semelhante das feiras lusitanas, ou seja, quando feirantes e fregueses são itinerantes.

As observações acima não implicam que as identidades plurais estejam vinculadas apenas aos feirantes portugueses e aos brasileiros que exercem sua atividade nas feiras da Sulanca e de importados na feira de Caruaru, enquanto os fregueses que frequentam todas as feiras investigadas, em virtude de serem fixos, possuem identidades unas. O que torna as identidades plurais são os impactos nos sujeitos, decorrentes das dinâmicas de convívio e de sociabilidade, elementos responsáveis pela simbiose cultural peculiar na contemporaneidade. Os resultados apresentados nas tabelas a seguir são um demonstrativo da diversidade existente em relação às naturalidades dos feirantes e dos fregueses entrevistados neste estudo. Nelas podemos observar a multiplicidade dos lugares e, portanto, de suas respectivas origens tanto em Portugal como no Brasil.

515 - Mascarenhas, G. (2008/Agosto) "Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea". *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 4. Goiânia, pp.74-75.

Tabela 36 – Demonstrativo da naturalidade dos feirantes nas feiras investigadas (Locais e quantitativo).

NATURALIDADE	PORTUGAL PERCENTUAL	NATURALIDADE	BRASIL PERCENTUAL
Braga	15%	Campina Grande – PB	15%
Barcelos	10%	Caruaru – PE	10%
Ponte de Lima	7%	Salvador – BA	7%
Póvoa do Varzim	5%	Lagoa Seca – PB	5%
Porto	5%	Alagoa Nova – PB	5%
Maia	5%	São Joaquim do Monte – PE	5%
Valença	3%	Simão Dias – SE	3%
Val-de-vez	3%	Santo Antônio de Jesus – BA	3%
Amarante	3%	Nazaré da Farinha – BA	3%
Paradela	3%	Patos – PB	3%
Vila Verde	3%	Queimadas – PB	3%
Vila Nova de Famalicão	2%	São Paulo – SP	2%
Seixal	2%	Ingá – PB	2%
Penafiel	2%	Esperança – PB	2%
Lisboa	2%	Toritama – PE	2%
Gilmonde	2%	Garanhuns – PE	2%
Silveiros	2%	Águas Belas – PE	2%
Remelhe	2%	Recife – PE	2%
Amares	2%	Vitória de Santo Antão – PE	2%
Viana do Castelo	2%	Serra Talhada - PE	2%
Monte Zelos (Vila Real)	2%	Ipojuca – PE	2%
Monção	2%	Bonito – PE	2%
Felgueiras	2%	Canaragibe – PE	2%
Fradeiras	2%	Itabaianinha – SE	2%
Chaves	2%	São Gonçalo do Campo – BA	2%
Melgarço	2%	São Braz – AL	2%
Vila do Conde	2%	Valença – BA	2%
Vila Chã	2%	Arara – BA	2%
Santo Tirso	2%	Muritiba – BA	2%
Gondomar	2%	Feira de Santana – BA	2%

Rio Mau	2%	Bom Jesus dos Pobres – BA	2%
Vila Nova de Gaia	2%		
Mesão Frio	2%		
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Tabela 37 – Demonstrativo da naturalidade dos fregueses nas feiras investigadas (Locais e quantitativo).

NATURALIDADE	PORTUGAL PERCENTUAL	NATURALIDADE	BRASIL PERCENTUAL
Barcelos	12%	Salvador –BA	22%
Braga	8%	Campina Grande-PB	12%
Ponte de Lima	8%	Caruaru – PE	12%
Guimarães	7%	Aracajú – SE	5%
Porto	7%	Recife-PE	5%
Covilhã	5%	Barra de Guarabira – PE	3%
Vila Nova de Famalicão	5%	João Pessoa-PB	3%
Vila Conde	5%	Lagoa Seca-PB	3%
Aver-o-mar	3%	Pilar-PB	3%
Lisboa	3%	São Paulo-SP	3%
Mirandela	3%	Bonito – PE	2%
Montalegre	3%	Caicó – RN	2%
Póvoa Varzim	3%	Cachoeira -BA	2%
Avelada	2%	Esperança-PB	2%
Angola	2%	Estados Unidos da América	2%
Arco Zelo	2%	Fagundes-PB	2%
Brasil	2%	Fortaleza-CE	2%
Bagunte	2%	Guarabira – PB	2%
Ferreiró	2%	Ipiauí -BA	2%
Funchal	2%	Palmares – PE	2%
Gondomar	2%	Paratinga -BA	2%
Maia	2%	Patos-PB	2%
Melgaço	2%	Petrolina-PE	2%
Moure	2%	Rio de Janeiro-RJ	2%
Penafiel	2%	São Luiz -MA	2%

Romênia	2%	Santa Antônio de Jesus –BA	2%
Viana Castelo	2%	Serra Redonda-PB	2%
Vila Real	2%		
Vila Nova de Gaia	2%		
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Na vida quotidiana das cidades, sejam elas metrópoles ou não, vê-se uma multiplicidade de sujeitos. Percebemos os diferentes lugares de busca pela sobrevivência dos múltiplos grupos sociais que nelas transitam. As feiras representam um desses lugares de sobrevivência e de encontro de diferentes estratos sociais, e, neste sentido, expressam a diversidade da sociedade contemporânea. De acordo com Brumes, “As cidades são dinâmicas e representam a expressão material da organização e mudanças das promovidas pela sociedade; elas são um produto das relações humanas, transformando-se quando a sociedade se transforma”⁵¹⁶. As feiras também representam, como já foi dito, lugares de encontro, de troca e da vivência coletiva.

Para ilustrar a afirmação de que as feiras aglutinam a diversidade identitária e cultural, expressam a sociedade no que tange às diferenças sociais, analisaremos os exemplos das feiras de Campina Grande, no Brasil, e de Barcelos, em Portugal, embora consideremos que as demais feiras investigadas neste estudo também apresentam estas mesmas características. Se começarmos a observação das cidades de Campina Grande e de Barcelos pelo seu contexto geográfico, verificamos que são dois centros polarizadores, que possuem em torno de si um hinterland com um grande quantitativo de municípios e de freguesias. Este fato contribui tanto para o desenvolvimento das respectivas cidades como para a recepção de pessoas de diferentes culturas que transitam em seus espaços, gerando a simbiose antes enunciada. Para ilustrar essa aglutinação geográfica, observemos os mapas que se seguem:

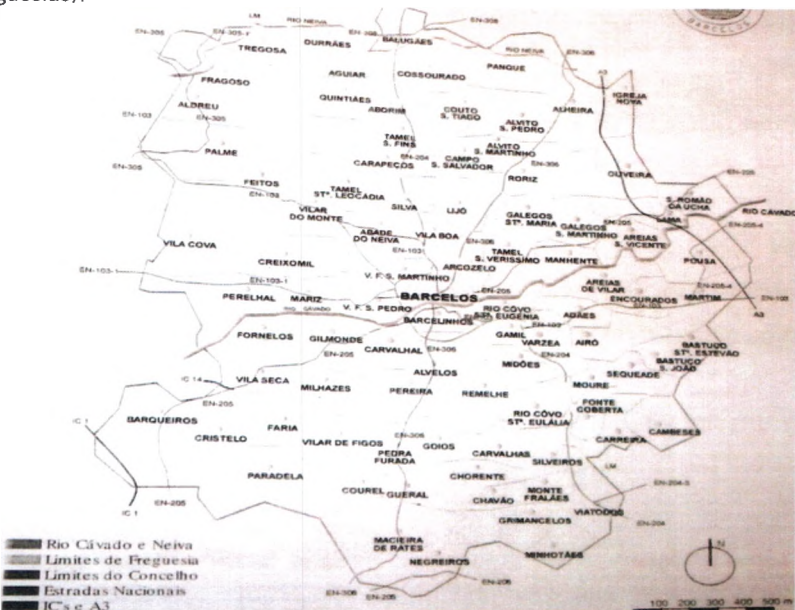
516 - Brumes, K. R. (2001, março). Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História. Caminhos de Geografia, v.3, n. 1, p. 53.

Figura 10 – Mapa Campina Grande e as cidades circunvizinhas.



Fonte: COSTA, Antônio Albuquerque da. Mapa 12 Estado da Paraíba- Municípios do Compartimento da Borborema. In: Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 60.

Figura 11 – Mapa das freguesias pertencentes ao Concelho de Barcelos (89 freguesias).



Fonte: "Barcelos Freguesias". A Nossa Terra- Direnor Lda. Barcelos, 1999, p.9.

Algumas das falas de quantos convivem na feira de Campina Grande também deixam clara a aglutinação que a feira promove em função da localização da cidade⁵¹⁷. Em Campina Grande, uma feirante da cidade circunvizinha de Esperança declarou: “Trabalhava na feira de Esperança, e o comércio estava fraco, então eu vim para cá, porque aqui tem feira todo dia”⁵¹⁸. O gerente de feiras e mercados fez uma observação semelhante:

A Feira de Campina Grande é importante porque as pessoas vêm de outras cidades circunvizinhas, muitas vezes não têm condições de sobreviver em suas cidades e vêm para Campina. É aqui que encontram seu sustento (...) ⁵¹⁹.

Do mesmo modo, devemos também indicar que a feira de Campina Grande é receptora de “estrangeiros” apresentando diversidade na origem social e, portanto, na representação da sociedade atual e seus segmentos sociais. Um freguês campinense observou que

Campina é a cidade polarizadora da Região da Borborema e acaba atraindo as pessoas para cá, e as pessoas vão para a feira, ou para trabalhar, ou para comprar, ou para as duas coisas, tem essa troca também (...) Neste espaço [se refere à Feira Central], se vê as diferenças sociais existindo (...). Então esse é o sentimento que me faz vir à feira central. Vejo a feira como um verdadeiro laboratório e pessoas diferentes. Espaço aberto para a gente ver, e a partir daqui entender como vai a nossa sociedade, os acontecimentos, as relações sociais multifacetadas estão aqui na feira. É aqui na feira que a gente consegue perceber as diferenças sociais *in loco*, desde o rico ao mais pobre, desde o pedinte que está ali no meio da

517 - Sobre a localização de Campina Grande e suas características polarizadoras já mencionamos na apresentação desta tese, pp.39-42 por essa razão não iremos nos aprofundar mais nesse ponto, mas apenas esclarecer que o fato de Campina Grande polarizar uma região, o Planalto da Borborema, da origem a uma maior quantidade de “forasteiros” na cidade adotando os intercâmbios culturais.

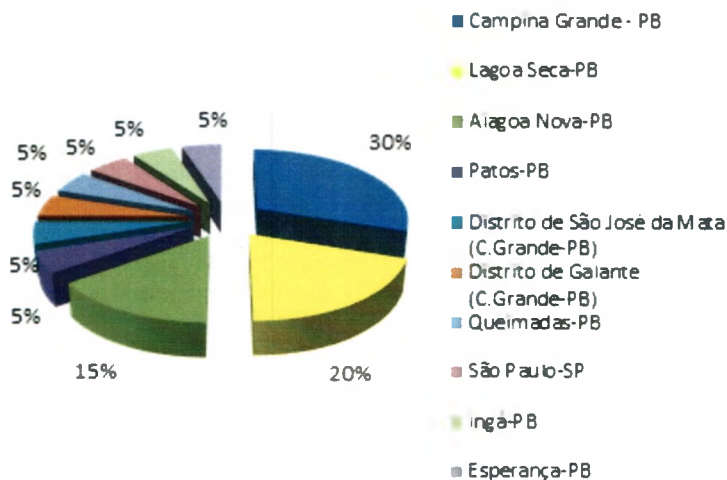
518 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Viviane, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

519 -Entrevista concedida à autora pelo Sr. Agnaldo Batista, gerente e Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

rua, mendigando de forma miserável o seu sustento do dia-a-dia, ao médico, ao professor (...). Então é aqui que a gente consegue ver a vida como vai e sentir as mudanças que a sociedade apresenta. Quando quero ver as transformações pelas quais a sociedade passa é aqui que venho⁵²⁰.

Como pode ser constatado nos gráficos a seguir, dos depoentes entrevistados em Campina Grande, 70% dos feirantes são oriundos de cidades ou localidades diferentes. O mesmo acontece com os fregueses. Destes últimos, 75% são naturais de outros municípios ou localidades, fato que comprova, para além das falas mencionadas acima, a aglutinação peculiar campinense.

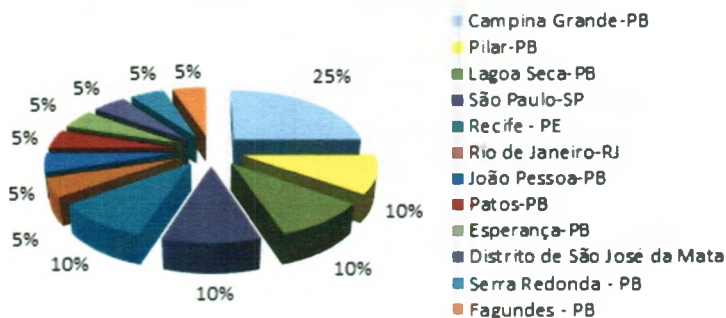
Gráfico 46 – Naturalidade dos feirantes que atuam na feira de Campina Grande.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

520 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Bernardo, freguês em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

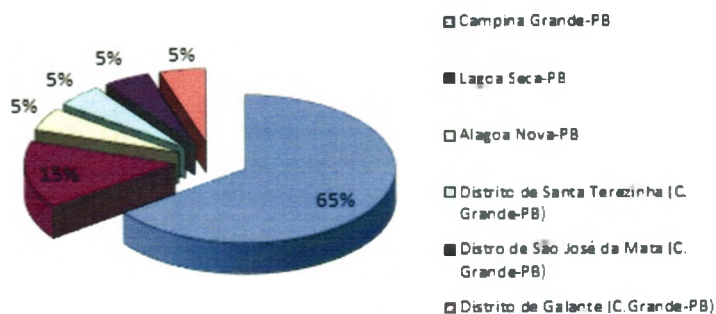
Gráfico 47 – Naturalidade dos fregueses que frequentam a feira de Campina Grande.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

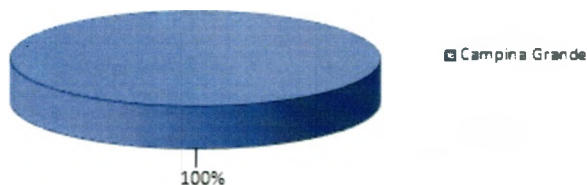
Embora a feira de Campina Grande não seja itinerante e sim fixa, funcionando todos os dias no mesmo local — o centro da cidade —, seus frequentadores não são maioritariamente naturais da cidade, como demonstram os gráficos anteriores, mas praticamente todos eles residem na cidade. Esta realidade pode observar-se nos gráficos seguintes que evidenciam 100% dos fregueses moradores na cidade e 90% dos feirantes residentes no município campinense ou em distritos deste.

Gráfico 48 – Cidade de morada dos feirantes que trabalham na feira de Campina Grande.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 49 – Cidade de morada dos fregueses que frequentam a feira de Campina Grande.



Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em relação à feira de Barcelos é de destacar que, assim como a de Campina Grande e das demais cidades investigadas, esta feira congrega uma diversidade de transeuntes seja no grupo dos feirantes, seja no dos fregueses. Tal fato contribui na atualidade para a multiplicidade identitária dos seus personagens.

A cidade de Barcelos é a principal polarizadora do Concelho⁵²¹, que aglutina 89 freguesias. Em relação à origem dos seus fregueses, sabemos que se trata de uma clientela fiel, oriunda, maioritariamente, tanto em naturalidade como também em local de morada, de freguesias pertencentes ao Concelho ou a concelhos vizinhos.

A feira de Barcelos tem uma clientela fiel, de base concelhia, mas frequentam-na bastante pessoas das freguesias meridionais do Concelho de Ponte de Lima, outras da área ocidental de Vila Verde outras de Esposende. (...) Os inquéritos que fizemos apontam para uma média de 50 pessoas para as freguesias mais distantes e mais pequenas e de 100 a 250 pessoas para as maiores e mais próximas. Com uma frequência em média de 10.000 pessoas por feira⁵²².

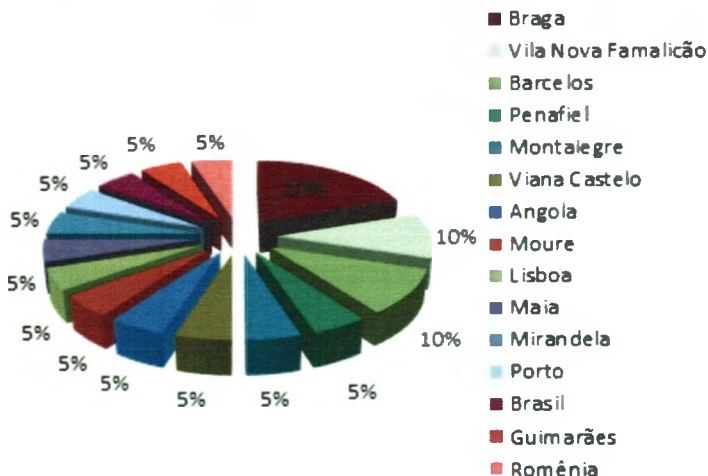
No presente estudo verificamos a dimensão plural dos fregueses

521 - Sobre a localização do município de Barcelos, Noroeste de Portugal, e suas características polarizadoras já mencionamos na apresentação desta tese, pp.52-53 por essa razão não iremos aqui nos aprofundar mais nesse ponto, mas apenas esclarecer o fato da cidade de Barcelos polarizar todo um Concelho, já que se trata de sua sede. Constatase nessa cidade a presença de feirantes e fregueses pertencentes ao Concelho e fora dele.

522 - Almeida. C. F. de. (1990). A Feira de Barcelos. Em: Barcelos. Cidades e Vilas de Portugal: Editorial Presença. Lisboa, p.93.

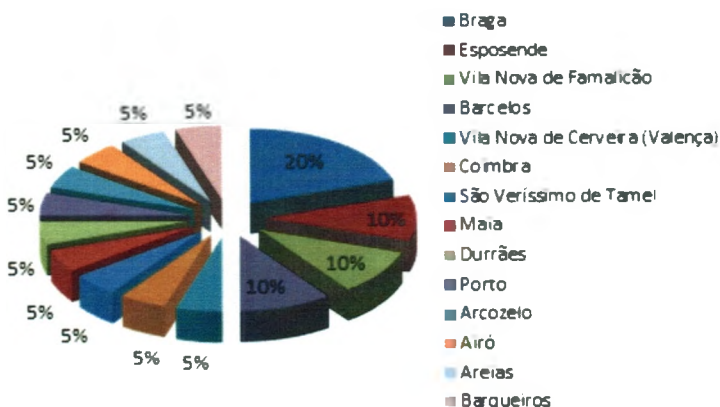
quanto à sua naturalidade e aos lugares de morada, como pode-se observar nos gráficos a seguir:

Gráfico 50 – Naturalidade dos fregueses que frequentam a feira de Barcelos.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 51 – Cidade da morada dos fregueses que frequentam a feira de Barcelos.



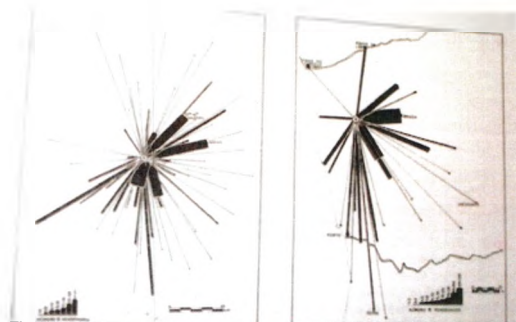
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em relação aos feirantes, a diversidade também se verifica. Como se trata de uma feira itinerante, isto acaba por contribuir para um maior ecletismo na origem dos seus frequentadores, sejam feirantes e/

ou fregueses.

No final da década de 80 do século passado, quando Portugal aderiu à CEE, a feira de Barcelos já tinha um movimento de feirantes alargado, com um número significativo proveniente de outros concelhos e distritos. Em 1985, antes da adesão do país à CEE, estudo realizado⁵²³ indicou que, dos 660 feirantes inscritos nos Serviços de Mercados e Feiras, cerca de 50% pertenciam ao Concelho, inclusivamente à cidade de Barcelos, e os outros 50% eram provenientes de fora do Concelho. Em 2004, o relatório⁵²⁴ do mesmo departamento de Feiras e Mercados diagnosticou um crescimento do número de feirantes cadastrados, de 660 para 744. Destes, 407 têm a sua origem fora do Concelho, e 337 são provenientes da cidade de Barcelos ou das suas freguesias. A figura que se segue é uma representação ilustrativa desse movimento de feirantes, tendo a cidade de Barcelos como centro aglutinador.

Figura 12 – Figura dos Mapas dos Movimentos dos vendedores da Feira de Barcelos provenientes das freguesias de Barcelos e de outras freguesias respectivamente (1989).



Fonte: ALMEIDA. Carlos Ferreira de. Cit..., p.88.

Os depoentes entrevistados confirmam a centralidade e importância da cidade de Barcelos e da sua feira para o Concelho e

523 - Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J.. (1985). Os Feirantes. Em: A Feira de Barcelos. Universidade de Coimbra, p.72.

524 - Ver Relatório elaborado pela Câmara em Janeiro de 2004 sobre a caracterização da feira de Barcelos em 2004, p.5.

região: “É a feira mais importante do Concelho”⁵²⁵; “ (...) Movimenta 89 freguesias, principalmente pessoas da lavoura, que se dedicam à agricultura, é capaz de virem muitos para cá (...)”⁵²⁶. Assim como vimos em relação à feira de Campina Grande, na feira barcelense, para além da diversidade quanto à origem dos feirantes e fregueses, verificamos também pluralidade quanto à posição social dos seus frequentadores, como se pode constatar por um dos depoimentos: “As classes aqui estão bem misturadas”⁵²⁷. Do mesmo modo, uma outra freguesa compara a frequência às feiras antes da adesão de Portugal à CEE:

Hoje percebo que tem mais gente nas feiras do que há 20 anos atrás, e também tem outra diferença: vejo pessoas com uma cultura um ‘bocadinho’ maior também vindo para as feiras, antes era mais dona de casa, agora tem professoras... da escola mesmo que eu trabalho, que aproveitam a hora do almoço e vêm à feira comprar roupas de marca, como também compram nas lojas e acabam por fazer uma mistura⁵²⁸.

Os feirantes entrevistados neste estudo, que se encontravam na feira de Barcelos, declararam-se de origens múltiplas, naturais e residentes em diversos locais. Além disto, pelo fato de as feiras serem itinerantes, assumem um roteiro intenso de trabalho em sítios diferentes, o que faz com que convivam com diversas realidades e incorporem culturas que dialogam com suas origens, tornando-os sujeitos multifacetados. Os gráficos seguintes demonstram esta realidade: o primeiro quanto à naturalidade, que demonstra que apenas 25% dos entrevistados são naturais da sede de Barcelos, enquanto os

525 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

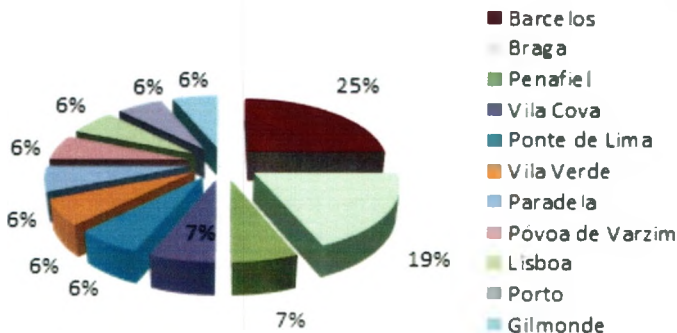
526 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Sérgio Azevedo, fiscal na Feira de Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

527 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Luciene Nogueira, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

528 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

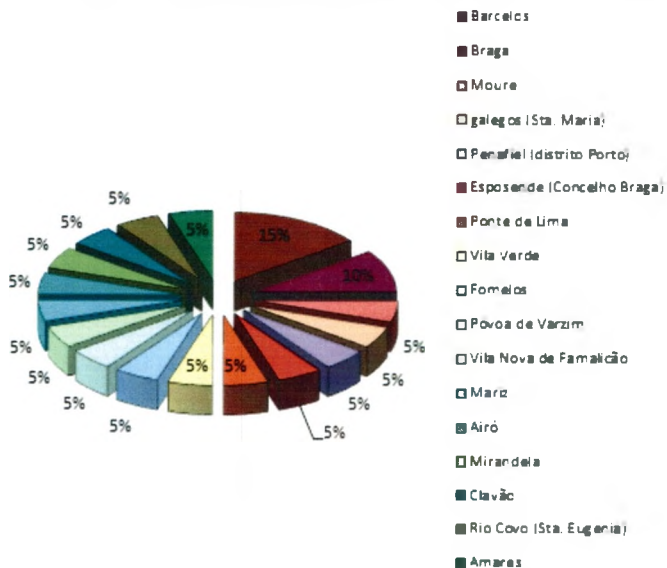
65% restantes se declarou como naturais de freguesias ou mesmo de outros sítios; o segundo que demonstra as moradas também variadas desses feirantes, com apenas 15% residindo na sede do Concelho – Barcelos – e os demais 75% em freguesias de Barcelos e em outros concelhos:

Gráfico 52 – Naturalidade dos feirantes que trabalham na feira de Barcelos.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 53 – Cidade de morada dos Feirantes que trabalham na Feira de Barcelos.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Além do que já foi exposto no que concerne à pluralidade identitária dos agentes sociais, devemos observar a diversidade na maneira de fazer a feira, na “Arte de Fazer”⁵²⁹ dos feirantes, em particular os de etnia cigana. Este gráfico representa atualmente, ainda mais do que no passado, uma crescente comunidade nas feiras do norte de Portugal e que, segundo os feirantes portugueses, são grandes concorrentes no comércio informal das feiras⁵³⁰. Hoje em dia, os ciganos vendem mercadorias resultantes da abertura econômica promovida pelo mercado global, produtos asiáticos ou mercadorias originais de fábricas portuguesas que confeccionam artigos de marca. Esses artigos, que em perfeito estado são vendidos nas lojas dos centros comerciais⁵³¹, quando possuem defeitos são vendidos aos ciganos que os colocam no mercado a preços muito baixos, concorrendo, assim, com o comércio estabelecido.

Porém, não é somente nas feiras de Portugal que encontramos os ciganos. Muitos deles também migraram da Espanha para a América do Sul, tendo a Argentina a maior Colônia cigana atualmente⁵³². No caso do Brasil, as comunidades ciganas foram estabelecidas desde o período colonial. No século XVI a Câmara da cidade de São Paulo já deliberava acordo, por haver na cidade e uma mulher, a Sra. Francisca Rodrigues, de etnia cigana, que não se sabia ao certo qual a atividade comercial que realizava⁵³³. As perseguições aos ciganos também não

529 - Conceito apropriado de Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano 1: arte de fazer*. 4 Ed: Vozes, Petrópolis-RJ.

530 - Sobre essa concorrência ver nesta tese capítulo 2- Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras, tópico 2.8. Mais concorrência para as feiras em Portugal: Chineses e Ciganos.

531 - Queremos destacar neste item a prática cultural e identitária dos ciganos, diante de suas experiências, que acabam por gerar um povo que se incorpora as demais culturas, o que os tornam “diferentes” no universo das feiras.

532 - Hereia, J. de D. R. (1974). *A Arte de vender*. Em: *Nós os ciganos*: Editorial Franciscana, Braga, pp. 222.

533 - Acordo com as Atas 1596-1622 ver Costa, E M L. (1997). *Brasil: o espaço territorial; as gentes; as atividades*. Em: *O povo cigano entre Portugal e a terras além-mar (séculos XVI-XIX)*: Ed. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, p. 46.

são recentes. No século XVIII, encontram-se notícias de expulsões deste povo da capitania de Pernambuco para o Ceará e para Angola, assim como reinos ciganos degredados para as praças da Bahia ou informações aos governadores do Rio de Janeiro, Pernambuco, Angola, Cabo Verde e S. Tomé da Paraíba. Aos homens cabia o trabalho com os metais como caldeireiros, latoeiros, ferreiros ou ourives, enquanto às mulheres cabia o papel de lerem a sina (lerem a mão). Com o trabalho nas minas, as ocorrências contra a etnia foram ainda mais visíveis. No final do século XVIII, já se encontra a rivalidade dos ciganos com os comerciantes locais, pois, na condição de ambulantes, vendiam cestos, tabuleiros, caixas de fazendas, miudezas e gêneros de contravenção⁵³⁴.

Estes registros sobre a presença dos ciganos no Brasil permitem afirmar que os ciganos atuais são descendentes de gerações passadas que sempre transitaram por países diversos, contribuindo a sua deambulação para os processos de hibridismo em suas culturas de origem, tornando-os sujeitos multifacetados da contemporaneidade. Contudo, apesar das identidades plurais, os ciganos nas feiras portuguesas continuam a ser rotulados pela sociedade como tendo características próprias, sendo a etnia considerada como homogênea e genuína:

Eles fazem a diferença, os ciganos, não tornam aquela coisa mais séria. Se não fossem os ciganos eu não viria à feira. É o que faz com que a gente se sinta melhor aqui, eles são muito animados: é um euro, um euro⁵³⁵; O que mais me atrai nas feiras são os ciganos com as coisas baratíssimas, compro muitas roupas para mim e para meus filhos (...) os portugueses atendem bem, e mesmo os ciganos agora também têm atendido melhor, são mais cultos

534 - Sobre a presença dos ciganos no Brasil, trabalho e perseguições ver *ibidem*, pp. 44-74.

535 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

do que antes.⁵³⁶

Convém esclarecer também que, ao propormos a ideia das identidades clivadas e multifacetadas, não estamos negando uma certa continuidade na “técnica” de venda, o poder de convencimento que os ciganos têm neste ofício. A familiaridade com atividades do gênero sempre foi muito comum nesta etnia, após a leitura da sina, já citada anteriormente. As artes de vender, comprar, trocar e voltar a vender sempre foram lides constantes para os ciganos. Como observa uma depoente,

O comerciar permite-nos pôr em jogo todas as nossas qualidades criadoras, e ao mesmo tempo permite-nos ganhar tanto dinheiro como a nossa capacidade de persuasão para efetuar o maior número de vendas. Existem milhares de ciganos vendedores em todos os pontos da terra⁵³⁷.

Eles vendem os produtos mais baratos, como garante uma freguesa na feira de Ponte de Lima: “Gosto de comprar coisas mais baratas aos ciganos; eles vendem muitas coisas: roupas feitas, vestidos, roupas de cama, perfume, relógios, CD’s, maquiagem (...) tudo que tem nas lojas, mas bem mais barato”⁵³⁸; com essa “técnica” atraem o viajante: “Parei a observar, embevecido, o modo atraente, desembaraçado e persuasivo como atendiam a clientela, a qual dificilmente se retirava sem mercar qualquer artigo exposto nas bancas”⁵³⁹; e acabam por concorrer com os feirantes portugueses, como se não fizessem parte do mesmo grupo de atividade. A discriminação continua a fazer-se sentir porque são tratados de maneira diferenciada sendo, inclusivamente, localizados em áreas específicas no espaço das feiras.

536 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Vieira, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

537 - Hereia, cit..., pp. 222.

538 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

539 - Maçal, H (1982, 18 de Fevereiro). Recordação de uma visita a Vila do Conde em dia de feira semanal. *Jornal de Vila do Conde*. Vila do Conde.

De fato, o espaço das feiras, seja no Brasil ou em Portugal, é um espaço heterogêneo, plural, diverso, “cruzamento de móveis”⁵⁴⁰, com objetivos diferentes, ou seja, “unidades polivalentes de programas conflituais”⁵⁴¹, na formulação de Michel de Certeau.

3.5 – Papéis sociais por gênero dos sujeitos

Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social (...) Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construída por meio de um processo de individuação⁵⁴².

A composição de identidades plurais também passa na atualidade por uma definição de papéis, ou melhor, uma redefinição de papéis. Neste sentido, homens e mulheres que outrora tinham na sociedade papéis bem definidos acabam por atualmente viver um processo de crise, no qual se constata, sobretudo, a crise contemporânea da masculinidade⁵⁴³.

Não iremos, no presente texto, explorar concepções teóricas acerca de gênero, principalmente pelo fato de não ser uma categoria que objetivamos investigar, aqui, de modo mais circunstanciado. No entanto, não seria adequado abordar a temática das identidades plurais na contemporaneidade sem mencionar as distinções de gênero. Assim, refletiremos brevemente acerca da questão identitária no que concerne aos papéis sociais que homens e mulheres passaram a desempenhar no período 1986-2007, em Portugal e no Brasil, observando o reflexo dessas mutações no universo das feiras contemporâneas. Outrossim,

540 - Certeau, cit...pp.201-202.

541 - Ibidem p. 202.

542 - Castells, M. (2001). A construção da Identidade. Em: *O Poder da Identidade*, Volume II, 3ª Edição. Tradução Klauss Brandini G: Ed. Paz e Terra, São Paulo, pp. 22-23.

543 - Silva, S. G. da. (2000). Masculinidade na História. *A Construção cultural da Diferença entre os sexos*. Psicologia, Ciência e Profissão. (20) 3, pp. 8-15.

convém desde já destacar que muitas das análises feitas a respeito da questão de gênero foram pautadas em discussões estereotipadas, com generalizações e cristalizações em torno de discursos que, longe de refletirem sobre as tensões sociais em dados momentos históricos, acabaram por legitimar as diferenças sociais, a partir dos papéis exercidos por homens e mulheres⁵⁴⁴. Este tratamento dado às diferenças de gênero, por parte de certos estudiosos, é explicado pela historiadora norte-americana Joan Scott⁵⁴⁵:

A questão era simples, escrevia a respeito das mulheres trabalhadoras, dava visibilidade a elas no processo de industrialização, falava de seu cotidiano, de sua inserção ao mundo do trabalho etc., porém, não se tratava de questões que esclareciam porque aqueles que escreveram sobre a história do trabalho ignoraram evidências a respeito das mulheres, ou seja, não explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias⁵⁴⁶.

544 - Não iremos nos aprofundar nesta temática, pois não se trata do objeto deste estudo. Entretanto, indicamos uma obra que discute a questão identitária como um assunto de gênero a partir da observação do masculino. Concepção esta que contraria os discursos estereotipados fazendo uma análise muito bem fundamentada acerca da construção do “ser macho”. O autor desconstrói estereótipos na medida em que diz estes terem sido gestados [pelos discursos dominantes, como o da Literatura, da mídia, por exemplo que sempre tiveram a serviço das oligarquias] como tipos regionais, ou tipos sociais com apnágios masculinos. Também é interessante perceber a relação que estabelece em torno da construção identitária estereotipada do nordestino brasileiro nessa figura do “cabra macho”. Ver: Albuquerque Jr, D. M. de (2003). *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*: Edições Catavento, Maceió. P. 256. E/ou resenha a obra citada por, Vojniak, F. (2003, dezembro). Desconstruindo falas do falo. *Revista Estudos Feministas*, vol.11, no.2, p.664-667. Florianópolis. Em: « http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200026», Acedido em 03 de Março de 2011.

545 - A maneira como a História das mulheres, ou melhor do gênero seja ele feminino ou masculino deveria ser tratada na concepção da autora, e com a qual dialogamos, se trata de dar visibilidade as suas experiências articuladas entre si e com o contexto histórico. Os gêneros enquanto categoria histórica de análise referenda práticas históricas antigas, mas também atuais. A esse respeito ver: SCOTT, J., 1990. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade* 16 (2): pp. 1-27.

546 - Siqueira, T. L. (2008, Junho). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. Em: *Revista Êrtemis*, Vol.8, pp. 113. Em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf, Acedido em 04 de Março de 2011.

O contexto histórico no qual os gêneros estão inseridos é que, em última instância, determina os papéis sociais dos sujeitos. Desta forma, é necessário observar os gêneros não apenas com respeito à concepção física/sexo, mas também à construção simbólica do exercício dos papéis de agentes sociais, relacionados com a interação social contextualizada. Seguindo, portanto, uma abordagem histórico-antropológica, através da qual se observam as desigualdades da concepção de gênero como algo que extrapola a diferenciação a partir “naturalização⁵⁴⁷ dos sexos”, nos propomos, neste texto, a brevemente analisar os papéis exercidos pelos homens e mulheres nas feiras contemporâneas. Para tanto, faremos inicialmente uma breve reflexão acerca da situação das mulheres em solo luso a partir da inserção de Portugal na Comunidade Europeia e, no caso do Brasil, analisaremos o modo como as mulheres têm atuado diante do período de redemocratização. Assim, procuraremos cruzar dados estatísticos que versarão em torno da atuação das mulheres no mercado de trabalho contemporâneo, e como chefes de famílias monoparentais.

Objetivamos, com isto, compreender qual o cenário estabelecido atualmente no universo das feiras quanto à definição dos papéis exercidos por homens e mulheres. Esses universos, no presente,

547 - Stolcke, V. (1991). Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun, p.110. Considerando as desigualdades e não as naturalizando ideologicamente, é possível manter-se essa homologia, desde que percebamos as diferenças conceituais entre elas bem como a relação entre as mesmas como categorias de análise, sustentadas pelos aspectos simbólicos, mas também e sobretudo pelos culturais, econômicos, sociais e ideológicos. Fazendo uso do gênero como categoria útil de análise, ver os estudos em História Social: Pereira, C. (2006). *Que tenhas teu corpo. Uma história Social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; Stefan, N. L. (1994) Raça e gênero: o papel da analogia na ciência, em Hollanda, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rocco, Rio de Janeiro, pp. 72-96; Caufield, S. (2000). Uniões honradas: a importância da cor no sexo e no casamento, em *Em defesa da honra*, Ed. Unicamp, Campinas, pp. 269-328; Farias, J; Soares, C. E. L. e Gomes, F. dos S. (2005). A nação da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900, em *No labirinto das Nações*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro pp. 209-263. E ainda: Thompson, E. P. (2002). “A venda de esposas” em *Costumes em Comum*, Cia das Letras, São Paulo, pp. 305-352.

ainda se encontram delimitados a partir do gênero, como acontecia no passado recente? Ou a pluralidade identitária dos sujeitos, percebida até o momento, também tem implicações quanto às diferenças de gênero? Estas são as questões que conduzirão a análise nas próximas páginas.

As mulheres em Portugal

O INE publicou, em 2006, resultado de pesquisa acerca da situação no mercado de trabalho de homens e mulheres, com a seguinte conclusão:

A taxa de atividade evidencia um crescimento mais forte nas mulheres do que nos homens. (...) As taxas de emprego das mulheres crescem em todas as idades⁵⁴⁸.

Sabemos que, por detrás desses índices, muitos aspectos estão escamoteados: por um lado as condições de trabalho dos sujeitos analisados, como salários, jornada de trabalho, registro funcional, cargo e/ou função que ocupam, entre outras questões; por outro, o aspecto que gostaríamos de ressaltar, concernente ao fato de não só apresentar homens e mulheres sendo analisados em condição de igualdade, mas sobretudo o destaque concedido ao crescimento das mulheres no mercado, independentemente da idade. Até aproximadamente 1950, esse tipo de situação era algo inimaginável.

Entretanto, não podemos afirmar a existência de um número excessivo de mulheres no mercado de trabalho, ou que sua maior participação deve-se exclusivamente à meta da igualdade de trabalho proposta por iniciativa da ONU, ao promover o Gender

548 - INE (2006). *Homens & Mulheres em Portugal*, pp. 26-27. Em, «http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=109304543&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt», Acedido em 05 de Março de 2011.

Mainstreaming⁵⁴⁹, ou o Tratado de Amsterdão, discutidos adiante. No nosso entender, essas iniciativas foram importantes. Contudo é necessário reconhecermos o papel desempenhado por um conjunto de acontecimentos ocorridos na contemporaneidade, desde o século XIX, e que foram imensamente importantes para este cenário atual das mulheres no mercado de trabalho⁵⁵⁰, a saber: o Movimento Sufragista em Portugal na primeira metade do século XX (1896-1947), tido como o despertar da consciência feminista; as organizações femininas e feministas da Primeira República; a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas; o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; Associações Democráticas; as reivindicações feministas durante a Primeira República; Congressos Feministas e Abolicionistas Internacionais⁵⁵¹; Religião e Educação (1935); Constituição da República Portuguesa (1911 e 1933); a Reforma educativa de Carneiro Pacheco e a criação das Organizações Femininas (1936-1938); a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (1938-1974)⁵⁵², entre outras.

549 - Discutiu-se a concepção de gênero no *Extrato do REPORT OF THE ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL FOR 1997* *Relatório do Conselho Econômico e Social para 1997*. (1997, 18 de Setembro) (A/52/3, 18 September 1997)em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>, (A/52/3), acessado em 05 de Março de 2011.

550 - Convém destacar que diante de nossa afirmação -crescimento das mulheres no mercado de trabalho - não estamos por simplificar as discussões acerca das condições desses trabalhos, as conquistas em torno das igualdades ainda a serem conquistadas. Não ignoramos as problemáticas ainda pertinentes nesse tema, entretanto destacamos o índice apresentado pelo INE como de fato se constituindo em um fato da realidade e que esse dado não pode ser observado fora de um contexto temporal de iniciativas de vários segmentos em favor dessa conquista.

551 - Ver descrição e análise dos acontecimentos em Esteves, J. (2001). *O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947)*. A Mulher na Idade Contemporânea. Em: Santos, M. C. C. (Org.). *A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000)*. Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 239-260. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acessado em 05 de Março de 2011.

552 - Ver descrição e análise dos acontecimentos em Pereira, S. M. Maria Guardioli e as Organizações Femininas do Estado Novo (1895-1987). Em: *Ibidem*, pp. 261-286.

Com a adesão de Portugal à CEE, esse debate em torno das igualdades de trabalho para homens e mulheres foi alargado e muitos foram os acontecimentos que marcaram a trajetória desse período 1986-2007. Um ano antes da adesão, em 1985, a Universidade de Lisboa, por intermédio do Instituto de Ciências Sociais, e a de Coimbra, através do Instituto de História Económica e Social, promoveram eventos científicos⁵⁵³ com o propósito de discutir a situação das mulheres em Portugal, sobretudo, em relação ao mercado de trabalho. Além deste debate em nível interno, verificou-se, no cenário internacional, a realização da III Conferência das Nações Unidas para a Década da Mulher, onde foram levadas à discussão as estratégias em prol do progresso das Mulheres até o Ano 2000⁵⁵⁴.

Já nos anos posteriores à adesão, 1986, os debates e os avanços continuaram, em nível nacional⁵⁵⁵ e internacional⁵⁵⁶. Muitos

553 - Referimo-nos aos eventos: Colóquio interdisciplinar sobre a Mulher em Portugal, promovido pelo ICS da Universidade de Lisboa e o Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa - visão histórica e perspectivas atuais, organizado pelo IHES da Universidade de Coimbra.

554 - Evento realizado na cidade de Nairóbi, capital do Quênia, em 1985. Ver relatório, acedido em 05 de Março de 2011. em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Nairobi/Nairobi%20Full%20Optimized.pdf>.

555 - Destacamos: Decreto-Lei n.º 426/88, igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego; Entra em execução o III Programa de Ação Comunitário sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1991-1995); Portaria n.º 777/91, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo na Força Aérea; Portaria n.º 1 156/91, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo no Exército; Portaria n.º 163/92, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo na Marinha. Foi denunciada a Convenção n.º 89 da OIT sobre o Trabalho Noturno das Mulheres (1948), por força de uma Diretiva Comunitária. Em consequência, o trabalho noturno deixou de ser interdito às mulheres, excerto no período de gravidez e maternidade; Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, que determina a uniformização da idade de reforma para as mulheres aos 65 anos; Lei n.º 17/95, proteção da maternidade e da paternidade, destacando-se, entre as modificações introduzidas, o prolongamento da licença de maternidade de 90 para 98 dias; Decreto-Lei n.º 3-B/96, de 26 de Janeiro, que cria o Alto-comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família; É aprovado o IV Programa Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1996-2000) (Decisão do Conselho, de 22 de

foram os acordos e tratados sobre este aspecto da igualdade entre homens e mulheres⁵⁵⁷. Para tecer alguns breves comentários acerca de uma iniciativa globalizante que contribuiu para a valorização do trabalho feminino, na Comunidade Europeia, destacamos o Tratado de Amesterdão⁵⁵⁸. Este documento fez alterações a outros já existentes, como o Ato Único Europeu de 1986 e o Tratado de Maastricht de 1992, os quais, segundo a Comissão Europeia, eram acordos incompletos. Todos esses tratados têm como objetivo principal imprimir “uma cidadania europeia, ou seja, um quadro de direitos e deveres suplementares dos cidadãos dos Estados-Membros”⁵⁵⁹ reforçando a ideologia da identidade “una” europeia, enquanto os

Dezembro de 1995); Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, que cria o Rendimento Mínimo Garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social e um programa de inserção social, com a finalidade de assegurar aos titulares recursos que contribuam para a satisfação das necessidades mínimas. Entre outros, consideram-se como titulares do direito a essa prestação as grávidas com idade igual ou superior a 18 anos, ou com idade inferior desde que estejam em situação de autonomia econômica; Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, que aprova o I Plano Global para a Igualdade; Decreto Regulamentar Regional n.º 16/97 que aprova a orgânica da Direção Regional do Trabalho, prevendo um Serviço para as Questões da Igualdade, Assuntos Comunitários Laborais e Documentação; Lei Constitucional n.º 1/97, como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e estabelece, no artigo 109.º, o princípio de não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos; Lei n.º 105/97, que prevê um regime, aplicável a entidades públicas ou privadas, que visa garantir a efetivação do direito dos indivíduos de ambos os sexos à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego, entre outros. Ver: As mulheres em Portugal, datas e fatos significativos. Mafificação das datas e fatos mais relevantes dos séculos XIX e XX. Acedido em 04 de março de 2011, em: http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Hist_mulheres_em_portugal.htm.

556 - A nível Internacional: Realiza-se a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim. Realiza-se em Coimbra o Congresso Internacional Os Estudos sobre as Mulheres na Europa - Avaliação, cooperação e novas perspetivas, organizado pela Comissão Europeia (DG XXII); Realiza-se em Coimbra a 3.ª Conferência Europeia de Investigação Feminista Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility, and Citizenship in Europe, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre outros. Ver Ibid.

557 - http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/index_pt.htm, Acedido em 05 de Março de 2011.

558 - Tratado de Amesterdão: o que mudou na Europa. Em: http://ec.europa.eu/publications/archives/booklets/move/25/txt_pt.pdf, Acedido em 05 de Março de 2011.

559 - Ibidem, p. 4.

objetivos específicos vinculam as relações entre os seres humanos e a sociedade de uma maneira geral.

O Tratado de Amsterdão concentrou-se nos direitos humanos já garantidos pelo regime constitucional, acrescentando à União “o direito de tomar medidas para combater qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual”⁵⁶⁰. Nesse sentido obrigava os países pertencentes à Comunidade a

Promover em todas as suas políticas a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para além das regras já inscritas nos tratados europeus sobre o respeito e a promoção da igualdade em matéria social e laboral. Neste último domínio, o Tratado abre a porta a «discriminações positivas», nos casos em que um dos dois sexos esteja manifestamente desfavorecido⁵⁶¹.

Tal iniciativa foi ampliada com outros tratados, fruto de cimeiras promovidas pela Comissão da Comunidade Europeia em torno do combate à desigualdade entre homens e mulheres, desde a relação estabelecida com a família, até aos aspectos concernentes ao labor. No início do primeiro trimestre de 2006 - mesmo ano em que o INE publicou a pesquisa citada no início deste texto - a Comissão das CEE em Bruxelas alertava, em comunicado oficial, ao Parlamento Europeu e aos outros órgãos competentes⁵⁶², a situação do mercado de trabalho lisboeta. O relatório traz um diagnóstico preocupante sobre o tema e impõe metas para os anos seguintes, estabelecendo um roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010):

560 - Idem, *Ibidem*, p. 9.

561 - Idem *Op cit* *Ibidem*, p. 10.

562 - Documento: Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Econômico e Social e ao Comitê das Regiões. Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010. (2006, 01 de Março), em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0092:FIN:PT:PDF>, pp. 1-92, Acedido em 06 de Março de 2011.

Consecução das metas de emprego de Lisboa: segundo as metas de emprego definidas em Lisboa, a taxa de emprego das mulheres deve atingir 60% até 2010. Atualmente cifra-se nos 55,7% e é muito inferior (31,7%) no caso das mulheres mais velhas (55-64 anos). As mulheres têm também níveis de desemprego mais elevados do que os homens (9,7% contra 7,8%). Há que reforçar a dimensão de gênero da estratégia de Lisboa em prol do emprego e do crescimento⁵⁶³.

Sabemos que, apesar de todas estas iniciativas, a situação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal ainda apresenta vários problemas, como por exemplo o índice de desemprego com elevado predomínio feminino. Isto é indicado na tabela a seguir, relativa ao período 1996-2006:

Tabela 38 – Taxas de desemprego em Portugal, por gênero (1996-2004).

	96	97	98	99	00	01	02	03	04
Total	7,3	6,8	5,1	4,5	4,1	4,0	5,0	6,3	6,7
Homens	6,5	6,1	4,1	3,9	3,3	3,2	4,1	5,4	5,9
Mulheres	8,2	7,7	6,4	5,3	5,0	5,0	6,0	7,2	7,6

Fonte: quadro n. 6, CAETANO, José, Aurora Galego e Sofia Costa. "Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio Económicos". In: Revista Análise Social, Volume XI (175), 2005, p.260.

Porém, também objetivamos, com a explanação feita, demonstrar o crescimento que as mulheres tiveram no mercado lusitano. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego (IE) em Portugal, na década de 1990,

(...) a população ativa e as taxas de atividade registaram sempre valores superiores para os homens, independentemente do grupo etário e do ano considerado. Para as mulheres, as taxas indicam uma tendência de crescimento, no período considerado, registando o valor mínimo de 40,9% em 1992, e o valor máximo em 1999 de 44,2%⁵⁶⁴.

563 - Concretizar a igualdade em matéria de independência Económica por gênero. Em: *Ibidem* p. 4.

564 - Instituto Nacional de Estatística, (2002). *Atividade Económica: emprego e*

Para ilustrar esse crescimento, basta observarmos os índices da tabela abaixo. Nela verifica-se que, no período 1998-2005, as taxas de atividade das mulheres apresentaram um crescimento anual, enquanto as taxas de atividade dos homens, apesar de apresentarem maiores índices no decorrer do mesmo período, mantiveram-se praticamente estáveis ou com tendência à diminuição.

Figura 11 – Índices de atividades para homens e mulheres em Portugal (1998-2005).

Taxa de atividade, por sexo (%), Portugal, 1998-2005								
Ano	98	99	00	01	02	03	04	05
Total	50,3	50,5	51,1	51,7	52,2	52,3	52,2	52,5
Homens	57,4	57,5	57,9	58,4	58,7	58,4	58,1	57,9
Mulheres	43,7	44,0	44,8	45,5	46,1	46,6	46,7	47,4

Fonte: INE- Inquérito ao Emprego.

Fonte: Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 24. [Tabela adaptada para este estudo].

Uma outra questão para a qual gostaríamos de chamar atenção está relacionada com a mudança de cenário na sociedade portuguesa, onde as estruturas familiares monoparentais passaram a apresentar uma predominância da liderança feminina. “Na assistência a menores predominam as mulheres”⁵⁶⁵. Logo, muitas vezes, para além de estarem no mercado de trabalho, também são as responsáveis pelos filhos⁵⁶⁶. Analisemos a figura seguinte, do estudo do INE, que demonstra que, de 1999 a 2005, foram as mulheres, em grande maioria, as principais beneficiárias da dispensa especial para cuidar dos menores.

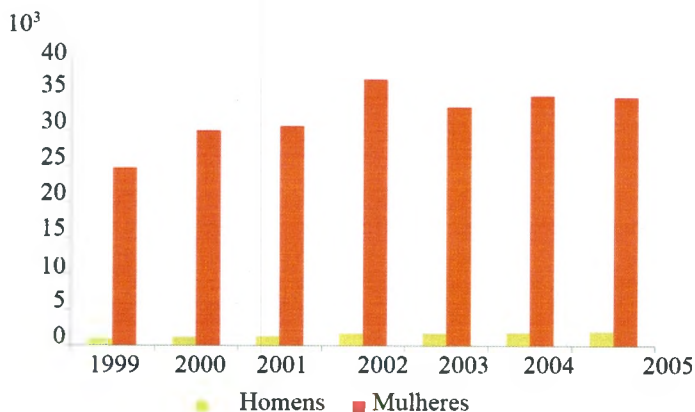
desemprego. Em: Mulheres e Homens em Portugal nos anos 1990. Instituto Nacional de Estatística: I.N.E, Lisboa, p. 53.

565 - Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 32.

566 - A dispensa às mulheres não necessariamente implica dizer que elas constituem famílias monoparentais. É somente um indício, que poderá ser investigado em estudos futuros.

Figura 12 – Demonstrativo por gênero, da dispensa especial para cuidar de menores em Portugal (1999-2005).

Beneficiário de dispensa especial para assistência a menores (número), Portugal, 1999-2005.



Fonte: IIES - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

Fonte: Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 32

Por um lado, a existência de famílias monoparentais com liderança feminina concorre para a conformação plural dos papéis sociais desempenhados. Por outro lado, este fenômeno acaba por gerar uma crise de identidade, sobretudo masculina, uma vez que os homens atualmente já não são mais os provedores dos lares. Em muitos casos, os homens compartilham com as suas companheiras as responsabilidades financeiras, ou pode mesmo acontecer uma inversão dos papéis originais, nos quais era comum o domínio masculino.

Quisemos demonstrar essa diversidade e mutação no cenário das famílias portuguesas atuais, pelo fato de observarmos elevados índices da presença feminina no universo das feiras investigadas. Seja na condição de chefes de unidades monoparentais, colegas de trabalho de seus companheiros, viúvas que outrora trabalhavam com os esposos, jovens solteiras filhas de feirantes, ajudantes de suas

respectivas mães, entre outras⁵⁶⁷ situações, as mulheres são uma presença efetiva nas feiras.

As mulheres no Brasil

O IBGE publicou, em Janeiro de 2008⁵⁶⁸, resultado de pesquisa acerca da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Os índices que destacamos têm a seguinte configuração:

Segundo a pesquisa Mensal de Emprego, em Janeiro de 2008 havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas de abrangência da pesquisa. Este número significava 43,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade. Em 2003 esta proporção era de 40,1%⁵⁶⁹.

Assim como vimos com relação aos dados do INE em Portugal, os divulgados pelo IBGE no Brasil expressam uma realidade atual. Entretanto, essa realidade não deve ser tratada de maneira isolada de um contexto histórico. Ou seja, assim como em território luso, o fato de as mulheres se encontrarem no mercado de trabalho, mesmo com os problemas evidenciados, traduz toda uma trajetória histórica de lutas e conquistas. E é sobre essa trajetória que iremos nos deter brevemente aqui, sobretudo no que concerne ao período posterior à fase de redemocratização brasileira. Tal realidade – as mulheres no mercado de trabalho – é evidenciada nas feiras investigadas, inclusivamente chefes de famílias monoparentais. Uma realidade discutida também pelo trabalho doméstico.

567 - Na sequência veremos esses aspectos, depois de trataremos da situação das mulheres no mercado de trabalho do Brasil.

568 - Dados de uma pesquisa comparativa que o IBGE realizou, entre os anos 2003-2008. Esses dados de 2008, por serem no início do ano reflete uma realidade ainda do ano anterior (2007), ano de referência do término deste estudo (1986-2007), por essa razão achamos relevante trazê-lo para nossa análise.

569 - Sobre pesquisa ver: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008. Pesquisa Mensal de Emprego, 2008. Rio de Janeiro, 2008.

Sabemos que todo o século XX foi marcado pela luta das mulheres em favor de espaços no mercado de trabalho produtivo⁵⁷⁰, para além do trabalho doméstico. Após a Segunda Guerra e sobretudo na década de 1970⁵⁷¹ no Brasil, as mulheres passaram a atuar no mercado de trabalho, em lugares que caracterizavam-se pela ação do cuidar do outro — como as enfermeiras, professoras, educadoras e executoras de serviços domésticos —, e também na condição de comerciárias e operárias fabris. Muito desse avanço é fruto dos primeiros movimentos e sindicatos feministas. Na década de 1980, quando surge a CUT-Central Única dos Trabalhadores, surge também a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1985, em nível nacional, foi implantada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres. E, em nível internacional, foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), em lugar do antigo Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher⁵⁷².

Com a redemocratização no Brasil, foi promulgada a Constituição de 1988 e, neste documento de repercussão federal, contemplava-se

570 - Passos, E. (2004). Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Produtivo. Em: *Ética nas Organizações: Atlas*, São Paulo, pp.141-153.

571 - A trajetória histórica das mulheres no Brasil desde o Brasil colônia, contando a vinda de famílias judias, as mulheres brancas que vieram povoar a América, questões tidas como “morais” como a perda da virgindade, considerada caso de polícia, as mulheres na política e no mercado de trabalho na contemporaneidade e o percurso que fizeram nessa trajetória, podem ser investigados na obra clássica brasileira: Priore, M. Del (Org.). (1997). *História das mulheres no Brasil: Contexto*. São Paulo. Ver também: Charf, C (Org.). (2006). *Brasileiras Guerreiras da Paz*. Ed. Contexto. São Paulo. Se trata de um trabalho que reúne o nome de 1.000 mulheres no mundo, que atuaram na luta em prol das igualdades. Destas mil mulheres, a autora destaca por meio de um mapeamento nos estados brasileiros, 53 brasileiras que se integram a esse projeto. Quanto a organizadora da obra, convém destacar que a mesma participou de protestos contra a Guerra Fria. Tendo sido exilada por 10 anos durante a Ditadura Militar brasileira. Esta obra foi indicada inclusive para receber o Prémio Nobel da Paz. Ver ainda: Matos, M. I. S. (2000). *Por uma História da mulher*, Ed: EDUSC, Bauru-SP e Venâncio, G. M. (2001). *Lugar de mulher é na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934)*. Em: *História: Questões & Debates*. Martins, A. P. V. (org.). (2001): Ed. Da UFPR; Curitiba, pp. 175-200.

572 - Cronologia Direitos Femininos no século XX. Em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia_do_direito_feminino, Acedido em 04 de Março de 2011.

ações voltadas para a igualdade de direitos e deveres. As mulheres passaram a ter igualdade jurídica, sendo consideradas tão capazes quanto os homens de chefiarem as suas casas. Na constituição de 1988,

(...) foram aprovados o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação referente aos deficientes físicos, aos idosos, cota eleitoral para incentivar a inclusão de mulheres como candidatas a cargos legislativos, políticas públicas específicas para tratar de questões de gênero, da população indígena, para a proteção e a promoção da igualdade racial, para o meio ambiente, entre outros⁵⁷³.

A Constituição da República Federativa do Brasil, portanto, estabeleceu a igualdade entre os sexos, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Também é contemplada a proibição de se estabelecer salários diferenciados em função de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, Constituição da República). Toda a legislação trabalhista, no que tange à regulamentação do trabalho feminino, foi revogada, estabelecendo-se a igualdade prevista. No art. 7º, inciso XX, o documento estabelece a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”.

Ou seja, nosso legislador reconhece a posição “hipossuficiente” da mulher no mercado de trabalho e determina que o Estado deva não apenas proteger este mercado, mas implementar políticas aptas a estimulá-lo. Apesar da existência de legislação que ampara a trabalhadora brasileira e a protege contra as discriminações decorrentes do seu sexo, ainda sim a igualdade resume-se apenas ao plano formal⁵⁷⁴.

573 - Pronunciamento do Deputado na Tribuna da Câmara Federal, por ocasião de comemoração aniversário de 20 anos da Constituição Federal. Ver: Chinaglia, A (2008, 09 de Outubro de). A Constituição Cidadã. Em <http://crfb20anos.net84.net/index.php?news&nid=4>, Acedido em 05 de Março de 2011.

574 - É bom lembrarmos também que a Constituição de 1988 contou com a participação de 26 Deputadas Federais. Sobre o legislador reconhecer a posição “hipossuficiente” da mulher ver: Alves, B. e Guimarães, M. (2009, agosto). A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. Revista Augustus. Vol. 14, N. 28, Rio de Janeiro, p. 41.

Na década de 1990, ocorreram no Brasil acontecimentos favorecendo a ampliação da participação social das mulheres, como a eleição das primeiras delas para altos cargos públicos⁵⁷⁵, e a aprovação, pelo Congresso Nacional, do sistema de cotas na Legislação Federal⁵⁷⁶. Ainda no campo da política, em 2006 assistiu-se no Brasil às eleições para Presidência da República, que teve a primeira candidata ao cargo, a Sra. Heloísa Helena, pelo PSol- Partido Socialismo e Liberdade. E em 2010⁵⁷⁷, a eleição histórica que deu lugar à primeira presidente do Brasil, Dilma Roussef, do PT- Partido dos Trabalhadores.

Em suma, com a redemocratização, os avanços da legislação brasileira no âmbito do trabalho e dos direitos das mulheres, foram bastante significativos.

As leis na área de Trabalho representam uma parcela significativa dos dispositivos legais existentes afetando, direta ou indiretamente, de forma mais ou menos substantiva, a vida das mulheres. Algumas apresentam interfaces, principalmente com as áreas da Previdência Social, Saúde, Violência e Direitos Humanos. As últimas quatro décadas consolidaram o processo de mudanças no âmbito do trabalho social, repercutindo especialmente

575 - Ministra, na pasta de Economia do Governo Collor de Mello, a Sra. Zélia Cardoso de Mello, no cargo de senadora pelo PDT/MG a Sra. Júnia Marise e para o cargo de governadora pelo PMDB/MA, a Sra. Roseana Sarney, reeleita posteriormente. No final da década de 1990, a primeira mulher senadora e negra a presidir Sessão do Congresso Nacional, a Sra. Benedita da Silva

576 - Com essa política de cotas, os partidos passaram a ser obrigados a inscreverem no mínimo 20% de candidatas em suas chapas, para as eleições. Essa iniciativa foi responsável para que ao final da década de 1990, 7% dos lugares na Câmara dos Deputados fossem ocupadas por mulheres, 7,4% no Senado Federal 6% nas Prefeituras Municipais e 12% nas Câmaras Municipais para os cargos de vereadoras. Em: <http://www.ufrj.br/portal/modulo/home/noticia.php?noticia=2088>, Acedido em 04 de Março de 2011.

577 - Mesmo sabendo que nosso período de estudo não contempla o ano de 2010, pois tem seu término em 2007 achamos relevante trazer essa informação da eleição presidencial que deu lugar a primeira presidente do Brasil. Por se tratar de um feito histórico em consequência de todas as iniciativas ocorridas no Brasil após o processo de redemocratização. Inclusive pelo fato da Excelentíssima Sra. Dilma Roussef ter sido presa política no período ditatorial do Brasil e ter sido sucessora do primeiro presidente ex-operário da siderurgia fabril, o Excelentíssimo Sr. Lula da Silva. Com mandato de 2002 à 2006, reeleito de 2006-2010.

Apesar das conquistas, muitas questões ainda precisam ser repensadas acerca dos direitos das mulheres. Sabemos não existirem mais, teoricamente, as diferenças sexuais quanto à estratificação na esfera do trabalho. No entanto, na prática, ainda vê-se no Brasil discriminações as mais diversas, como por exemplo a questão salarial, pois as mulheres continuam recebendo um menor salário, mesmo exercendo funções iguais às dos homens. Dados do IBGE comprovam:

O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era de 70,8%⁵⁷⁹.

Outra forma de discriminação diz respeito ao número de mulheres que têm registro na carteira profissional:

Em 2009, aproximadamente 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens, este percentual era de 40%⁵⁸⁰.

578 - Após a Constituição de 1988-2010, foram aprovadas 42 leis e leis complementares que consolidaram as mudanças no âmbito do trabalho social e a divisão sexual do trabalho. Sobre esse assunto e como referência da citação mencionada, ver Rodrigues, A. e Cortes, I. R. (2010). Legislação sobre Trabalho e Gênero: Período 1988-2010 Em: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, p.36-44.

579 - IBGE (2009). Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2009. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro. Em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1», Acedido em 06 de Março de 2011.

580 - Ibidem.

Esses problemas não são evidenciados somente no Brasil, mas fazem parte da estrutura global do mercado de trabalho. De acordo com a globalização comercial, os países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm criado empregos vulneráveis, diante das privatizações e da diminuição da proteção social. As sequelas desse fenômeno têm acentuado a diferenciação sexual do trabalho, e as desigualdades sociais, de classes e de etnia⁵⁸¹.

Em relação ao Brasil especificamente, para além do que foi exposto⁵⁸², vê-se na atualidade um elevado crescimento das mulheres na liderança de unidades familiares monoparentais⁵⁸³, ou seja, como principal responsável no domicílio⁵⁸⁴. Estudo sobre o assunto, realizado pelo IBGE em 2006, conclui sobre o perfil destas mulheres:

2,7 Milhões, ou 29,6% das mulheres ocupadas; 62,9% com 40 anos ou mais de idade; 38,4% com menos de 8 anos de estudo; 50,6% não tinham cônjuge e moravam com seus filhos. Entre as mulheres sem cônjuge e com filhos, 47,1% tinham pelo menos 1 filho com idade inferior 15 anos e 28,5% tinham todos os filhos com

581 - Hirata, H. (2010, Dezembro de) Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. Em: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pp. 45-49.

582 - Após análise a autora destaca algumas preocupações urgentes: a necessidade de promoções e mudanças na divisão sexual do trabalho na vida familiar, o reconhecimento da importância do trabalho doméstico não remunerado e a necessidade de que uma legislação global e articulada – Reformas Trabalhista, Sindical e Previdenciária - que amplie direitos, seja contemplada com desdobramentos normativos (legislação complementar, instruções e normas técnicas), e que seja referência efetiva para a formulação e implementação de políticas públicas, com dotações orçamentárias pertinentes e adequada fiscalização por parte do Estado para o seu cumprimento. Ver: Rodrigues, cit., pp. 43-44.

583 - Sobre esse tema ver: Ávila, M. B. (2010). Divisões e Tensões em Torno do Tempo do Trabalho Doméstico no Cotidiano. Em: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília pp. 67-76. E ainda: Porto, C. M. (2010) Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito. Em: Brasil. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, pp.77-88.

584 - Segundo o IBGE, o principal responsável no domicílio é aquela pessoa que é responsável na unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores. É o que equivale em Portugal ao agregado familiar.

menos de 15 anos; 29,8% estavam ocupadas em postos de trabalho caracterizados como informais; 21,9% eram trabalhadoras domésticas; 78,6% tinham rendimentos inferiores a 3 salários mínimos; rendimento médio equivalente a R\$ 927,10; rendimento médio domiciliar igual a R\$ 1.503,99⁵⁸⁵.

Verifiquemos os índices da tabela seguinte, os quais evidenciam, de acordo com o censo de 2000, os principais responsáveis pelo provimento dos domicílios. Percebemos que, na altura, as mulheres já aparecem em números elevados (11.160 635), se comparados aos homens (33.634 466).

Tabela 39 – Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões.

Grande Regiões	Pessoas responsáveis pelos domicílios		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	44 795 101	33 634 466	11 160 635
Norte	2 809 912	2 167 075	642 837
Nordeste	11 401 385	8 449 390	2 951 995
Sudeste	20 224 269	15 049 401	5 174 868
Sul	7 205 057	5 576 952	1 628 105
Centro-Oeste	3 154 478	2 391 648	762 830

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000. Tabela 1, Acedido em 08 de Março de 2011, em: «<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/tabela012000.shtm>»

Observemos a evolução das mulheres na condição de responsáveis pelo provimento dos domicílios. Na sequência comparativa do período 2002-2006.

585 - IBGE (2006) Principal responsável no domicílio é aquela pessoa que é responsável na unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores. Pesquisa Mensal de Emprego, Rio de Janeiro.

Figura 13 – Demonstrativo das mulheres responsáveis pelo domicílio, ocupadas e desocupadas, período 2002-2006.

	2002	2003	2004	2005	2006
Ocupadas	90,9	90,3	91,3	92,8	92,0
Desocupadas	9,1	9,7	8,7	7,2	8,0

Fonte: Figura 6 - Evolução da distribuição de mulheres ocupadas e desocupadas no total de mulheres economicamente ativas principais responsáveis, para o total das seis regiões metropolitanas - meses de Agosto de 2002 a 2006 (em %). In: IBGE. Principal responsável cit., 2006, p.8.

É relevante considerar que a mudança de hábitos tem feito com que muitas mulheres assumam várias jornadas de trabalho, no emprego e em casa, nos afazeres domésticos e no cuidar dos filhos e dos mais idosos. Já muitos dos homens, estando ocupados com trabalho remunerado ou não, não mudaram o tradicional hábito de não realizarem trabalho doméstico. Os índices de 2007 dão conta de que,

Somente metade dos homens realiza afazeres domésticos (51,4%), enquanto 9 em cada 10 mulheres tinha essa atribuição. Ou seja, para as mulheres, a saída para o mercado do trabalho não significa deixar de fazer tais atividades, pelo contrário, a participação delas é ainda maior (92%). A elevada distância que existe entre homens e mulheres com relação a este aspecto não permite afirmar que há uma divisão de tarefas domésticas nos lares brasileiros⁵⁸⁶.

Este acúmulo de papéis sociais exercidos pelas mulheres no mundo global é fator gerador do pluralismo identitário evidenciado na contemporaneidade, diante da mudança de postura dos agentes da sociedade.

Consideramos a feira como espaço social aglutinador de representação da sociedade vigente, pois nelas também encontramos essa realidade dos papéis plurais desempenhados pelas feirantes nos dois lados do Atlântico, fruto de um cenário que foi construído ao

586 - IBGE. (2006). Síntese de indicadores sociais 2007. Rio de Janeiro, p. 206, em: <www.ibge.gov.br/noticias>, Acedido 03 de Março de 2011.

longo dos séculos, sobretudo no século XX. E é a essa mudança de cenário que dedicamos as próximas páginas deste capítulo.

Homens “de saia” e mulheres “de calça” nas feiras: papéis invertidos, ou desconstrução de estereótipos?

Nas feiras contemporâneas, tanto no Brasil quanto em Portugal, percebemos um crescimento significativo não só de feirantes - trabalhadores informais⁵⁸⁷, fruto do desemprego e dos fenômenos migratórios - mas também da presença feminina. Este fenômeno está associado ao momento histórico vigente. Muitas mulheres passam a ocupar lugares de negócios em diversas situações: ou em forma conjunta, auxiliando seus maridos; ou por conta própria, sem vinculação com uma figura masculina; ou na condição de filha, ajudando aos pais, e às vezes somente a mãe que já se tornara viúva, ou mesmo divorciada; dentre outras formas. Um estudo brasileiro sobre as feiras da região do Paraíba, realizado nos anos 1982-1989, revela:

(...) Um crescimento de 49% no número de vendedores durante este período (o que significa uma taxa de crescimento de 5,9% por ano), enquanto o número de mulheres cresceu 60% (taxa de crescimento: 7%); em

587 - Convém esclarecer que o crescimento no número de feirantes nas feiras investigadas, já foi tratado no capítulo 1, item 1.2- As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp, 80-113. Por essa razão não iremos aqui retomar. Destacamos somente a seguinte afirmação que constata os elevados índices de trabalhadores informais no Brasil, sobretudo após a década de 1990: “Podemos observar que, ao longo da década de 80, a informalidade atingiu o percentual máximo, em 1984, de cerca de 40% do total dos ocupados, mas em nenhum momento ela alcançou ou ultrapassou o total dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal. Por outro lado, durante a década de 90, há uma significativa tendência de queda no número de postos de trabalho formal. A participação dos ocupados formais sai de cerca de 53%, em 1991, para 45% em 2001. Já o emprego informal passa de 40%, em 1991, para 50% em 2001. O ano de 1996 passa a ser o de inflexão na evolução das taxas dos empregos formal e informal. A partir daí, acontece, em caráter inédito, a maior participação dos informais no total dos ocupados no país, segundo os dados da PME/IBGE” Mais considerações a esse respeito ver: Sabadini, M. de S Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. Acedido em 06 de Dezembro de 2010 em: «<http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>», p. 8.

Embora saibamos que a presença das mulheres nas feiras não é algo que tem lugar somente no momento presente, fruto dos avanços da “igualdade de sexos” resultante dos processos de redemocratização do Brasil e de inserção de Portugal na CEE, acreditamos que tais acontecimentos acabaram por trazer mudanças de mentalidade e de comportamentos que fortaleceram a presença destas nestes espaços públicos⁵⁸⁹. Não podemos dizer que as mulheres, nas feiras minhotas lusitanas e nordestinas brasileiras, se fizeram presentes a partir da segunda metade da década de 1980, pois elas já se faziam presentes antes. No entanto, podemos afirmar que vê-se um número maior delas após este período, proveniente de um novo cenário no mercado de trabalho dos países capitalistas.

As mudanças⁵⁹⁰ se verificam em três dimensões: a primeira

588 -Garcia, M. F (1992, junho). O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, N.19, ano 7, pp.84-85.

589 - O espaço público sempre foi inerente ao gênero masculino, espaço também da “vida” e do “trabalho” cabendo as mulheres o domínio privado “ (...) Ao mundo difícil da “vida”, da “rua” e do trabalho em geral, esses universos que são profundamente masculinos e, por conseguinte, estão longe das cozinhas, dos temperos e das boas mesas e camas, onde se pode exercer uma comensalidade enriquecedora (...)”. A respeito dos espaços sociais definidos como de domínio masculino ou feminino, ver Damatta, R. (2001). O que faz o Brasil, Brasil Rocco, Rio de Janeiro, p.52; a história das instituições como mosteiros, gluildas, confrarias em finais da idade média e início da moderna lugares públicos, portanto de vinculação masculina já que as mulheres eram excluídas da esfera pública, cabendo somente o privado das casas, a esse respeito, ver Burke, P (2003) Uma História Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien: Jorge Zahar, Rio de Janeiro p.78. E ainda: Bourdieu, P. (1999). A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner: Bertrand Brasil Rio de Janeiro.

590 - Convém esclarecer que essas mudanças não são percebidas de igual maneira em todas as feiras investigadas. Ou seja, se antes aos homens cabia a venda de cereais, no momento vigente eles não deixaram (todos) de vender cereais e passaram a vender ervas medicinais. Entretanto já se percebe uma maior fusão nesse aspecto, em função sobretudo da maior entrada de mulheres no espaço das feiras. Nesse sentido muitas mulheres passam a atuar nos cereais auxiliando seus maridos, ou mesmo muitos maridos auxiliando suas esposas nas vendas com ervas. E há também aqueles que de fato se dedicam ao comércio com ervas, independentemente da presença feminina, é o caso de muitos vendedores deste artigo presentes na feira de São Joaquim em Salvador. Como também muitos portugueses e ciganos nas feiras minhotas portuguesas que hoje vendem artigos de vestuário, calçado,

delas diz respeito a uma maior quantidade em geral de feirantes, e assim também de mulheres; a segunda relaciona-se à comercialização de mercadorias, pois antes via-se mercadorias específicas para os homens e outras para as mulheres; a terceira mudança é quanto à presença das mulheres no comércio sem a figura masculina ao seu lado em alguns casos chefes de famílias monoparentais, encontrando as feiras como lugares de trabalho e de sobrevivência para os seus dependentes.

A presença de mulheres nas feiras deste estudo é significativa. Nas feiras minhotas portuguesas elas correspondem a 65% dos depoentes, e, nas feiras nordestinas brasileiras, a 50%, conforme a tabela seguinte⁵⁹¹.

Tabela 40 – Características dos Feirantes por Gênero.

CARACTERÍSTICAS DOS FEIRANTES GÊNERO (%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Masculino	35%	50%
Feminino	65%	50%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

perfumes, relógios, artigos têxteis, bolsas para homens e mulheres. Artigos que antes tinham uma maior tendência de serem oferecidos pelas feirantes. Cabendo aos homens a venda de gado e de cereais, como veremos a seguir.

591 - Mesmo que para este estudo estes valores não sejam evidência de superioridade numérica das mulheres, pois quando fomos fazer a pesquisa o critério de escolha dos depoentes não tivesse sido uma preocupação, o fato é que elas se apresentam em números relevantes. Para além disto, outros estudos evidenciam a presença das mulheres nos espaços das feiras brasileiras. Ver: Silva, V. P. da (2005). Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB; Paim, M. R. (2005). Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973). Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador e Oliveira, S. S (2009). As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade. Monografia de Graduação em História, Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande-PB.

Tomemos para análise as feiras de Caruaru, no Brasil, e de Vila do Conde, em Portugal. Constatamos, nas visitas à primeira, a elevada presença de feirantes do gênero feminino. Tal fato, pelo que podemos observar, também deve-se às atividades desenvolvidas na região, relacionadas ao mercado informal, advindo da época atual em que o desemprego formal se constitui numa evidência. Esta situação trabalhista de acordo com estudo realizado pelo SEBRAE nas empresas do Agreste Pernambucano contempla prioritariamente às mulheres, 56,3% estão no mercado formal, e 52,6% no informal. A tabela a seguir demonstra estes dados:

Tabela 41 – Demonstrativo por sexo, segundo situação trabalhista nas empresas do Agreste Pernambucano 2003 (%).

Sexo	Municípios							Total	
	Caruaru		Toritama			S ^{ta} . Cruz			
	Formal	Informal	Formal	Informal		Formal	Informal	Formal	Informal
Mas.	56,9	35,4	65,7	56,8		58,7	40,6	58,9	43,8
Fem.	43,1	64,6	34,3	43,2	41,3	59,4	41,1	56,3	52,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº Obs.	109	209	35	213	92	330	236	752	988

Fonte: Quadro 5.2, Sexo do entrevistado. FADE / SEBRAE-PE. (2003, Maio de). Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE. In: Estudo de caracterização Econômica do polo de confecções do Agreste de Pernambucano, Recife, p.31.

Na feira de Caruaru, sobretudo na feira da Sulanca, esta realidade se faz maior, tendo em vista a grande presença de mulheres, sejam as costureiras na confecção dos produtos, sejam as vendedoras que comercializam as roupas, ou mesmo as freguesas que adquirem os produtos para os revenderem em suas cidades. Uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2003, especificamente na feira da Sulanca em Caruaru, apresentou o índice de 49% para feirantes do sexo feminino, enquanto os homens representavam 51%. Ou seja, além de percebermos a presença elevada do gênero feminino na feira, percebemos também uma certa igualdade nos feirantes por sexo.

Constatamos também que os homens, na atualidade, passaram a comercializar também mercadorias anteriormente de domínio feminino como roupas, lingerie e artigos têxteis para casa. É o que demonstra os índices de pesquisa do SEBRAE dispostos na tabela:

Tabela 42 – Demonstrativo por sexo, segundo a Feira da Sulanca em Caruaru (%).

Sexo	Percentual
Masculino	51,0
Feminino	49,0
Total	100,0

Fonte: SEBRAE (2003, Janeiro de) Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE., Recife, p. 1.

Em nossa pesquisa, verificamos um número de feirantes do gênero feminino mais elevado que os feirantes do gênero masculino, 60% e 40% respectivamente. Convém lembrar que não entrevistamos somente feirantes da Feira da Sulanca, mas também das demais⁵⁹², que estão incorporados ao todo o universo da feira grande de Caruaru. Logo, embora essa realidade quanto a presença feminina seja mais visível na Feira da Sulanca, ela se apresenta nas feiras como um todo.

Gráfico 54 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por gênero Caruaru (Brasil).



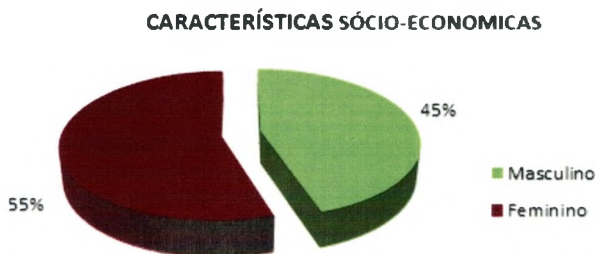
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Já em relação à feira de Vila do Conde, o número de feirante mu-

592 - Nos referimos as feiras de artesanato, de frutas, de verduras, de laticínios, do Paraguai (importados), calçados, flores, doces, cereais, ervas, e demais produtos.

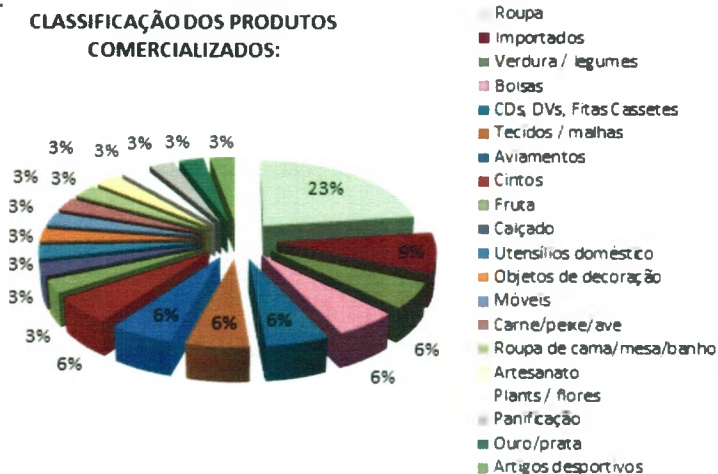
Iheres também pôde ser constatado aparentemente e estatisticamente, nas entrevistas que realizamos. De acordo com um levantamento que fizemos pessoalmente em 2007, junto à Câmara do Municipal de Vila do Conde, somado ao ofício recebido pela mesma entidade, de número de registro 106/11, expedido pela Diretoria de Administração e Financeira, constatamos que, dos 389 feirantes cadastrados em 2007, 259 são mulheres e 130 são homens. Fato bastante significativo quanto ao que temos dito até o presente. E mais relevante ainda diante da afirmação de que a feira vila-condense, em 2007, se apresentava de maneira eclética nos gêneros comercializados, diferentemente do ano de 2006, que tinha os artigos hortícolas como maior oferta. Em 2007, portanto, o número de artigos hortícolas é de 160 lugares, e o dos demais artigos 229. Mesmo considerando que os artigos hortícolas fossem comercializados exclusivamente por mulheres, pois era assim no passado, ainda assim sobriariam cerca de 40% das mulheres para comercializar os demais produtos. Estes dados corroboram nossa afirmação de que na atualidade homens e mulheres comercializam os mesmos produtos. Na sequência, apresentamos os dois gráficos relativos à análise em Vila do Conde. O primeiro deles corresponde ao demonstrativo dos feirantes entrevistados por gênero, apresentando 55% para o público feminino e 45% para o masculino, e o segundo às mercadorias que estes declaram comercializar.

Gráfico 55 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por gênero Vila do Conde (Portugal).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 56 – Demonstrativo dos artigos comercializados pelos feirantes em Vila do Conde.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Em se tratando das mercadorias comercializadas pelos gêneros específicos, trouxemos como exemplo também o caso de Campina Grande. No seu estudo sobre as feiras do Agreste Paraibano, nos anos 1980, Garcia constatou que, para as mulheres da época, não era comum o ato de negociar, sobretudo se as feiras fossem realizadas fora do seu lugar de moradia. Cabia portanto à mulher ajudar seu cônjuge na arrumação, em casa, dos produtos que ele levaria para as feiras e, no máximo, ir até o local de trabalho deste em horário de almoço, levando a refeição para ele. Enquanto o marido almoçava, a mulher atendia ligeiramente os clientes. Segundo a autora, os entrevistados de sua pesquisa, quando interrogados sobre o hábito de as mulheres não negociarem, declararam não “ficar bem” mulher “andando pelo meio do mundo”⁵⁹³. Naquele momento as mulheres só passavam a negociar integralmente por ocasião de assumirem o papel de chefes das famílias em estado de viuvez, e se não tivessem filhos homens que pudessem

593 - Garcia, M. F. (1984). Feira e Trabalhadores Rurais, as feiras do brejo e do Agreste Paraibano. Tese de Doutorado em Antropologia Social: Museu Nacional, Rio de Janeiro, pp. 106-109.

assumir o lugar do pai no comércio das feiras. Garcia destaca ainda que as poucas mulheres presentes na feira para negociar,

Ocupavam sectores de bancos de café de uma maneira exclusiva. São dominantes em certos sectores secundários da feira (como verdura e pão) e chegam a penetrar ocasionalmente em outros sectores de venda a varejo. No entanto, nunca vendem no atacado⁵⁹⁴ [este lugar era prioritariamente masculino].

A autora acrescenta ainda, em outro estudo dos anos 1980, no estado de Pernambuco, que raramente encontravam-se mulheres em sectores de produtos alimentares considerados mais nobres como farinha de mandioca, cereais e carne. Estas eram atividades definidas socialmente como “muito pesadas”⁵⁹⁵. Destaca também que, nas feiras pernambucanas “os bancos de café que contam com maior número de mulheres (16, em 1982, e 17, em 1989); ali a presença feminina é quase exclusiva, em especial quando se trata de cozinhar no local”⁵⁹⁶.

Retomando a realidade atual e diferenciando-se dos estudos de Garcia sobre a década de 1980, a feira campinense apresentava 348 feirantes cadastrados, sendo 223 homens e 125 mulheres. Para além de haver um elevado número de mulheres⁵⁹⁷, apresenta

594 - *Ibidem*, p. 110.

595 - Garcia, *Segundo sexo do comércio cit...*, p. 6. Sobre tarefas “pesadas” e tarefas “maneiras” desvinculando-as da ideia de esforço físico, e sim a uma concepção social hierarquizada das esferas de atividades masculinas e femininas. Segundo a autora, tal concepção poderá ser encontrada na obra Heredia, B. A. & Garcia Jr, A.R. (1971). *Trabalho familiar e campesinato. América Latina*, 14, nº 1 e 2. CLAPCS, Rio de Janeiro.

596 - *Ibidem*, p. 8.

597 - Deve-se levar em consideração que o registro pode não corresponder a realidade de fato. Pois muitos feirantes se cadastram por conveniência, ou seja, muitos estão cadastrados mas quem trabalha de fato é um outro; As vezes se cadastra em um nome masculino, ou feminino, mas com vários lugares que podem ser lugares de trabalho exercidos por homens ou por mulheres, ex. na atividade venda de peixes encontramos uma mulher cadastrada que tem na verdade 7 bancas de vendas de peixes, outra com 5 bancas do mesmo produto, ou em calçados há uma outra com 11 lugares em seu nome. De todo modo é conhecedor que todas estas variáveis que devem ser levadas em consideração, no entanto não negamos que a partir dos dados apresentados pelo levantamento realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos (mesmo que “informal”) que o número de registro de feirantes mulheres na feira de Campina Grande, atualmente corresponde a quase 51% do total dos homens.

também, na descrição das mercadorias e gênero dos comerciantes cadastrados, aspectos interessantes se comparados à realidade da década de 1980. Observemos, por exemplo, na descrição dos produtos alimentares comercializados (lanche e comida pronta), uma maior quantidade de homens cadastrados (19) que de mulheres (16), produtos que anteriormente eram de venda exclusiva do gênero feminino. Destacamos também os utensílios domésticos, dos quais só aparecem quatro cadastrados, todos comercializados por homens. E ainda outros produtos antes de domínio feminino: flores, bijuteria e confecções. Notamos também que os homens passam a dividir, atualmente, espaço com as mulheres no ramo em que antes eles tinham o predomínio — a venda de cereais, de carne, peixes e aves.

Tabela 43 – Demonstrativo do número de feirantes cadastrados se acordo com o tipo de mercadorias comercializadas.

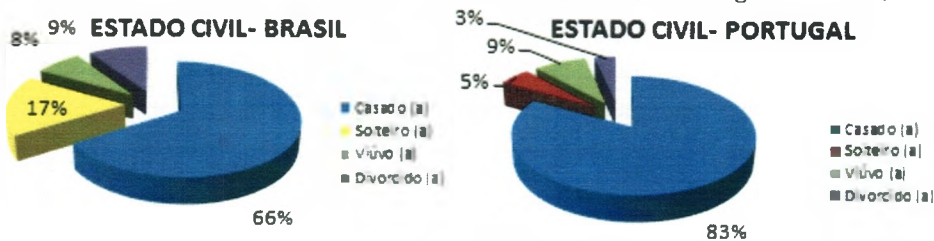
Descrição produto	Feirantes cadastrados (Homens)	Feirantes cadastrados (Mulheres)	Total
Fruta e verdura	16	37	53
Lanche e alimentação pronta	19	16	35
Confecções	13	12	25
Bijuteria	6	2	8
Utensílios domésticos	4	0	4
Variedades	8	12	20
Cereais	28	12	40
Lacticínio (queijos)	12	4	16
Peixe	10	1	11
Carne	41	19	60
Fruta	28	12	40
Calçado	9	15	24
Tempero	2	2	4
Ave	3	1	4
Flores	1	1	2
Fumo	2	0	2
Totais	202	146	348

Fonte: Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela secretaria de Serviços Urbanos nos anos 2000 e 2010.

Estas diferenças identitárias em relação aos gêneros dos vendedores e artigos comercializados, que outrora eram estabelecidas a partir do sexo, atualmente encontram-se em processo de troca de lugares, ou mesmo de partição destes. Ou seja, já não vemos homens e mulheres vendendo artigos específicos, vinculados aos seus gêneros e, portanto, papéis sociais preestabelecidos. Pelo contrário, vemos, nas feiras, homens e mulheres comercializando mercadorias comuns, independentemente do gênero a que pertençam.

Estas diferenças quanto aos papéis de gênero dos feirantes não são percebidas somente nas mercadorias que comercializam, mas também nos posicionamentos que ocupam frente às suas respectivas famílias e à sociedade como um todo. Nos referimos às mulheres que hoje atuam nas feiras como colaboradoras no labor de seus cônjuges, compartilhando, portanto, com os compromissos financeiros da família, sendo muitas vezes responsáveis pela manutenção das suas famílias, administrando as estruturas familiares monoparentais. A este respeito, percebemos que, nas feiras investigadas, de um lado e do outro do Atlântico, os feirantes, sejam homens ou mulheres, possuem estado civil bem definido, sendo a maioria deles casados, e tendo suas esposas (os) atuando na labuta diária do trabalho nas feiras, 83% em Portugal e 66% no Brasil. Aqueles que não se declararam casados, nem vivendo com companheiras (os), são viúvos (as), divorciados (as), e responsáveis pelas unidades familiares monoparentais. É o que comprovam os gráficos a seguir:

Gráfico 57 – Demonstrativo do Estado Civil dos Feirantes (em Portugal e no Brasil).



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Convém lembrar que os poucos solteiros, 5% nas feiras minhotas e 17% nas nordestinas brasileiras, não são pelo fato de não compartilharem a vida conjugal com alguém, momentaneamente, que são efetivamente “livres”, pois alguns têm filhos e são responsáveis por eles. A esse respeito o depoimento da feirante portuguesa, Cristina Martins, em Vila do Conde: “Sou solteira, mas aprendi a trabalhar nisso com minha mãe. Desde miúda que trabalho em feiras. Gostava mesmo era de tirar um curso. (...) Sim tenho uma filha”⁵⁹⁸. E também da feirante brasileira Maria da Glória, na feira de São Joaquim,

Toda minha família vive daqui. Sou solteira no papel, mas tive três companheiros, agora estou sozinha. Minha vida é essa feira de São Joaquim, pois daqui tiro o sustento meu e de meus filhos. Essa feira, para mim, é “mãe” e “pai”, comprei casinha onde vivo com meus meninos, tudo daqui⁵⁹⁹.

As mulheres separadas, divorciadas, ou viúvas, que são responsáveis pelos núcleos familiares monoparentais, relatam⁶⁰⁰: “Tenho marido não moça, já tive. Agora, sou só por mim, e pelos meus.

598 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Cristina Martins, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

599 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Glória Anunciação, feirante em São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

600 - Convém esclarecer que trouxemos para demonstração apenas alguns depoimentos. O que não significa dizer que existam outras realidades semelhantes, que podem ser analisadas em outro estudo, pela autora, ou mesmo por outro investigador que se interessar pelo tema.

Tenho é cinco filhos para criar, se eu não correr atrás [se refere a trabalhar] eles não comem”⁶⁰¹. Na mesma direção identificamos o depoimento de mais duas feirantes. A brasileira relata que “Tinha um companheiro, trabalhava numa loja, depois fiquei no desemprego e vim ajudar ele aqui na feira. Tivemos 3 filhos, depois nos separamos, ele arrumou outra e eu fiquei com os filhos e com a banca. Ele se danou no mundo”⁶⁰². Diz a portuguesa:

Sou viúva, mãe de duas filhas e um neto. As filhas estão tirando curso e eu continuo trabalhando. Pago renda de casa e o curso delas, tudo daqui. Mas isso vai mal [se refere a diminuição das vendas] não sei no Brasil, mas cá em Portugal essas feiras não param de se acabar⁶⁰³.

Embora seja relevante destacarmos, neste estudo, os papéis sociais de muitas mulheres na contemporaneidade como chefes dos lares, são muitas as senhoras que encontramos nas feiras compartilhando experiências e responsabilidades com seus cônjuges, sejam estes maridos formais ou companheiros. É o que diz o feirante brasileiro: “Eu vivo daqui, minha esposa também, é o nosso trabalho”⁶⁰⁴. Por outro lado, observamos também que, nesse convívio conjugal, muitas mulheres aprenderam inclusivamente o ofício de ser feirante. Os dados da tabela seguinte informam sobre as vias de aprendizado no ofício de feirante, de ambos os sexos. Sabemos que as respostas do gênero feminino se vinculam majoritariamente à segunda opção — por acaso, e com seus cônjuges e companheiros —, enquanto a opção “com os pais e familiares” é mais associada aos feirantes do gênero masculino, uma vez que, em gerações passadas, muitas das meninas ficavam

601 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Conceição, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

602 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Dione Martins, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

603 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Helena Matias, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

604 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

em casa, enquanto os meninos iam para as feiras com os pais⁶⁰⁵. Nas feiras minhotas portuguesas o índice de aprendizado no ofício de feirante com os parceiros é de 47%, e nas nordestinas brasileiras de 27%⁶⁰⁶. A tabela seguinte apresenta os índices citados:

Tabela 44 – Demonstrativo do aprendizado no ofício de ser feirante (Portugal e Brasil).

APRENDIZADO NESSE OFÍCIO(%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Com os pais ou familiares	51%	58%
Por casualidade (com cônjuges, companheiros)	47%	27%
Outro	5%	15%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

A respeito do fato de terem sido estimuladas a trabalharem nas feiras pelos seus companheiros, os relatos: “Vim trabalhar com meu marido, ele que me botou nisso, mas depois morreu e eu acabei tendo que assumir tudo. Vida sacrificada, mas não posso reclamar, pelo menos ganho o meu pão e dos meus filhos”⁶⁰⁷. Uma feirante portuguesa, para além de mencionar que trabalhava com o marido, ainda destacou a presença de mais feirantes do gênero feminino na

605 - Sobre o aprendizado no ofício por sexo, Garcia faz a seguinte ressalva: “Para as moças, o fato de ter um pai na feira não quer dizer que elas estejam integradas nessas atividades. Às vezes são levadas a ajudá-lo, quando se trata de um sector onde sua presença é admitida, ou quando não há, no grupo doméstico, meninos em idade de fazê-lo. As meninas não são encorajadas a entrar no negócio. Menos ainda quando pertencem a uma família mais abastada. Até as viúvas que negociavam na feira, quando indagadas a esse respeito, insistiam sobre o fato de que levavam suas filhas à feira nos sábados e domingos, mas que elas deviam estudar durante a semana, porque, “para uma mulher, a feira não tem futuro.” Ver Garcia, Segundo sexo do comércio cit..., p. 10.

606 - Vale lembrar também que nessa categoria aglutinamos os entrevistados que disseram ter aprendido o ofício de ser feirante, pelas condições sociais a que estavam passando na altura, podendo inclusive serem casados e desempregados, ambos foram trabalhar na feira, ou senão um ou outro. Ou seja, na categoria de desempregados também se situam esses índices.

607 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo Tavares, feirante, em São Joaquim, Salvador, 27 de Maio de 2009.

feira de Vila do Conde, parentes de seu esposo: “Meu marido também. Do meu lado [se refere a família] não tem feirantes, todos seguiram outros ramos, do lado de meu marido sim. As irmãs dele, a mãe, uma tia.”⁶⁰⁸. Disse a feirante em Campina Grande: “Por causa do meu marido, vim parar aqui. Ele adoeceu, foi operado, aí eu vim ajudar ele, vim trabalhar aqui”⁶⁰⁹. A feirante portuguesa refere-se ao marido e ainda acrescenta que mudou de atividade: “Aprendi a negociar com meu marido. Na altura ele vendia fumeiros, vim ajudar ele e depois mudei para tecidos e agora vendo roupas feitas. Mas é artigo nacional!”⁶¹⁰. Outra feirante portuguesa também refere-se ao trabalho compartilhado com o marido:

Tenho cinco filhos. Minha sogra já vendia louça, depois que ela faleceu falamos com a Câmara e ficamos com esse lugar. Meu marido é que vinha e eu ficava em casa com os filhos. Não tínhamos carro, então ele se motorizava ou então metia a louça no táxi e vinha. Depois compramos uma carrinha e passei a vir também ajudar ele⁶¹¹.

Outras feirantes, embora sejam casadas, atuam independentemente de seus cônjuges e contribuem com a manutenção dos seus lares. Isto pode ser percebido nos depoimentos seguintes, da feirante brasileira: “Meu esposo trabalha aqui, em outro banco”⁶¹²; e da portuguesa: “Ajudo o marido, mas ele não trabalha aqui, é picheleiro”⁶¹³.

Conclui-se, portanto, que homens e mulheres outrora tinham papéis sociais bem definidos, delimitados a partir do sexo; eles

608 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Vila do Conde, em 27 de Maio de 2009.

609 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Cleonice Agra, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

610 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Fernandes, feirante em Ponte de Lima, em 12 de Novembro de 2007.

611 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição Salgueiro, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

612 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

613 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

estereotipados nas figuras dos “machões”, dos “valentões”, em oposição ao sexo “frágil”. Tais estereótipos definiam os espaços que os sujeitos “podiam” ocupar, escamoteando um poder estabelecido e “naturalizado” como o “tradicional”, o que é de “costume”, as formas de se portar em público e no privado, além de serem definidos os papéis da “chefia” da casa na figura do provedor. Nos finais do século XX e início do XXI, diante de um novo contexto, esses papéis passam a ser questionados e alterados. As mulheres ocupam mais o mundo público e os homens dividem com elas os espaços do mercado de trabalho e as responsabilidades no provimento do lar.

Esta é a realidade dos feirantes contemporâneos, seja em território brasileiro ou luso. As identidades se tornam plurais na medida em que os sujeitos assumem papéis diferenciados, que em grande medida entram em conflito, promovendo crises de identidade de natureza sexual, social e cultural. Como nota Hall,

(...) Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...). [A identidade uma segundo Hall] é uma fantasia⁶¹⁴.

3.6 – Identidades híbridas de feirantes e fregueses

Para fins de análise, categorizamos nossos depoentes em dois grupos: feirantes e fregueses. No entanto, quando fomos a campo percebemos em seus depoimentos que os mesmos não fazem parte de grupos desassociados um dos outro. Nos deparamos com realidades híbridas. Muitas vezes estávamos entrevistando um freguês e observamos que a relação estabelecida com os feirantes é extremamente próxima, ao ponto de suas falas se configurarem em retóricas próprias daqueles que eram feirantes. Alguns fregueses já tinham sido feirantes no passado; tinham cônjuges ou parentes nessa condição; ou até

614 - Hall, A identidade... cit., p.13.

mesmo se constituíam feirantes dos seus feirantes, agora fregueses, por serem ao mesmo tempo fornecedores e fregueses de feirantes. Constatamos, portanto, a existência de uma teia de reciprocidade nas feiras contemporâneas, de sociabilidade, de mobilidade social, o que faz com que haja um deslocamento dos sujeitos em torno de papéis anteriormente definidos. É esse hibridismo que exploramos nesta parte do presente capítulo.

Se observarmos atentamente os sujeitos que fazem parte das feiras, perceberemos que se configuram em volta de uma multiplicidade de personagens, figuras que dialogam entre si e formam um todo bastante heterogêneo e complexo. Esta heterogeneidade ocorre para além do que já foi exposto até o presente, no tocante às identidades plurais, pelo fato de se tratar de seres ecléticos a partir das suas experiências, seus valores e principalmente seus interesses.

O contexto global⁶¹⁵ permite que vários personagens convivam em um mesmo lócus de trabalho, no caso específico as feiras. São sujeitos que, embora aparentemente pareçam pertencentes a grupos específicos, fixos, em verdade, diante de toda a complexidade de relações entre si, se tornam personagens com papéis sociais entrelaçados. Tomemos como exemplo a feira de São Joaquim, em Salvador, para compreendermos esses personagens e as teias de relações que convergem para as identidades plurais, seus conflitos e tensões sociais. Identificamos, na feira soteropolitana contemporânea, os seguintes personagens:

Os comerciantes atacadistas que compram mercadorias de várias partes do país e alguns até fazem um beneficiamento do produto (como a moagem do milho) [ou o preparo da massa do acarajé e do caruru], armazenam e acondicionam. São o elo de ligação da feira ao universo exterior e o principal sustentáculo para o seu abastecimento. Fornecem aos varejistas, aos ambulantes, a consumidores diretos que desejam e podem comprar no

615 - Nos referimos ao contexto histórico atual 1986-2007.

atacado. Têm, no seu circuito de compradores, grande parte dos donos de mercearias e feirantes de bairros populares. [Esses são os atacadistas de cereais]⁶¹⁶.

Os atacadistas de hortifruti, em condições diferentes dos atacadistas de cereais quanto a logística (equipamentos e instalações), negociam principalmente com os ambulantes⁶¹⁷. Há também os atacadistas de varejistas, que diversificam suas mercadorias, acrescentando os produtos semi-industrializados. Seu local de trabalho na feira se apresenta de modo semelhante às mercearias. São, portanto, atacadistas dos varejistas, ao mesmo tempo que não deixam de ser varejistas diretos dos fregueses que adquirem seus produtos não para revenda, mas sim para consumo direto. Em vista disto, percebemos uma tendência de hibridismo identitário quanto aos papéis sociais que cada grupo desse tem na feira. Há uma certa associação nos papéis, que se torna visível para os seus agentes, no exercício de todas as práticas de comércio. Esse hibridismo identitário converge para os conflitos e as tensões no tocante aos interesses múltiplos inerentes aos feirantes, a partir dos lugares que ocupam na ambiência da feira. Isto é evidenciado em seus discursos⁶¹⁸. Conforme observa Woodward,

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades

616 - Mello, M. A, Mouro, J e Lobo, A. (1992). Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: Veracidade: Revista do Centro de Planejamento Municipal, n. 4, Dez, p. 26.

617 - Os ambulantes são aqueles que ou vendem as mercadorias que adquirem dos atacadistas, conhecidos como ambulantes permanentes ou senão aqueles que confeccionam por conta própria e levam para vender nas feiras, os ambulantes provisórios. Sobre os ambulantes provisórios ver Viera, S. (1980). Feira: espaço de liberdade ou de ilusões: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 78.

618 - A produção dos discursos na sociedade contemporânea, segundo Araújo (2006), é variada, devido às identidades plurais que os sujeitos manifestam como o lugar social que ocupam na sociedade. O discurso produzido tem alterações por causa do meio em que o sujeito está inserido. Dessa maneira, o sujeito que se pronuncia, fala de algum lugar que influencia seus pensamentos, ações e discursos". Ver Oliveira, cit..., p. 35, Apud Araújo (2006), Múltiplos discursos cit..., p.131.

quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra⁶¹⁹.

Destacamos dois aspectos em relação ao tema do hibridismo identitário presente na multiplicidade de personagens e, portanto, de papéis que desenvolvem na feira. O primeiro deles diz respeito ao hibridismo em si, materializado na teia de relações sociais estabelecidas nas feiras, onde vê-se os atacadistas varejistas de cereais que vendem para os varejistas e estes por sua vez vendem ou para os consumidores diretos ou, como semi-industrializados, comercializam para os donos de mercearias que, por sua vez, vendem a consumidores diretos. Sem esquecermos dos atacadistas e varejistas de pescados, de carnes, de flores, das frutas, verduras, de roupas - como no caso da feira da Sulanca em Caruaru -, todos estes com suas respectivas teias. O segundo relaciona-se à formação de identidades sociais de classe. Mesmo valorizando as experiências⁶²⁰ inerentes à participação em cada grupo desta teia de relações, os feirantes envolvidos não constroem elementos de identificação e de engajamento diante da sua condição de classe, não reivindicam seus direitos, nem são conhecedores de seus deveres. Simplesmente, dependendo do lugar que ocupam momentaneamente, lutam em prol de interesses individuais e não coletivos⁶²¹, uma vez que

619 - A respeito da concepção de identidade evidenciada nos conflitos e nas tensões da contemporaneidade. Ver Woodward, K. (2000). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu (org.): Vozes, Petrópolis, RJ, p.33.

620 - As experiências devem ser valorizadas a partir dos conflitos, das atitudes e tensões inerentes aos agentes que as propiciam. A respeito da experiência de agência dos sujeitos ver Thompson, E. P. (2002). "Patrícios e Plebeus", Em: *Costumes em Comum.*, Cia das Letras São Paulo, pp. 25-85.

621 - Estes interesses individuais que se impõem ao coletivo são percebidos por exemplo nas entrevistas e reuniões promovidas pelo poder público, ou mesmo pelos sindicatos com pautas que envolvem os projetos de requalificações que as feiras nordestinas brasileiras estão passando. Os feirantes com identidades clivadas inerentes do contexto atual, se posicionam a favor de buscar reivindicações pessoais, momentâneas acerca das mudanças, ou seja, se posicionam a favor de determinada sugestão no projeto quando atende aos seus interesses individuais particulares, e se posicionam contra quando a sugestão lhe causará impacto direto. Não se percebe as ações envoltas do coletivo.

não estabelecem nenhuma conexão uns com os outros. Faltam-lhes⁶²² portanto, a concepção de classe preconizada pelo historiador social Thompson como: “uma categoria histórica que descreve as pessoas em termos de seu relacionamento ao longo do tempo, num cativo processo de criação. Não podemos entender o que é classe a menos que a como uma formação social e cultural”⁶²³.

Para fundamentar melhor o argumento no que se refere ao impacto percebido nos sujeitos das feiras como não identificados e conscientes da classe a que pertencem, preocupados mais com interesses particulares que coletivos, basta que observemos os dados estatísticos dos entrevistados para este estudo, no que se refere, em primeiro lugar, à filiação a entidades de classe, sindicatos ou associações. Como já vimos anteriormente, as respostas a essa pergunta variaram nas feiras do Brasil e de Portugal. No entanto, percebemos que a maioria dos

622 - Não intencionamos generalizar, pois não são todos os feirantes que não tem essa consciência de classe necessária para defender os interesses legítimos do coletivo. Entretanto, objetivamos com esse apontamento no presente texto problematizar está percepção identificada nos comportamentos de alguns sujeitos. E acreditamos que esse impacto se constata como reflexo das identidades plurais e do hibridismo presente na contemporaneidade.

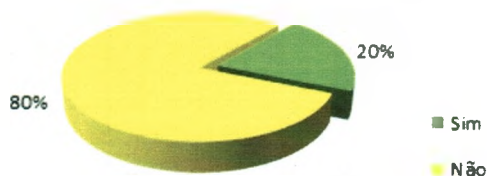
623 - Se distanciando da concepção de classe de Marx que considerava classe, como sendo a posição do sujeito dentro de uma estrutura econômica ou da relação com os meios de produção, e comungando com Thompson que considera classe como sendo uma categoria histórica, num processo de criação, levando em consideração sua experiência na formação social e cultural, como diz na citação supra citada. Promovendo interação dialética entre: economia e valores, entre estrutura e operação, entre elementos culturais e materiais da existência. A esse respeito ver Desan, S. (1992), *Massas, comunidade e ritual* na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, Em: Lynn, H (ed.). *A Nova História Cultural*. Martins Fontes, São Paulo, p. 68. E sobre classe como uma categoria histórica ver ainda: Thompson, E. P. (2002). *Introdução: costume e cultura* Em: *Costumes em Comum*. Em: *Costumes em Comum*, Cia das Letras, São Paulo, pp. 13-24 e Patrícios e Plebeus, pp. 25-85; Thompson, E.P. (2001). *Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’*. Em: *Peculiaridades do Inglês e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Marcos Silva: Editora da Unicamp, Campinas; Silva, F T, Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos, em Batalha, C; Silva, F. T e Fortes, A. (org.), (2004) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Ed. da Unicamp, Campinas, pp. 205- 245; Hobsbawm, E. (2000). *Notas sobre consciência de classe*. Em: *Mundos do Trabalho*. 3ª. Ed: Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 33-53 e também Hill, C, (1984, março). *Uma revolução burguesa?* Em *Revista Brasileira de História*, N.7, pp. 7-32.

depoentes declarou não fazer parte de nenhuma dessas entidades que os representasse. Nas feiras minhotas⁶²⁴, 92% declararam não serem sindicalizados, ou sócios. No Brasil esta realidade, embora seja um pouco diferente, tendo em vista que 45% dos depoentes declararam que fazem parte de entidades de classe, a principal preocupação dos mesmos em se vincularem a tais instituições consiste na busca do amparo social que a mesma possa conceder aos seus afiliados, uma vez que, diferentemente de Portugal, não são “obrigados” a se inscrever na segurança social, ao mesmo tempo que a sua profissão de feirante ainda não foi regulamentada. Fato que nos leva a acreditar que, ao se inscreverem nas instituições que os representam, buscam muito mais fortalecer os seus interesses individuais que efetivamente os coletivos como pertencentes a uma classe específica.

O segundo aspecto vinculado à questão do hibridismo identitário é que, quando indagados se têm conhecimento da legislação da feira, a maioria deles, tanto nas feiras nordestinas brasileiras (80%) como nas minhotas portuguesas (60%), afirma que não. O que nos faz perceber que os sujeitos, a partir das suas clivagens identitárias, se encontram fragilizados diante de interesses comuns, seja nas suas obrigações como os deveres a cumprir nas feiras, seja nos direitos que possuem e que muitas vezes não são sequer reclamados por não serem conhecidos. A seguir os gráficos que ilustram quantitativamente este desconhecimento quanto à legislação:

624 - Dado bastante significativo, tendo em vista que esses feirantes são itinerantes e muitos deles percorrem de fato todas as feiras da região. O fato de não participarem de nenhuma entidade, sindicato ou associação em nenhuma das feiras. Como também não serem vinculados a Associação dos Feirantes do Distrito do Porto, única entidade representante da categoria a nível regional.

Gráfico 58 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da legislação das feiras no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Gráfico 59 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da legislação das feiras em Portugal.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Este hibridismo também pôde ser percebido nos feirantes que se deslocam para a condição de fregueses nas feiras contemporâneas, se abastecendo nestas. Convém lembrar que, em relação à condição de centro de abastecimento, as feiras, desde o período medieval, já se constituíam como as principais formas de fornecimento de mercadorias locais. Na cidade do Porto, capital da Região Norte em Portugal, as feiras se mantiveram nesta conjuntura até o início do século XX, quando passaram a dividir espaço com o comércio fixo. Conforme destacou Fernandes,

As feiras centralizavam uma parte importante do comércio que a cidade medieval fazia, adquirindo notável importância relativamente ao abastecimento regional, sobretudo em produtos perecíveis (...) [cita outros tipos de comércio extra muros, como por exemplo o ambulante] Mas a feira é ainda o grande propiciador das trocas com a região envolvente (...) Desde o princípio do século XVIII, multiplicam-se e dispersam-se pela cidade, um vasto conjunto de feiras que propiciam o incremento das trocas, provendo ao abastecimento dos

bairros emergentes e contribuindo para estabelecer uma relação mais estreita entre a cidade e o vasto território rural periférico (...) [prossegue fazendo referência ao crescimento do comércio na cidade do Porto] As feiras por seu turno, aumentam em número e dimensão ao longo do século XIX, embora a emergência e afirmação do comércio fixo e a modernização Econômica e urbanística que ocorrem impulsionem decisivamente o seu declínio e afastamento para periferia (...) [prossegue na análise das feiras que foram sendo mudadas de locais]. Sabe-se do considerável número de feiras que tiveram lugar no Porto de meados do século passado [se refere ao século XIX], no que parece poder ter sido uma resposta a uma procura crescente, resultante do considerável acréscimo populacional que caracterizou a cidade até o início do século XX, a que o comércio sedentarizado não conseguia ainda possivelmente dar cabal resposta (...)⁶²⁵.

Nesse sentido percebemos que, até hoje, muitos feirantes têm as feiras como locais de abastecimento onde, ao mesmo tempo em que vendem suas mercadorias, se abastecem com outras de que necessitam. Fato que foi destacado pela freguesa portuguesa a respeito dos feirantes:

É muito importante sobretudo para os meios rurais. As pessoas que trabalham na lavoura, no fundo ainda precisam muito da feira, porque o pouco que fazem é na feira. Há pessoas que vêm vender feijão, vender milho, vender essas coisas que produzem. E essas pessoas vêm vender e com o dinheiro que fazem vão comprar outras coisas que não produzem, coisas para casa, roupas, calçados (...)⁶²⁶.

Este fenômeno também ocorre nas feiras do Brasil, como foi lembrado pelo administrador da feira central de Campina Grande, ao destacar a importância que a feira tem para a sociedade campinense,

625 - Ver do Fernandes, J A. (2003). A expansão urbana e as grandes alterações de finais do século XIX. Antecedentes: o Porto e o comércio até meados século XIX. Em: O comércio na Cidade do Porto (uma abordagem geográfica). Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade do Porto, Porto, pp.44-55.

626 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Piedade, freguesa em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

“(…) é importante também para aquelas pessoas que já residem em Campina que comercializam para esses que vem de fora, e assim mesmo compram suas mercadorias. Tem essa troca, eu vendo, eu compro tudo nesse centro tão grande que é a feira central”⁶²⁷. Ou seja, os feirantes, em território luso ou brasileiro, fazem das feiras lugares de labuta diária, e de compra de mercadorias, sendo, portanto, fregueses entre seu pares. A tabela abaixo traz uma demonstração quantitativa dos feirantes que declararam serem consumidores nas feiras, em um total de 83% em Portugal e 88% no Brasil⁶²⁸.

Tabela 45 – Demonstrativo dos feirantes que são fregueses da feira (Portugal e Brasil).

FAZ SUAS COMPRAS NA FEIRA?(%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Sim	83%	88%
Não	17%	12%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007.

Promovem, portanto, mais uma forma de hibridismo identitário, uma vez que ora se posicionam como feirantes e ora como fregueses dos seus parceiros também feirantes. Alguns depoimentos que retratam essas experiências nas feiras minhotas. Os feirantes relatam: “Meu marido e eu trabalhamos juntos na feira. Compro calçado, roupa...”⁶²⁹; “Organizaram pelos produtos. Antes as frutas eram só as da época, agora isto está mais variado. Costumo comprar loiças e todos os

627 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Agnaldo Batista, gerente e Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

628 - Tal demonstrativo não impede de os feirantes serem também consumidores dos supermercados e das grandes superfícies, pois praticamente todos os fregueses entrevistados dos dois lados do atlântico declararam serem clientes destes equipamentos comerciais, para além das feiras. Conforme foi analisado no capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo, tópico 5.7 Representações da concorrência por feirantes e fregueses, pp. 214-227

629 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Guria, feirante na feira em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

utensílios para minha cozinha”⁶³⁰; “Em um mesmo sítio encontramos tudo e com o preço mais barato”⁶³¹; “Eu venho vendo minhas frutinha, e levo minha ferinha para casa”⁶³²; “A fruta é melhor, a carne é melhor. Compro tudo aqui, só não cereal, esse eu compro no mercadinho”⁶³³; “A gente é a cara da feira e a feira é a cara da gente. Ela movimentava a gente e a gente movimentava ela, se a gente não vem vender e comprar ela não fica movimentada”⁶³⁴; “Compro frutas, verduras, bombons, cereais, carne, todos os alimentos compro nesta feira”⁶³⁵.

Essa relação de identificação híbrida e de deslocamento não é somente vivenciada pelo feirante que se apresenta na condição de freguês. Alguns fregueses se deslocam para o universo do feirante, quando rememoram⁶³⁶, em suas lembranças, épocas passadas em que foram feirantes também, se ainda não o são quando comercializam seus produtos na condição de fornecedores. Citamos alguns exemplos de hibridismo do freguês nas feiras contemporâneas do noroeste português: “minha falecida mãe era lavradora, mandava coisas para vender aqui”⁶³⁷; “Quando era miúda, nas férias, costumava vir com meus pais fazer as feiras. Na altura fazíamos três feiras por semana e também as feiras anuais. Aquilo era só diversão. Mas depois

630 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Anunciada, feirante na feira de Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

631 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Fátima, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

632 - Entrevista concedida à autora pelo Sra. Cleonice Agra, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

633 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

634 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Antônio de Oliveira (Zé do licor), feirante em São Joaquim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

635 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador, em 14 de Junho de 2009.

636 - Ver a ideia de memória coletiva e memória histórica presente em Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*, Edições Vértice, São Paulo, pp. 53-54 e *Memória como função social*, ver Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. Cia de Letras, São Paulo-SP, pp. 81-84.

637 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

terminei o segundo ciclo e fui então trabalhar como empregada numa loja de grande superfície”⁶³⁸. Na mesma direção verificamos alguns depoimentos nas feiras nordestinas brasileiras investigadas: “Meus irmãos e eu aqui já carregamos feijão, farinha, açúcar nos pinhaço de burro: olhe Zé Raimundo, Neto Raimundo, nós levava para os Lopes, já faleceram [se refere aos irmãos], só tem vivo três: o mais velho Gabriel, com 83 anos, Abdias, com 97, e eu estou com 71 anos. Nós tudinho fomos feirante aqui, moça”⁶³⁹; “Amizade [se refere ao que a atrai na feira] venho, converso com um com outro, batemos papo, e num instante o tempo passa. Faço as compras e junto o útil ao agradável. Com certeza tenho amigos e clientes também porque eu vendo roupa, e venho atender meus clientes aqui também. Existe essa troca”⁶⁴⁰; “Sim, ajudava meu marido, toda tarde eu vinha para cá, ele vendia banana, farinha, raízes, frutas. Aí quando ele morreu eu deixei de vir. Por quê? Porque eu não sabia negociar não. Tenho medo de ladrão.... E agora é só o que tem, não presta!”⁶⁴¹

O freguês soteropolitano chama atenção para a importância da feira de São Joaquim para os feirantes, destacando o fato de serem consumidores, para além de feirantes: “É importante para a cultura da cidade, do estado. E é um meio de sobrevivência para todos, principalmente para as pessoas do interior que vendem suas mercadorias e se abastecem também”⁶⁴².

Contudo, devemos esclarecer que mesmo sabendo que as identidades contemporâneas se apresentam sob o prisma da

638 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Nunes, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

639 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Ricardo Pedrosa, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

640 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Marina Moraes, freguesa em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

641 - Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Fátima, freguesa em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

642 - Entrevista concedida à autora pelo Sr. Aguinaldo Campos, freguês em São Joaquim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

pluralidade, materializadas em formatos híbridos, optamos por continuar categorizando os sujeitos nos dois grupos, feirantes e fregueses. Mesmo tendo o conhecimento de que essas categorias não são unas em suas essências, e sim múltiplas e desterritorializadas, convém aglutiná-las em torno destes grupos “definidos”, para fins de tratamento metodológico dos dados analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos as feiras uma das instituições mais interessantes que permaneceram ao longo dos séculos, desde o período medieval até os nossos dias. Locais de concentração Econômica, as feiras sempre representaram um papel primordial no que concerne à distribuição de mercadorias vendáveis a partir da produção, muitas vezes realizada nos campos que ficam nos seus arredores. Neste sentido, as feiras foram responsáveis pelo desenvolvimento das cidades. Em paralelo a esta importância Econômica e comercial, sabemos que também se constituíram, no passado e no presente, como loci de relações sociais e culturais, dando suporte à convivência daqueles que transitam pelos seus espaços. Na Europa e na América as feiras surgiram dando lugar às primeiras aglomerações, inicialmente tidas como povoados e vilas, e posteriormente cidades.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande, ultrapassando o seu papel comercial e transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregavam e estabeleciam laços de sociabilidade.

Na contemporaneidade, apesar de o capitalismo periférico se instalar a uma velocidade acentuada, com os supermercados luxuosos e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mantendo a ideia de local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, prazer, entretenimento, diálogo, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. As feiras continuam a ser lugares de múltiplas territorialidades, sejam Econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem e se transformam no dia-a-dia. A feira se constitui, em suma, num espaço de mobilidades comerciais e sociais que se concretizam através das diversas transformações ocorridas não só na localização geográfica e

produtos comercializados, mas também nas formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos seus labirintos. Estas dinâmicas tecem-se numa rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Nas feiras contemporâneas, tanto em Portugal quanto no Brasil, diante da efervescência da globalização, o presente estudo comprovou que, mesmo buscando a conservação de algumas tradições, é notoriamente impossível que estes mercados tradicionais se mantenham no decurso do tempo, sem alterações.

Os impactos causados pelo fenômeno do capital global foram explorados neste estudo⁶⁴³. No entanto, apesar das adversidades e das normas do mercado consumidor, as estratégias de continuidade e de adaptação, criadas e recriadas pelos seus principais protagonistas — feirantes e fregueses —, impedem que as feiras deixem de existir. Somados a esses fatores existem outros, que também se interessam pela continuidade das feiras, nomeadamente, os poderes públicos e o turismo.

O fato é que mesmo que existam estratégias de continuidade⁶⁴⁴ associadas a ressignificações e readequações às dinâmicas de mercado, as feiras contemporâneas passam por uma crise de sobrevivência. Se os interesses para a sua continuidade forem legítimos, é necessário adotar uma política de incentivo e valorização desses espaços.

Convém lembrar, ainda, que, para entendermos as falas dos feirantes e fregueses, foi preciso considerarmos a relação dialética existente entre a sua experiência e a consciência social dos sujeitos,

643 - Resultado da segunda parte da tese de doutorado em História, junto ao programa de História Social na UFBA e História Moderna e Contemporânea na Universidade do Minho em Braga, Portugal, defendido em janeiro de 2012, intitulada Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986 - 2007), de nossa autoria.

644 - Sobre este aspecto dedicaremos publicação específica.

expressa por meio da relação estabelecida entre oralidade e memória. Uma e outra foram consideradas de maneira associada, já que a memória foi abordada como uma representação das lembranças vividas e travestidas em experiência, enquanto a oralidade foi interpretada como a possibilidade de denúncia ou mesmo de anunciação de fatos até então silenciados.

Os diversos tipos de documentos analisados permitiram perceber as diferenças entre os intervenientes, não só quanto aos gêneros, mas também quanto aos objetivos e interesses. É o caso, por exemplo, das elocuições proferidas pelos depoentes que ocupam lugares de fala diferentes, como os representantes dos poderes públicos e os feirantes. Em cada um destes grupos sociais as similitudes igualmente são percebidas, uma vez que existem interesses comuns.

As análises que fizemos das fontes investigadas seguiram o referencial teórico proposto por E. P. Thompson. O estudo das feiras que nos propusemos levar a cabo insere-se numa linha de investigação que, para além da História Econômica e Social, interessa-se e aproxima-se da História Antropológica. Deste modo, concretizou-se a possibilidade de um diálogo entre a História Social e a Antropologia Social no que tange à identificação de velhos e novos problemas, dando ênfase à experiência humana dos sujeitos ouvidos, envolta em manifestações culturais e sociais engendradas nas suas práticas quotidianas, sobretudo em relação às estratégias e artimanhas para se adaptarem às novas regras do mercado, e assim resistir à concorrência, modelando e remodelando as suas condições de existência.

Entendemos que este trabalho veio contribuir para o enriquecimento da historiografia portuguesa, não apenas no sentido de preencher a lacuna que existe em relação a este tema na época contemporânea, mas também no que se refere à redescoberta de temáticas envolvidas com o fortalecimento do Patrimônio Cultural e imaterial português ainda pouco investigado, apesar da riqueza de seu

acervo.

Em relação à Historiografia Brasileira, apesar da existência de vários estudos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais com o aporte temático relacionado às feiras, sejam elas modernas ou contemporâneas, entendemos que nenhum estudo percebeu as feiras em seu conjunto, nem tampouco estabeleceu uma análise comparativa com as feiras de além-mar.

FONTES DE PESQUISA E REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

FONTES ORAIS

Entrevistas nas Feiras Brasileiras (feirantes e fregueses)

Feira de Campina Grande

Alba, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Antônio Inácio, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Antônio Raimundo Alves, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Augustina, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Bernardo de Sousa Filho, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Carla, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Cleonice Agra, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Cleonice Ferreira, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Damiana, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Francisca, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Glória, feirante, em 21 de Fevereiro de 2009.

Ivone, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.

Jeane, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Joana Pires, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.

Joaquim Pereira, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Joilma, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Jorge Fernando, freguês, em 21 de Fevereiro de 2009.

José Inácio Brito, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Josefa, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Lindacir, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.

Lindolfo Agra, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.
Manoel Augusto, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.
Manoel, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.
Maria da Conceição, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.
Maria das Dores, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.
Maria de Fátima, freguesa em 21 de Fevereiro de 2009.
Maria das Graças, feirante em 20 de Fevereiro de 2009.
Maria Helena, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.
Marina Moraes, freguesa em 20 de Fevereiro de 2009.
Marta, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.
Miriam, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.
Paulo, feirante, em 21 de Fevereiro de 2009.
Paulo Ricardo, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.
Rita, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.
Ruth, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Sandra, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.
Severina, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Simone, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.
Socorro, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Viviane, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Feira de Caruaru

Andreza, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Biana, feirante, em 22 de Dezembro de 2009.

Carlos Felipe, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.

Celso, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Clara, feirante, em 22 de Dezembro de 2009.

Dione Martins, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Elizete, freguesa, e 08 de Dezembro de 2009.

Fátima Rodrigues de Aguiar, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Fernando, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Flávio, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.

Gertrudes, freguesa, em 22 de Dezembro de 2009.

Hamilton, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Janaina, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.

João, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.

João Neto da Silva, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.

João Paulo, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.

João Trigueiro, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.

Joseane Carla da Silva, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.

Justino, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Manoel Martins, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria Advani dos Santos, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria das Dores, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria de Fátima, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009

Maria das Graças, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria da Guia, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria Helena, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria José dos Santos, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.

Maria Rufina, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Marilene, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Nadja, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Neta, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Pedro Octávio, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.

Ricardo Pedrosa Jr., freguês, em 08 de Dezembro de 2009.

Roberto Araújo, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.

Roberto Felipe, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.

Rosângela, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Rosi, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Rosimiro, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Serafim, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.

Severina, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Feira de São Joaquim

Aguinaldo Campos, freguês, em 12 de Junho de 2009.

Antonio Carlos Oliveira, feirante, 08 de Junho de 2009.

Antonio Conceição Santos (pai de santo), feirante, em 10 de Junho de 2009

Antonio Rock dos Santos, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Carla Coutinho, freguesa, em 13 de Junho de 2009.

Carmem Lúcia, freguesa, 10 de Junho de 2009.

Cibele Alencar, freguesa, em 13 de Junho de 2009.

Conceição Dias, freguês, em 27 de Maio de 2009.

Danilo Correia da Anunciação, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Edvaldo Leite, freguês, em 10 de Junho de 2009.

Eliseu Andrade (Zeu), feirante, em 12 de Junho de 2009.

Erivaldo (Babaú), feirante, em 10 de Junho de 2009.

Fernando Aguiar, freguês, em 13 de Junho de 2009.

Fernando Santos, freguês, em 10 de Junho de 2009.

Genaro Costa, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Gilson Gomes, freguês, em 10 de Junho de 2009.

João Borges, freguês, em 12 de Junho de 2009. No texto tá Jorge Borges

John Smith, freguês, em 27 de Maio de 2009.

Jorge Maia, freguês, em 27 de Maio de 2009.

José Antonio de Oliveira (Zé do licor), feirante, em 12 de Junho de 2009.

José Antônio dos Santos, feirante, em 27 de Maio de 2009.

José Carlos Almeida, fregues, em 12 de Junho de 2009.

José Pereira, freguês, em 12 de Junho de 2009.

Marcílio dos Santos, feirante, em 14 de Junho de 2009.

Manuel Antonio dos Santos, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Manuel Augusto Lima, feirante, em 27 de Maio de 2009.

Maria Aparecida, feirante, 10 de Junho de 2009.

Maria da Conceição, freguesa, em 10 de Junho de 2009

Maria Fátima Araújo, freguês, em 27 de Maio de 2009.

Maria das Graças Alencar, freguesa, em 13 de Junho de 2009.

Maria da Glória Anunciação, feirante, em 10 de Junho de 2009.

Maria do Carmo Tavares, feirante, em 27 de Maio de 2009.

Maria de Lourdes, freguês, em 27 de Maio de 2009.

Oltevam Oliveira, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Pedro Gomes, feirante, em 27 de Maio de 2009.

Pedro Ramos, feirante, em 13 de Junho de 2009.

Pedro Rosas, feirante, em 10 de Junho de 2009.

Railda dos Santos, freguesa, em 13 de Junho de 2009.

Sandra Costa, freguesa, em 13 de Junho de 2009.

Sandro Alves, feirante, em 10 de Junho de 2009.

Sérgio Crispim, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Entrevistas nas Feiras Portuguesas (feirantes e fregueses)

Feira de Barcelos

Alice, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Ana Bela, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Ana Paula, freguesa, em 29 de Novembro de 2007

Antônio Rodrigues, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Aurora, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Carlos Alberto Ferreira, feirante em 27 de Dezembro de 2007.

Daniela, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Deolinda Barbosa Fernandes, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Eduarda, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.

Evelina, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.

Fátima Figueiredo, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Florinda Silva, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Goreti, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.

Guria, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

João Vilas Boas Cerqueira, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Joaquim, nascido em Angola, naturalizado português, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Júlio Gomes Real, feirante, em 29 de Novembro de 2007.

Luciene Nogueira, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Lucinda, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Luísa, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Manoel, freguês angolano, em 22 de Novembro de 2007.

Manuel Ferreira, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Maria Aparecida, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Maria da Conceição Salgueiro, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Maria de Fátima, feirante, em 29 de Novembro de 2007.

Maria de Lourdes, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Maria do céu Barbosa, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Maria do Carmo Dias, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Maria Helena, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Maria João, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Maria José Santos, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.

Maria Laurentina, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Maria Lemos, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.

Maria Madalena, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Marta, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Olga Martins, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Priscila, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Rosa Vieira, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Sandra, freguesa, em 05 de Dezembro de 2007.
Sofia, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Feira de Ponte de Lima

Albano Cunha, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Américo, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Carmem, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Celso Fernandes, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Conceição, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Cristina Alves, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Cristina Costa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Daniela Flora, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.
Eduarda Azevedo, em 10 de Dezembro de 2007.
Elsa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Fausta, feirante, em 28 de Novembro de 2007.
Helena Matias, feirante, em 26 de Novembro de 2007.
Joana Ribeiro, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
João Alcântara, freguês, em 10 de Dezembro de 2007.
João Moraes, freguês, em 10 de Dezembro de 2007.
Jorge Correia, feirante, em 26 de Novembro de 2007.

Lucinda Gomes, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.

Luciene Nogueira, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.

Manoel Ferreira, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Alberto, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Amélia Pereira, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Aparecida Barbosa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Conceição Martins, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria da Conceição Cruz, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Murilo, feirante, em 07 de dezembro de 2007.

Maria de Fátima, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria do Ceú, feirante, em 26 de Novembro de 2007.

Maria de Lourdes Aleixo, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria dos Anjos, feirante, 10 de Dezembro de 2007.

Maria Fernandes, feirante, em 12 de Novembro de 2007.

Maria João Gaspar, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria João Cordeiro, freguesa, em 12 de Novembro de 2007.

Maria José, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Luiza Dantas, freguesa em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Otília, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Noaldo, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Piedade Lima, freguesa, em 26 de Novembro de 2007.

Raquel Amares, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Verônica, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Feira de Vila do Conde

Albano, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Ana Bela, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.
Antônio Augusto, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Beatriz, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Cristina Martins, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Daniela Moraes, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Danila, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
David Maia, feirante em 21 de Dezembro de 2007.
Eduarda, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Elsa, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Emília, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
Fátima Gonçalves, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Felipa, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Fernanda, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Fernando, feirante, em 14 de Novembro de 2007.
Joana Nunes, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Joaquim, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
José Manuel, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Madalena, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Madalena Freitas, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Manuel Pinto, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Manuela Sá, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Amélia, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.

Maria Antonina, feirante, em 14 de Novembro de 2007.

Maria Anunciada, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.

Maria Arminda, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.

Maria de Fátima, freguesa, em 25 de Novembro de 2007.

Maria de Fátima Pires Silva, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.

Maria de Lourdes, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.

Maria de Lourdes Teixeira, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.

Maria do Carmo, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.

Maria do Carmo, freguesa, em 25 de Novembro de 2007.

Maria Helena, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.

Marcos, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.

Pedro Correia Gomes, em 21 de Dezembro de 2007.

Pedro Manoel, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.

Priscila, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.

Rafaela, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.

Rosalina Araújo, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.

Rosa Maria, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.

Obs: Para todos os entrevistados foram utilizados pseudónimos, quando os mesmos não quiseram se identificar.

Outras Entrevistas

Portugal

Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

Antônio Martins, fiscal da Câmara Municipal de Ponte de Lima há

mais de 30 anos, em 10 de Dezembro de 2007.

Joaquim Santos Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

Nuno Rodrigues, funcionário do Departamento de Turismo na Câmara Municipal de Barcelos, em 01 de Julho de 2011.

Paulo Ferreira da Costa, diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial/IMC, realizada no DIP/IMC, Lisboa 02 de Fevereiro de 2011.

Pedro Mota (in memorian), responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

Sérgio Azevedo, fiscal na Feira de Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

Sérgio Pires, Dr. vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

Brasil

André Alexei Lyra Câmara, Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 24 de Agosto de 2010.

Agnaldo Batista, gerente de “Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande”, em 20 de Fevereiro de 2009.

Célio José da Costa Silva, coordenador de habitação, sobre o projeto de requalificação da Feira de Campina Grande, em 25 de Novembro de 2009.

Cláudia Vasques, Coordenadora de Registro DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

Djair Vasconcelos, Diretor de Ações Culturais da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, autarquia vinculada a PMC- Prefeitura de Caruaru, em 24 de Agosto de 2010.

Hélder Mendes, coordenador do grupo de gestão do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, 15 de Junho de 2009.

Joel Anunciação, feirante e Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 13 de Junho de 2009.

José Alberto Costa Muricy, consultor do SEBRAE, em Salvador, 20 de junho de 2009.

José Carlos Menezes, Secretário de Gestão e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

José Carlos da Silva, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Josué Euzébio Ferreira, historiador, sobre a História da Feira de Caruaru e o processo de registro de patrimônio Imaterial, FAFICA, Caruaru, em 09 de Dezembro de 2009.

Juca Fernandes, em nome da rádio feira da Sulanca, Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Luiz Henrique, Responsável pelo setor de arrecadação da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Natalia Brayner, técnica DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

Olival Ferreira, feirante e vice-presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 10 de Junho de 2009.

Pedro Moura, feirante e Vice-Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Reginaldo Souza, feirante e Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Sérgio Ávila, em nome da rádio comunitária da Feira de São Joaquim, rádio pinguim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

Silvino Bezerra Costa, Presidente do SINCOV- Sindicato do Comércio

Informal (feirantes e ambulantes), Campina Grande, em 27 de Agosto de 2010.

Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, em 03 de Junho de 2009, em continuação a entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

Periódicos

Gomes, J. A. M. (2002). D. Teresa e a Vila de Ponte. Alguns subsídios bibliográficos e históricos. Separata da revista “O anunciador das feiras Novas”, XIX: 9.

Gomes, V. (2009, Novembro). Os novos horizontes da zona rural de Caruaru, Jornal A notícia Favip, Caruaru, p. 4.

Inocêncio, O. (2008, 24 de Agosto). Profissão é marca essencial de Campina, feira central é um dos pontos de maior movimento no município recebendo centenas de visitantes. Diário da Borborema. Campina Grande-PB, p. B3.

Júnior, Leônidas (2010, 17 de Outubro). Evento oferece serviços para feirantes e familiares. A Tarde. Salvador, p.8.

Loureiro, J. C. de M. (1995). A Feira é um labirinto. Em: As feiras de Ponte de Lima na segunda metade do século IX, O anunciador das “Feiras Novas”, Ponte de Lima, p. 15.

_____. (1996). As feiras e o comércio limiano (1875- 1915). Em: O anunciador das Feiras Novas. Ponte de Lima, p. 23.

Luz, M (2006, 18 de Janeiro). No caminho da Feira. Fotos de Sérgio Guerra retratam semelhanças entre os grandes mercados populares de Salvador e Luanda. A Tarde, Salvador.

Maçal, H (1982, 18 de Fevereiro). Recordação de uma visita a Vila do Conde em dia de feira semanal. Jornal de Vila do Conde. Vila do

Conde.

Oliveira, M. (2007, 26 de Março). É dengo e manha que Vanda tem. (Série iniciada em 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, em homenagem a personagens femininas). Jornal A Tarde. Salvador, p. 7.

Rocha, N. (2008, 02 de Setembro). Previdência Social incentiva trabalhadores informais. Diário da Borborema, Campina Grande-PB, p.B2.

Souza, M. (2001, 24 de Junho). Fruta de boa qualidade a um preço mais barato. A tarde, Salvador, p. 4.

Outros Periódicos

As origens de Ponte de Lima, Limiana, Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia limiana de Ponte de Lima, n.37. Jornal Semanário Cardeal Saraiva. (1980, 11 de Abril). Folhetins publicados entre 1969 e 1991, pp. 10-11.

Correio da Bahia

Vem que te mostro, freguês (2001, 27 de Janeiro). Correio da Bahia. Salvador.

Correio do Minho

Abriu a XX feira do fumeiro e do presunto, 119 produtores mostram as boas iguarias. (2011, 28 de Janeiro). Correio do Minho, p. 14.

Facho

Brasil e Portugal-de mãos dadas para o futuro. (1987, Janeiro). Facho, suplemento de O Comércio de Vila do Conde. Nº 30, p. 3.

Jornal do Comércio

Sulanca garante bons preços. Comércio a tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). Jornal do Comércio. Especial Caruaru. Recife, p. 3.

A tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). Jornal do comércio, Recife.

Jornal Vanguarda

Caruaru 148 anos (1857- 2005), (2005, 18 de Maio) Jornal Vanguarda, Caruaru-PE.

Jornal Informação Vila-condense

Feira dos 20 e feira de Santo Amaro. (1984, 19 de Janeiro) Jornal Informação Vila-condense, ano VII, n. 286.

O Globo

Trabalho formal e trabalho informal no Brasil (2004, 22 de Dezembro). O Globo. Rio de Janeiro.

Tribuna da Bahia

Feira de São Joaquim um mundo de problemas. (1974, 05 de Agosto). Tribuna da Bahia, Salvador, p.5.

Feira de São Joaquim resiste ao tempo. (1987, 16 de Julho). Tribuna da Bahia. Salvador, p. 10.

Feira de São Joaquim e seus problemas (1987, 17 de Julho). Tribuna da Bahia, Salvador.

Ações emergenciais. (2005, 14 de Julho). A Tarde, Salvador, p.7.

Feirantes colaboram na ordenação de São Joaquim. (2005, 19 de Julho). Tribuna da Bahia, Salvador, p.11.

De São Paulo a São Joaquim. (2006, 14 e 15 de Janeiro). Tribuna da Bahia, Salvador.

Limpeza em São Joaquim. (2006, 25 de Maio). Tribuna da Bahia, Salvador, p.12.

São Joaquim. Ações melhoram condições da feira. (2008, 14 de Junho). Tribuna da Bahia. Salvador.

São Joaquim recebe R\$ 27 milhões para requalificação. (2009, 15 de Janeiro). Tribuna da Bahia. Salvador, p.11.

Estudos: Monografias; Dissertações e Teses

Albuquerque, S. P. da M. (1996, Agosto). A decadência do Espaço Público na metrópole Contemporânea: a urbanização desurbanizada. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Coordenação dos Programas de Pós - Graduação do IPPUR /UFRJ, Rio de Janeiro.

Alves, B. N. (2004). O visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História. PUC/RS. Porto Alegre.

Barbosa, A. B. A. e Duarte, E. C. (2005). A Feira de Caruaru sua importância cultural, turística e econômica. Monografia de Graduação em Turismo. Faculdade do Vale do Ipojuca Caruaru-PE.

Barros, E. da S. (2008). Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- Britto, A. M. F. (2008). O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar. Tese de doutoramento em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Cabral, C. M. F. B. (2009). Património Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação – Documento provisório. Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Carvalho, M. G. de. (2005). A difusão e a integração dos “shopping centers” na cidade: as particularidades do Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Chaves, S. M. (2008). Identificação dos impactos socioculturais decorrentes da ação turística na Feira de Caruaru. Monografia de Graduação em Turismo. FAVIP-Faculdade do Vale do Ipojuca. Caruaru-PE,
- Costa, A. A. da. (2003). Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Cruz, J. V. (2003). Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários em Aracaju/SE (1960-1964). Dissertação de Mestrado Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. Aracajú.
- Diniz, L. da S (2004). As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- Durães, B. J. R. (2004). Trabalho Informal, Sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador. Monografia Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador.
- Fernandes, J. A. (2003). A expansão urbana e as grandes alterações de finais do século XIX. Antecedentes: o Porto e o comércio até meados século XIX. Em: O comércio na Cidade do Porto (uma abordagem geográfica). Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade do Porto, Porto, pp.44-55.
- Ferreira, J. R. (2002) A Feira de Itabaiana (1987-2002): como lugar e memória e metamorfoses identitárias. Monografia de Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana-SE.
- Ferreira, V. L. F. (2008). O Comércio Electrónico em Portugal Relações Espaciais entre Comércio e Consumidores na Internet. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Lisboa.
- Galvão, P. F. M. (1994). A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- Garcia, M. F. (1984). Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraíbano. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Museu nacional. Rio de Janeiro.
- Garcia, L. H. A. (2000). Coisas que ficaram muito tempo por dizer- O clube da esquina como formação cultural. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Lima, L. B. (2002). Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- Lopes, V. L. S. (2004) Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- Meleiros, M. B. (2004). Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho. Braga.
- Miranda, G. M. (2005). Caruaru, a feira que se fez cidade. Monografia de Graduação em Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Mott, L. (1975). A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição Econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp. Campinas.
- Nascimento, H. O. do. (1999). As integrações Comerciais na EMPASA-CG: Produção de espaços, redes e consolidação dos territórios. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Aracajú.
- Nascimento, R. C. G. (1997). Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no século XX. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Oliveira, M. J. de. (2007). A política Geral do Regime Militar para a construção de suas políticas Econômicas (1964-1985). Tese de Doutorado em História Econômica. USP. São Paulo.
- Oliveira, O. L. M. (2000) O setor informal frente à dinâmica capitalista: um estudo em Feira de Santana-BA. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.

- Oliveira, S. S (2009). As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade. Monografia de Graduação em História, Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande-PB.
- _____. (2010). Mercado Informal: o trabalho das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande Contemporaneidade. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.
- Paim, M. R. (2005). Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Pelegri, S. de C. A. (2000). A teledramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo.
- Pereira, Á. A. F. (2004). Avaliação de condições de consumo da sardinha fresca, descongelada e processada, através de substâncias que reagem com o ácido tiobarbitúrico e do nitrogênio de bases voláteis totais. Dissertação de Mestrado Ciências Farmacêuticas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pintaudi, S.M. (1981) Os supermercados na grande. São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo.
- Pinto, J. C. M. (1972). Aspetos e consequências da imigração para França em Casteleiro e Vale de Espinho. Dissertação de Graduação em Geografia. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Lisboa.

- Ribeiro, J. A. (2010). Manoel Monteiro: Visibilidade de uma poética. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. UEPB. Campina Grande-PB.
- Rodrigues, K. F. (1995). A Feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sócio- políticas e culturais. Monografia de Especialização em História Econômica. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Caruaru.
- Rodrigues, S. E. de V. (2009). Verificação do cumprimento dos requisitos legais de segurança dos gêneros alimentícios disponíveis nas superfícies comerciais em Portugal. Dissertação de Mestrado em Tecnologia e Segurança Alimentar. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Rodrigues, K. F. (1995) A feira de Caruaru: origem histórica, questões Econômicas, sociais, políticas e culturais. Monografia de Especialização em História Econômica. ADECC. Caruaru-PE.
- Santos, J. A. S. dos. (2010). Impeachment - Ascensão e queda de um presidente. Cia dos Livros. São Paulo: A obra se trata da publicação da tese do autor O Papel do Mass Média Brasileiro no Processo de Impeachment do Presidente Collor de Melo, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Cultura Portuguesa, defendida em 2008.
- Silva, C. H. C. (2000). 24 Horas de Comércio na Cidade de São Paulo: Estudo sobre os Supermercados e as Lojas de Conveniência. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro-SP.
- Silva, V. P. da. (2005). Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.

- Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). A Feira de Barcelos. Universidade de Coimbra.
- Sousa, F. G. R. B. (2001). Cartografias e imagens da cidade de Campina Grande 1920-1945. Tese de Doutorado em História. Unicamp. Campinas-SP.
- Souza, J. C. L. de. (2008). Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Em: O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Moderno Príncipe educativo brasileiro na História do tempo presente. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, pp. 61-86.
- Trevisan, E. (2008). A Feira livre de Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos; a convivência do formal e do informal. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Vargas, H. C. (1992). Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Vedana, V. (2004). “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre
- Vieira, S. (1980). Feira: espaço de liberdade ou de ilusões? Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, C. (1963). Capítulos da História colonial (1500-1800) & os caminhos antigos do povoamento do Brasil. 5 Ed. Brasília, UnB.
- Albuquerque Jr, D. M. de (2003). Nordeste: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940): Edições Catavento, Maceió.
- Alcazar I G. J.D. (setembro 1992-agosto 1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/6.
- Almeida, C. A. F. (1990). Barcelos. Editorial Presença. Lisboa (“A feira de Barcelos”).
- Almeida, E. (1978). História de Campina Grande. Editora Universitária/ UFPB. João Pessoa.
- Almeida, E. de. (1964). História de Campina Grande. Livraria Pedrosa. Campina Grande-PB.
- Alunos da 1ª série/manhã do CERC- Complexo Educacional. (2005). Guimarães, R. (professora orientadora) e Monteiro, M. (poeta popular). A Feira como ela é. (cordel). Gráfica Martins. Campina Grande-PB.
- Alves, B. e Guimarães, M. (2009, agosto). A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. Revista Augustus. Vol. 14, N. 28, Rio de Janeiro, p. 41.

- Alves, A. E. e Almeida, J. R. M. (2009) Trabalho informal em tempos “Globalizacionistas”. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.238-250, ISSN: 1676-2584
- Alves, H. M. (1984). Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 2ª edição. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Alves, J. (2005). Feiras e mercado interno na História contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Garrido, L. (Coord.). Actas do 3º Encontro de História. Os Vetores de Desenvolvimento Econômico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Terra e Terra, N. 31. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, pp. 155-165.
- Amado, J. M. M. (1993). História Econômica e Social dos Séculos XV a XX. F. C. Gulbenkian. Lisboa.
- Amzalak, M. B. (1921). As feiras em Portugal. Notas históricas. Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Lisboa.
- Andrade, M. C. de. (1979). O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. SUDENE. Recife.
- _____. (2005). A terra e o homem no Nordeste. 7ª Edição, Atlas. São Paulo.
- Andrade, M. O. de A. (1994). A feira de Campina, tradição e identidade: uma visão antropológica. Caderno de Ciências Sociais. João Pessoa-PB, pp. 26-34.
- Andrade, R. M. F de. e o SPHAN (1987). Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.: Ministério da Cultura/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro.

- Antunes, R. (1998) Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez. Campinas-SP.
- _____. (1999) Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo. São Paulo.
- _____. (2005). O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Boitempo. São Paulo, pp 12-13.
- _____. (2007) Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Em: Druck, G; Franco, T.(org). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. Boitempo. São Paulo.
- Araújo, G. de A. F. (2004) A Identidade em questão: sua importância enquanto temática a ser estudada e suas categorias de sujeitos que a formulam. Em: XII Semana de Letras Linguagens, Culturas e Identidades. Programação e Resumos. 23 a 27 de Agosto de 2004, pp.03-04.
- _____.Feira Livre: memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX? Agenda, Campina Grande, p. 42.
- _____. (2006) “Uma discussão acerca do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e em Portugal, tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise”. Apud Funari, P. P. A. e Pelegrini, S. C. A. Trajetória do Patrimônio no contexto mundial. Em: Patrimônio Histórico Cultural. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, pp. 10-28.
- _____.(2006). Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande. Agenda, Campina Grande-PB.

_____. (2007, Abril) Múltiplas categorias de sujeitos sociais em diálogo com a discussão das suas identidades. I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação do curso de História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

_____. (2009, 12 a 17 de julho). Memórias e Oralidade dos feirantes luso e brasileiros sobre seus respectivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade. Em: XXV Simpósio Nacional de História. Livro de Resumos. ANPUH, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza- CE, p. 489.

_____. (2009, outubro) Aspectos de Identificação e valores concebidos pelos feirantes na feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, enquanto lócus de memórias, oralidades e trabalho diário. Trabalho apresentado no evento: VIII Encontro Regional Sudeste de História Ora. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte.

Araújo, J. B. de. (2006). O Algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de História. Agenda. Campina Grande-PB.

_____. e G. de A. F. (2008, 3 a 5 de setembro). Uma (re) leitura da Historiografia Brasileira sobre o conceito de Cultura Popular e Identidade Nacional a Luz do Historiador Antônio Carlos Reis. Em: Anais da VIII Semana de Estudos Históricos do CERES- História e Cultura e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó-RN pp. 184-185.

Ariès, P. (1981) História social da criança e da família. 2ª edição, Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro.

- Assunção, L. (2006) O reino dos mestres. A tradição da jurema na umbanda nordestina. PALLAS. Rio de Janeiro.
- Astrada, C. (1968). Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 37.
- Ávila, M. B. (2010). Divisões e Tensões em Torno do Tempo do Trabalho Doméstico no Cotidiano. Em: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília pp. 67-76.
- Azais, C. (1996). Estória de um “patchwork” de empresas e de empresários no nordeste brasileiro: o político deslocado. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Año 2 (3).
- Bacalhau, M. (1994). Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993, Heptágono, Lisboa.
- Baganha, M. I. (2005). A cada Sul e o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. Em: Boaventura S. S. [org.]. A Globalização e as Ciências Sociais. 3 ed. Cortez. São Paulo.
- Bahia, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (1981). Superintendência baiana para o trabalho. Caracterização dos feirantes das feiras-livres volantes de Salvador. Tab. Graf, Salvador, 74p.
- Balan, J.(1973, jul/set) Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa e Estudos. CEBRAP, v.5, São Paulo, p. 5-79.

- Barreiro, J. C. (1995). E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. Projeto História, 12. São Paulo, pp. 68.
- Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. Em: Portugal contemporâneo. Coord. Antonio Costa Pinto (Anais). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 161.
- Barretto, M. (2000). Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planeamento. 2ªEd. PAPIRUS, São Paulo.
- Bassanezi, M. S. B. (1995). Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. Em: Patarra, N. L (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas, p.1-38.
- Bastide, R. (1989).As Religiões Africanas No Brasil. Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações. 3ª edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo.
- Baudrillard, J. (1973). O sistema dos objetos. Editora Perspetiva. São Paulo.
- _____. (2004). À sombra das maiorias silenciosas, o fim do Socialismo e o surgimento das massas. Ed: Brasiliense, São Paulo.
- _____. (1991). Simulacros e Simulações. Relógio D'Água, Lisboa.
- _____. (1995) A sociedade de consumo. Elfos, Edições 70, Lisboa.
- Bernardes, T. B. (coord.), (2001, Julho). Município de Ponte de Lima. Agenda cultural. Impressão Tipografia Tadinense. Tadinense.

- Berni, D. A. (2001). A marcha do Mercosul e a marcha da globalização. Em: Reis, C. N. (Org.): América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social. Editoras DACASA e PALMARICA. Porto Alegre.
- Bíblia Sagrada. Tradução Américo Henriques et al. 5ª edição, Difusora Bíblica. Lisboa.
- Borges, J. F. (1835). Das fontes, especialidade, e excelência da administração comercial segundo o código comercial portuguez. Typ. Commercial Portuense. Porto
- Bosi, E. (1994). Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. Cia de Letras. São Paulo.
- Bourdieu, P. (1999). A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner: Bertrand Brasil Rio de Janeiro.
- Braudel e Kraychet, G. (1999) Economia dos sectores populares: entre a realidade e a utopia. UCSAL. Texto apresentado no Seminário de Economia dos Sectores Populares. Salvador.
- Braudel, F. (1979). Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. O jogo das trocas. Tomo 2. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema. Lisboa.
- _____. (1992). Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII). Vol. 1. Tradução de Telma Costa. Teorema. Lisboa.
- _____. (1995). Civilização Material e Capitalismo: séculos XV a XVIII. Os instrumentos da troca. 1º vol. Tradução de Telma Costa. Martins Fontes. São Paulo.

- _____. (1998). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*. Vol. 2. Editorial Teorema. Lisboa.
- Brayner, N. G. (2007). *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. IPHAN, Brasília-DF, p. 19.
- Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 18ª Edição. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Brumes, K. R. (2001, Março). *Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História*. *Caminhos de Geografia*, v.3, n. 1, p. 47-56.
- Bucho, D. A. (1986) *Turismo e Patrimônio: Que relação?* Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*. pp. 80-81. Apud: "Carta do Turismo Cultural". Em: *Textos internacionais sobre a Preservação e valorização do Patrimônio*. Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, Açores, V. XLIV, p. 34 ss.*
- Burke, P (2003) *Uma História Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien: Jorge Zahar, Rio de Janeiro p.78.
- Cachinho, H. (coord. do Projeto). (2000, Março). *Centros Comerciais em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução*. Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa.
- Caufield, S. (2000). *União honrada: a importância da cor no sexo e no casamento*, em *Em defesa da honra*, Ed. Unicamp, Campinas, pp. 269-328.

- Câmara, E. (1998). Datas Campinenses. RG Editora e Gráfica. Campina Grande.
- _____. (1999). Os Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864). Edições Caravela. Campina Grande.
- Câmara Municipal de Barcelos (1999). Destaque Feira Semanal. Em: Barcelos/Freguesias. Ed. A Nossa Terra- Direnor Lda. Barcelos, p.43.
- Campelo, Á. (2006). Património imaterial de Ponte de Lima. Câmara Municipal. Ponte de Lima.
- _____. (2008). Patrimônio: Espaço e vida. Da herança à Construção da identidade. Em: Ponte de Lima Terra rica da humanidade. (Painel 3 Património Imaterial). Gabinete Ponte de Lima. Terra Rica da Humanidade (coord. geral). Ed. Município Ponte de Lima Rainha & Neves Lda, p. 134.
- Canclini, N. G. (1990). Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad. Grijalbo, México.
- Capela, J. V. (1989). Câmaras de senhorio particular, em que a indigitação e nomeação dos cargos pertence a um qualquer donatário particular. A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração do Município nos fins do Antigo Regime, separata de Barcelos Revista, III, 1: 90.
- Carcian, R. (2010). Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar). São Carlos-RS.

- Carybé. (1967). *As Sete Portas da Bahia*. [editora]. Rio de Janeiro.
- Cascudo, L. da C. (1974). *Religião no povo*. Imprensa da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- _____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª ed.,: Ediouro, Rio de Janeiro s/d.
- Cassotti, M. (2008). *D. Teresa - A Primeira Rainha de Portugal*. Ed. Esfera dos Livros. Lisboa.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra. São Paulo.
- _____. (2001). *A construção da Identidade*. Em: *O Poder da Identidade*, Volume II, 3ª Edição. Tradução Klauss Brandini G: Ed. Paz e Terra, São Paulo, pp. 22-23.
- Castelo-Branco, S. E. e Branco, J. F. (Coords.) (2003). *Vozes do povo: a Folclorização em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.
- Castilho, C.J.M. de. (2001). *O comércio e o turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife*. *Revista de Geografia*, v.17, nº 2. Recife: UFPE – DCG / NAPA, jul. /dez. pp. 5-25.
- Castro, A. (1991). *Estudos de História contemporânea portuguesa*. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte. Lisboa.
- Cavalcanti, B C. (2008). *Narrativas de Cultura e Movimento dos atores*. Em: *Transversalidade da Cultura*. Linda Rubim & Nadja Miranda (orgs.). *Coleção Cult.:* EDUFBA, Salvador pp. 79-91.

- Certau, M. (1994). Táticas e praticantes. Em: A invenção do cotidiano. Artes de fazer. v.1. Vozes. Petrópolis- RJ.
- Chakravoti, S. (2003, Junho) Theory of Credit Cards Networks: A Survey of the Literature. Em: Review of Network Economics. Vol. 2, n. 2.
- Chaia, M. (2001, outubro) “Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução. Do CPC à era da “TV” de Marcelo Ridenti. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 16, N. 47, pp. 165-168.
- Charf, C (Org.). (2006). Brasileiras Guerreiras da Paz. Ed.Contexto. São Paulo.
- Chartier, R. (1990). A História Cultural. Entre práticas e representações. DIFEL. Lisboa.
- Chaves, G. (1999). Feira de São Cristóvão. Coleção Cantos do Rio. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / Rio Arte e Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- Choay, F. (2001). A alegoria do patrimônio. Ed. Unesp, São Paulo.
- Claro, J. M. Aspectos Jurídicos do Patrimônio Imaterial. Em: Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades cit..., pp. 141-151.
- Cleps, G. D. G. (2003, 26 a 29 de novembro) O comércio informal e a cidade. Em: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no Século XXI” Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia.

- Coelho, M. H. da C. (1994). Bragança Medieval em tempos de feira e festa. *Brigantia-Revista de Cultura*; XIV, 3/4: 3-14.
- Comissão Europeia (1999). Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Plano Nacional de Emprego – Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego. Lisboa.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (2000). Promulgada em 5 de outubro 1988. 25. Ed. SARAIVA. São Paulo.
- Corrêa, V. M. (2000). Turismo: conceitos, definições e siglas. VALER, Manaus.
- Costa, C. M.M. O Turismo e os Municípios porquê e que relação?. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo cit...*, p.191.
- Costa, E M L. (1997). Brasil: o espaço territorial; as gentes; as atividades. Em: *O povo cigano entre Portugal e a terras além-mar (séculos XVI-XIX)*. Ed. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa.
- Costa, E. (2008). A globalização e o capitalismo contemporâneo. *Expressão Popular*. São Paulo.
- Costa, H. V. (1998). Artes e ofícios tradicionais: um fator fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*; Org. Escola Superior de Educação de Portalegre.
- Costa, M. A. A. (2006). *Ciganos histórias de vida*. Edições Minerva. Coimbra.

- Costa, M. J. de A. "Forais". Em: Serrão, J. (dir.). (1960). Dicionário da História de Portugal. Volume III. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 55-57.
- Costa, P. F. da (2008). "Discretos Tesouros: Limites à Proteção e outros Contextos para o Inventário do Patrimônio Imaterial", Revista Museologia. PT, nº 2, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, pp. 16-35.
- Coura, R. (2008). A Feira de Campina Grande. Campina Grande: Governo do Estado da Paraíba e EDUFCG.
- Cunha, M. C. da (ORG.) (1998). História dos Índios no Brasil.: Companhia das Letras, São Paulo.
- Damatta, R. (1985). A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Brasiliense, São Paulo, SP.
- _____. (2001). O que faz o Brasil, Brasil? Rocco, Rio de Janeiro, p.52.
- Descamps, P. (1935). Le Portugal : la vie sociale actuelle. Ed. Librairie de Paris. Paris.
- Desan, S. (1992), Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, Em: Lynn, H (ed.). A Nova História Cultural. Martins Fontes, São Paulo.
- Devezas, T. e Rodrigues, J. N. (2009). "Portugal - O Pioneiro da Globalização" A Herança das Descobertas. Coleção Desafios. Edições Centro Atlântico. Lisboa.

- Dias, J. de D. de O. (1971). Caruaru: subsídio para sua história. Prefeitura Municipal. Caruaru.
- Dias, R. (2003). Sociologia do Turismo. Ed. Atlas. São Paulo.
- Diniz, L. da e Castilho, C. J. M. (2009, mai/ago). Faces actuais do Espaço Comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “Nova” dinâmica sócio espacial. Em: Revista de Geografia.: UFPE – DCG/NAPA, Recife. v. 26, no 2,. Pp. 44-53.
- Diniz, L. da S. (2009). Permanências e Transformações do Pequeno Comércio na Cidade: As bodegas e a sua dinâmica sócio- espacial em Campina Grande. EDUFPG. Campina Grande
- Duby, G. (1987). Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval. Vol. I. Edições Setenta. Lisboa.
- Durard, Jean-Yves (org.). (2008). Os “Lenços dos Namorados: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação., PROVIVER EM, 2ª ed. (revista e aumentada). Vila Verde.
- Escosteguy, A. C. (2001). Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana. Autêntica. Belo Horizonte.
- Esteves, J. (2001). O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947). A Mulher na Idade Contemporânea. Em: A Mulher na História Atas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000).
- Esteves, M.C. (1991), obra: Portugal: país de imigração, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

- Evans, D. S. e Schmalensee, R. (2005). "The Economics of Interchange Fees and Their Regulation: An Overview". Em: MIT Sloan Working Paper no. 4548-05.
- FADE / SEBRAE-PE. (2003, Maio de). Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE. In: Estudo de caracterização Econômica do polo de confecções do Agreste de Pernambucano, Recife, p.31.
- Farias, J; Soares, C. E. L. e Gomes, F. dos S. (2005). A nação da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900, em No labirinto das Nações, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro pp. 209-263.
- Fausto, B. (1995). História do Brasil. 2ª edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Fernandes, J. L. (1999); "Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo"; Em A Identidade Portuguesa; Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas; Série História e Geografia, nº1; Faculdade de Letras; Coimbra.
- Fernandes, F. (1982). A Ditadura em questão. T.A. Querós. São Paulo.
- Ferreira, E.S. (1976), Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento: Iniciativas Editoriais. Lisboa.
- Ferreira, J. (2007) (Coordenação e análise final) Plano de Salvaguarda da Feira de Caruaru, formando parcerias. Relatório final. 5ª Superintendência Regional do IPHAN, Recife, pp. 1-16.

- Ferreira, J. E. (2001). Ocupação Humana do Agreste Pernambucano – uma abordagem antropológica da história de Caruaru. Ideia. João Pessoa.
- Ferreti, S. (1995). Repensando o Sincretismo. Estudo sobre a casa de Minas. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Ferretti, S. F. (org.). (2000). Reeducando o Olhar: Estudos sobre feiras e mercados. UFMA-PROIN-CS. São Luís.
- Filho Zaidan, M. (2001). O Fim do Nordeste & outros mitos. Cortez. São Paulo.
- Fonseca, M. C. L. (1997). O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. UFRJ/IPHAN. Rio de Janeiro, p. 108.
- Foucault, M. (1979) Microfísica do Poder. Roberto Machado (org.). Edições Graal. Rio de Janeiro.
- _____. (1987). Vigiar e punir. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Funari, P. P. A. e Pinsky, J. (2003). (orgs) . Turismo e Patrimônio Cultural., Editora Contexto. São Paulo.
- Freyre, G. (1987). Casa Grande & Senzala. 25 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1981). O Brasil “pós-milagre”. 3ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- _____. (1989). Formação econômica do Brasil. 23ª edição, Nacional. São Paulo.

- Garcia, J. L. (Coord.), (2000), obras: Migrações e relações multiculturais - uma Bibliografia: Celta Editora. Oeiras.
- Garcia, M. F (1992, junho). O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, N.19, ano 7, pp.84-85.
- Garrido, L. (Coord.). (Outubro de 2005). Atas do III Encontro de História de Vila do Conde. Vetores de desenvolvimento Econômico: As Feiras- da Idade Média à Época Moderna. Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, p. 155-165.
- Geertz, C. (1978) A Interpretação das Culturas. Zahar. Rio de Janeiro.
- _____. (2000). O saber local. Vozes. Rio de Janeiro.
- _____. (2001). O Mundo em Pedacos: Cultura e política no fim do século. Em: Nova Luz sobre a Antropologia. Tradução Vera Ribeiro.: Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro pp. 191-228.
- Giddens, A. (1991). As consequências da Modernidade. UNESP. São Paulo.
- Gil, G. (2000) "Cartografia cultural". Em: Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. IPHAN, Ministério da Cultura. p. 1.
- Ginsburg, C. (1987) O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Companhia das Letras. São Paulo.
- Gledhill, C. Genre and gender: the case of soap opera. Em: HALL, S. (org.) representation: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage/ the Open University, 1997.

GODINHO, V. Magalhães 1982, "Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História", Revista de História Econômica e Social (Lisboa), 10, Jul.-Dez: 1-13.

_____. (1994). O Papel de Portugal nos séculos XV-XVI que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo. Tradução de João Fagundes. Grupo de Trabalho Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, p. 43.

_____. (2000). Introdução à história Econômica. Livros Horizonte, 1970. Lisboa

_____. (2009). A economia. Em: Os problemas de Portugal: mudar de rumo. Edições Colibri, Lisboa.

Godoy, M. do C. (1985). Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. Em: Encontro Estadual de História, ANPUH/MG, Belo Horizonte-MG

Goff, J. (1994). O imaginário Medieval. Estampa. Lisboa.

Guerra, Sérgio. (2006). Lá e Cá: um encontro de São Paulo e São Joaquim. Luanda: Edições MAIANGA, Salvador.

Guimarães, S. R.I e Fernandes, J. R. (2009). O comércio de origem chinesa e o espaço comercial da Varziela (Vila do Conde). Cadernos Curso de Doutorado em Geografia, FLUP 1, p.193.

Gurjão, E. de Q. (Org.) (1999). O Bairro de José Pinheiro: ontem e hoje. 1a ed.: Ed. Governo da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, João Pessoa.

- Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. Edições Vértice. São Paulo.
- Hall, S. (1998). A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Loura. 2. Ed, DP&A, Rio de Janeiro.
- _____. (2003). A questão multicultural. Em: Sovick, L. (Org.). Da Diáspora- Identidades e mediações culturais. Editora da UFMG, Brasília.
- Hamburger, E. (2000). Diluindo fronteiras, a televisão e as novelas no cotidiano. Em: História da Vida Privada no Brasil, vol. 4: Companhia das Letras. São Paulo.
- Harvey, D. (1981). A justiça social e a cidade. Prefácio e tradução de Armando Correa da Silva. HUCITEC. São Paulo.
- _____. (2005). A produção capitalista do espaço.: Ed. Annablume, São Paulo.
- Herculano, Al, (1875). Lopes, D. (dir.). História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III - 1810-1877, 8ª ed. Definitiva, Ed. Aillaud & Bertrand. Lisboa.
- Herdina, J. D. R. (1974) A arte de vender nº 07. Em: Nós os ciganos. Editorial Franciscana. Braga.
- Heredia, B. A. & Garcia Jr, A.R. (1971). Trabalho familiar e campesinato. América 'Latina, 14, nº 1 e 2. CLAPCS, Rio de Janeiro.
- Hereia, J. de D. R. (1974). A Arte de vender. Em: Nós os ciganos: Editorial Franciscana, Braga.

Hirata, H. (2010, Dezembro de) Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. Em: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pp. 45-49.

Hingst, B. (2004). Uma visão histórica da televisão no Brasil. Líbero, Ano VII, Nº 13/14.

Hobsbawm, E. e Ranger T. (orgs.). (1984). A invenção das tradições: Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Hobsbawm, E. (2000). Notas sobre consciência de classe. Em: Mundos do Trabalho. 3ª. ed: Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 33-53.

_____. (1998). História nacional construída. Em: Sobre história. Tradução de Cid Knipel Moreira.: Companhia das Letras, São Paulo.

_____. (2008). A Era Dos Extremos, O Breve Século XX. Companhia das letras. São Paulo.

Holanda, S. B de (1984). Raízes do Brasil. 17 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.

Huberman, L. (1979). História da riqueza do homem. 15ª edição, Zahar. Rio de Janeiro.

Hunt, L. (ed.). (1992). A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luis Camargo. Ed, Martins Fontes. São Paulo.

- Iamamoto, M. V. (2001). Trabalho e indivíduo social. Cortez. São Paulo.
- Ianni, O. (2007). Teorias da Globalização. 14ª Edição, Civilização Brasileira.
- Instituto Nacional de Estatística, (2002). Atividade Econômica: emprego e desemprego. Em: Mulheres e Homens em Portugal nos anos 1990. Instituto Nacional de Estatística: I.N.E., Lisboa, p. 53.
- IPAC (coordenação). (2008, Agosto de) Oficina marco zero. Projeto de requalificação da Feira de São Joaquim. Em: Panfleto de divulgação do evento a ser realizado em 28 de Agosto de 2008, na Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador.
- IPAC, Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC).(2009, 27 de Abril). Memorial descritivo projeto de requalificação Feira de São Joaquim. Especialidade: Arquitetura e Urbanismo. Salvador, p.1.
- IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006.
- IPPAR- Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Modelo. MC- Ministério da Cultura Norte (2007). Festas e Feiras, Feira de Barcelos.. Em: Guia das maravilhas de Portugal 30 Grandes cidades e seus arredores. Impressão Heska Portuguesa, SA. Lisboa, p. 17.
- Jorge, M S. (2003). Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil. Dos Anos 70 e 80. Em: História, Questões & Debates, n. 38, Editora UFPR. Curitiba, p. 161-182.

- Justino, D. (1989). A Formação do Espaço Econômico Nacional. Portugal, 1810-1913. Vol. 1. Vega. Lisboa.
- Konstam, A. (2002). The history of pirates., The Globe Pequot Press. Guilford, Connecticut, p. 9.
- Kraychet e Soares, M. A. T. (2008). Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital: Edições UESB. Vitória da Conquista- BA.
- Knoke, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: Revista de Administração de Empresas, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95.
- Lains, P. (1995). A economia portuguesa no século XIX. Crescimento econômico e comércio externo 1851-1913. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.
- Legoff, J. (1990). Memória e História. Ed. Unicamp. Campinas-SP.
- _____. (1994). O imaginário Medieval. Estampa. Lisboa
- Leal, J. (2000). Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional., Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- _____. (2009). O Patrimônio Imaterial e a Antropologia Portugal: uma perspectiva histórica. Em: Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades. Costa, P. F. da (coord.) Instituto dos Museus e da Conservação. SOFTLIMITS. Lisboa, pp. 289-295.
- Lefebvre, H. (1969). O Direito à cidade. Documentos. São Paulo.
- Lemos, Carlos. (2008). O que é Patrimônio Histórico. 5. Ed. Brasiliense, São Paulo.

- Léon, P. (dir.). (1981). História Econômica e Social do Mundo. O segundo século XX de 1947 aos nossos dias. Volume VI, Tomo II. Sá da Costa Editora. Lisboa.
- Lima, J. C. e Bezerra, M. J. S. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. Revista quadrimestral de Ciências Sociais. Ufba, Cadernos CRH (37). Salvador, pp.163- 178.
- Lima, L. M. de. (2006). Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande. 1ª edição, EDUFCG. Campina Grande-PB.
- Lipovetsky, G. (2010). A Cultura-Mundo resposta a uma sociedade desorientada. Edições Setenta, Lisboa.
- Loreto, V. M. (2002). A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para os nordestinos. 25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. CD-ROM.
- Maciel, D (2004). A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985): Xamã, São Paulo.
- Maré, L. (2008). A Feira de São Joaquim Patrimônio Cultural da Bahia. (Cordel). Confraria Luiz de Maré. Salvador.
- Marques, O. (1960). Em: Serrão, J. (dir.). Dicionário da História de Portugal, Lisboa, pp. 58-59.
- _____. (1993). História de Portugal Contemporâneo Nº 56 Economia e sociedade. Editora Universidade aberta. Lisboa.
- _____. (2006). Breve História de Portugal. Editorial Presença. Lisboa.

- _____. E Serrão, J. (1991). Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal. Volume XI. Editorial Presença. Lisboa.
- Marques, V. S. (2004). Reinventar a cidadania na Era da globalização. Esboço de um programa de investigação. Em: Rocha, A. da S. E. (org.). Europa, cidadania e multiculturalismo, Coleção poliedro 15, Centro de Estudos Humanísticos; Instituto de Letras e Ciências Humanas; Universidade do Minho, Braga, p. 121.
- Martins, G. d'O. (2007). Portugal Identidade e Diferença - Aventuras da memória, Coleção Trajectos, Gradiva, Lisboa.
- Marx, K. (1974). Introdução à crítica da economia política: Abril, Col. Os pensadores, vol 35, São Paulo.
- _____. (1996) O capital. Livro I. Nova Cultural, São Paulo.
- _____. (2003) Manuscritos econômicos e filosóficos. Tradução de Alex Martins. Editora Martin Claret. São Paulo.
- Mascarenhas, G. (2005). Feiras Livres: informalidade e espaços de sociabilidade. Em: Colóquio Internacional de Comércio, Cultura e Políticas Públicas em tempos de Globalização. Anais do Colóquio Internacional de Comercio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização. Porto Alegre.
- _____. (2008/Agosto) “Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea”. Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4 . Goiânia, pp.72-87.
- Mata, E. e Valério, N. (1994). História Econômica de Portugal uma perspectiva global. Editorial Presença. Lisboa.

- Matterlart, A. (2005). O mercado da televisão sem fronteiras. Em: Diversidade Cultural e Mundialização. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo pp. 116-118.
- _____. (2005). As armadilhas do Relativismo Cultural. Em: Diversidade Cultural e Mundialização. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo, pp. 105-107.
- Matos, M. I. S. (2000). Por uma História da mulher, Ed: EDUSC, Bauru-SP.
- Matos, S. C. (2002, janeiro/junho) “A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, Lusotopie, pp.123-139.
- Mattoso, J. (1995). História de Portugal - Portugal em Transe - Vol. VIII (1974 - 1985) Editorial Estampa. Lisboa.
- _____. (2003). A identidade nacional, Gradiva – Fundação Mário Soares, Lisboa.
- Mauss, M. (2003). Sociologia e antropologia, Cosac & Naify, São Paulo.
- Mcluhan, M e Powers, B R. (1989). The Global Village (Transformation in World Life and Media in the 21st Century). Oxford University Press. Nova York, Oxford, pp. 95 e 118.
- Mello, M. A, Moura, J. e Lobo, A. (1992, dezembro) Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: Veracidade: Revista do Centro de Planejamento Municipal, n. 4, Salvador, p.25-28
- Mendes, S. (Org.). (2010). Cordel nas Gerais: oralidade, mídia e produção de sentido: Expressão Gráfica, Fortaleza.

- Menezes, R. (2000). A Feira da Sulanca, (Cordel). Confraria Menezes. Caruaru-PE.
- Merêa, P. (2006). Estudos da História de Portugal. I.N.- C.M. Lisboa.
- Mészáros, I. (1981). Marx: A Teoria da Alienação. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
- Metz, M. Fotografia, 1978. Em: Le Goff, J. (1998). Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Fundação Editora da UNESP. São Paulo.
- Ministério da Educação, (1988).. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, pp. 142-142.
- Miranda, V. C. de. (2006). Gestão de “Stocks”. Feira Nova Hipermercados, S.A. Relatório de estágio. Licenciatura em Gestão, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- Monteiro, H. de M. (1997). Revolta do Quebra-Quilos. 2ª edição, Editora Ática paradidáticos. São Paulo.
- Monteiro, M. (2000, Outubro). Campina dos Meus Amores (fragmentos da feira de Campina Grande). Cordel. Gráfica Martins: Campina Grande-PB.
- _____. (2003). Cassino El Dourado. Em: As Flô de Pixinanã. Zé da Luz. Cordel. Campina Grande.
- _____. (2006) Mulher Gosta de Ouvir...: Impróprio para menores de 90 anos. (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande-PB.

_____. (2006, Setembro). Exaltação à Cachaça & todo homem tem na vida um passado à recordar (cordel). CAMPGRAF: Campina Grande-PB.

_____. (2006). Peleja de Manoel Camilo com Manoel Monteiro (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande.

_____. (2008). A peleja de Luiz Descrente com Chico Progresso na Feira Central (cordel). Gráfica Martins. Campina Grande.

Montenegro, A. T. (2003) Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. Em: Ferreira, J. (Org.) O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Civilização Brasileira Rio de Janeiro.

Moreira, F. A. T. (2006), "Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade", Revista de Letras (Vila Real), Série II, N. 5, Dez: 165-172.

Morin, E. (1977). Cultura de massas no século XX. Forense Universitária. Rio de Janeiro.

Mott, L. (1976). Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. Revista de História São Paulo, 53: 89.

_____. (2000). Feira e mercados: pistas para pesquisa de campo. Em: Sérgio Ferretti (org). Reeducando o olhar: Estudos Sobre Feiras e Mercados, Edições UFMA-PROIN-CS. São Luís, p. 21.

_____. (no prelo). As feiras no Brasil, bibliografia comentada. Revista de Etnografia, mimeo:14 p.

- Mumford, L. (1988). A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas. Tradução Neil da Silva. 4ª edição, Martins Fontes. São Paulo.
- Muricy, J. A. C. (2009). Apresentação Feiras e mercados que aplicam o programa no Nordeste, Em: Programa Modernização de Feiras Livres e Mercados – BA. SEBRAE Bahia, slide. 2. Salvador
- _____. (2009). D`Olho na Feira / José Alberto Costa Muricy. SEBRAE. Bahia, Salvador, p. 29.
- _____. (2009). Oficina/visita/contato com os feirantes. Em: Programa de Modernização de Feiras e Mercados em Campina Grande-PB, Campina Grande-PB, p.3.
- Negro, S. e Silva, A. L. (orgs). (2001). As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios. Editora Unicamp, Campinas.
- Neves, J. C. (2003) Imigração e Desenvolvimento. Em: Atas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa, p. 83
- Neves, J. P. (1991). Mercados e feiras francas. Em: Vila do Conde, p. 64-70 e (2001, Janeiro) A “Feira dos Vinte”, Boletim municipal. Vila do Conde, p. 8.
- _____. (1991). Vila do Conde. Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde.
- Nogueira, C. (2003). História, teoria e interpretação: Apenas Livros, col. À mão de Respigar Lisboa.

- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10. PUC-SP, São Paulo, p. 13.
- Noronha, E.G. (2003). "Informal", ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo. Vol. 18, nº 53, p. 23.
- Nouschi, M. (1997). Breve atlas histórico o século XX. Instituto Piaget. Lisboa
- Novais, F. (1986). Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. Brasiliense. São Paulo.
- Novais, F. A. (1985). O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. Em: Carlos Guilherme Mota (org.). Brasil em perspectiva, Difel. São Paulo.
- Oliveira, A. (1997). Braga e o Arcebispado no tempo de D. FR. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582). Revista da Faculdade de Letras do Porto. História. Série II , vol. 14: 283.
- Oliveira, A. F. B. de. (2002). Memória, História e Patrimônio Histórico. Políticas Públicas e a preservação do Patrimônio Histórico. PPGH-UFPE, Recife.
- Oliveira, A. U. (2007). Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. LABUR Edições. São Paulo.
- Oliveira, B. V. de. (2002). Breve Monografia do concelho de Mesão Frio (1152-2002). Câmara Municipal de Mesão Frio. Mesão Frio, p. 151.

- Oliveira, F. (2003). O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia. Ed. Perseu Abramo. São Paulo.
- Oliveira, L. L. (1987, Dezembro). "Repensando a tradição". Ciência Hoje, v.7, n. 38.
- Oliveira, M. F. (2003). Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros: Editora UNESP, São Paulo.
- Page, M. (2008). 1938-2005 A primeira aldeia global: como Portugal mudou o mundo. Tradução: Palma G. A. Casa das Letras. Cruz Quebrada. Lisboa.
- Parmar, P. (1990). E black Feminism: The politics of articulation. Em: Identity: Community, Culture, difference. Rutheford, J. (ed.): Wishart, London.
- Passos, E. (2004). Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Produtivo. Em: Ética nas Organizações: Atlas, São Paulo, pp.141-153.
- Pereira, C. (2006). Que tenhas teu corpo. Uma história Social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Pereira Jr. F. P. (1977). Feira de Campina Grande, um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino. Editora universitária UFPB. Campina Grande-PB.
- Pinheiro, M. L. B. (2006/2). Origem da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Em: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP.

Pintassilgo, J. e Teixeira, M. A. (1998). (atas &colóquios; 14). Edições Colibri, Lisboa, p. 113, apud: Ramos, Francisco M.(1992). O turismo, a economia e a felicidade: Marvão e a arqueologia do desejo, Em: IBN MARUAN- Revista Cultural do conselho de Marvão, nº 2, pp. 195.

Pintaudi, S.M. (1981) Os supermercados na grande. São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo.

_____. (1984). O lugar do Supermercado na cidade Capitalista. Geografia, vol.9 n. 17-18, pp.37-54.

_____. (2006). Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. Scripta Nova Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, V 10.

_____. (2007) Novos caminhos da Geografia. Ana Fani A. Carlos (org.). 5. Ed. 1ª Reimpressão. Contexto. São Paulo.

Pinto, A. C. (coord.). (2000). Portugal Contemporâneo. Sequitur, Madrid.

Poinsard, L. (1912). Portugal ignorado. Tradução portuguesa de Le Portugal Inconnu. Paysanes, Marins et Mineurs. Ed. Magalhães & Moniz. Porto.

Portes, A. (1999), obra: Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação. Celta Editora. Oeiras.

Porto, C. M. (2010) Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito. Em: Brasil. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, pp.77-88.

Prado Jr, C. (1966). A revolução brasileira. Brasiliense. São Paulo.

_____. (1990). História Econômica do Brasil. 38ª edição, Brasiliense. São Paulo.

Prefeitura Municipal de Salvador. (2006), Guia Turístico. Feira de São Joaquim. Em: Salvador a cidade e o tempo. Salvador, p. 46.

_____. (2006). Feira de São Joaquim. Em: Salvador a cidade e o tempo. Salvador, p. 46.

_____. (1998). Feira de São Joaquim. Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo. Salvador, pp. 28-29.

_____. Feira de São Joaquim. (1998). Em: Retratos da cidade. Salvador Antes Salvador 450 anos (1549-1999). Capital de um Novo Mundo. Copyright, Secretaria de Comunicação Social. Savador, p. 28.

Priore, M. Del (Org.). (1997). História das mulheres no Brasil: Contexto, São Paulo.

Queiroz, E. de. (1980). Textos do distrito de Évora. Coleção Obras Completas de Eça de Queiroz. Nº da coleção XI. Editora: Círculo de Leitores, Lisboa, p. 202.

Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020.

_____. QUIRINO, E. de G. (2003, 1 a 5 de Setembro). A feira central: um espaço em ebulição. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

Rabot, J. M (2009). O que é a pós-modernidade? Em: Coelho, M. Z. (Org.), Não poupes no semear. Trinta anos de comunicação, Aníbal Alves. Pé de Página Editores. Coimbra, pp. 79-82.

Ramalho, A. M. (2002). Feiras, festas e romarias. Em: Os idosos revisitam a infância.: Câmara Municipal, Santa Maria da Feira, p. 30.

Ramalho, M. de L. N (1980). A feira. Em: Cinco textos para montar ou simplesmente ler. Teatro Nordestino, Grupo do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno. Campina Grande.

Ramilo, P. I. J. (ANO, Março/Abril)“Respondendo à questão: Ser feirante ainda nos orgulha?”. Em: O Feirante. José Manuel Abranja (diretor). AFDL- Associação dos Feirantes do distrito de Lisboa. Ano XVI- Nº 78, p.7.

Ramos, C. S. V. (2004). Convenção de Haia. Em: Salvaguarda e Defesa do Património Concelhio- Concelho de Nelas, p. 17.

Ramos, M. J. (Coord.). (2003). A matéria do património: memórias e identidades., Edições Colibri/DepANT-ISCTE, Lisboa.

- Ramos, Natália e Rubim, A (orgs.). (2008). Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal. Coleção Cult: EDUFBA, Salvador.
- Rau, V. (1945). Feiras portuguesas do século XII e exploração de ferro em Rio maior no século XIII. Revista portuguesa de História, III: 196.
- _____. (1960). As Feiras. Em: Joel Serrão (dir.). Dicionário da História de Portugal. Vol II. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 539-542.
- _____. (1981). Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo. Editorial Presença. Lisboa.
- Reis, A. do C. (2000). História de Vila o Conde: Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde.
- Reis, A. C. (2007). Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa. Em: As Identidades do Brasil 1 de Varnhagen a FHC. 9ª Edição ampliada. Editora FGV. Rio de Janeiro.
- Reis, A. M. (2000). Ponte de Lima no tempo e no espaço. Ed. Da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- _____. (2009). Os problemas de Portugal mudar de rumo. Edições Colibri. Lisboa.
- Relatório municipal. (1943). Prefeitura Municipal de Salvador. Biblioteca do arquivo histórico de Salvador, p. 44.
- Retondar, A. M. (2007). Sociedade de consumo, modernidade e globalização. Annablume. Campina Grande: EDUFBA, São Paulo.

- Ribeiro, G. L. (2007). El sistema mundial no-hegemônico y la globalização popular. Série Antropologia, UNB, vol. 410, DF, p.7.
- Ribeiro, M. (1964). Notas e comentários sobre feiras e mercados. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa.
- Ridente, M. (2000). Cinema: em busca do Brasil. Em: Em Busca do Povo Brasileiro. Record. Rio de Janeiro, pp. 92-104.
- _____. Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Ed. Record. Rio de Janeiro.
- Risério, A. (2004). A Economia do Lazer. Em: Uma História da cidade da Bahia. 2. Ed. VERSAL, Rio de Janeiro, pp. 580-581.
- Rodrigues, A. e Cortes, I. R. (2010). Legislação sobre Trabalho e Gênero: Período 1988-2010 Em: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão.: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, p.36-44.
- Rodrigues, N. (Coord.). (2010, 11 de Fevereiro). Breve consideração estatística sobre o ano turístico. Câmara Municipal de Barcelos, p. 31.
- Roriz, J. e Vanessa, U. (2006, 30 de Novembro). O incêndio na feira. Imagem viva do povo brasileiro Curso de Jornalismo FACOM-UFBA, Prof. Tenafae Lordelo, Salvador.

- Rugy, A. (2000), Dimensão Econômica e demográfica das migrações na Europa multicultural. Editora Celta. Oeiras.
- Runa, L. e Rodrigues, M. J. Turismo e fruição cultural. Em: Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo cit..., p. 73.
- Sá, I. (2009, 10 a 13 de novembro). Discurso, mídia e resistência: a constituição de uma identidade de esquerda durante a ditadura militar. Em: IV Seminário de Estudos em análise dos discursos, 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Saliba, E. T. (1998). Experiências e representações sociais: reflexos sobre o uso e o consumo de imagens. Em: O saber histórico na sala de aula. 2 ed.: Contexto, São Paulo, pp. 131-132.
- Santos, B. de S. (2005). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. Em: Portugal Contemporâneo. Pinto, A. C. (coord). Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- _____. (org.). (2005). A Globalização e as Ciências Sociais. 3ª edição. Cortez. São Paulo.
- Santos, I. M. F. dos. (2006). Memória das vozes: cantoria, romanceiro e cordel: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia Salvador.
- Santos, L. P. dos. (2008). "A Feira de São Joaquim". Literatura de cordel.: Confraria Luiz de Maré, Salvador, p, 3.
- Santos, M. (1997). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2ª Ed. Hucitec. São Paulo.

- _____. (2005). Os atuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais de produção. Em: O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 7ª Ed. Record. Rio de Janeiro, pp. 151 e 152.
- _____. (2007). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record. Rio de Janeiro.
- _____. (2008). O crescimento recente na cidade. Em: O centro da cidade de Salvador. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. EDUFBA. Salvador, p.51.
- Santos, M. e Silveira, M. L. (2005). Supermercados, feiras. Em O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 7ª Ed. Record. Rio de Janeiro.
- Sato, L. (2007). "Processos cotidianos de organização do trabalho na Feira Livre". Em: Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 97. APUD: Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.
- Schmidt, M. F. (1997). Nova História Crítica do Brasil – 500 anos de História mal contada. Editora Nova Geração. São Paulo.
- Severino, F e Santos, E. (2002, julho a dezembro). "A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social" Revista Psicologia Política 2 (4), 209-232.
- Scott, J., 1990. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Revista Educação e Realidade 16 (2): pp. 1-27.

- SEBRAE (2003, Janeiro de) Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE., Recife, p. 1.
- Serrão, J. V. (1976). Pequeno Dicionário da História de Portugal, Editoriais. Lisboa, pp. 132-133.
- _____. (2000). História de Portugal. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa.
- Silva, A. B. da.(2007).O trabalho com cordéis em sala de aula: pendurando preconceitos e colhendo frutos. Em: Congresso de Leitura do Brasil, Anais do 16º COLE, Campinas.
- Silva, A. S. (1994). Tempos Cruzados, um Estudo Interpretativo da Cultura Popular. Edições Afrontamento, Porto, p. 119.
- Silva, C. H. C. da.(2003). As grandes superfícies comerciais: os hipermercados carrefour no Brasil. Geusp. São Paulo, n. 14, p.89-106.
- Silva, F. C. T. da. (2003). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Em: O Brasil Republicano. V. 4. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro p. 243-282.
- Silva, F T, Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos, em Batalha, C; Silva, F. T e Fortes, A. (org.), (2004) Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado., Ed. da Unicamp, Campinas, pp. 205- 245.
- Silva, S. G. da. (2000). Masculinidade na História. A Construção cultural da Diferença entre os sexos. Psicologia, Ciência e Profissão. (20) 3, pp. 8-15.

- Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). A Feira de Barcelos. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SINCOV- Sindicato do comércio informal de Campina Grande-PB, Comunicam aos trabalhadores formais e informais dos seus direitos. (Panfleto informativo s/d).
- SINDIFEIRA- Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador. Feirantes e ambulantes: 10 razões para sindicalizar-se. (Panfleto informativo s/d).
- Smith, A. D (1999). Nações e Nacionalismo numa Era Global, Ed. Celta, Oeiras, Lisboa.
- Soares, M. A. T. (2004). Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. Em: Actas do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia-MG, p. 105- 127.
- _____. (2008). Crise capitalista dos anos de 1970 e a expansão trabalho informal. Em: Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital. Edições UESB. Vitória da Conquista-BA.
- Soares, M. A. T. (2008). Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital. Edições UESB. Vitória da Conquista- BA.
- Sodré, M. (1983). A televisão. Em: A Comunicação do Grotesco-um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Sousa, F. de e Golçalves, S. (1987). Memórias de Vila Real, 1º volume: Arquivo distrital de Vila Real, Câmara Municipal, Vila Real.

- Souza, E. C. (1975). Feira de gado. Em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tipos e aspetos do Brasil. 10ª Edição revista e atualizada, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Rio de Janeiro.
- Souza, M. L. (2002). Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.: BERTRAND BRASIL, Rio de Janeiro, p. 83.
- Souza, P. R.(1981). Emprego e Renda da Pequena Produção Urbana no Brasil. Estudos Econômicos, nº 11.
- Spósito, M. E. B e Whitacker A. M. (2001). Capitalismo e urbanização. Contexto. São Paulo.
- _____. (orgs.), (2006). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural, Expressão Popular. São Paulo.
- Stefan, N. L. (1994) Raça e gênero: o papel da analogia na ciência, em Hollanda, H. B. de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rocco, Rio de Janeiro, pp. 72-96.
- Stolcke, V. (1991). Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? Em: Estudos Afro-Asiáticos, 20, jun, p.110.
- Taylor, C. (1994). Identidade. Em: Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento. Charles Taylor (org.). Tradução Marta Machado: Instituto Piaget, Lisboa, PP. 166-168.
- Teixeira, F.M. P. (1993). Crescimento Industrial e Modernização. Em: História Concisa do Brasil. Ed. Global: São Paulo.

- Tengarrinha, J. (1984). Estudos de História Contemporânea de Portugal. Editorial Caminho. Lisboa.
- Thisse, A. (2000) Identidade Europeia. Em: A criação das Identidades Nacionais. Europa séculos XVIII-XX. Tradução Sandra Silva: Temas e debates, Lisboa, pp. 277-280.
- Thompson, E. P. (1967). Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional (pp. 267-304). Companhia das Letras, São Paulo, SP.
- _____. (1998). Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras. São Paulo.
- _____. (2001). Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Editora da Unicamp, Campinas-SP.
- Turatti, A. de R. (2002). Turismo, planejamento e marketing. Ed. MANOLE. São Paulo.
- UNESCO. (2005). Centro del Patrimonio Mundial de la. Carpeta de información sobre el patrimonio mundial. Paris, p.2.
- Vênancio, G. M. (2001). Lugar de mulher é na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). Em: História: Questões & Debates. Martins, A. P. V. (org.). (2001): Ed. Da UFPR; Curitiba.p. 175-200.
- Vergara, S. C. (2008). Revisitando a teoria da resiliência. Em: A resiliência de profissionais angolanos..Rap Revista de Administração Pública –42(4):701-18, jul/ago. Rio de Janeiro pp.706-709.

- Vianna, L. C. R. e Teixeira, João G. L. C. (2008, Julho) Patrimônio imaterial, performance e identidade. Em: Concinnitas, ano 9, volume1, número 12. São Paulo.
- Vieira, A. de S. (2006). D. Pedro IV e as Feiras Novas-1826. Ed. Foto LETHES, Ponte de Lima, p. 11.
- Vieira, J. M. F. (1995). A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPe, Universidade do Minho. Braga, p. 7.
- Vieira, J. (coord.). (1999). Portugal século XX, anos 60 crónica em imagens. Editora Bertrand, Lisboa.
- Vila Nova, S. (1976) Literatura de cordel. IJNPS. Instituto de Pesquisas Sociais, (Folclore 19). Recife.
- Villaça, M. M (2002). América Nuestra- Glauber rocha e o Cinema cubano. Revista Brasileira de História. Vol.22. N. 44. São Paulo.
- Vitorino, B. da S. (2007). A Identidade Cultural no dizer e suas margens, em: Imigração Brasileira em Portugal identidades e perspectivas: Editora Universitária Leopoldianum, Santos-SP, pp. 80-85.
- Wachtel, N. (1977). Fazer História. Vol 1, Livraria Bertrand. Lisboa.
- Waters, M. (1964). Economía y sociedad - esbozo de sociología comprehensiva. Vol. II. Fondo de Cultura Econômica. México D.C. e Buenos Aires.
- Waters, M. (1999). Globalização. Celta Editora. Oeiras.
- Weber, M. (1991). Economia e Sociedade. UNB. Brasília.

Weffort, Francisco. Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre Cultura Nacional e Cultura Popular. Em: Valle, E. e José J. (orgs.) (1988). A cultura do Povo. 4ed. Cortez: Instituto de Estudos Especiais. São Paulo, 13-23.

Williams, R. (1969). O campo e a cidade na história e na literatura. Companhia das Letras. São Paulo.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu (org.): Vozes, Petrópolis, RJ.

Wolf, E. (1970). Sociedades camponesas. Zahar. Rio de Janeiro.

FONTES MULTIMÍDIA

Almeida, A. C. de (Secretário de Planejamento). (2008). Em: Muricy, José A. CD-olho na Feira. Muricy Consultoria e Treinamentos LTDA.

Araújo, G. de A. F. (Direção e criação). (2007). Campina Grande-PB. Feira Central. Produção: Ativa vídeo Profissional CRIARE comunicação. Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande-PB.

Barreto, P. (2006, 21 de Abril). Nos trilhos da Feira- Ação emergencial da Feira de São Joaquim. Documentário da Fundação Gregório de Matos. Salvador.

Cândido, J. e Queiroz, M. (2006). Livre Feira de São Joaquim. Curta metragem. TV Educativa da Bahia.

- Capinam, J.C; Gil, G. (1967). Água de meninos. Interprete: Gilberto Gil. Em: GILBERTO GIL. Louvação. Philips. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado B, faixa 11.
- Hirszman, L. (Direção) e Calil, C. A. (Produção). (1990). ABC da Greve (1976/1990), 75 min. Documentário produzido pelo estúdio Taba Filmes. São Paulo.
- Maracajá, M. A. (2001) (Direção e coordenação geral). Terceiro momento: A Feira. Em: Companhia de dança do Teatro Municipal Severino Cabral, DVD de encerramento do ano 2001.
- Penha, D. (produção). (2009, 09 de Março). Água de Maninos acabou, quem ficou foi a saudade. TVE-IRDEB. Salvador.
- Pereira, Gustavo Feira de São Joaquim, que lugar é esse? SINDIFEIRA
- Serra, A. (2002, 21 e 22 de Janeiro). A Arte Portuguesa. Documentário exibido pela RTP.
- Silva, J. A. M. da. (2006). São Joaquim, a feira- X. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.
- Tayse, M. (Direção Geral) e Cavalcante, R. (Coordenação). Programa Arrastapé.net. (2007, 23 de Junho). Chapéu vídeo. Canal 19, Emissora TV Itararé.
- TV Correio. (2009, 19 de Março). A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural.

Varela, R. (1983) para RTP, na série documental: 'Feiras de Portugal' e no programa 'Festas e Romarias' (1985)" Em: Vieira, J. M. F. (1995). A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga, p. 6.

PERIÓDICOS ON-LINE

Alves, T. (2010, 27 de Novembro). Por causa das sucessivas apreensões ao longo do ano, Polícia Civil quer expandir Núcleo de Inteligência para a cidade. Objetivo é agilizar investigações. Jornal de Caruaru. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: <http://jornaldecaruaru.wordpress.com/2010/11/27/comercio-de-importados-de-caruaru-na-mira-da-policia/>.

Farias, W. (2007, 15 de Novembro). Feira de Campina Grande pode virar patrimônio cultural do Brasil. Acedido em 11 de Junho de 2011, em <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166>.

Gomes, J. (2010, 3 de Maio). A Festa das Cruzes e o regedor modelo. Correio do Minho. Acedido em 05 de Junho de 2010, em: <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1594>.

Ribeiro, A. (2010, 14 de Novembro). Ambulantes: Ilegalidade toma conta de calçadão em CG. Primeiro Caderno, Edição de domingo. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/11/14/diaadia8_0.php

Santana, M. N. (2010, 19 de Outubro). Margareth Menezes lança seu novo DVD 'Naturalmente Acústico' na Concha Acústica. Correio 24 horas, Salvador. Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/margareth-menezes-lanca-seu-novo-dvd-naturalmente-acustico-na-concha-acustica/>.

Vieira, L. (2008, 18 de Junho). O primeiro supermercado do Brasil, Subúrbio Notícias. Junho de 2008. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://noticiasdosuburbio.blogspot.com/2008/06/o-primeiro-supermercado-do-brasil.html>

Vilaça, A. (2010, 09 de Fevereiro). Certificação do Artesanato, para que te quero. Correio do Minho - crônica. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1286>.

OUTROS PERIÓDICOS ON-LINE

A Feira de Caruaru, patrimônio de todos nós. Jornal de caruaru. Acedido em 14 de abril de 2011 em: «<http://jornaldecaruaru.wordpress.com/2010/05/04/2%C2%BA-concurso-de-literatura-de-cordel-%E2%80%9Ca-feira-de-caruaru-patrimonio-de-todos-nos%E2%80%9D/>».

Iniciativa noticiada em Barcelos debate certificação do artesanato. (2004, 29 de Abril). Correio do Minho. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em: <http://www.diariodominho.pt/conteudo/9698/Barcelos%20debate%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20artesanato>.

Produtos chineses invadem Portugal. (2005, 09 de Abril). Correio da Manhã. Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/economia/produtos-chineses-invadem-portugal>

Artesanato de Barcelos certificado em 2008. (2007, 01 de Dezembro). ComUM - Jornal dos alunos de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em http://www.comumonline.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=419

Economia paralela sem redução ao longo de quase três décadas. (2008, 24 de Setembro). Jornal do dia, Público 20. Acedido em 22 de Agosto de 2011, em: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=332504

Confirmado: Vitalzinho consegue empenhar R\$ 19 milhões para projeto da Feira Central de CG. (2008, 31 de Dezembro). IParaíba. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: « <http://iparaiba.com.br/noticias,145127,7,confirmado+vitalzinho+consegue+empenhar+rs+19+milhoes+para+projeto+da+feira+central+de+cg.html>» .

Grupo Wal-Mart pretende investir R\$ 450 mi no NE. (2009, Abril) Tribuna da Bahia, Abril de 2009. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www.digita.com.br/tribunadabahia/news.php?idAtual=3237>

Contrafação Vila do Conde: GNR apreende mercadoria avaliada em 160 mil euros em armazém chinês. (2009, 17 de Outubro). Portal Informação. Acedido em 07 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.ionline.pt/conteudo/28379-vila-do-conde-gnr-apreende-mercadoria-avaliada-em-160-mil-euros-em-armazem-chines->,

Festa das Cruzes integrada nas comemorações do 25 de Abril. (2010, 24 de Abril). Diário do Minho. Acedido em 04 de Maio de 2010, em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78610>.

Um recorde de atividade cultural num só lugar!. (2010, Julho). Jornal da Feira de tradições nordestinas do Campo de São Cristóvão. Informativo oficial da Feira da São Cristóvão. Ano 07-edição 073, Rio de Janeiro, p.4. Informações sobre a feira Acedido em 11 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br>

Certificação de artesanato. (2010, 06 de Agosto). Jornal de Notícias. Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Vila+Verde&Option=Interior&content_id=1635015&utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+JN-PAIS+%28JN+-+Pais%29

Feira outlet na Horta. (2010, 07 de Setembro). Jornal Diário. Acedido em 06 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=29748.

A capital da pirataria - Polícia apreendeu mais 4 mil pares de sapatos hoje no Parque 18 de Maio e na conhecida 'Rua dos Sapateiros', em Caruaru. (2010, 07 de Outubro). Notícia / Polícia. Acedido em 10 de abril de 2011, em: <http://www.maisab.com.br/noticias/nv/14561/A+CAPITAL+DA+PIRATARIA.html>»

Defesa do consumidor. Cartões de crédito: atraentes, mas perigosos. (2010, 17 de Outubro). O Globo. Acedido em 23 de abril de 2011, em: « http://www.abecs.org.br/novo_site/associadas.html».

São Joaquim à espera de melhorias. (2011, 05 de Janeiro). Consulado social. O tabuleiro de notícias da Bahia. Em. Acedido em 09 de maio de 2011, em: <http://www.consuladosocial.com.br/?p=59693>

São Paulo faz o maior comício (1984, 17 de Abril). Folha de São Paulo, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, Em: «http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm».

Os portugueses estão a comprar mais na internet (2010, 13 de Outubro). Jornal português Negócios. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=448089.

FONTES ON-LINE E INDICAÇÃO DOS SÍTIOS VISITADOS:

AARN. Outras informações. Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://www.aarn.pt/gca/index.php?id=81>.

ABRACNE - Associação Brasileira de Arte e Cultura do Nordeste. “Ponto de cultura: ideia que financia as bases da tradição no Brasil”. Informativo oficial da Feira da São Cristóvão. Ano 07-edição 083, Maio de 2011, Rio de Janeiro, p.6. Informações sobre a feira Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br/>.

Abreu, M. (1997). Festas, feiras e romarias. Percursos na Costa Azul. Edição Regional de Turismo de Setúbal. Costa Azul, Setúbal, p. 143 (“Feiras”). Acedido em 08 de Maio de 2011, em: «<http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166>».

ABSC- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Chegada e expansão no Brasil. Acedido em 17 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/expansao.html»

Africano, Ana Paula. As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80, p.5. Acedido em 18 de Março de 2011, em: «www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961».

Almeida, O. Feira de Caruaru. (Letra), Interpretada por Luiz Gonzaga, popularmente como “O rei do Baião”. Acedido em 01 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/luiz-gonzaga/204732/>.

Araújo, G. de A. F. (2010). Categorias que constituem os distintos Livros do Registro; Apresentação aula aberta, “Projeto em Turismo Cultural: a feira de Campina Grande-PB”. Em: Mestrado em Património e Turismo Cultural, Unidade Curricular de Projeto em Turismo Cultural. Universidade do Minho, ICS, Sala de Atos, em 24 de Maio de 2010, Braga. pp. 7-8. APUD: IPHAN, Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>»

_____. (2010). Uma discussão acerca do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e em Portugal, tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise. Em: I Encontro CITCEM - Família, Espaço e Património. (Guimarães, 26 e 27 de Novembro de 2010). Acedido em 01 de Maio de 2011, em: «[http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20\(14h30-16h00\)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20(14h30-16h00)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf)».

Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho. Calendário das feiras. Acedido em 25 de Novembro de 2010, em: http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page1387.html

- Bastos, S. (2004). Nosso patrimônio cultural: uma metodologia de pesquisa. Revista de Turismo Y Patrimônio Cultural. Vol. 2, Nº 2, p. 258. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS080204.pdf>.
- Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: Instituto de Estudos Avançados, vol.20 no.57 São Paulo . Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>.
- Brum, A. (1998). O desenvolvimento Econômico Brasileiro. 18 Ed. Vozes. Petrópolis-RJ. Acedido em 4 de abril de 2011, em: «http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul#Assimetrias_de_mercado».
- Cabral, C. B. (2009, Novembro). A Convenção da Unesco: inventários e salvaguarda. Em: Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades: publicação das Actas do Ciclo de Colóquios. pp. 125-139. Acedido em 14 de Junho de 2011, em: http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=node_id&value=1471356.
- Cacciamalia, M. C. (2000, Junho). Globalização e processo de informalidade. Acedido em 10 de Novembro de 2010, em <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>.
- Câmara Municipal de Barcelos. (2001, 03 de Fevereiro). Câmara Municipal relança feira de Barcelos. Acedido em 03 de Junho de 2011, em: <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2011/fevereiro/cmara-municipal-relana-feira-de-barcelos>

Câmara Municipal de Barcelos. (2007). Festas, Feiras e Romarias. Em: Barcelos Roteiro turístico, Coordenação e Produção Mediana, SA, Porto, p. 86. Apud: Almeida, Carlos A. F. de (1990) Barcelos: Cidades e Vilas de Portugal. Editorial Presença, Lisboa pág. 85. Acedido em 16 de Junho de 2011, em: http://www.cm-barcelos.pt/visitar-barcelos/barcelos/Guia_pt.pdf,

Câmara Municipal de Ponte de Lima. (2010, 1º de Fevereiro). Alteração da data das Feiras Novas - Festas do Concelho de Ponte de Lima. Acedido em 11 de Maio de 2010, em: <http://www.cm-pontedelima.pt/evento.php?id=263>.

Câmara Municipal de Vila do Conde: Acedido em 10 de Dezembro de 2010, em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=30323

Camargo, H. L. (200, Julho). Resenha crítica: Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio. Tradução: Teresa Castro. Edições 70. Lisboa. Em: Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo. Mestrado em Administração, da UNISANTOS- Universidade Católica de Santos. Acedido em 10 de Julho de 2011. em <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=27>.

Chinaglia, A (2008, 09 de Outubro de). A Constituição Cidadã. Em <http://crgb20anos.net84.net/index.php?news&nid=4>, Acedido em 05 de Março de 2011.

Cardoso, A. e Silva, M C. O Rural-Urbano na Região Minhota. (Des) Continuidades, assimetrias e dependências. Em: Minho. Traços de Identidade. Paulo Pereira (Coord.) Braga: Universidade do Minho, 2009. pp. 636-669. Acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em; http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_2131/20090327429152283779.pdf.

Carrilho, M. J. e Patrício, L. (2007). A Situação Demográfica Recente em Portugal. Em: Revista de Estudos Demográficos, n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=Maria+Jos% c3%a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr% c3%adcio.+A+Situa% c3%a7% c3%a3o+Demogr% c3%a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr% c3%a1ficos%2c+editor++Instituto+Nacional+de+Estat% c3%adstica+Ano+de+edi% c3%a7% c3%a3o+2007.

Conselho Económico e Social. Mesa redonda. (2002). A Competitividade da Economia Portuguesa. Lisboa, pp. 20-22. Acedido em 10 de Outubro de 2010, em: www.ces.pt/file/doc/159

Costa, P. F. da. (2009, Maio). Os “lenços de namorados”: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação. *Etnográfica*, vol.13, no.1, p.231-232. Acedido em 12 de Junho de 2011, em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612009000100016&script=sci_arttext,

Decreto-Lei n.º 42/2008 Diário da República, Ministério da Económica e da Inovação, 1.ª série — N.º 49 — 10 de Março de 2008, p.1499. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04900/0149901503.PDF>.

Decreto-Lei n.º 252/1986 Diário da República, Ministério da Indústria e Comércio, 1.a Série- Nº 194/86- 25-08-1986, pp. 2169 a 2171. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19862294%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto nº 3551/2000 Diário da Oficial da Presidência da República, Ministério da Cultura, 07 de Agosto de 2000, p. 2. Acedido em 05 de Maio de 2011, em: «<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf>»

Decreto Regulamentar n. 56/2007, Diário da República, 1.a série— Nº 82, 27 de Abril de 2007, p. 2682. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08200/26822684.PDF>

Decreto-Lei n.º 139/2009, Diário da República, 1.a série- Nº 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. Acedido em 14 de Junho de 2011, em http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/MinisterioCultura/Legislacao%20Cultural/DL139_2009%20Regime%20Jurídico%20de%20Salvuarda%20do%20Património%20Cultural%20Imaterial.pdf

Diniz, L. da S, (2007, Julho/dezembro). Pequeno comércio e crescimento urbano: as bodegas e a formação dos bairros populares Campinenses. Em: Ariús, Campina Grande, v. 13, n. 2, pp. 218 – 223. Acedido em 20 de Maio de 2011, em: http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n2/13_arius_13_2_pequeno_comercio_e_crescimento_urbano.pdf

Durães, B. J. R. (2008, outubro). Camelo de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. Revista Espaço Académico, n. 89, mensal, ano VIII, ISSN: 1589.6186. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89duraes.htm>

Emerson, José. (2010, 15 de Junho). Os camelódromos de Salvador. O mercado informal está em debate na Câmara. Câmara Municipal de Salvador, Fábio Mota, Téo Senna. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.portalbahia.com.br/falabahia/?p=31962>.

Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. (1931, Outubro). Carta de Atenas, p.3. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=232>.

Esteves, J. (2001). O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947). A Mulher na Idade Contemporânea. Em: Santos, M. C. C. (Org.). A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000). Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 239-260. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acedido em 05 de Março de 2011.

Extrato do Relatório do Conselho Económico e Social para 1997. (1997, 18 de Setembro) em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>, (A/52/3), acedido em 05 de Março de 2011.

FAZENDO A FEIRA: Turismo Alternativo na Feira de São Joaquim. Acedido em 09 de Maio de 2011, em: «<http://www.freewebs.com/camilladiego/>».

- França Jr., L. B. O Trabalho na grande rede hipermercadista, um estudo sobre o carrefour e a reestruturação na década neoliberal, p. 5. s/d. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luzimarbarretofrancajunior.pdf>.
- Franco, L. Morador do meu Sertão - A Odisséia Das Torradeiras Voadoras. Acedido em 02 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/a-odisseia-das-torradeiras-voadoras/1184783/> .
- Freitas, P. S. de. (2007, dezembro). Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação. Em: Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos. Textos para discussão. Nº 37. Brasília, p. 4. Acedido em 18 de abril de 2011, em: «http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»
- Frick, P. (2009, 13 de Junho) A imigração no Brasil. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em: <http://www.webartigos.com/articles/19680/1/A-IMIGRACAO-NO-BRASIL/pagina1.html>,
- Funari, Pedro P. Lazer, Patrimônio e Turismo: algumas considerações. Revista Eletrônica: Patrimônio lazer & Turismo. UNISANTOS- Universidade Católica de Santos. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: «<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=26>».
- Girard, L. L. A inserção de imigrantes europeus na cidade de Brasília. Acedido em 10 de janeiro de 2011. Acedido em http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1_luana_girard.pdf.

Gleiss, L. e Gastal, S. (2007) Turismo Cultural Sob o Olhar Pós-Moderno: Os Mercados Públicos em Questão. Em: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul.. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Passo Fundo – RS, p. 2. Acedido em 10 de Maio de 2011, em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0474-1.pdf>

Governo do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Cultura. (2008, de 28 de Outubro). Edital de seleção, nº 01 - seleção para pontos de cultura do Estado do rio de Janeiro. Acedido em 15 de Junho de 2011, em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/edital.pdf>, .

Guerreiro, M. CIES, (2000). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisbon, Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>

Guimarães, Aluizio. (2008, 15 de Abril). A Feira dos problemas. Artigos FAVIP. Caruaru. Acedido em 15 de Maio de 2010, em <http://www.favip.edu.br/v5/artigos.php?id=759>

I.D.E/Observatório do Comércio. (Dezembro de 1999). Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais – Situação Atual e Prospetiva. Comércio: hábitos de consumo e formatos comerciais. Observatório do Comércio. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.obscom.min-economia.pt>.

IBGE. (2006). Síntese de indicadores sociais 2007. Rio de Janeiro, p. 206, em: <www.ibge.gov.br/noticias>Acedido 03 de Março de 2011.

- IBGE/IPEA. (2008, novembro). Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. Boletim 37. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em http://www.mte.gov.br/observatorio/bmt_37.pdf.
- IBGE (2009). Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2009. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro. Em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1», Acedido em 06 de Março de 2011.
- ICEP (2006, agosto). China - Dossier de Mercado. Unidade Conhecimento de Mercado / Delegação em Xangai. Lisboa, pp. 25-45. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.missaochina.gov.pt/ResourcesUser/AChinaMais/Dossier%20China%20Institucional%20Agosto2006.pdf>.
- ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. (1964, Maio). Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=236>
- INE (2008). Estatísticas Agrícolas 2007. Instituto Nacional de Estatística. 1, pp. 42-50. Acedido em 29 de Março de 2011, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?PUBLICACOESmodo=2&PUBLICACOESpub_boui=24050066&xpgid=ine_publicacoes&xpid=INE&xlang=pt
- INE e Observatório do Comércio. (2000). Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA), Região Norte. Em: O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal, p.97. Acedido em 29 de Março de 2011, em: «<http://www.dgcc.pt/166.htm>»

- INE (2006). Homens & Mulheres em Portugal, pp. 26-27. Em, «http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=109304543&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt», Acedido em 05 de Março de 2011.
- INE. (2009). Análise dos resultados. Em: Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa, p. 21. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=».
- INE. (2009). Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa, p. 20. Acedido em 29 de março de 2011, em:«http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=»
- IINE. (2009). Análise dos resultados. Em: Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa, p. 21. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=».
- INE/OC. (2002, Novembro). O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal. Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

INE/UMIC (2003-2007). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y

IPHAN. (2007, 12 DE Fevereiro). Feirantes e comunidade recebem título da Feira de Caruaru como património imaterial do Brasil. Acedido em 17 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=F228409D4CFE6551550E1A6DFB6A3682?id=13518&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>»

IPHAN. 1ª etapa- Levantamento Preliminar, 2ª etapa- Identificação e 3ª etapa- Documentação. Acedido em 18 de Maio de 2011, em <http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicaInrc/paginas/principal/principal.seam>»

IPHAN. Conferência Geral da UNESCO, 9ª Sessão, Dezembro de 1956. Recomendações de Nova Delhi sobre preservação do Património Arqueológico, para bens móveis e imóveis. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=234>

IPHAN. Conselho Arquitetónico do Património Europeu, por ocasião de comemoração do Ano do Património Europeu. Também conhecida como Carta Europeia do património Arquitetónico. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=246>

IPHAN. Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>» e «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>»

IPHAN. Feira de Gado, Feira do Paraguai, Feira da Sulanca, Feira de Frutas e Verduras. Acedido em 19 de Maio de 2011, em «<http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicaInrc/paginas/referenciaCultural/pesquisaReferenciaCultural.seam>»

IPHAN. Patrimônio Imaterial Definição atribuída pela Unesco. Acedido em 04 de Maio de 2011, em: «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=085C03528B7E4B9F921B7BCCC7A44EC2?id=10852&retorno=paginalphan>»,

IPHAN/MINC. (2007, 08 de Fevereiro). Certidão do Livro de Registro dos Lugares, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan. Instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, folha 2, Registro número dois – Bem cultural: Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco. Brasília, Distrito Federal. Acedido em 17 de Maio de 2011. em «<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIProcessoRegistroE.jsf;jsessionid=E3BB9C7B1A7BB83D7CAF3D5EC9AE128E>»

Kinjo, T. e Ikeda A. (2004). Ambiente físico. Em: Comportamento do Consumidor em Feiras Livres, p. 11. <http://www.sober.org.br/palestra/2/420.pdf>

Knoke, W. (1959, Julho). O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: Revista de Administração de Empresas, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www16.fgv.br/rae/artigos/2455.pdf>.

Lei 8.742/93, § 3º do art. 20. Diário Oficial da União, de 07 de Dezembro de 1993. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em http://menta2.dataprev.gov.br/prevfacil/prevdoc/benef/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=2

Luís, D. Onde estão os caras-pintadas? Em: <http://mnavegante.br.tripod.com/arquivo/arq06.htm>, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011.

Malheiros, J. e Baganha, M. I. (2000, Novembro). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI: Janus 2001. Edição Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Acedido e 8 de janeiro de 2011, em: <http://www.casado brasil.info/UserFiles/File/pdfs/imigracao-ilegal-pt.pdf>

Medeiros, P. H. “O Nordeste contra o quilô: a revolta de quebra-quilos”. Aventuras na História. s/d. Acedido em 10 de Novembro de 2010, Em: <http://historia.abril.com.br/comportamento/nordeste-quilo-revolta-quebra-quilos-433572.shtml>

MEI. PORTARIA No 11, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009. Estabelece regras de atendimento e inscrição do Microempreendedor Individual. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/portaria11.php>.

Ministério da Cultura. Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril. Diário da República, 1.ª série — N.º 69 — 9 de Abril de 2010 p. 1163-67, Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.drclvt.pt/multimedia/Portaria%20196-2010.pdf>, .

Ministério da Economia e do Emprego. (1999, 10 de Dezembro). Observatório do Comércio vai ao shopping. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgae.min-economia.pt/>

Ministério da Economia e do Emprego. (1999, 30 de Setembro). Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

Ministério da Fazenda/Receita Federal. O comércio Brasil-China de mercadorias: principais características, pp. 1-7. Acedido em 4 de abril de 2011, em: «<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm>».

Ministério das Finanças e da Administração Pública. Apreensões de mercadoria em contrafação do Ministério das Finanças e da Administração Pública. Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre Consumo. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/D1578EFB-2561-47EF-B3DE-92BAF492C40A/0/ApreensoesLeixoes.pdf>

Ministério Público Federal. Procuradoria geral da república. Assessoria de Comunicação Social. Feirante de Caruaru (PE) não consegue evitar condenação por crime de descaminho. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/feirante-de-caruaru-pe-nao-consegue-evitar-condenacao-por-crime-de-descaminho.

MINTUR- Ministério do Turismo Cultural. Orientações Básicas, p. 10. Acedido em 10 de Maio de 2011. em: «<http://pt.scribd.com/doc/55113208/3/Conceituacao-e-caracteristicas-do-Turismo-Cultural>»

Morais, I. e Araújo, M. (2006/Fevereiro) Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). Em: Revista on-line Caminhos de Geografia, nº 23 ,p. 247. Acedido em 15 de Maio de 2011, em: «<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>» .APUD: Brasudel, Fernand. (1998). Os jogos das trocas. – Vol. 2 – Martins Fontes, São Paulo, p. 16.

Motomura, M. Quando surgiram os supermercados? s/d. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://mundoestranho.abril.com.br/historia/pergunta_287130.shtml,

MPPE recomenda reordenação da Feira de Caruaru. A Prefeitura terá um prazo de 60 dias para apresentar a lista dos sulanqueiros. (2009, 07 de Dezembro). Acedido em 30 de maio de 2011, em <http://www.pinzon.com.br/index.php?i=5&c=4&n=1709>

Museu de Etnografia. Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.mnetnologia-ipmuseus.pt/Museu.html>

Napolitano, M (2011). A arte engajada e seus públicos (1955/1968). Estudos históricos. N. 28. Rio de Janeiro, pp. 9-14. Em «http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/NAPOLITANO_ArteEngajada60_EH.pdf», acedido em 16 de Março de 2009.

Novais, F. A. e Mello, J. M. C. (1998). Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Em: História da vida privada no Brasil contrastes da intimidade contemporânea. Colecção vol. org por Lilia Moritz Schwarcz. Companhia da Letras. São Paulo. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Distribuidora_de_Comest%C3%ADveis_Disco_S.A .

Observatório do Comércio. (2000, Setembro). Estudo sobre taxas e outros encargos com cartões de crédito em Portugal, pp.20-21. Acedido em 11 de abril de 2011, em: « <http://www.dgcc.pt/166.htm>».

Pereira, S. M. Maria Guardiola e as Organizações Femininas do Estado Novo (1895-1987). Em: Santos, M. C. C. (Org.). A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000). Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 261-286. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acedido em 05 de Março de 2011.

Pintaudi, S. M. (2006). Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. Scripta Nova Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, V 10. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/58355/68447>.

Pinto, S. (2011, 14 de Junho). Conheça a história do galo de Barcelos, reportagem televisiva, com imagem de Ricardo Silva, edição de Pedro Cordeiro e grafismo de David Pinto. Por: tvi24 / FC | 14-6-2011 Acedido em 18 de Junho de 2011, em <http://www.tvi24.iol.pt/aa---videos---sociedade/galo-de-barcelos-tradicao-tvi24/1260150-5795.html>.

Portal do Governo. (2007, 28 de Janeiro). Missão China 2007. A MAIOR ECONOMIA DO MUNDO. Acedido em 08 de Fevereiro de 2010. Em, http://www.missaochina.gov.pt/noticias_noticia_21.asp, Apud, Monteiro, Ayala e Rui Boavida. (2007, 28 de Janeiro). A maior Economia do Mundo. Correio da Manhã. Lisboa.

- Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2007, 05 de Maio). Parque do Povo terá Casa de Sivuca e Feira de Mangaio. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.paraibabrasil.com/noticias/mostra.php?id=63>».
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2009, 09 de Novembro). Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade civil. Acedido em 22 de Dezembro de 2009, em: http://portal.pmcg.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2472&Itemid=3
- Prefeitura Municipal de Salvador. (2009, 13 de Agosto). Feira de São Joaquim. Mapa pontos turísticos. Acedido em 11 de Maio de 2011, em «http://www.turismo.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=26»
- Presidência da República Federativa do Brasil. Casa Civil, sub-chefia para assuntos jurídicos. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: <http://legislacao.planalto.gov.br>.
- Quirino, F. e Mattedi, M R. (2006). “A Feira de São Joaquim”. Revista académica da UNIFACS. Vol.10, N. 1, pp. 1-11. Em: «www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/.../20/15» Acedido em 28 de Fevereiro de 2011.
- Ramos, C. S. V. (2004/2005). Organismos, Cartas, Convenções sobre Patrimônio Arquitetônico. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://pt.scribd.com/doc/20155610/2-cartas-convencoes-organismos>,
- Ramos, L. (1991-2001) A Informalidade das Relações de Trabalho. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.iets.org.br>.

Ramos, L. e Britto, M. (Março de 2004) "O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: Tendências, Fatores Estilizados e Mudanças Estruturais". In: Texto para Discussão/1011. Ed: IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, p. 14. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/doc/ipea/td/1011.pdf>.

Renan, E. Tradução Glaydson José da Silva. "Documento - Ernest Renan – O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882". Revista Aulas, pp.18-19. Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.

Revista de Estudos Demográficos. (2007). n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=Mar%C3%A9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%C3%ADcio.+A+Situa%C3%A7%C3%A3o+Demogr%C3%A1fica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%C3%A1ficos%2c+editor+Instituto+Nacional+de+Estat%C3%ADstica+Ano+de+edi%C3%A7%C3%A3o+2007

Ribeiro, R. (2004) "A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo". Cadernos do Noroeste. Série sociologia. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 85-96, Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5646>.

Ribeiro, G. L. (2010). A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. Revista brasileira de Ciências Sociais. [online], vol.25, n.74, p. 14. Acedido em 12 de abril de 2011, em: « <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a02v2574.pdf>».

Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010. (2006, 01 de Março), em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0092:FIN:PT:PDF>, pp. 1-92, Acedido em 06 de Março de 2011.

RTP. (2010, 06 de Setembro). Câmara do comércio da Horta promove outlet. Acedido em 28 de Janeiro de 2011, em: <http://videos.sapo.pt/E4oGqLFvllbh8D29jMpc>

Rua, J. (2006). Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 1: 82-106. Acedido em 05 de Maio de 2010. Disponível em www.campoterritorio.ig.ufu.br

Sabadine, M.S. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. Disponível em <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF> acedido em 06 de Dezembro de 2010.

SBIS. (2008, 17 de Março). Relatório e contas 2007. Aprovado em Assembleia Geral de 17 de março de 2008, p. 33. Acedido em 12 de abril de 2011, em: http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/relatorioecontas/RC2007_sibssa.pdf»

SEBRAE. (2009, 13 DE Setembro). Informais sem medo da formalização chegam a 75% Em: <http://sebraemgcomvoce.wordpress.com/2009/04/14/informais-sem-medo-da-formalizacao-chegam-a-75/>, Fornecido por CMS! Produzido em São Paulo, 5 de janeiro de 2011.

SEBRAE. (2010, 31 de Maio). Trabalhadores da Feira de São Joaquim podem se cadastrar no Empreendedor Individual. Acedido em 15 de abril de 2011, em:« <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=114&cod=10102183&indice=90>»

Silva, J. S.(2010) Recuperação e revitalização dos fortes costeiros. Que viabilidade? Em: Apresentação no 2º Encontro do Litoral – Litoral Norte-Galiza, Polis Litoral Norte (org). 24 e 25 de Novembro de 2010, Viana do Castelo, slides 2. Acedido em 17 de Junho de 2011, em: www.polislitoralnorte.pt/doc.php?co=135.

Siqueira, T. L. (2008, Junho). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. Em: Revista Értemis, Vol.8, pp. 113. Em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf, Acedido em 04 de Março de 2011.

Sorio, W. (2005). Mudanças na CLT. Revista virtual P@rtes. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.partes.com.br/emrhede/sorio/clt.asp>

TV Correio. (2009, 19 de Março). A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural. Acedido: em 10 de Junho de 2011, em <http://correio.gt.com.br/correiodebate/matLer.asp?newsId=73826>

- UNESCO. (2006). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, p. 4. Acedido em 21 de Maio de 2011, em «<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>»
- UNESCO. Convenção do patrimônio Mundial, A. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://whc.unesco.org/en/convention/>
- UNESCO. Texto da Convenção para Salvaguarda do patrimônio Cultural Imaterial Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00006>, e Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=271>.
- Uso do multibanco em solo luso. (Dossiê 25 anos do Multibanco). (2010, Setembro), pp. 3-5. Acedido em 10 de abril de 2011, em:«http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/AniversarioMB/2010_DOSSIER_25_ANOS_MULTIBANCO.pdf».
- Vereador Rogério Menezes diz que Caruaru precisa continuar sendo a Capital da Sulanca Em: Bodega nordestina. (2011, 05 de Fevereiro). Acedido em 09 de Maio de 2011, em « <http://www.budeganordestina.com/2011/02/vereador-rogerio-menezes-diz-que.html>».
- Vojniak, F. (2003, dezembro). Desconstruindo falas do falo. Revista Estudos Feministas, vol.11, no.2, p. 664-667. Florianópolis. Em: « http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200026», Acedido em 03 de Março de 2011.

Zanirato, S. H. e Ribeiro, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Em: Revista Brasileira de História., v. 26, nº 51, São Paulo, p. 255. Apud: Gonzales-Varas, Ignácio. (2003). Conservación de bienes culturales. Cátedra, Madrid, p. 458. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext#back6.

Outros sítios visitados

A Revolta de Quebra-quilos. Acedido em 08 de Junho de 2010, em: <http://www.ceime.com.br/curiosidades.asp>.

Arrastapé.net. Exibido da Feira central de Campina Grande, em 03 de Junho de 2007. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.youtube.com/watch?v=xHGMrq99Rgw> » .

Artigos variados. Acedido em 16 de abril de 2011 em:<http://www.feiradecaruaru.com/site/index.html>»

Bruxelas lança consulta sobre resolução de litígios entre empresas e consumidores. (2011, 27 de Janeiro). Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: www.comercioelectronico.pt/comissoes_hp.php?menu=1&idComissao=2

Caderno de especificações, figurado de Barcelos. Acedido em 01 de Julho de 2011 em: http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=112:figurado-de-barcelos&catid=36&Itemid=65

Cartões de crédito no mundo. Acedido em 18 de abril de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cart%C3%A3o_de_cr%C3%A9dito.

Documento Final I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados 18 a 20 de maio de 2010. São Luís – MA. Acedido em 20 de Maio de 2011, em «<http://www.asseba.com.br/noticias/exibir/55>» .

Feira Central de Campina Grande será revitalizada. (2009, 09 de Novembro). Acedido em 12 de Junho de 2011, em <http://www.paraiba.com.br/112929/cidades/feira-central-de-campina-grande-sera-revitalizada.htm>

Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade. (2009, 09 de Novembro). Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.clickpb.com.br/noticias/cotidiano/feira-central-de-campina-sera-revitalizada-com-a-participacao-da-sociedade-civil/>, .

Festa das Cruzes com maior animação, exibido em Barcelos. (2004, 19 de Abril). Acedido em 08 de Janeiro de 2008, em: <http://viajar.clix.pt/noticias.php?id=1767&lg=pt>

Festa na Feira de São Joaquim. (2009, 02 de Setembro). Acedido em 15 de abril de 2011, em:« http://sambrasilitapoanfm.blogspot.com/2009/09/festa-na-feira-de-sao-joaquim-parte-i_02.html»

Mercado Central: 70 anos, o presente á preservar o passado. (2001, Janeiro). Em: Informativo realizações vereador Olímpio Oliveira. Nº 2, ano 2. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: http://www.olimpiooliveira.com.br/geral/jornal_marco_2011.pdf

Principais pontos turísticos de Campina Grande: A feira central. Acedido em 11 de maio de 2011, em:«<http://www.ferias.tur.br/informacoes/4904/campina-grande-pb.html>»

Protocolo entre a AFDP e Banco popular. Acedido em 28 de abril de 2011, em: «http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page998.html».

Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (2000), p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>.

Roteiro turístico de empresa. Acedido em 11 de Maio de 2011, em «http://www.adventureclub.com.br/roteiro_pacote.asp?pac_id=2407&dde_id=34»

Sobre vida e obras de Benjamim Pereira: Acedido em 13 de Junho de 2011 em: http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2010/04/benjamim-pereira.html.

Zé Ailton (Vereador). Biografia. Acedido em 09 de Maio de 2011, em: http://www.vereadorzeailton.com.br/2011_04_01_archive.html»

Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos. Textos para discussão. Nº 37. Brasília, p. 4. Acedido em 18 de abril de 2011, em: «http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»

I. R. DA SILVA
Maringá - PR, 2014
TIRAGEM: 300 exemplares
TIPOGRAFIA: NewsGoth BT
FORMATO: 15cm x 21cm
PAPEL DO MIOLO: offset 75g/m²
PAPEL DA CAPA: cartão triplex 250g/m²
LAMINAÇÃO DA CAPA: fosco
NÚMERO DE PÁGINAS: 432
ACABAMENTO: encadernado, dobrado intercalado, colado

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG

